



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL – PLANTERR**

ARYANE SINVAL ALVES

**CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO EM FEIRA DE
SANTANA: A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013 NO
DISTRITO DE HUMILDES**

Feira de Santana
2020

ARYANE SINVAL ALVES

**CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO EM FEIRA DE
SANTANA: A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013 NO
DISTRITO DE HUMILDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR –, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nacelice Barbosa
Freitas

Feira de Santana
2020

ARYANE SINVAL ALVES

**CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO EM FEIRA DE
SANTANA: A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013 NO
DISTRITO DE HUMILDES**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial –
PLANERR –, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para
obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dra. Nacelice Barbosa Freitas
UEFS (Orientadora)



Prof. Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos
UEFS



Prof^a. Dra. Marize Damiana Moura Batista e Batista
UNEB- Campos XI

Feira de Santana
2020

Ficha Catalográfica-Biblioteca Central Julieta Carteadó – UEFS.

ALVES, Aryane Sinval

Campo e cidade, rural e urbano em Feira de Santana: a lei complementar nº 075/2013 no distrito de Humildes/ Aryane Sinval Alves - 2020.

208 f.il.

Orientadora: Nacelice Barbosa Freitas

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2020.

1. Produção do espaço-Humildes, Feira de Santana, Bahia. 2. Rural-Urbano. 3. Campo-cidade. 4. Planejamento Urbano. I. Freitas, Nacelice Barbosa, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por me guiar na jornada. Isso me permitiu que eu tivesse forças quando tudo parecia tão distante e difícil, pois sem seu apoio espiritual não seria possível chegar a esse momento tão aguardado.

Aos meus familiares, que deram o apoio que eu precisava para superar as dificuldades da vida, em especial a minha tia Graça Maria e ao meu irmão Marcos Tanner que foram os primeiros a acreditar no meu potencial e desde o início me ajudaram na vida acadêmica, sem eles seria impossível chegar até aqui.

As minhas amigas: Mariana Oliveira, Carine Menezes, Cida Santiago e Gabriela Oliveira, por estarem ao meu lado em todos os momentos que precisei de aconselhamentos. Em especial, a Mariana, por me ajudar nos estudos, no trabalho de campo, pois sua presença foi imprescindível para eu conseguir finalizar a pesquisa, uma amiga para todas as horas.

A minha orientadora, Nacelice Freitas, que além de professora extraordinária foi uma amiga gentil e companheira, que esteve na minha jornada acadêmica desde a graduação, me guiando e estimulando a prosseguir a vida intelectual.

Ao grupo de pesquisa, Natureza, Sociedade e Ordenamento Territorial (GEONAT), onde iniciei o exercício de pesquisar, isso permitiu meu crescimento intelectual e acadêmico fundamental para chegar até o mestrado.

A Banca Examinadora, que ao realizarem as contribuições no processo investigativo, tornaram-se essenciais para que a pesquisa chegasse à finalização, pois os caminhos percorridos no âmbito teórico e metodológico sugeridos deram alicerces ao objeto.

Aos órgãos municipais pelas informações disponibilizadas, em especial, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e a Secretária de Habitação (SEHAB) pela atenção e disponibilidade durante a atividade de campo.

Quem te dará
A terra
Se não forem
Tuas mãos?

Quem te dará
A terra
Se não forem
Teus braços?

Quem te dará
A terra
Se não fores tu
Trabalhador do campo
Que semeias
Com suor
E sangue
O silêncio
Que geme na terra
O teu canto?

Quem?

Carlos Prinzato, 1996

RESUMO

O presente texto tem por objetivo analisar o campo e a cidade em Feira de Santana, ao utilizar a Lei complementar nº 075/2013, por meio da modificação do espaço rural para urbano e as implicações para o distrito de Humildes. A dimensão do campo-cidade e rural-urbano no mundo contemporâneo presencia as contradições da reprodução do capital, do processo de urbanização e da industrialização, sendo essenciais para as contradições socioespaciais existentes. Na busca por discussões que identifiquem tais problemáticas foram utilizadas as contribuições de Karl Marx, Friedrich Engels e Lefebvre, pois possibilita a análise da gênese do modo de produção capitalista e seus impactos, logo, imprescindíveis para evidenciar o papel do capital nos aspectos contraditórios e desiguais produzidos no espaço. As abordagens mais recentes sobre essas categorias de análise são debatidas enquanto espaços de *continuum*, logo também merecem serem abordadas, já que identificam as novas complexidades produzidas no contexto atual. Os autores como José Graziano da Silva, Ana Fani Alessandri Carlos e João Rúa revelam assim, as particularidades dos espaços ao explicar os seus processos e as formas que dinamizam as novas práticas estabelecidas pelas relações sociais locais. O percurso investigativo ocorreu pela pesquisa documental através da análise das leis na esfera nacional e municipal. O mapeamento serviu de instrumento para delimitar as dimensões físicas espaciais de Feira de Santana e seus impactos a nível distrital. A pesquisa de campo serviu para conhecer a realidade da comunidade, com a intenção de identificar as particularidades, ou seja, inserir na discussão a percepção dos sujeitos envolvidos. Para isso foi necessário explicar a relação campo-cidade em Feira de Santana através da ampliação do perímetro urbano, mapear o espaço rural e o urbano de Feira de Santana com ênfase em Humildes e identificar as implicações espaciais para a comunidade no âmbito socioeconômico. Portanto, a análise do objeto permitiu verificar que a relação campo-cidade se estabelece pelas suas dimensões e as formas atribuídas, devido aos fenômenos ali postos, em que os processos históricos lhe dão elementos que o diferenciam e o distinguem. Conclui-se que o poder público municipal de Feira de Santana atuou junto com o capital imobiliário para promover a expansão urbana através de atos normativos. Dessa forma, muitas dessas ações legislativas não condizem com a dinâmica local, no que se refere aos distritos, promovem desigualdades espaciais e afetam diretamente as pessoas que sobrevivem das práticas rurais, logo, os trabalhadores rurais são os mais atingidos. Outra questão identificada são a modificação da função da terra, pois ao transformá-la em solo urbano criam-se novas práticas, a exemplo do processo de loteamentos e sua transformação na configuração espacial.

Palavras-Chave: Campo. Cidade. Rural. Urbano. Expansão Urbana.

ABSTRACT

The present text aims to analyze the countryside and the city in Feira de Santana, using complementary Law nº 075/2013, through the modification of the rural to urban space and the implications for the district of Humildes. The dimension of the countryside-city and rural-urban in the contemporary world witnesses the contradictions of the reproduction of capital, the process of urbanization and industrialization, being essential to the existing socio-spatial contradictions. In the search for discussions that identify such problems, the contributions of Karl Marx, Friedrich Engels and Lefebvre were used, as it enables the analysis of the genesis of the capitalist mode of production and its impacts, therefore, essential to highlight the role of capital in contradictory and unequal aspects produced in space. The most recent approaches on these categories of analysis are discussed as spaces of continuum, therefore they also deserve to be addressed, since they identify the new complexities produced in the current context. Authors such as José Graziano da Silva, Ana Fani Alessandri Carlos and João Rua thus reveal the peculiarities of spaces when explaining their processes and the ways that dynamize the new practices established by local social relations. The investigative path took place through documentary research through the analysis of laws at the national and municipal levels. The mapping served as an instrument to delimit the spatial physical dimensions of Feira de Santana and its impacts at district level. The field research served to get to know the reality of the community, with the intention of identifying the particularities, that is, inserting in the discussion the perception of the subjects involved. For this, it was necessary to explain the rural-city relationship in Feira de Santana by expanding the urban perimeter, mapping the rural and urban areas of Feira de Santana with an emphasis on Humildes and identifying the spatial implications for the community in the socioeconomic context. Therefore, the analysis of the object allowed to verify that the field-city relationship is established by its dimensions and the forms attributed, due to the phenomena set there, in which the historical processes give it elements that differentiate and distinguish it. It is concluded that the municipal government of Feira de Santana acted together with the real estate capital to promote urban expansion through normative acts. Thus, many of these legislative actions do not match the local dynamics, with regard to districts, promote spatial inequalities and directly affect the people who survive from rural practices, therefore, rural workers are the most affected. Another issue identified is the modification of the land's function, since by transforming it into urban soil, new practices are created, such as the subdivision process and its transformation in the spatial configuration.

Keywords: Field; City; Rural; Urban; urban sprawl.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Feira de Santana: espaço rural e urbano	22
Figura 2	Brasil: densidade populacional predominantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE-2010)	55
Figura 3	Brasil: atividades econômicas predominantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE-2016)	56
Figura 4	Brasil: classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE-2017)	60
Figura 5	Localização dos bairros do município de Feira de Santana na Bahia	69
Figura 6	Feira de Santana: planta da cidade em 1968	71
Figura 7	Município de Feira de Santana: expansão urbana entre 1959-2011	77
Figura 8	Notícias das festividades na Igreja Nossa Senhora dos Humildes, Revista Renascença, 1996	98
Figura 9	Abaixo assinado para emancipação, 1929	100
Figura 10	Abaixo assinado para emancipação, 1929	101
Figura 11	Descrição do povoado de humildes em 1952	102
Figura 12	Igreja nossa dos Humildes, antes da reforma, 1990	108
Figura 13	Igreja nossa senhora dos Humildes, reformada, 2000	109
Figura 14	Imagens da reportagem do Programa Acorda Cidade	127
Figura 15	Feira de Santana: Zoneamento municipal em 2018	133
Figura 16	Feira de Santana: divisão distrital (2018)	135
Figura 17	Feira de Santana: área rural urbana consolidada (2018)	136
Figura 18	Distrito de Humildes: Shopping América Outlet	139
Figura 19	Distrito de humildes: Estrada do Limoeiro	140
Figura 20	Distrito de Humildes: Povoado Fluminense	141
Figura 21	Material de divulgação do Loteamento Bem Viver	151
Figura 22	Distrito de Humildes: construção de empreendimento imobiliário em 2012	164
Figura 23	Distrito de Humildes: Indústria Pepsico	169

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Feira de Santana: bairros criados através da Lei nº 75/2013	19
Mapa 2	Feira de Santana: localização do município na Bahia	68
Mapa 3	Feira de Santana: delimitação do espaço urbano pela Lei Complementar nº 18, de 08 de julho, de 2004	73
Mapa 4	Feira de Santana: delimitação do perímetro urbano pela Lei Complementar nº 75, de 20 de julho, de 2013	74
Mapa 5	Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PCMCMV) próximos ao distrito de Humildes	88
Mapa 6	Feira de Santana: localização do distrito de Humildes	94
Mapa 7	Distrito de Humildes: Evolução Territorial entre 1953-1985	113
Mapa 8	Distrito de Humildes: Áreas Residenciais e Industriais em 2020	124
Mapa 9	Feira de Santana: Área de Transição Rural-Urbana do Distrito de Humildes em 2015	138
Mapa 10	Feira de Santana Mancha Urbana em 2018	147
Mapa 11	Distrito de Humildes: Localização do Loteamento Agnelo Costa em 2020	153
Mapa 12	Distrito de Humildes: uso e ocupação do solo em 2000	162
Mapa 13	Distrito de Humildes: uso e ocupação do solo em 2010	165
Mapa 14	Distrito de Humildes: uso e ocupação do solo em 2018	166

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Distrito de Humildes: Mercado Municipal (área externa)	106
Foto 2	Distrito de Humildes: Mercado Municipal (área interna)	106
Foto 3	Distrito de humildes: Praça da rua principal	110
Foto 4	Distrito de Humildes: Estabelecimento Comercial na rua principal	110
Foto 5	Distrito de Humildes: Loteamento urbano (terrenos a venda)	111
Foto 6	Distrito de Humildes: Loteamento rural (chácara a venda)	111
Foto 7	Distrito de Humildes: Atividades agropecuárias (área de latifúndio)	112
Foto 8	Distrito de Humildes: Atividades agropecuárias (área de pequena produção agrícola)	112
Foto 9	Distrito de Humildes: áreas para loteamentos	154
Foto 10	Distrito de Humildes: propriedade rural	170
Foto 11	Distrito de Humildes: propriedade rural	171
Foto 12	Distrito de Humildes: acesso sentido estrada do Limoeiro	173
Foto 13	Distrito de Humildes: espaço rural e espaço urbano	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Feira de Santana (BA): população total, rural, urbana, taxa de urbanização, densidade demográfica (1960-2010)	75
Tabela 2	Feira de Santana: Participação dos setores econômicos no PIB municipal em 2000 a 2015	82
Tabela 3	Distrito de Humildes: População Total, Rural, urbana, taxa de urbanização (1960- 2010)	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese da pesquisa	30
Quadro 2	Classificação para área rural e urbana de acordo com o instituto brasileiro de geografia e estatísticas (ibge-2017)	59
Quadro 3	Síntese teórico-conceitual	64
Quadro 4	Notícias sobre o PMCMV de habitação rural	90
Quadro 5	Condições de trabalho do mercado municipal de Humildes	107
Quadro 6	Lei Nº75/2013: Zonas De Predominância – Zr`S E Zs	122
Quadro 7	Notícias da Web sobre a lei nº75/2013	125
Quadro 8	Entrevista sobre a lei nº075/2013 e seus impactos em Humildes	129
Quadro 9	Sistematização das respostas dos entrevistados quando perguntados sobre as práticas rurais e urbanas no distrito de Humildes	160
Quadro 10	Síntese das respostas dos entrevistados sobre as práticas laborais	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Definição de espaço rural e urbano de acordo com os entrevistados de Humildes	142
Gráfico 2	Opinião dos entrevistados sobre a modificação dos limites do espaço rural e urbano em Humildes	143
Gráfico 3	Fonte de renda da população	168
Gráfico 4	Respostas dos entrevistados quando questionados sobre os problemas enfrentados pela população no distrito de humildes	172

LISTA DE FLUXOGRAMA

Fluxograma 01	Síntese do método	40
Fluxograma 02	Etapas de desenvolvimento da pesquisa	41

LISTA DE SIGLAS

CEF	Caixa Econômica Federal
CIS	Centro Industrial Subaé
CRAT	Centro Industrial de Apoio ao Transporte
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto sobre Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
LOUS	Lei do Ordenamento do Uso do Solo
PIB	Produto Interno Bruto
PDLI	Plano Diretor Local de Desenvolvimento Integrado
PDDUT	Plano de Desenvolvimento Urbano e Territorial
PDDU	Centro Industrial de Apoio ao Transporte
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PLANOLAR	Plano Municipal de Habitação Popular
PNHR	Programa de Nacional de Habitação Rural
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
STR-Feira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia S.A
ZR	Zona de Predominância de Usos Residenciais
ZT	Zona de Predominância de Usos Comerciais e de Serviços
ZS	Zona de Predominância de Usos Industriais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	MÉTODO E PROCEDIMENTOS MEDODOLÓGICOS.....	31
3	CAMPO, CIDADE, RURAL E URBANO	42
3.1	A relação campo-cidade: breves reflexões.....	42
3.2	A dimensão rural-urbana no Brasil.....	50
4	O MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA.....	65
4.1	Organização e produção do espaço feirense.....	65
4.2	A dimensão do rural e urbano em Feira de Santana.....	70
4.3	Feira de Santana: expansão urbana e empreendimentos imobiliários.....	83
5	CIDADE E CAMPO E O DISTRITO DE HUMILDES.....	93
5.1	O distrito de Humildes.....	93
5.2	A Lei Complementar nº 075/2013 e o espaço rural-urbano no distrito de Humildes.....	114
5.3	Humildes: conflitos, resistência e dinâmica socioespacial.....	136
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
	REFERÊNCIAS.....	182
	APÊNDICES.....	191
	ANEXOS.....	201

1 INTRODUÇÃO

A dissertação tem por objetivo explicar o campo e a cidade em Feira de Santana, analisando as modificações nos limites espaciais estabelecidos pela Lei Complementar nº 075, 20 de junho, de 2013. Buscou-se discutir a relação campo-cidade no município tomando como referência o ato normativo que define novos limites do perímetro urbano. Para discutir as implicações desse instrumento jurídico tem-se como premissa buscar identificar os rebatimentos socioespaciais para o distrito de Humildes.

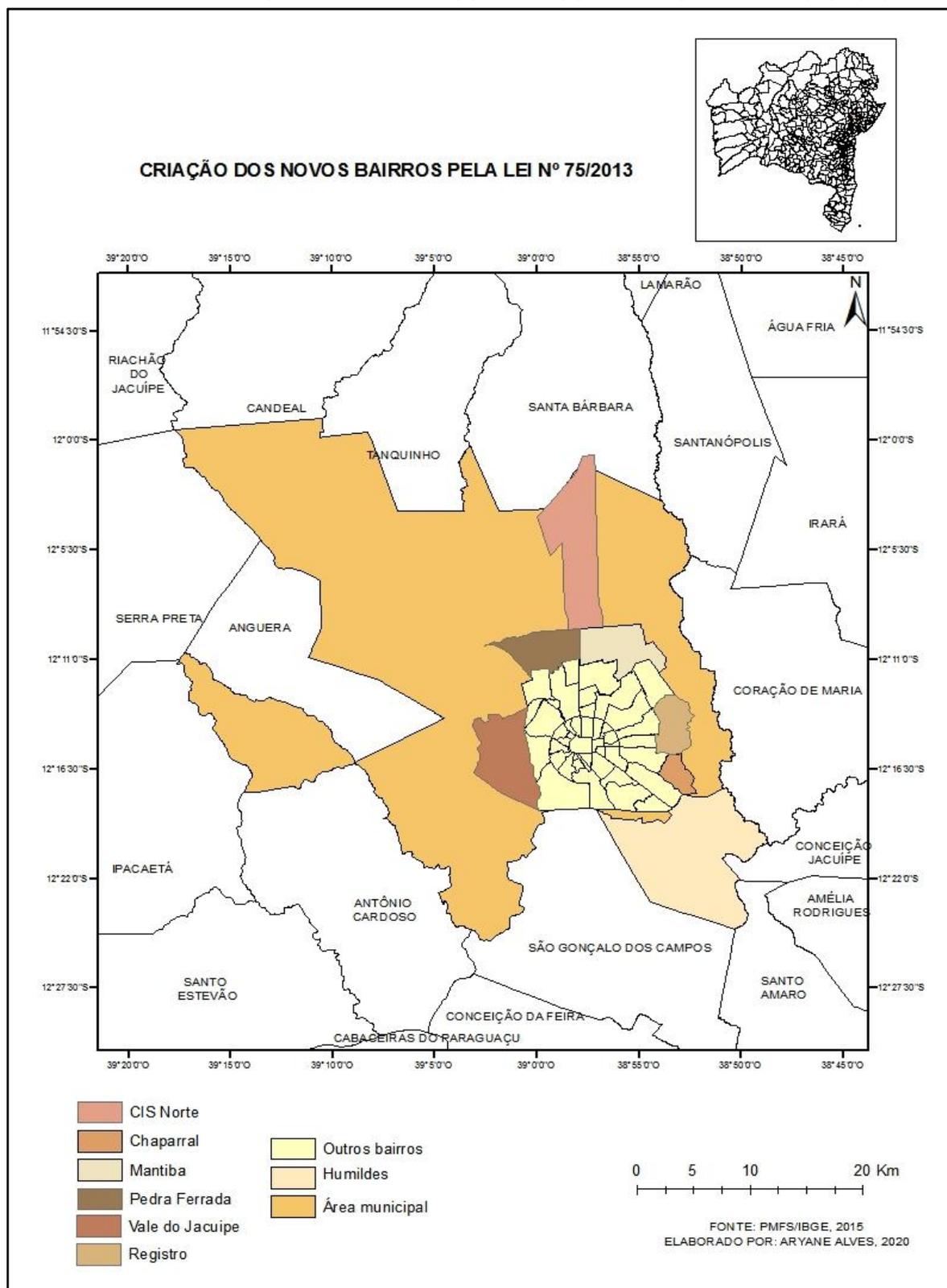
As implicações da Lei resultaram na redução de espaços do campo, por meio da criação de novos bairros que foram anexados à cidade, quando os distritos perderam áreas territoriais. Diante disso, verificou-se como ocorreram as estratégias de poder, e a atuação da gestão municipal no processo, enquanto isto, os habitantes do campo são submetidos às novas regras de habitabilidade.

Os limites entre o campo e a cidade, e consequentemente rural e urbano de Feira de Santana passaram por diversas mudanças em suas delimitações ao longo do processo histórico-geográfico de povoamento e ocupação, tornando possível assim, a consolidação da extensão territorial. Porém, pode-se afirmar que a ampliação do urbano tem significativas implicações sobre o campo.

No contexto atual, tais aspectos podem ser identificados nos Planos Diretores e Leis Complementares quando se observa as alterações na delimitação territorial, fato que chama atenção e é considerado importante para explicar a relação entre campo e cidade, rural e urbano. Nesta pesquisa, tomou-se a Lei Complementar nº 075/2013 como referência para contribuir com uma análise geográfica, especificamente socioespacial no âmbito municipal.

A necessidade de trazer a evolução territorial decorre da possibilidade de identificar como o perímetro urbano se ampliou, atingindo o espaço rural, e absorveu áreas dos distritos. A investigação fez perceber que a gestão municipal, em conformidade com os interesses do capital, especificamente o setor imobiliário, fomentou a expansão urbana através de instrumentos e ações administrativas possibilitando criar um contexto propício para a ampliação da cidade em direção ao campo em Feira de Santana criando assim, os novos bairros. (MAPA 1)

MAPA 1-FEIRA DE SANTANA: BAIROS CRIADOS ATRAVÉS DA LEI Nº 075/2013



Fonte: IBGE, 2010.

A Lei, “fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita os 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana”, assim inclui áreas dos distritos de Tiquaruçu, Matinha, Jaíba, Humildes, Governador João Durval Carneiro, Jaguará e Maria Quitéria, confere aos espaços antes rurais, estrutura de urbanos, impõe a categoria de novos bairros, denominados: Vale do Jacuípe, Pedra Ferrada, CIS Norte, Mantiba, Registro e Chaparral. Além disso, fixa divisas com os municípios de Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, São Gonçalo dos Campos, Anguera e Santanópolis (FEIRA DE SANTANA, 2013).

Nessa perspectiva a investigação buscou explicar de que forma a Lei Complementar nº075/2013 interfere na relação campo-cidade, especialmente, em termos territoriais, espaciais e econômicos. O distrito de Humildes é o espaço delimitado para investigação devido às especificidades da Lei, no que se refere aos aspectos ligados a expansão urbana de Feira de Santana quanto a delimitação do perímetro urbano da sede municipal.

Diante do exposto, buscou-se responder as seguintes questões:

- 1) Como a Lei Complementar nº 075/2013 interfere na relação campo-cidade em Feira de Santana?
- 2) De que forma a Lei contribuiu para produzir a expansão do espaço urbano em Feira de Santana?
- 3) Até que ponto a referida Lei Complementar modificou os limites territoriais do distrito de Humildes?

A Lei implica em primeira instância na mudança do perímetro urbano, isso quer dizer que ocorre a expansão do espaço urbano do município. Dessa forma, ficam definidos os novos limites interdistritais, a ampliação do perímetro urbano e a criação dos seis novos bairros. Sendo assim, os elementos legais serviram de base para analisar a relação campo-cidade em Feira de Santana, assim como a modificação do espaço rural em urbano.

Cabe salientar que na referida Lei os limites registrados são os pontos que definem as linhas demarcatórias entre a sede, os distritos e os municípios circunvizinhos. Tendo como referência a localização da sede, identifica-se que a ampliação do perímetro urbano permite definir o limite entre campo, cidade, rural e urbano, dessa forma, através da Lei, em nível distrital, as extensões territoriais deles foram alteradas.

Sobre a relação campo-cidade tomou-se como referência a crítica sobre a supremacia da cidade no campo, ou seja, o poder da cidade sobre o campo, em modificar as relações sociais ali estabelecidas. Deste modo, ao explicar como o poder político e as ações jurídico-administrativas transformam as áreas rurais dos distritos em espaços urbanos, e junto à atuação da especulação imobiliária imprimem a reprodução do capital. O processo visa o crescimento da cidade, a ampliação do urbano, podendo gerar a modificação dos encargos tributários, já que, a função da terra é alterada para quando se torna solo urbano.

A Lei Complementar em questão permitiu no âmbito jurídico-administrativo, explicar os meios legais que impõe mudanças que fomentaram a reprodução do capital imobiliário. As análises sobre os aspectos espaciais, territoriais mostraram que as mudanças não condizem com a realidade socioespacial, ou seja, não retratam as relações laborais e de vivência da comunidade.

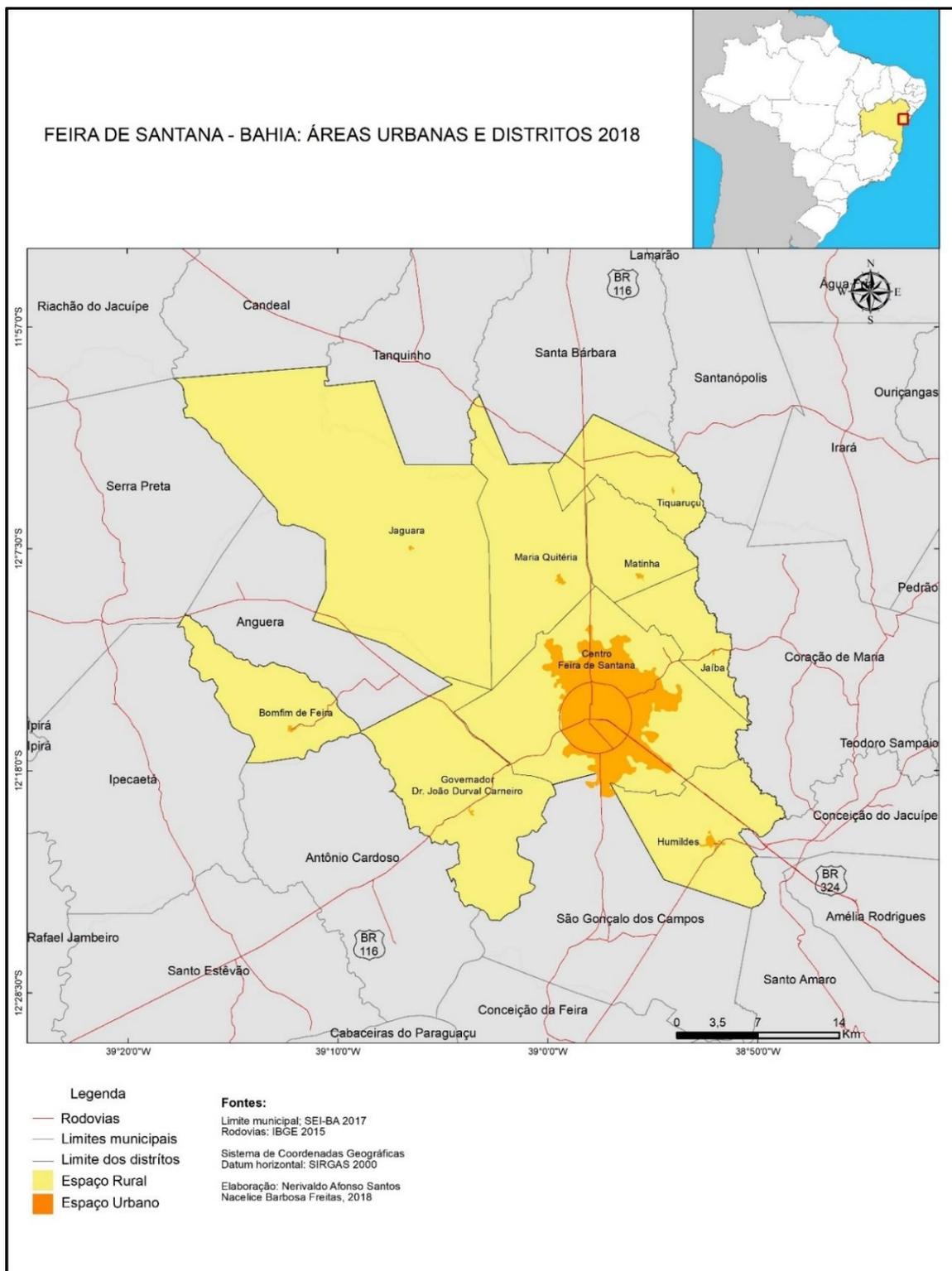
Nesse contexto, a relação campo-cidade ocorre, como salienta Silva (2000) pela penetração do espaço urbano sobre o espaço rural, através das práticas sociais produzidas em ambos os espaços, ou seja, práticas urbanas podem aparecer no campo, como práticas rurais podem existir na cidade. No que se refere ao campo e a cidade, Carlos (2008) ressalta que é preciso considerar esses espaços através da relação de dominados (campo), e dominantes (cidade), pois permitem explicar as dinâmicas socioespaciais para o espaço rural, podendo assim estabelecer as que foram produzidas por consequência da Lei.

Em Feira de Santana, tendo em vista a Lei Complementar nº 75/2013, a relação rural e o urbano, assim como campo-cidade, pode ser explicada para além de outros fatores, como resultante da delimitação do perímetro urbano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2017, p. 88) “as sedes de municípios e distritos, passaram também a serem os únicos espaços urbanos, cujos limites são, desde o início, determinados por leis municipais”.

Isso reflete na organização estrutural dos territórios, e em termos legais quer dizer que “a área contida pelo perímetro urbano é legalmente urbana, assim como tudo o que dela constar”. Por exclusão, as áreas não urbanas são legalmente rurais” (IBGE, 2017, p. 89), conservando-se, portanto, o preceito estabelecido pelo Decreto-Lei nº 311. O município de Feira de Santana conta com 7 (sete) distritos: Bonfim da Feira, Humildes, Ipuauçu, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria e Tiquaruçu e a sede com 52 bairros. Uma questão importante identificada durante a pesquisa é que o poder

público atua na delimitação, evidenciando, de forma sub-reptícia, no texto da Lei a supremacia da cidade sobre o campo. (FIGURA 1)

FIGURA 1 - FEIRA DE SANTANA: ESPAÇO RURAL E URBANO



Fonte: Freitas, 2014.

Conforme Souza (2016), a expansão urbana atingiu o território de Humildes, e fez perder porções do seu território. De acordo com o autor, o distrito era o maior em extensão territorial, e foi reduzido ao longo do tempo, porque parte do espaço foi gradativamente anexado à sede em decorrência da extensão do espaço urbano. O início desse processo ocorreu em 1938, mediante desmembramento com o povoado da Mantiba, pelo Decreto nº14, de 1938. Posteriormente esse povoado passou a fazer parte do distrito de Jaíba em 1985, e em 2013 tornou-se bairro pela Lei Complementar nº075/2013. Houve, portanto, a alteração dos limites do espaço rural, logo, analisar a dimensão territorial é uma outra questão a ser considerada e por esse motivo é relevante identificar as implicações socioespaciais e colocar em destaque os sujeitos envolvidos.

O Distrito de Humildes tem a concentração de atividades ligadas à terra, apesar do avanço da agroindústria e da intensificação dos loteamentos, resultado das delimitações legais de áreas rurais em urbanas, logo tem impactos no âmbito administrativo e socioespacial. Dessa forma, as novas relações ali estabelecidas, encontram no caminho as resistências culturais.

Analisar Feira de Santana, especificamente o campo e a cidade, na tentativa de identificar as implicações da Lei complementar nº 075/2013 sobre o distrito de Humildes, teve como premissa básica explicar parte da realidade sobre o município e evidenciar a ação do poder público sobre a questão. Além disso, buscou-se explicitar pontos importantes sobre a temática, com a intenção de ampliar os conhecimentos geográficos sobre o município, especificamente sobre os estudos urbanos.

Com relação ao tema, Souza (2016) evidencia os impactos da mesma Lei no espaço rural, porém refere-se à produção do espaço urbano e aos conflitos de fronteira na Mantiba. Sendo assim, observa-se a necessidade de ampliação da discussão por considerá-la extremamente relevante sob o ponto de vista teórico e socioespacial. Outro fato a ser considerado é que o debate é recente, denotando a importância para o conhecimento sobre o espaço rural e urbano em Feira de Santana e seus desdobramentos no contexto atual.

As transformações na dinâmica socioespacial do campo através da diminuição das áreas distritais no município em análise, toma-se como caminho para analisar a relação campo-cidade. Marx e Engels (1998) destaca que a burguesia submeteu o

campo a cidade, quando centraliza na cidade a reprodução do capital, e promove o aumento da população da cidade, se comparado ao do campo isso resultou na dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população.

Outro elemento é a ampliação do perímetro urbano que permite identificar a atuação do poder público para concretizar os interesses do capital, especialmente os de investimentos no setor imobiliário. Assim, identificou-se os impactos da Lei Complementar nº 075/2013, com mudanças a nível territorial, tais modificações foram mapeadas para explicar as proporções do campo em relação a cidade.

Para o desenvolvimento do estudo foi necessário analisar a relação campo cidade, tomando como referência a Lei Complementar nº 075, de 20 de junho de 2013, para explicar a supremacia da cidade sobre o campo. Especificamente, buscou-se: explicar a relação campo-cidade em Feira de Santana tendo como referência a ampliação do perímetro urbano, para tanto, mapeou-se o espaço rural e o urbano de Feira de Santana, destacando o distrito de Humildes, através da dimensão espacial e conforme da Lei Complementar nº 75/2013, identificou-se as implicações socioespaciais para a população no âmbito socioeconômico do distrito de Humildes.

Pesquisar sobre o espaço urbano de Feira de Santana permite identificar a atuação do poder público, fundamentado por um posicionamento político e ideológico enraizados pelo processo de urbanização, que resultou em alterações das práticas sociais do campo.

A produção do espaço urbano no município de Feira de Santana é investigada por diversos autores que se debruçaram sobre o tema e levantam problemáticas que envolvem implicações da expansão urbana, mas não especificamente as implicações socioespaciais da Lei Complementar nº 75/2013.

Nos estudos de Freire (2007) a formação da riqueza do território é um elemento que nos permite entender o processo de formação do campo e a efetivação do poder da cidade, e que alguns aspectos econômicos e sociais foram fundamentais para fundamentar o processo histórico-geográfico do município. Portanto, o trabalho do autor permite pensar o ponto de partida de como analisar a relação campo-cidade, ao identificar a importância do espaço rural na dinâmica socioterritorial do município, ao fazer uma análise histórica desde os primórdios da formação territorial e observar como posteriormente influenciaram nas novas

relações econômicas e sociais: o campo então, confere a cidade a partir da riqueza produzida condições para se desenvolver. 25

O fenômeno urbano pode ser analisado por Carmo (2009), quando as discussões sobre o processo de urbanização nos permitem identificar os problemas enfrentados pela população a respeito da moradia. Apesar de não ser a temática presente nesse trabalho, chama atenção que o surgimento das primeiras ocupações, do qual o denomina de assentamento subnormais, traz à tona a questão habitacional e os desdobramentos. Destaca-se assim, a atuação do poder público e os interesses imobiliários sob o viés capitalista.

Outro autor que mereceu destaque para analisar o urbano no município foi Cerqueira (2017), pois elabora uma análise sobre a expansão urbana em Feira de Santana em decorrência da ação do setor imobiliário. De acordo com o autor, os programas de habitação fomentam a expansão urbana e o poder público municipal tem ampliado cada vez mais investimentos em infraestrutura, produzindo a valorização do espaço urbano para o capital, além disso, os proprietários fundiários e agentes imobiliários a utilizam para extrair a mais valia urbana.

A leitura serve para despertar e refletir sobre o urbano e a produção do espaço em sua gênese. A contribuição a respeito da forma como o setor imobiliário se organiza e é estruturado, trouxe elementos importantes a serem considerados para explicar o objeto desta investigação. Reafirma-se assim, a necessidade de analisar o campo e a cidade sob o modo de produção capitalista e explicar o espaço rural e urbano sob a lógica do capital imobiliário e seu papel na transição rural-urbana.

No que se refere a relação do urbano com a habitação, analisando as políticas públicas, o trabalho de Helfenstein (2018) merece atenção, pois o diferencial está na identificação da valorização do espaço urbano no município com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A influência da especulação imobiliária e da atuação do Estado revela a importância dos agentes produtores do espaço. As análises de Helfenstein (2018) ajudaram a identificar a atuação do poder público na esfera municipal no que se refere ao planejamento urbano e como ocorre junto ao setor imobiliário, quando suas ações implicam no âmbito da valorização do solo urbano. A partir disso foi que se percebeu os possíveis impactos para o território, já que o capital precisa gerar mais valia, realizando-se sob a forma de produção de mercadoria, então torna-se necessário novas terras para a habitação, expandindo o setor imobiliário.

Dessa forma, foi construído os principais elementos da problemática, quando se percebeu o processo de expansão da malha urbana, e que para isto, são necessárias novas áreas, e estas estão localizadas no campo. Diante disso, se faz necessário conhecer o espaço rural e urbano do município de Feira de Santana.

As contribuições de Araújo (2015) tornaram-se pertinentes para o debate, pois de acordo com o mesmo, os principais fatores são o crescimento populacional e a demanda por moradia. Tal contexto implicou em mudanças para o espaço rural e urbano, na sua discussão sobre relação campo-cidade, identifica também que ocorreu a mudança do rural pela influência do urbano, sob o olhar das novas ruralidades. As contribuições do autor no que diz respeito aos sujeitos envolvidos que atingidos pela expansão urbana no espaço rural, é devido a falta da inserção participativa da população do campo para a criação de políticas públicas voltadas ao trabalhador rural.

Os debates realizados por Silva (2015) e Souza (2016) tornaram possível estabelecer a formulação do objeto de estudo para assim chegar aos caminhos teórico-metodológicos. Silva (2015) traz as implicações da Lei nº 075/2013 para áreas rurais que se tornaram bairros, e de acordo com a discussão isso mudou na alteração da dinâmica e da organização do espaço: o papel do Estado foi de agente regulador da ação. O autor estuda o aspecto normativo, político, e as implicações para as comunidades, principalmente aqueles que são trabalhadores rurais.

A (re)produção do espaço partiu das relações do Estado junto a outros agentes, assim, a importância está em identificar qual o papel da Norma, e a quem interessa a ação do poder público na esfera municipal. A ação impressa no rural e no urbano se estabelece por meio de “empresários, incorporadores imobiliários urbanos, proprietários de terra, sindicato dos trabalhadores rurais e moradores do entorno dos limites da cidade de Feira de Santana” (SILVA, 2015, p.115).

Para Souza (2016) as implicações no âmbito social foram evidentes quando analisou as especificidades do cotidiano dos moradores da localidade da Mantiba. De acordo com o autor, o interesse do setor imobiliário foi a razão determinante para a criação da Lei Complementar nº 075/2013 pelo poder executivo municipal. O estudo de Souza (2016) serviu como ponto de partida para a construção desse trabalho, sendo possível através do mesmo identificar a importância de analisar os instrumentos legais para a implantação de um projeto de âmbito político e administrativo, e principalmente inserir o olhar dos sujeitos envolvidos.

Buscou-se então seguir uma nova direção, que difere dos trabalhos apresentados, portanto analisar a expansão urbana como um instrumento do poder público para controle territorial de seus recursos, logo, disputa entre a sede e seus distritos. Os conflitos territoriais em Feira de Santana veem como um dos resultados da expansão urbana e da aprovação da Lei Complementar nº75/2013, pois criou seis novos bairros da cidade: assim, implicou na mudança dos limites interdistritais.

As relações sociais no campo, de acordo com Araújo (2015) podem ser analisadas através das novas ruralidades. Logo, são reflexos do processo de expansão urbana devido às intencionalidades do capital. Dessa forma, a relação campo-cidade se estabelece pela “ausência de delimitações rígidas ou barreiras fixas, entre o espaço rural e urbano, pois ambos são constituídos de elementos presentes tanto em um como no outro” (ARAÚJO, 2015, p. 176) Isso resulta em contradições que se estabelecem pelo processo de crescimento do espaço urbano, devido a ação do Estado e do capital. Ao perceber a ação da gestão municipal nessa dinâmica socioespacial, as contribuições de Souza (2016) nos permitem identificar o papel das normas jurídicas na legalização dos interesses do poder público e do capital imobiliário.

A Lei Complementar nº 75/2013 promove nova dinâmica socioespacial e modifica as particularidades do cotidiano dos moradores de Humildes, a partir da atuação da gestão municipal e do capital imobiliário. Tais aspectos são apresentados por Souza (2016) quando analisa a vida cotidiana dos habitantes do campo, observa a produção do espaço desde os primórdios, e os rebatimentos sobre o lugar, o modo de produzir e de se relacionar com a natureza.

De acordo com o mesmo, a “existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade e do campo, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano e rural”. (SOUZA, 2016, p. 138). Logo, a concentração populacional nas cidades provoca a centralização dos meios de produção sob domínio de poucos, afetando a população rural e interfere nas relações socioeconômicas e socioespaciais. Sobre isso, dois aspectos precisam ser abordados: o primeiro refere-se à saída da população do campo para a cidade e o segundo relaciona-se à pluriatividade das famílias rurais que desenvolvem atividade complementar na cidade, bem como as atividades temporárias do campo que são realizadas principalmente em período de safras.

A leitura sobre a relação campo-cidade permite mostrar as contradições no âmbito das relações socioeconômicas, com implicações que podem ser analisadas pela transição rural-urbana nos municípios. O campo, portanto, será visto como espaço de resistência, produção e reprodução de relações sociais, enquanto o capital, especificamente, o setor imobiliário promove mudanças e traz novas dinâmicas socioespaciais, desse modo, a terra será o elemento propulsor das antigas e novas relações, e dando-lhe funcionalidades, e significâncias.

A dissertação divide-se em seis capítulos, que trazem conteúdos para discussão da relação campo-cidade em Feira de Santana. O primeiro capítulo encontra-se a Introdução, com a problematização, justificativa, objetivos geral e específicos da pesquisa e o objeto de estudo, mencionando a importância e elucidá-lo. O segundo capítulo encontra-se a caracterização do método e os procedimentos metodológicos, indicando os caminhos percorridos para a realização da investigação.

O terceiro capítulo intitulado Campo, cidade, rural e urbano estão as contribuições teórico-conceituais sobre do campo, cidade, rural e urbano identificando e contextualizando a relação campo-cidade observando a dimensão rural-urbana no Brasil e as diferenças internas brasileiras através da caracterização do espaço rural e urbano municipais.

O quarto intitula-se: O município de Feira de Santana e faz referência a organização e produção do espaço feirense, a caracterização dos aspectos demográficos, econômicos e sociais com o objetivo de identificar os elementos que compõem o território. Além disso, expõe sobre a dimensão do espaço rural e urbano em Feira de Santana analisando os Planos Diretores com foco na evolução da ampliação do perímetro urbano.

Avalia-se a expansão urbana no município de Feira de Santana e o papel dos empreendimentos imobiliários, como também os impactos que provocaram no município no que se refere ao espaço urbano e rural. Discute-se a atuação do setor imobiliário e a ação municipal sobre habitação, identificando as suas direções e implicações para o campo, bem como as consequências no âmbito da segregação socioespacial.

O quinto capítulo intitulado, cidade e campo e o distrito de Humildes consta a discussão sobre a área de estudo, destinado a explicar a os efeitos da ampliação do perímetro urbano, os aspectos jurídico-administrativos da Lei Complementar

nº75/2013, para definir em termos legais o que foi feito do território. Realizou-se também uma caracterização sobre o distrito de Humildes sob o ponto de vista social e econômico, além da análise da dimensão territorial, para subsidiar as reflexões sobre a relação campo-cidade. As implicações para a população local foram analisadas através dos sujeitos envolvidos com as atividades laborais ligadas à terra.

29

Além disso, discute-se o papel da Lei Complementar nº75/2013 para as modificações do rural-urbano no distrito de Humildes, trazendo os aspectos legais para a transição do espaço rural em urbano. Os atos normativos são apresentados para analisar a relação campo-cidade e explicar a ampliação da sede e a redução das áreas distritais devido à expansão urbana, bem como o papel do planejamento territorial para instrumentalizar as ações e os reflexos da legislação para a população do campo com a criação dos novos bairros.

Também foi abordado os conflitos e sua dinâmica socioespacial caracterizados pelos aspectos socioespaciais do distrito. No que diz respeito à Humildes, será encontrado as dimensões territoriais estabelecidas em Lei e suas implicações, sendo assim, os impactos da expansão urbana para a (re)produção do espaço são explicados pela leitura espacial da mancha urbana e do uso e ocupação do solo. O posicionamento da comunidade local também foi exposto mediante as problemáticas socioeconômicas, com o objetivo de expor as particularidades do espaço vivido.

QUADRO 1- SÍNTESE DA PESQUISA

TEMA/TÍTULO	OBJETIVO GERAL	QUESTÃO DE PESQUISA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
O campo e a cidade em Feira de Santana: a lei complementar nº75/2013 no distrito de Humildes	Analisar o campo e a cidade em Feira de Santana, explicando as modificações promovidas pela Lei Complementar nº 75/2013, especificamente no distrito de Humildes.	Como a Lei Complementar nº 075/2013 interfere na relação campo-cidade em Feira de Santana?	Explicar a relação campo-cidade em Feira de Santana tendo como referência a ampliação do perímetro urbano;
		De que forma a Lei contribuiu para produzir a expansão do espaço urbano em Feira de Santana?	Espacializar o espaço rural e o urbano de Feira de Santana, destacando o distrito de Humildes
		Até que ponto a referida Lei Complementar modificou os limites territoriais do distrito de Humildes?	Identificar as implicações socioespaciais para a população no âmbito socioeconômico do distrito de Humildes.

Elaboração da autora, 2019.

2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Geografia se estabelece enquanto uma ciência no século XIX, período em que se evidenciava a necessidade da análise espacial mais questionadora, assim, como explicar sobre a formação territorial. Na visão de Freitas (2014, p. 46)

É no século XIX, momento de ascensão das ciências humanas, que se inscrevem no leito da (des)humanização. Nesse contexto, tem-se um certificado e certificação para fatos sombrios da formação do território brasileiro, especialmente do sertão baiano, que foi povoado sob traços da expropriação. A dominação recebe, neste instante, o conceito de verdade absoluta, essência da realidade que justifica a violência: é para isso que serve a Geografia, como já afirmava Yves Lacoste, “para fazer a guerra”; frase que soa como trombeta, som de alerta para os que creem na possibilidade da elaboração do conhecimento geográfico que se inclina na busca de compreensão da essência humana.

Pode-se afirmar, portanto, que a definição do objeto de estudo da Geografia, é consolidada no século XIX, devido à complexidade espacial, é evidente que o espaço geográfico vai ser explicado no contexto de consolidação da perspectiva crítica. Santos (1988) no último quartel do século XIX expressava a preocupação em consolidação do objeto de estudo dessa ciência, assim como o método mais apropriado. Segundo o autor.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. (SANTOS, 1988, p. 6)

Nesta pesquisa, rural e urbano, campo e cidade, são consideradas realidades e recortes espaciais, analisadas sob viés da totalidade, ou seja, não fragmentados, definidos pelas especificidades no espaço/território feirense que contribuem para a sua explicação.

O método, portanto, implica na determinação do percurso a ser seguido durante a realização da pesquisa, tendo em vista a necessidade de explicação da realidade de forma coerente, associada à totalidade, compreendendo que,

numa totalidade o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade. Isto porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são as determinações, dispostas em relações, que perpassam e completam a transversalidade do todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputada a totalidade, isolados seus elementos entre si e em relação com a totalidade e desconhecidas suas leis, não for possível captar a amplitude de determinações ontológicas das partes e da totalidade – determinações que só podem ser apreendidas se a análise percorre a transversalidade essencial do todo. (CARVALHO, 2008, p. 52).

Para a realização da pesquisa, definir o método implicou na busca dos caminhos para encontrar-se “a ‘verdade’ do conteúdo a ser desvendado, quando se tem por meta a produção do conhecimento sobre a realidade que é teórico-prático, ou seja, *práxis* que se institui na relação do sujeito com o objeto. (FREITAS, 2014, p. 47). Diante disso, o objetivo do estudo, é tão somente explicar as especificidades da totalidade socioespacial com um método de análise que contribua para a explicitar como funcionam os mecanismos que promovem as relações sociais em Feira de Santana.

Compreendendo a definição conceitual como importante, partiu-se da reflexão sobre a totalidade do objeto, através dos conceitos que concebem a sua essência, e, também fossem relevantes para a produção do conhecimento: rural e urbano, campo e cidade, são definidos como as linhas que descrevem a totalidade que é objeto da investigação.

A definição de um referencial teórico-conceitual e metodológico pretende atender aos principais objetivos, isto é, o de consolidar a discussão alicerçada no debate teórico.

Minayo (2003, p. 16) afirma que:

Enquanto abrangência de concepção teóricas de abordagem, a teoria e metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

A gênese da discussão envolve Feira de Santana, especificamente o distrito de Humildes, espaço que serviu de base para a ampliação do conhecimento sobre a relação campo e cidade, rural e urbano com a Lei Complementar Nº 075/2013. Buscou-se a perspectiva crítica ao considerar a necessidade de explicação sobre o objeto de estudo.

A análise da relação campo-cidade para a ciência geográfica exige a pesquisadora a definição do método para explicar a dinâmica socioespacial. Discutir os elementos para a leitura das relações sociais, esses atribuídos de particularidades, servem para superar visões deterministas.

Inicialmente, o processo investigativo é marcado pela definição de Feira de Santana como escala de análise, especificamente para explicar a ampliação do espaço urbano em decorrência da Lei Complementar Nº 075/2013. Assim, buscou-se explicar as duas escalas - rural e urbano - sem a preocupação em separá-las, contudo, ao longo do texto, de acordo com a necessidade de dimensioná-las, foi feita a separação.

Delimitada a área de análise, Feira de Santana/Humildes, realizou-se o levantamento bibliográfico, com a intenção de fundamentar a discussão sobre o objeto, principalmente quanto às questões teórico-conceituais. O arcabouço definido se estabelece como um instrumental metodológico fundamental para o processo de investigação, quando se pretende buscar o conhecimento já produzido sobre o tema, no sentido de ir além, logo, ampliar a discussão existente.

No âmbito conceitual se propôs definir o rural e urbano, campo e cidade, com o objetivo de explicar a expansão urbana em Feira de Santana. Deparou-se nesse momento com a dificuldade em referências bibliográficas sobre a especificidade do objeto, em Feira de Santana, processo que impulsionou o desejo em pesquisar e sobretudo conhecer as mudanças na delimitação territorial, resultantes da expansão urbana. A questão conceitual se encaminhou para a necessidade de relacionar campo-cidade, rural-urbano, haja vista que a definição é importante para delimitar a dimensão espacial dessas categorias.

Nessa fase da pesquisa, utilizou-se as informações disponibilizadas na Biblioteca Central Julieta Carteadó (BCJC) e do Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que se tornaram essenciais como locais de busca de livros, revistas, jornais, etc..

Os autores que serviram de base para explicar como ocorrem as contradições do campo e da cidade foram Lefebvre (1972; 2001), Marx e Engels (1998), Monrdado (2008), Oliveira (1986) e Williams (1989). Para definir o rural e urbano utilizou-se as contribuições de Lefebvre (1999), Silva (2000), Carlos (2008) e Rua (2006).

A pesquisa documental foi realizada através da coleta de informações com o poder público local, especificamente: Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (LEI Nº1614/1992), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial (PDDUT-2018), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU-1992), Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI - 1968), Lei Complementar nº 075, de 20 de junho de 2013, Lei Complementar Nº 119/2018, Lei Nº 1.615/92 (LOUS), Lei Complementar Nº 18, de 08, de julho, de 2004, Lei Complementar nº 1, de 9 de Novembro de 1967. Estes documentos dispõem sobre os processos legais da expansão urbana no município. Ao nível estadual e federal utilizou-se os atos normativos do Decreto Lei Nº 311, Constituição de 1988, Portaria de Nº 366, de 7 de junho de 2018, Estatuto da Cidade, Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e Lei 11.977/2009 referente ao Programa Minha Casa Minha Vida.

A legislação serviu de base para identificar no âmbito legal o que foi estabelecido do perímetro urbano do município de Feira de Santana ao longo dos anos. Iniciou-se com o Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI), por ser o primeiro plano que estabeleceu as diretrizes municipais para o uso do solo urbano. Desse modo, as leis e decretos selecionados para análise revelam o processo de ampliação do perímetro urbano, assim como a dimensão do rural e do urbano em sua totalidade. Os documentos permitiram analisar a relação campo-cidade no período de 1968 a 2018, e com isso pode explicar a expansão urbana e suas direções. Ocorreu também a coleta de informações em jornais e revistas da época.

Segundo Godoy (1995, p.23), “os documentos constituem uma fonte não reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo”. Cabe destacar que os documentos foram imprescindíveis para explicar o espaço a ser analisado, mais ainda se buscou por autores que abordam a temática da relação campo-cidade, bem como da produção do espaço e seus conflitos.

Para explicar a realidade socioespacial no município de Feira de Santana e no distrito de Humildes, outro recurso usado são as informações estatísticas. Por meio

da coleta de dados sociodemográficos dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente informações sobre população total, urbana, rural, taxa de urbanização, desde 1960 a 2010, além do Censo da Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto (PIB) municipal entre 2000 a 2015.

Foi realizada a consulta de dados nos Institutos de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA). Os números foram organizados em um banco de dados no Excel, através do software do Microsoft Office World, com a construção de planilhas, em seguida sistematizados em tabelas. Esses serviram para explicação do objeto, especificamente sobre o município de Feira de Santana e o distrito de Humildes, nas dimensões econômicas e sociais. As informações permitiram analisar a relação campo-cidade no que diz respeito a reprodução do espaço urbano e como isso é posto para a extensão territorial, resultando em modificações nas relações socioespaciais.

O conhecimento sobre o espaço definido para análise conduziu à necessidade de vivenciá-lo e experimentá-lo durante a realização da investigação. Assim, definiu-se o trabalho de campo como procedimento mais apropriado para se ter uma aproximação empírica. A pesquisa de campo no distrito de Humildes serviu então para registrar as mudanças que ocorreram no campo, e a visualização do espaço foi essencial para reflexão sobre relação campo-cidade.

Nos três trabalhos de campo realizados entre os meses de novembro e dezembro de 2019, e janeiro de 2020, usou-se transporte público da prefeitura municipal de Feira de Santana, empresa Grupo São João – Linha 012. A trajetória que o mesmo realiza segue a BA-513 em direção a estrada do Limoeiro e depois finaliza na Vila Natal do distrito de Humildes. No retorno à sede é possível perceber a direção da expansão urbana, e como a extensão dos bairros absorveu as áreas dos distritos, observou-se por exemplo que, o Bairro Limoeiro avança em direção ao distrito de Humildes.

Durante a pesquisa surgiu a necessidade de certificar sobre os aspectos inerentes ao espaço rural e urbano, para tanto, recorreu-se à realização de entrevistas que serviram para identificar os impactos socioeconômicos sobre a comunidade local, no que diz respeito ao antes e depois da aprovação da Lei

Complementar Nº 075/2013, assim como analisar o papel do poder público municipal.

A escolha desse procedimento metodológico teve objetivo principal, aproximar-se daqueles que participaram diretamente das questões necessárias à investigação. Segundo Gil (1999, p. 117), a entrevista é uma:

36

(...) técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que cada uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Esquadrinhou-se, portanto, o diálogo com os habitantes de Humildes, por considerar que tinham conhecimento sobre as questões que se pretendia investigar. Buscou-se garantir a flexibilidade na coleta de informações que é permitida pela entrevista, ao valorizar a espontaneidade do entrevistado. Logo, o procedimento foi relevante por permitir a viabilização da aproximação, entre quem pergunta e responde, na realização da investigação, porquanto o processo de troca de conhecimento compreende uma forma efetiva de comunicação. A escolha dos entrevistados não obedeceu a nenhum critério rígido, pois a intenção era o conhecimento sobre o tema investigado.

Preparou-se um roteiro, com questões semiestruturadas, direcionadas a assuntos específicos, para os entrevistados. A definição por essa modalidade resultou da necessidade de ter-se um roteiro previamente estabelecido, com perguntas definidas, que estavam previamente prontas, porém permitiam a flexibilização das respostas, quando os mesmos tinham ampla liberdade de seguir a fala, todavia não de forma diretiva. Nesse momento, há uma rápida semelhança com entrevista do tipo não-estruturada, mas tão somente quanto ao fato dos respondentes estarem aptos a falar livremente sobre o que foi questionado.

Assim, ao serem perguntados, respondiam de modo livre, da forma que desejassem, porque o intuito era romper com qualquer possibilidade de aprisionamento, enquanto a entrevistadora registrava tudo o que era exposto. Durante o processo, buscou-se não interferir nas respostas, nem incentivar ou

direcionar qualquer abordagem, antes que fosse completada a explanação. Assim, garantiu-se a exposição das informações, que tornou possível encaminhar uma análise qualitativa sobre o conteúdo das respostas. 37

As questões das entrevistas foram organizadas tendo em vista a necessidade de explicar o objeto, com a preocupação de conferir a maior liberdade possível para os respondentes. Nessa fase da pesquisa contou-se com representantes da gestão municipal para responder as questões que ficaram em aberto. Foram entrevistados representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO) Secretaria de Habitação (SEHAB). (APÊNDICE B, C,D).

As respostas permitiram trazer uma leitura sobre a posição do poder público e daqueles que permitiram e contribuíram para a efetivação da Lei Complementar nº 075/2013. Sendo assim, foi possível percorrer o caminho jurídico-administrativo estabelecido para a ampliação do perímetro urbano, bem como a criação dos novos bairros. As questões basearam-se na teoria e na prática no que se refere ao objeto de análise. Estas serviram para analisar o papel do poder público em relação às necessidades e melhoria da qualidade de vida da população, no que diz respeito à expansão urbana e as implicações para a população residente nas áreas anexadas.

A transcrição das entrevistas permitiu a leitura textual das respostas sobre a relação campo-cidade. Para a análise dos relatos, iniciou-se organizando as questões centrais a serem abordadas, refletindo sobre o que era exposto pelos sujeitos entrevistados. Este procedimento permitiu a pesquisadora obter informações referentes ao objeto, assim, “conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores” (RIBEIRO, 2008, p.141).

Produziu-se questionamentos a respeito do objeto, ao buscar a leitura e interpretação sobre o espaço vivido. As mudanças que ocorrem no território podem ser visualizadas e questionadas. Realizou-se entrevistas com moradores para verificar a influência da expansão urbana para o distrito. (APÊNDICE E)

A primeira dificuldade encontrada para a realização deste procedimento foi a definição da amostragem para a realização das entrevistas. Sendo assim, buscou-se definir o número de entrevistados no distrito de Humildes pelo critério do tamanho da população. Segundo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE-2010), o distrito contava com 13.462 habitantes. Calculando o número da amostragem probabilística, o resultado seria a entrevista com 67 moradores, quanto ao nível de confiança foi de 90%, com margem de erro 10%. (SURVEYMONKEY, 2019) As pessoas foram escolhidas aleatoriamente, e ao abordá-las, explicava-se o objetivo da pesquisa, perguntando a cada uma delas se poderiam contribuir para a investigação. Devido às dificuldades apresentadas pela necessidade do distanciamento social por causa da Pandemia do novo coronavírus COVID-19 que ocorreu inicialmente em março de 2020 e estendeu-se nos meses seguintes, por esse motivo até o final do prazo da finalização do trabalho só pode ser realizado 37 entrevistas.

Selecionou-se duas áreas para a realização desse procedimento metodológico: o centro urbano do distrito e as áreas de transição rural-urbana próximas aos loteamentos (APÊNDICE E, F). Dessa forma, foram realizados 3 (três) atividades de campos nas localidades. Estavam previstos para serem realizados o total 5 (cinco) idas às localidades para completar as 67 entrevistas, como já foi dito, devido a pandemia COVID-19 que se iniciou no primeiro semestre de 2020, as últimas entrevistas foram realizadas virtualmente, por mensagem via WhatsApp e E-mail.

As entrevistas realizadas com os moradores do distrito de Humildes especificamente na área rural que se tornou urbana através da Lei Complementar Nº 075/2013 tinha por objetivo, identificar e explicar os efeitos da mudança no cotidiano dos habitantes enfocando o âmbito social e econômico. Além disso, buscar informações sobre a opinião deles quanto ao processo de elaboração da Lei, assim como o nível de participação dos moradores.

Lançou-se mão do mapeamento também para delimitar a ampliação do perímetro urbano, com o objetivo de explicar as consequências da referida Lei para o distrito de Humildes em termos territoriais. Os estudos realizados sobre os limites rurais e urbanos do município de Feira de Santana, foram referentes aos períodos entre 2000 a 2010. Para a espacialização utilizaram-se ferramentas os softwares de geoprocessamento *Arc Map* 10.5 e *Qgis* 3.10, tomando-se como referência a base cartográfica do IBGE-2010 e as fontes da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS-2015). O sistema de coordenadas geográficas utilizado foi o Sirgas-2000 e as imagens de satélites, foram usadas no projeto MapBiomas Coleção 4.1, pois fornece imagens processadas de uso e ocupação do solo pela plataforma Web com formato matricial (pixel de 30x30m).

O objetivo foi estabelecer como ocorreram as implicações para o perímetro urbano do município, identificando assim, áreas de expansão da malha urbana. Para alcançar esse objetivo foram confeccionados mapas de Humildes sobre a extensão territorial, uso e ocupação do solo, mancha urbana e áreas de transição rural-urbana.

39

Para a construção dos vetores foi utilizada os softwares de geoprocessamento *Arc View* e *Arc Map*, *Map Biomas V4.1* e da base de dados do IBGE, que disponibiliza um banco de dados geodésico sobre o Modelo Digital de Terreno (MDT) e Modelo Digital da Superfície (MDS), do município com a finalização dos mapas auxiliada pelo Corel Draw, vetorizados pelo *ShapeFile*, baseado em cores padrões.

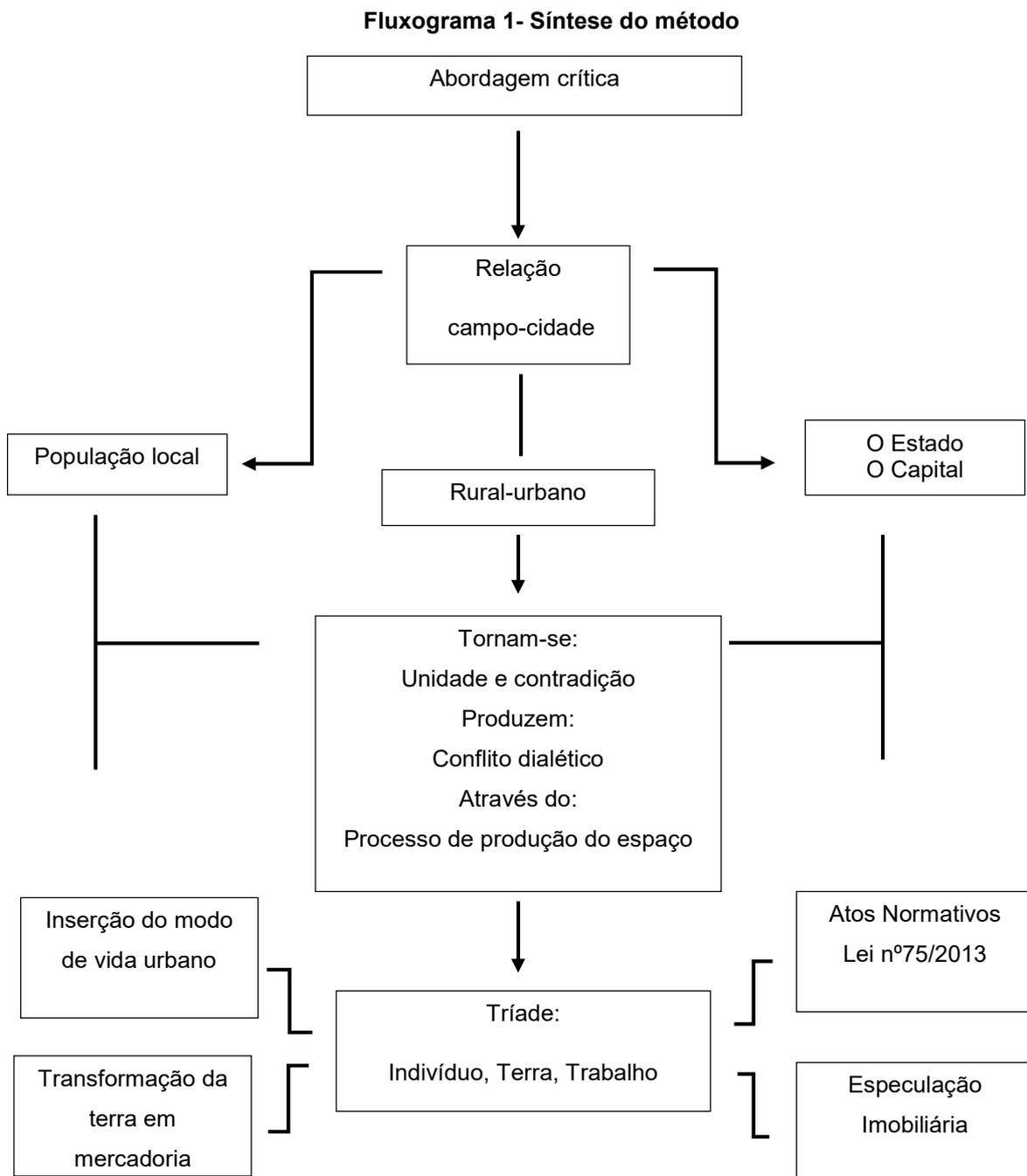
De acordo com o IBGE (2013), o mapeamento tem fins para o uso da terra, pois fornece informações do território que é essencial para orientar na análise do uso racional do espaço. Além disso, o mapeamento de uso e ocupação do solo serve de instrumento para planejamento do território, quando busca apontar os conflitos existentes sobre o espaço.

Pretendia-se realizar a construção de um projeto de intervenção com a comunidade da área de transição rural-urbana do distrito de Humildes, o objetivo era apresentar uma proposta metodológica que identificasse os aspectos sociais, econômicos e culturais específicos do campo e da cidade, rural e urbano. A proposta tinha o intuito de verificar e registrar elementos da identidade, e assim, definir uma delimitação que refletisse e expressasse a relação campo-cidade no distrito. Porém, para a construção dessa intervenção, seria necessário realizar oficinas para construção de mapeamento participativo, que estavam previstas para os meses de março e abril de 2020.

Dessa maneira, seriam identificadas e mapeadas as áreas de trabalho, lazer, áreas públicas, bem como, definidos os locais produção agrícola, e os tipos da produção. Entretanto, a falta de recursos econômicos da pesquisadora, associados à pandemia do COVID-19, no período entre março de 2019 a março de 2020 os trabalhos de campo destinados a construção do projeto de intervenção, não foram realizados, pois, precisava-se de contato direto com a população local. Assim, a necessidade do distanciamento social, determinado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e poder público municipal, inviabilizou esta etapa da pesquisa.

O produto final então, é a própria dissertação, e os mapeamentos sobre a formação territorial e a expansão urbana, assim como o uso e ocupação do solo urbano no distrito. Buscou-se com o recurso cartográfico, e imagens de satélite, além de situar a área de estudo no município, oferecer material que sirva de base para o conhecimento sobre a realidade local. 40

Diante do exposto, o método e os procedimentos metodológicos seguiram caminhos a serem percorridos, sintetizados em fluxogramas. O primeiro foi identificar a existência de sujeitos permite revelar a presença do Estado, do capital, e da sociedade como elementos modificadores do espaço, ao concretizar a relação sociedade com a natureza. (FLUXOGRMA 1)



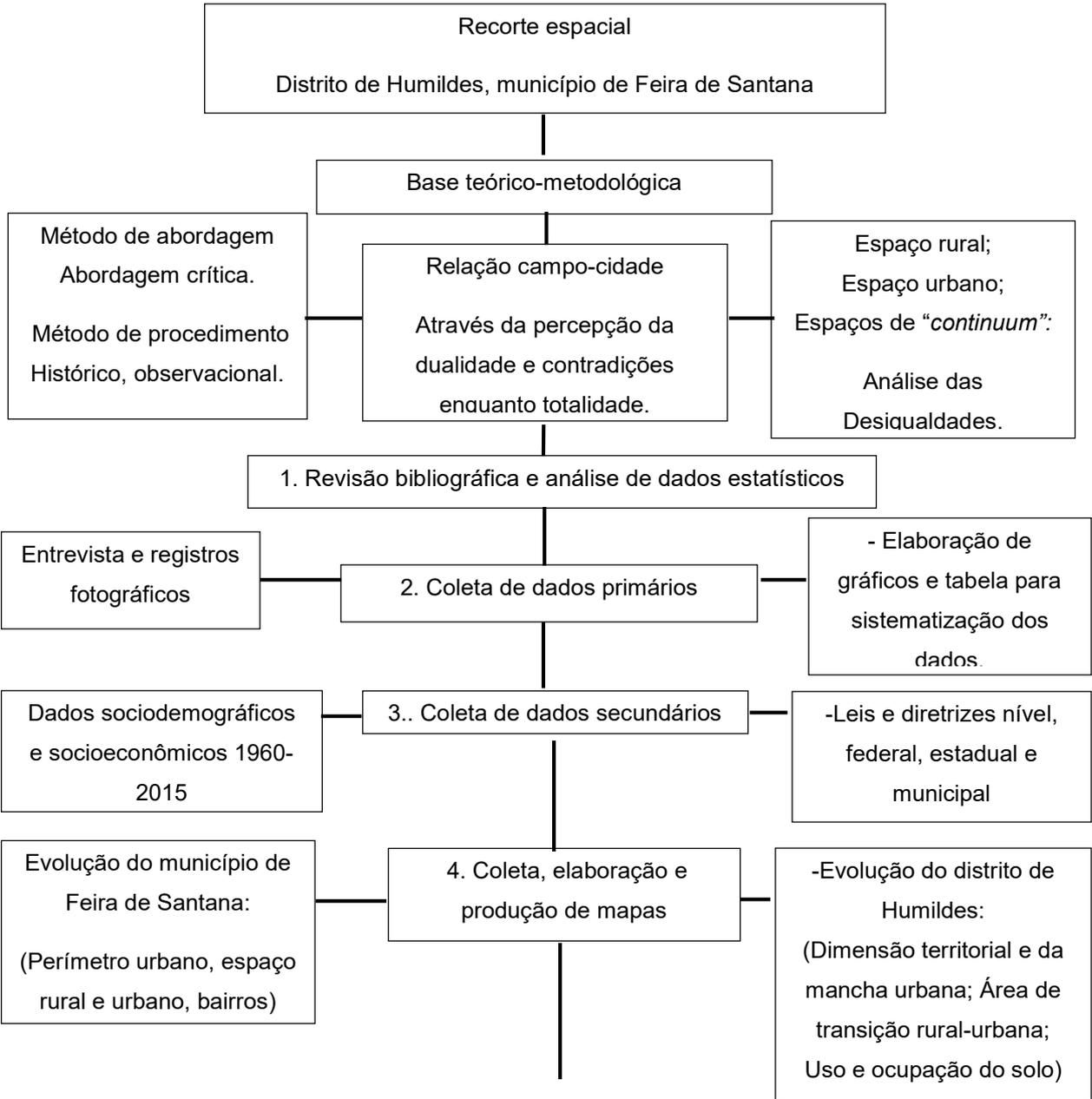


Soberania da cidade sobre o campo

Elaboração: ALVES, Aryane Sinval. 2019.

O segundo foi no âmbito da discussão teórico-conceitual, pela modificação de espaços rurais em urbanos foi discutida através da relação campo-cidade, junto com as implicações da Lei Complementar nº075/2013. A síntese dos percursos metodológicos foi sistematizada no fluxograma 2.

Fluxograma 2- Etapas de desenvolvimento da pesquisa



3 CAMPO, CIDADE, RURAL E URBANO

Este capítulo tem por objetivo elaborar uma discussão sobre campo, cidade, rural e urbano refletindo sobre as concepções de autores que tratam da relação campo-cidade. Não se pretende elaborar extensas digressões teóricas, mas tão somente definir o objeto as especificidades do estudo.

3.1 A relação campo-cidade: breves reflexões

No início do século XXI, o debate sobre a relação campo-cidade “encontra-se numa encruzilhada”, na visão de Alentejano (2015, p.1). Se na segunda metade do século XX a literatura e as pesquisas davam mais ênfase aos estudos urbanos, atualmente vê-se a proliferação de análises que apontam para a valorização do espaço rural, principalmente aqueles voltados aos limites da urbanização.

Para Alentejano (2015, p.1).

Tais estudos, de um lado, destacam as mazelas dos grandes aglomerados metropolitanos, cada vez mais marcados pela violência, a miséria e a poluição; de outro, ressaltam a qualidade de vida possível num meio rural dotado de infraestrutura básica, mas com preservação ambiental e boa qualidade de vida, recuperando, de certa forma, uma visão idílica perdida do rural.

Sabe-se, portanto, que a produção do espaço no Brasil se caracteriza pela supervalorização do urbano em relação ao rural, quando o campo é sempre

associado ao atraso, enquanto que a cidade se tornou símbolo de progresso e modernidade. Essa lógica obedece e atende aos interesses capitalistas quando esses espaços são vistos e definidos de forma separada, fragmentada e hierarquizada: campo sempre em posição de inferioridade em relação à cidade. 43

Segundo Marx e Engels (1998), campo e cidade estabelece uma totalidade, unidade dialética, explicado através da contradição. Lefebvre (1972), que também parte dessa visão, destaca os conflitos presentes na unidade, ao afirmar que o processo de industrialização influenciou a reprodução do espaço e permitiu ganhar novas dinâmicas espaciais.

Logo, os processos contraditórios e desiguais do capitalismo concretizaram a separação entre campo e cidade. Williams (1989) percebe tais alterações, ao explicar as modificações do meio produtivo e as relações sociais nesses espaços. Para Lefebvre (1999), tal fato permite identificar as modificações do espaço rural e urbano e a configuração espacial que segundo o autor, pode ser encontrada quando é analisada a forma como a urbanização altera as relações sociais de produção.

Outros autores partem de novas perspectivas, como Monrddado (2008) que destaca a necessidade de analisar o campo e a cidade enquanto unidade por meio das particularidades, como também Oliveira (1986), quando afirma que promove diferenciações na unidade. Diante disso, as contribuições teóricas mais recentes expõem o rural e urbano como espaços de *continuum*, ou de desigualdades.

Silva (2000) os define pela penetração do espaço urbano no espaço rural, ao apontar as direções da expansão urbana e os resultados para a configuração espacial. Para Carlos (2008) é necessário ainda os considerá-los enquanto espaços de contradição, pela relação entre dominados (campo) e dominantes (cidade), ao afirmar que isso explica as novas relações socioespaciais. Segundo Rua (2006), no contexto atual, fundem-se o rural e o urbano, estabelecendo assim, novas lógicas para o espaço rural.

A relação campo-cidade pode ser vista e entendida através das contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels, que tratam sob viés dialético, bem como as de Henri Lefebvre explicadas como a produção e reprodução do espaço, em diferentes contextos históricos. A utilização de autores que definem o campo e a cidade enquanto totalidade também será abordado neste trabalho, especialmente os que partem das problemáticas atuais, ao identificar a influência da mundialização do capital.

A separação campo e cidade é concretizada no início da Revolução Industrial e consolida a supremacia da cidade sobre o campo, do qual a mudança na relação campo-cidade tem por base a reprodução do capital no modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 2001b). Tais elementos tornaram-se estruturantes para explicar a relação campo-cidade, logo, perceber as contradições. 44

Para entender a oposição entre cidade e campo, é preciso situar a propriedade privada como elemento propulsor das contradições que lhes são atribuídas. O modo de produção feudal não permitia que a terra fosse recurso para o capital, dessa forma, a estrutura fundiária se constituía um problema, bem como a relação do senhor feudal e o servo que impedia a fluidez do dinheiro. “É preciso, portanto, que acabe a relação pessoal do proprietário com sua propriedade, ‘feudalidade’ desapareça; que no lugar do adágio, ‘nenhuma terra sem senhor’ venha o provérbio, ‘o dinheiro não tem mestre’”. (LEFEBVRE, 2001b)

Na visão de Lefebvre (2001b), a cidade passa a ser subordinada ao campo, porquanto, a estrutura se transforma quando,

[...] crescem as cidades comerciais, quando as cidades entram em relação umas com as outras para se federar ou para se combater. Daí a divisão entre o comércio e a indústria, de um lado, e de outro a aliança no seio dos estados entre a nobreza agrária e as oligarquias urbanas. Estes acontecimentos só tiveram lugar depois da vitória das cidades sobre a nobreza agrária (revolução das comunas e da burguesia urbana), isto é, a reversão da situação inicial, a dominação do campo, da propriedade fundiária, da estrutura feudal sobre as cidades ainda débeis. (LEFEBVRE, 2001b, p. 53)

Na Idade Média, o processo resultou na dominação da cidade política sobre o campo circundante, quando "a existência da cidade implica simultaneamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunal, portanto, da política em geral" (MARX E ENGELS, 1998, p. 80 *apud* LEFEBVRE, 2001b, p. 56). Para o autor, o campo era caracterizado pela dispersão de população, do distanciamento e a cidade o lugar da concentração de população, de produção, e do capital.

De acordo com Lefebvre (2001b), a separação entre campo e cidade fragmenta a totalidade social, quando projeta no espaço uma divisão do trabalho material e

intelectual. “Nessa separação, compete ao campo o trabalho material desprovido de inteligência; à cidade pertence o trabalho enriquecido e desenvolvido pelo intelecto, compreendendo as funções de administração e comando”. (LEFEBVRE, 2001b, p.58)

Segundo Marx e Engels (1998, p. 78) a,

45

Oposição entre campo e cidade só pode existir nos quadros da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta - subsunção que converte uns em limitados animais urbanos e outros em limitados animais rurais, reproduzindo diariamente a oposição entre os interesses de ambos.

Campo e cidade, nesse sentido, são a expressão dos conflitos, quando a forma de apropriação distancia o homem da essência do ser, porquanto a divisão do trabalho daí resultante produz exclusão, distância da natureza, não permitindo que o homem atenda às suas necessidades enquanto ser social, porque tira dele a capacidade de pensar coletivamente. Além disso, impede o acesso à terra, sendo assim, perde a essência cultural e a possibilidade de tê-la como fonte de renda.

De acordo com Lefebvre (2001b), uma das consequências desse processo foi o nascimento das manufaturas e essa como primeira ruptura do sistema corporativo inerente à cidade medieval. O campo situado fora das cidades medievais foi fundamental para o surgimento de uma classe de aldeões que cuja produção se vendia nos mercados, na parte interna ou externa das cidades.

O autor afirma que “nas pequenas aldeias onde a organização corporativa não paralisava a extensão das forças produtivas, a tecelagem provocava um tal enriquecimento, que muitas delas se tornaram novas cidades, as mais florescentes”. (LEFEBVRE, 2001b, p. 59)

A ampliação da manufatura foi impulsionada pelas relações comerciais principalmente do século XVIII, dentre eles, a Descoberta da América e as Grandes Navegações, favoreceram as cidades comerciais atingirem um grau elevado de civilização. Na visão do autor, tornaram-se cidades da grande burguesia e nas cidades industriais foram impulsionados o espírito burguês.

A grande indústria subordina ao capital a ciência e a natureza, 'retira da divisão do trabalho sua última aparência de fenômeno natural'; consegue dissolver todas as relações naturais para fazer delas relações de dinheiro. 'No lugar das cidades nascidas naturalmente, ela cria as grandes cidades industriais modernas, que brotaram como cogumelos'. (MARX E ENGELS, 1998, p. 90 apud LEFEBVRE, 2001b, p. 62)

46

A partir desse processo, a cidade se expande e fez surgir uma sociedade urbana, quando a reprodução do espaço faz criar novas relações sociais, que são modificadas conforme o interesse do capital, e do Estado. Dito isso, percebe-se que "o conflito (dialético) entre a cidade e o campo não excluiu uma certa unidade. Antes, ele a incluiu. Como em todo processo dialético". Para o autor, é necessário "apreender a relação exata entre a unidade e a contradição, o momento em que nasce a diferença, onde ela dá lugar ao conflito, onde o conflito se resolve". (LEFEBVRE, 2001b, p.55)

Entender o campo e a cidade enquanto unidade, decorre da necessidade de identificar as contradições, fato fundamental para perceber as consequências espaciais. Logo, a estrutura social passa a mudar assim como as relações de poder na transição do feudalismo para o capitalismo, pois, a transformação de servos em trabalhadores assalariados forneceu mão-de-obra para as cidades, provocando a expulsão do homem do campo que acarretou na perda da autonomia social e econômica.

Segundo Carlos (2003, p. 4),

No campo o desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas implantando o trabalho assalariado sem que as relações camponesas desaparecessem e sem que a totalidade do trabalho no campo e da vida fosse submetida integralmente a sujeição real do capital apesar do desenvolvimento da industrialização da agricultura e da expansão das culturas para exportação no seio da economia global.

A cidade e o campo dessa forma são espaços produzidos por sujeitos sociais e são eles que decidem sua função, uso e forma. Portanto, reproduzem a própria vida,

conferindo significado por meio de como se relacionam com a terra. Para Williams (1989), as mudanças na relação campo-cidade começaram quando o sistema agrário estava em desenvolvimento, no momento que foi possível transformar o meio produtivo, ao utilizar o homem e natureza como instrumento para a realização de um propósito dominante. Segundo o autor, no modo de produção capitalista ocorre o aumento da riqueza, mas é distribuída de modo desigual, permitindo até a sobrevivência da população, entretanto, considera o homem apenas como produtor e consumidor.

47

Lefebvre (1999, p.30) destaca que para explicar a influência da cidade sobre o campo é relevante definir a comunidade rural como sendo “uma forma de agrupamento social que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas ao solo”. De acordo com o autor ainda revela que,

Estes grupos primários possuem por uma parte bem coletivos ou indivisíveis, por outros bens ‘privados’, seguindo relações variáveis, mas sempre historicamente determinadas. Estão relacionados por disciplinas coletivas e designam – ainda quando a comunidade tem sua vida própria – responsáveis mandatários para dirigir a realização de tarefas de interesse geral. (LEFEBVRE, 1999, p. 33)

Nessa perspectiva, a população do campo estava diante das transformações da industrialização e nesse contexto não se caracteriza uma força produtiva industrial, apesar de integrá-la, mas sim, através da organização do trabalho na terra e das relações sociais estabelecidas.

Segundo Williams (1989), foi a transição de uma comunidade essencialmente rural para a introdução da indústria no campo que deu origem aos problemas sociais vividos a partir dessa época, especialmente na Inglaterra, no final do século XVIII até meados do século XIX que ocasionou o aumento do preço da terra, logo, as disputas por terra tornaram-se constantes e os arrendamentos corriqueiros.

Marx e Engels (1998, p. 60) afirmam que a Revolução Industrial ampliou o espaço urbano, pois,

As cidades entram em ligação umas com as outras, de uma cidade são levadas para outras novas ferramentas, e a divisão entre a produção e o intercâmbio em breve dá origem a uma nova divisão da produção entre cada uma das cidades, cada uma das quais em breve explora um ramo predominante da indústria. A limitação local inicial começa a ser gradualmente dissolvida.

Pode-se afirmar que, as cidades crescem e consomem os espaços circunvizinhos, absorve áreas do campo e faz integrar a divisão da produção, da qual as relações se impulsionam: produz-se ali e aqui, logo, a indústria articula e faz com que estes superem o isolamento. 48

Segundo Lefebvre (2001a) no Feudalismo Ocidental, o campo dominava as relações sociais, com o poder dos senhores feudais e a cidade aparece como ponto de encontro de comerciantes. No Estado Monárquico: a cidade se liberta, mas o poder ainda é do senhor feudal que reina sobre a cidade e sobre o campo, que se reduz a florestas, jardins, culturas desconhecidas, mas com a industrialização a cidade torna-se centro das decisões e se expande sobre o campo. Nesse sentido, a vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais.

Campo e cidade podem ser considerados um elemento para entender o contexto socioespacial, isto é, as linhas que permitem visualizar as especificidades entre ambos, quando é analisado os limites estabelecidos entre rural-urbano. Sobre tal aspecto Marx e Engels (1998, p. 62-63) destacam que,

No lugar das cidades surgidas naturalmente criou as grandes cidades industriais modernas, nascidas de um dia para o outro. Onde penetrou, destruiu o artesanato e, dum modo geral, todas as fases anteriores da indústria. Completou a vitória [da] cidade comercial sobre o campo. A sua primeira premissa é o sistema automático. O seu desenvolvimento criou uma massa de forças produtivas para as quais a propriedade privada se tornou um grilhão, do mesmo modo que a corporação para a manufatura e a pequena oficina rural para o artesanato em desenvolvimento. [...]

A cidade moderna é fruto da atividade industrial e conseqüentemente da submissão do campo e artesanato, o espaço perde as características de base feudal e é forjada pelos interesses do capital, essenciais para seu crescimento e expansão. O espaço capitalista ora surge no centro de decisões e articulações econômicas e

consolidando a autonomia da cidade no âmbito comercial e industrial, possibilitou a disponibilidade de força de trabalho e os meios de produção.

As transformações socioespaciais entre o campo e a cidade fazem surgir uma nova classe: o operário, o trabalhador assalariado e que relações sociais anteriores são suprimidas. Nesse contexto, com a venda da força de trabalho, o homem torna-se mercadoria e no modo de produção capitalista é mais uma ferramenta para produção e expansão para a cidade: o chão ali é só mais um caminho para ir e vir para a sobrevivência.

49

Numa outra perspectiva, Alentejano (2015) ao refletir sobre o tema, afirma que para discutir as complexidades e analisar os problemas que envolvem campo e a cidade é necessário identificar que as relações econômicas passam pela “importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão” (ALENTEJANO, 2015, p. 11). O que o autor quer ressaltar é a relevância da terra como importante para aquela unidade territorial, as formas de usos e formas dadas para os sujeitos que ali habitam.

Segundo Lefebvre (2001b, p. 24) o campo tornou-se “a circunvizinhança da cidade, seu horizonte seu limite”, para o autor o tecido urbano se expande, consumindo o que resta da vida agrária e não permite estabelecer até onde estão as edificações da cidade, pois prolifera o domínio da cidade sobre o campo: o que se é apresentado é a presença de uma segunda residência, a existência de um estabelecimento comercial em meio ao campo, para o autor [...] “fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa apenas áreas devolutas à natureza” (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Ao analisar as transformações socioespaciais do campo e da cidade Williams (1989) destaca que ao separar campo e cidade evidencia-se o papel da fronteira. O autor traz como referência Lawrence ao definir o lugar do qual morava “uma mistura estranha de velha Inglaterra com a nova”. Para o autor isso fazia menção às aldeias de mineiros inseridos no meio agrícola, chegando à conclusão que estava em uma fronteira cultural. Dessa forma, a transição campo-cidade representa a penetração da cidade, transformando e subjugando o campo.

Considerando o contexto exposto, Carlos (2007) destaca que é possível identificar que a industrialização possibilitou novas relações sociais e econômicas,

permitindo então a explosão no mundo das mercadorias e da generalização do valor de troca. A necessidade da comunicação vem como elemento integrador e intensificou e redefiniu as relações entre os lugares.

Frabetti (2006, p. 157) indica que a consequência para o camponês é ser forçado a se manter e de certa maneira dependente da sociedade capitalista, pois, “precisa vender seu produto para adquirir outros necessários à sua própria sobrevivência, além de ter que investir na especialização da produção agrícola devido às demandas do mercado monopolista”.

Na visão de Oliveira (1986, p. 53),

50

[...] com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm sido feitos no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio, etc., em outro), vai ser soldada pela presença na cidade do trabalhador bóia-fria do campo. As greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades.

Oliveira (1996) chama a atenção para a dialeticidade impressa na relação campo-cidade, quando aspectos de cada uma das realidades se fazem presentes nesses espaços que são aparentemente diferentes. Nessa perspectiva, é possível perceber o quão o processo de modernização do campo com a introdução cada vez mais intensa de novas tecnologias, faz com que as diferenças existentes entre a indústria e agricultura, no contexto atual do capitalismo, de certa forma deixem de existir.

Os processos contraditórios e desiguais que o capitalismo impõe produziram no campo, na cidade, no rural e no urbano uma interpenetração das atividades, ou seja, de certa forma uniu as especificidades, de tal modo que as relações socioeconômicas se diversificaram, ao mesmo tempo que se assemelham.

Os elementos que caracterizam a cidade agora também se fazem presentes no campo, o cotidiano foi modificado, bem como as dimensões socioespaciais. A dimensão do rural e urbano torna-se ainda mais complexa e os reflexos da

industrialização influenciam nas práticas laborais rurais e urbanas fazendo acentuar as desigualdades socioespaciais.

3.2 A dimensão rural-urbana no Brasil

51

A cidade pode ser entendida segundo Carlos (2007, p.19), “enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais produzindo um espaço ao longo do processo histórico”. De acordo com a autora, “o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais”. A prática urbana da qual a autora aborda resulta da reprodução das relações sociais, assim, ocorre em três planos: no âmbito econômico - a cidade produzida como condição de realização da produção do capital; no político - a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que esse domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado; e no social - a cidade produzida como prática socioespacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana.

Dessa forma, esses “ três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana/espaço mundial” (CARLOS, 2007, p.20)O espaço urbano passa a ser então o lugar dos conflitos. Singer (1978) explica como o uso do solo urbano se estabelece. O processo inicia-se com a propriedade privada do solo, quando se torna mercadoria, assim, o capital imobiliário é o agente social que o utiliza para dar lucro ao capital. Nesse sentido, o capital imobiliário é de certa forma um falso capital, ele cria condições para que haja valor sobre a terra, onde os preços são determinados pela demanda. Para Singer (1978, p.23) “a ‘produção’ de espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola”.

Sobre a questão, Singer (1978, p.25) afirma que,

Como a demanda por solo urbano muda freqüentemente, dependendo, em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o

mercado imobiliário essencialmente especulativo. (SINGER, 1978, p. 25)

52

Outros fatores influenciam no valor da terra, e o capital espera o momento propício para concretizar o lucro. A infraestrutura disponível é um fator que o autor destaca, ao indicar que o mesmo é antecipado quando há mudanças na estrutura urbana para aquele determinado espaço. “Do ponto de vista das empresas, cada ponto do espaço urbano é único, no sentido de proporcionar determinado elenco de vantagens que influem sobre seus custos. (SINGER, 1978, p. 29) O principal agente social fomentador desse processo é o Estado, pois é o responsável pela implantação de muitos serviços urbanos, “essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço” (SINGER, 1978, p.34). Sendo assim, “as transformações no preço do solo acarretadas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm possibilidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviços urbanos serão expandidas” (SINGER, 1978, p. 35).

De acordo com Carlos (2007) no que se refere aos conflitos existentes no plano do lugar, as contradições acontecem devido ao processo de produção social do espaço e a apropriação privada, que atinge diretamente a vida cotidiana. A autora afirma, que esse espaço se insere em um fluxo de trocas “atraindo capitais que migram de outros setores da economia, de modo a viabilizar a reprodução associada a uma nova forma de dominação do espaço” (CARLOS, 2007, p. 23), fazendo com que a ocorra fragmentação espacial.

Os espaços rurais e urbanos se tornam uma unidade contraditória sob conflitos da reprodução do espaço. Definir espaço rural e urbano implica em deparar-se com velhas e novas problemáticas que precisam ser definidas e olhadas sob a ótica do concreto. Isso chama atenção para uma questão, que é delimitar até que ponto um lugar é rural e urbano no atual contexto em que vivemos. Dessa forma, refletiu-se sobre as definições conceituais, aplicando a realidade analisada os critérios estipulados pela sociedade.

Antes de explicar a dimensão geográfica desses espaços em Feira de Santana, torna-se necessário fazer uma leitura a nível nacional pois, para explicar as problemáticas que envolvem as definições é preciso ter um olhar sobre a totalidade

espacial, já que, é no mesmo que se revelam as contradições socioespaciais e por isso aparecem na escala local os conflitos de interesses e de realidades múltiplas.

O Brasil possui 5.570 municípios atualmente, com 160.925.792 pessoas residindo no espaço urbano e 29.830.007 pessoas no espaço rural, segundo os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010). De acordo com as informações, pode-se afirmar sobre a importância do urbano quando se identifica que a maioria da população vive nas cidades, entretanto, a realidade espacial é complexa e precisa ser analisada vinculado a escala local. Expõe-se os procedimentos estabelecidos no país para definir o urbano e também o rural.

53

O Decreto-Lei Nº. 311, de 02 de março de 1938, constitui a primeira Lei elaborada para definir áreas rurais e urbanas dos municípios. Os artigos 2º e 11º estabelecem que:

Art. 2º Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal.

Parágrafo único. Essas zonas poderão ter ainda denominações especiais.

Art. 11º Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias.

Na visão de Lima (2017, p. 86), a ação do Estado “foi considerada inadequada por parte do corpo técnico da Instituição, mesmo considerando que o referido Decreto-Lei tenha sido elaborado a partir de documentos do Conselho Nacional de Estatística”, sendo os primeiros critérios para definir as primeiras cidades, as vilas e distritos.

O critério demográfico usado para definir o espaço rural e urbano parte do tamanho da população concentrada em determinado espaço. As áreas urbanas então, são caracterizadas pela maior densidade demográfica, enquanto, as áreas rurais são delimitadas pela menor densidade populacional. O tamanho da população já era utilizado desde a década de 1960. Conforme Lima (2017, p. 88) “população superior a 10 mil habitantes na área pretendida para o novo município, sendo 10%

eleitores, cinco milésimos da receita estadual de impostos, e 200 casas na futura cidade”.

A Constituição Federal de 1967, com a Lei Complementar nº 1, de 09.11.1967, definia os critérios básicos para a emancipação de um povoado para tornar-se município. Dessa forma, percebe-se que a definição das especificidades dos espaços resulta de atos normativos que às vezes não condiz com a realidade. 54

Os critérios estabelecem “a negação das enormes e conhecidas desigualdades existentes, uma vez que a reunião de 10 mil pessoas encerra realidades totalmente distintas a depender da fração do território em que ocorre”. (LIMA, 2017, p. 88). Sendo assim, determinava que “todas as áreas que almejam se tornar municípios, que possuíssem ao menos 10 mil habitantes em seu território, incluindo as populações urbanas da cidade e das vilas e a população rural”, poderiam se emancipar (LIMA, 2017, p. 89).

A Constituição Federal de 1988 passou para o Estado o papel de designar os critérios de emancipação de um município e para Lima (2017, p. 90), isso “proporcionou diferenças quantitativas e qualitativas entre os estados”. Na visão da autora,

As inúmeras desigualdades, que caracterizam o Brasil, são também identificadas no fracionamento dos territórios estaduais, tanto pelos recortes herdados de períodos passados, quanto pelos desmembramentos que continuam a acontecer de maneira muito diferenciada, sugerindo, mesmo, tratar-se de uma estratégia estadual que transcende seus governos. (LIMA, 2017, p.90)

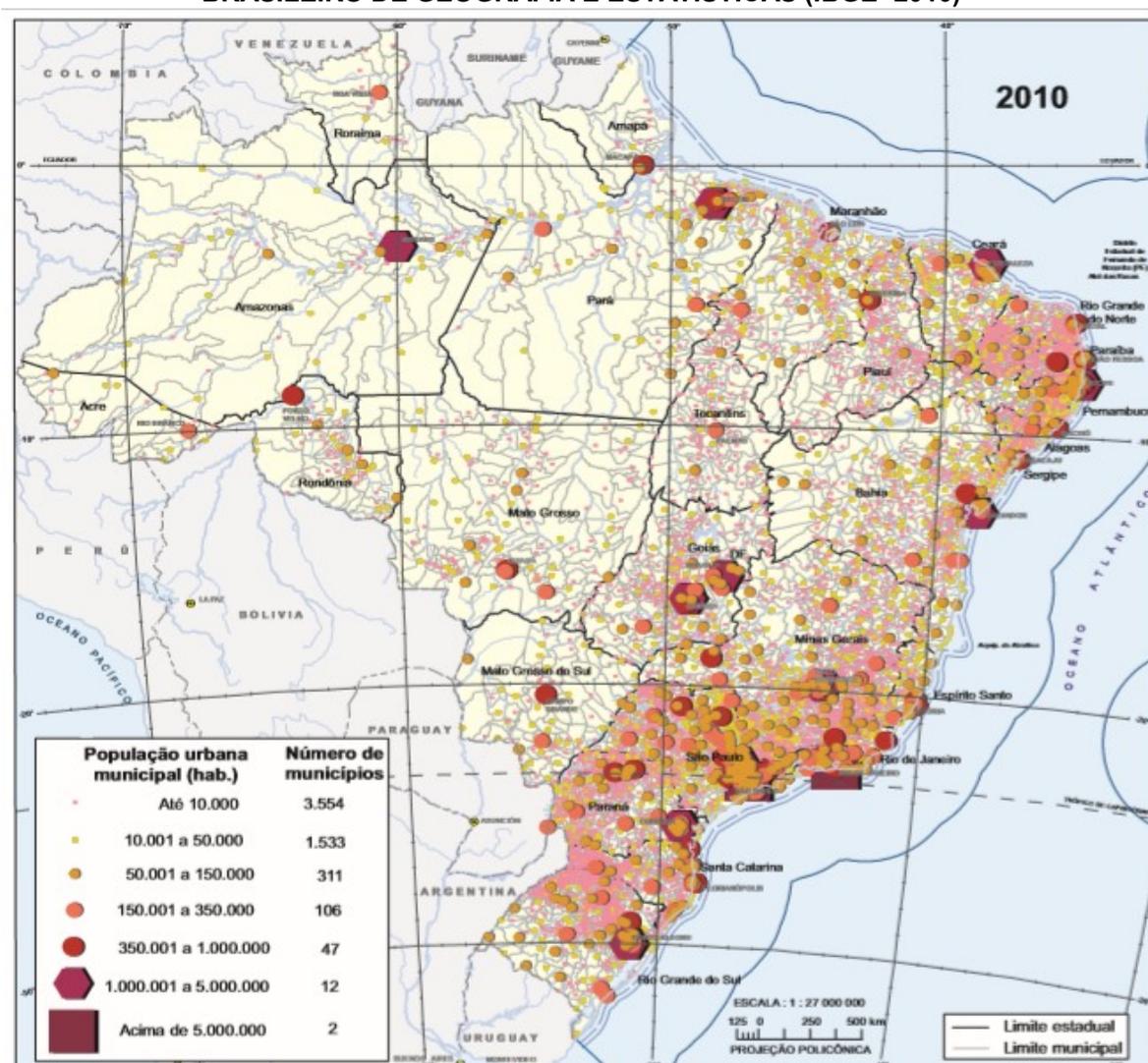
As diferenças socioespaciais tanto quantitativa, quanto qualitativa, envolve a dimensão do rural e do urbano e principalmente em decorrência da atuação do Estado em tornar as vilas em municípios. Os fatores são muito mais de ordem política e econômica do que em benefício da população. O primeiro passo é espacializar a dimensão do rural e urbano em termos populacionais, sociais e econômicos para identificar as contradições. Tais diferenças podem ser visualizadas no mapa do Brasil sobre densidade populacional, discriminado na figura 2.

Os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010) sobre densidade populacional foram sistematizados na

figura 2. Pode-se afirmar que o Brasil concentra áreas urbanas principalmente nas proximidades do litoral norte e oriental e também nas Regiões, Sul e Sudeste, sendo também bastante representativo na Região Nordeste, enquanto as Regiões Centro-Oeste e Norte, apresentam um menor adensamento populacional. Os estados mais populosos são Rio de Janeiro e São Paulo, concentrando um número significativo de cidades com população que varia entre de 1.000.001 a 5.000.000 de habitantes.

De acordo com Lima (2017), o critério demográfico revela alguns problemas ao definir os espaços rurais e urbanos no Brasil. O primeiro refere-se a como estabelecer os limites físicos das cidades e vilas e explicar a “existência de áreas urbanas externas às cidades e vilas, assim como vilas sem o caráter urbano” (LIMA, 2017, p. 95).

FIGURA 2 - BRASIL: DENSIDADE POPULACIONAL DE ACORDO COM O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE- 2010)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 2017.

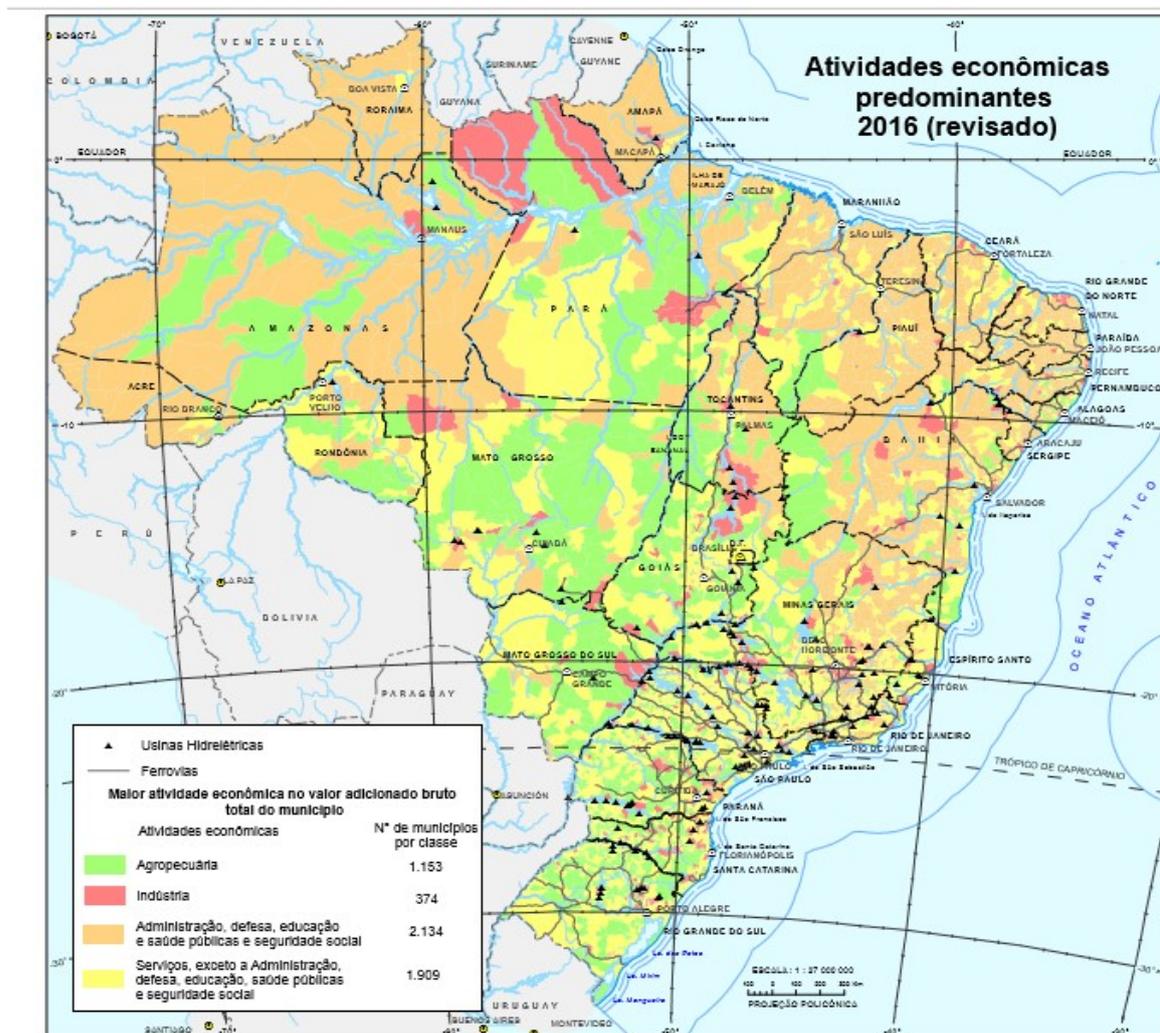
Abramovay (2000) apud Lima (2017) revela ainda que as contradições se intensificam nos espaços rurais, quando é instituído o critério administrativo de identificação de espaços urbanos, quanto a determinação de espaços rurais feita por exclusão” (LIMA, 2017, p. 98). A autora coloca como possibilidade “que o país fosse dividido em regiões urbanas e regiões rurais, foco principal do seu trabalho, que incluiriam campos e cidades” (LIMA, 2017, p. 99). Dessa forma, supera-se a ideia de que urbano é o antagônico ao rural, ao atribuir à inexistência de relações sociais e de reprodução do espaço.

56

Outro critério utilizado para definir espaço rural e urbano é o econômico, quando é caracterizado segundo as atividades predominantes. Assim, o espaço rural seria aquele onde se concentram as atividades primárias e o espaço urbano das atividades secundárias e terciárias. “O caráter urbano amplia-se quanto maior o nível e a quantidade de atividades não-agrícolas presentes” (BERNARDELLI, 2010, p. 35). Esse critério assim leva em consideração o percentual de População Economicamente Ativa (PEA) nos setores econômicos, através do número de pessoas ocupadas.

A figura 3 indica as atividades econômicas predominantes desenvolvidas no Brasil, especificamente, a agropecuária, industrial, administração, defesa, educação, e saúde públicas e seguridade social e serviços, exceto administração, segundo as informações sobre produto Interno Bruto (PIB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2016).

FIGURA 3-BRASIL: ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES DE ACORDO COM O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE-2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 2017.

57

De acordo com as informações contidas no mapa, pode-se afirmar que o Brasil tem as atividades concentradas na agropecuária, indústria, administração pública e de serviços. Além disso, é possível identificar as áreas de agrupamento das atividades segundo as localidades ao nível nacional. Nas Regiões Norte e Nordeste tem-se a concentração no setor primário, enquanto nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste predominam as atividades no setor secundário. As áreas de administração aparecem em quase todo território nacional a agropecuária estende-se no Centro-sul e Norte, já o setor de serviços é mais evidente no Sul, Sudeste e Centro-oeste. (FIGURA 03)

A caracterização sistematizada na figura 3, permite afirmar que o setor primário existe um significativo número de pessoas exercendo atividades vinculadas à terra, principalmente devido a concentração de atividades agropecuárias, no Norte e Centro-Sul, especialmente no Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás as

atividades dos setores secundário e terciário estão mais presentes no Sul e Sudeste. (IBGE, 2017)

Tais dados não refletem a realidade brasileira, já que homogeneiza as relações sociais de produção, bem como acaba por distorcer as dimensões da terra e trabalho. Os aspectos econômicos, junto aos demográficos, por muito tempo foram utilizados para caracterizar os espaços rurais e urbanos brasileiros. Dessa forma, há autores defendem a necessidade de buscar abordagens e metodologias que melhor caracterizam as particularidades brasileiras.

Vale ressaltar que, quando se discute as distorções das relações sociais de produção, pretende-se inferir sobre as informações referente como o homem desenvolve as relações de trabalho, distribuição e processo. Assim, definir a concentração de pessoas que realizam atividades primárias, secundárias e terciárias sombreia a dinâmica socioespacial. Diante disso, informações complexas são esquecidas, por exemplo, as práticas laborais do campo no que diz respeito às novas relações sociais, dentre elas, o trabalho acessório, agricultura urbana, dentre outros.

A definição do espaço rural e urbano através das atividades econômicas desenvolvidas produz na unidade realidades distintas. “No modo de organização da sociedade atual, [...] se verificam atividades não primárias sendo desenvolvidas no campo e, em alguns casos, atividades primárias sendo desenvolvidas em áreas entendidas como cidade” (TALASKA, SILVEIRA, ETGES, 2014, p. 2). São esses aspectos que permitem definir o espaço urbano e o rural, ao diferenciar e explicar a dinâmica socioespacial diante das especificidades da cidade e do campo. 58

A questão econômica é complexa e utilizá-la como critério para definição de espaço rural e urbano é algo que precisa ser levado em consideração com certo cuidado e criticidade, pois envolve diversos interesses e principalmente as ações do Estado e a quem isso beneficia. Definir determinada área do município como espaço predominantemente urbano pode fragilizar as relações socioespaciais do campo, por exemplo, atingindo principalmente as populações rurais, comunidades tradicionais, etc. Na busca por definições que superem as problemáticas que envolvem os critérios políticos-administrativos, demográfico e econômico na visão dos autores supracitados, é necessário ir além no processo de caracterização dos espaços rurais urbanos no Brasil. De acordo com o IBGE (2017, p. 13) “os critérios

também recebem críticas por não atenderem a uma dimensão mais completa ou mais próxima da realidade, captando apenas frações da realidade”.

O que ocorre é que “as dificuldades para a classificação extrapolam o caráter parcial dos métodos utilizados e se articulam também com as rápidas transformações sociais sucedidas nas últimas décadas”. (IBGE, 2017, p. 13). Segundo Sposito e Whitacker (2006, p. 14) a problemática envolve as descontinuidades territoriais e “aponta que no último século a expansão territorial do processo de urbanização foi muito mais intensa do que nos séculos anteriores”. Outra questão envolve os espaços rurais, pois “a diversificação das atividades do campo é outro elemento que tem sido levantado com mais firmeza na bibliografia mais recente sobre o tema”, (IBGE, 2017, p. 14).

Diante do exposto, pode-se afirmar que,

O rural e o urbano precisam ser compreendidos em sua diversidade, que podem ser avaliadas de forma plural em abordagens como a legal, a morfológica, a demográfica, a cultural, a econômica, entre tantas outras. A utilização de qualquer uma delas, de forma isolada ou combinada, deve ser vista como uma aproximação parcial da realidade. (IBGE, 2017, p. 15)

59

As relações urbano-rurais, segundo Rosa e Ferreira *apud* Whitacker (2010, p.16) “permitem observar as continuidades e as descontinuidades entre o rural e o urbano e repensar o conceito do *continuum*, buscando compreender o rural e o urbano como partes de uma mesma estrutura”. Assim, as áreas rurais e urbanas trazem realidades complexas e plurais, depende de cada realidade que precisam ser pensadas enquanto especificidades socioespaciais.

O IBGE (2017) criou uma nova tipologia para atender as desigualdades espaciais que estão inseridas na definição rural e urbana no contexto da unidade territorial, assim, buscou criar metodologias que atendessem as especificidades socioespaciais. Os procedimentos metodológicos foram definidos tendo como referência:

- a) As unidades populacionais que possuíam mais de 50 000 habitantes em áreas de ocupação densa ou que faziam parte de

concentrações urbanas, os municípios foram classificados como predominantemente urbanos;

- b) As unidades populacionais com população em áreas de ocupação densa menor que 3 000 habitantes, os municípios foram classificados como predominantemente rurais. (IBGE, 2017, p.20)

Posteriormente, buscou-se a “inter-relação entre a classificação obtida segundo a população total em áreas de ocupação densa e o percentual da população em áreas de ocupação densa das unidades populacionais” (IBGE, 2017, p. 20). Dessa maneira, foram estabelecidas três definições para os espaços rurais e urbanos, definindo-os enquanto predominantemente urbanos, predominantemente rurais e intermediário. (QUADRO 2)

Quadro 2-CLASSIFICAÇÃO PARA ÁREA RURAL E URBANA DE ACORDO COM O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE-2017)

Municípios	Grau de urbanização Maior que 75%	Grau de urbanização 50 a 75%	Grau de urbanização 25 e 50%	Grau de urbanização o Menor que 25%
População com mais de 50.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente Urbano	Predominantemente Urbano	Predominantemente Urbano	Predominantemente Urbano
População com 25.000 e 50.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente Urbano	Predominantemente Urbano	Intermediário	Predominantemente Rural
População com 10.000 e 25.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente Urbano	Intermediário	Predominantemente Rural	Predominantemente Rural
População com 3.000 e 10.000 habitantes em área de ocupação densa	Intermediário	Predominantemente Rural	Predominantemente Rural	Predominantemente Rural
População menos de 3.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente Rural	Predominantemente Rural	Predominantemente Rural	Predominantemente Rural

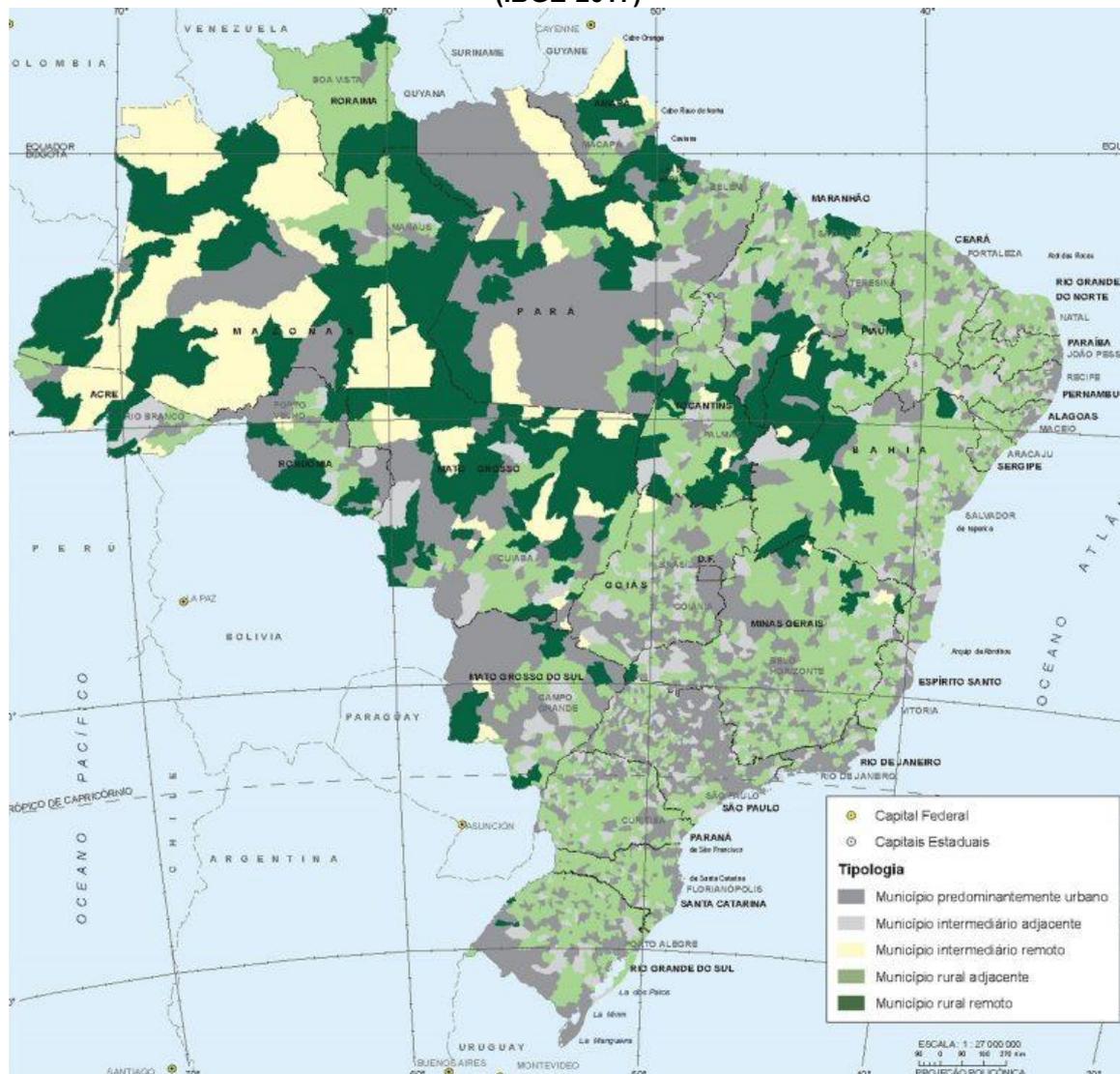
60

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2017).

Posterior a classificação ocorreu o cruzamento que possibilitou identificar “a dimensão da localização de forma que se possibilite distinguir, dentre os municípios classificados como intermediários e rurais, aqueles adjacentes a centros urbanos de maior hierarquia daqueles que se encontram remotos”. (IBGE, 2017, p. 64).

A distribuição espacial das classes da tipologia municipal no território rural-urbano definida pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE:2017). Considerou os municípios como predominantemente urbano, intermediário adjacente, intermediário remoto, rural adjacente e rural remoto. (FIGURA 4).

FIGURA 4- BRASIL: CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS DE ACORDO COM O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE-2017)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2017).

De acordo com IBGE (2017) é possível informar que 76% da população brasileira está em municípios considerados predominantemente urbanos, correspondendo somente a 26 % do total de municípios. A maioria dos municípios brasileiros foram classificados como predominantemente rurais (60,4%), sendo 54,6%, definidos como rurais adjacentes e 5,8% classificados como rurais remotos.

Na Região Nordeste, observou-se que quase 1/3 de sua população vive em municípios rurais e possui a menor porcentagem de população em municípios urbanos em relação às outras Regiões - 59 % do total. O Sudeste, a região mais dinâmica economicamente, registra as maiores porcentagens de número de

municípios e população vivendo em municípios urbanos- um total de 87%. (FIGURA 04)

A Região Sul tem, em relação ao isolamento, os menores valores relativos para os municípios classificados como intermediários remotos e rurais remotos, esses dois com menos de 0,5% dentre as cinco macrorregiões, além da proximidade física entre as sedes municipais. O Centro-Oeste se mostrou uma Região de contrastes, pois consegue ser, ao mesmo tempo, a Região com a segunda maior população em municípios urbanos - em torno de 79,8% - e em municípios remotos, intermediários e rurais cerca de 2,3% e 4,0%, respectivamente - quando se compara com o restante do país. (FIGURA 04) (IBGE, 2017)

O Estado da Bahia possui a maioria dos classificados como municípios rurais adjacentes, porém conta também com municípios definidos como predominantemente urbanos localizados, principalmente na faixa litorânea. Grande parte da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste com um número significativo de municípios caracterizados como rural remoto, de acordo com as definições do IBGE. (FIGURA 04)

Para definição dessa tipologia utilizam-se os critérios de disponibilidade de infraestrutura urbana, localização entre cidades e influência regional, além dos critérios demográficos e econômicos (IBGE, 2017). Apesar dos critérios serem relevantes na elaboração da metodologia, ainda permanecem distantes da realidade da população e das especificidades que permitem explicar as relações socioespaciais, já que, não contemplam critérios que insiram a população no processo de construção de definições para o rural e urbano. Diante disso, é preciso analisar os múltiplos cenários do país, utilizando os aspectos socioespaciais e os impactos produzidos pela ação dos agentes sociais locais, pois a dimensão rural-urbana brasileira não nos permite explicar as dinâmicas municipais. 62

O conceito de socioespacial decorre da necessidade de relacionar os aspectos sociais e espaciais, bem como, de trabalhá-los enquanto totalidade. No âmbito dos processos que ocorrem na produção do espaço, estão relacionadas às desigualdades produzidas pelos efeitos que a aplicação da Lei nº 075/2013 provocou na relação campo-cidade.

Dessa forma, “a desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social” (RODRIGUES,

2007, p. 74). No âmbito espacial refere-se às relações que se estabelecem entre sociedade e espaço, isso quer dizer que formam diferenciações entre grupos sociais e o modo como se comunicam com o espaço. Esses, aqui analisados enquanto rural e urbano.

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdo da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano. (RODRIGUES, 2007, p. 75)

Dessa forma, a desigualdade socioespacial constitui como resultado das consequências produzidas pela sociedade no espaço. O modo de produção capitalista ampliou as disparidades, bem como, as novas relações sociais no âmbito social, econômico, territorial, cultural e ambiental. No que diz respeito à relação campo-cidade, deriva do poder da cidade sobre o campo, bem como priorizarao crescimento urbano, o acesso à terra, a distribuição de políticas públicas, dentre outros.

Identifica-se que a desigualdade se compõe das dimensões social e territorial, pois afeta, de diferentes formas, tanto sujeitos pertencentes a distintos grupos sociais, como também seus territórios, relacionados às determinações econômicas, sociais e políticas nele expressas. (KRAEMER, 2013, p 138)

Assim, o campo e a cidade possuem relações culturais de pertencimento entre aqueles que habitam determinados espaços. No que se refere ao campo, a cidade ao produzir o modo de vida urbano, bem como as relações sociais de trabalho advindas do modo de produção capitalista, cria e (re)cria práticas que modificam a função do solo e as relações sociais já existentes.

No âmbito da propriedade privada outro fator é a interferência na relação do homem do campo com o lugar que reside, pois, retira o reconhecimento que o

trabalhador rural cria com o lugar que produz, perde-se o pertencimento, as relações culturais, laborais.

Podemos concluir que:

a desigualdade entre cidade e campo representa uma destas manifestações próprias do modo de produção capitalista, fruto de determinações políticas, econômicas e sociais que contém em si, expressões da questão social e que se relacionam tanto a eventos contemporâneos, associados às novas formas de acumulação capitalista, como guardam estreita relação com as formas pré-capitalistas de exploração do trabalho e da terra. (KRAEMER, 2013, p 139)

O resultado são as contradições socioespaciais, os espaços rural e urbano evidenciam os problemas de ordem social, econômica, cultural e ambiental. Tem-se como uma das questões a ação do Estado junto a lógica do capital ao fomentar instrumentos jurídico-administrativos que efetivam a expansão urbana, visando o lucro com a venda da terra.

QUADRO 3- SÍNTESE TEÓRICO-CONCEITUAL

CONCEITO	AUTOR	DEFINIÇÃO	IMPORTÂNCIA PARA PESQUISA
Relação Campo-cidade	Marx e Engels (1998)	Totalidade	Analisa o campo e a cidade enquanto totalidade, através da relação de subordinado e subordinante.
	Lefebvre (1972)	Unidade dialética	Explica os conflitos existentes no âmbito da unidade.
	Lefebvre (2001)	Espaços circunvizinhos	Explicar a relação campo-cidade pela revolução industrial e como produz mudanças nos limites/fronteiras.
	Lefebvre (1972)	Unidade e contradição	Destaca a relação dos processos contraditórios e desiguais do capitalismo para estabelecer a separação entre campo e cidade.
	Williams (1989)	Fronteira Cultural	Identifica como a revolução industrial modificou o meio produtivo e as relações sociais.
	Monrdado (2008)	Construções socioespaciais	Expõe a necessidade de analisar o campo e a cidade enquanto unidade, apresentam-se as particularidades
	Oliveira (1986)	Unidade contraditória	Analisa a diferenciação estabelecida na unidade.
Rural e Urbano	Lefebvre (1999)	Produção e reprodução do espaço	Identifica as transformações do espaço rural e urbano e produção espacial.
	Silva (2000)	Penetração do espaço urbano no espaço rural	Indica as direções da expansão urbana e os resultados para a configuração espacial.
	Carlos (2008)	Espaços entre dominados/dominantes	Analisa as relações socioespaciais para o espaço rural e urbano, o campo e a cidade.
	Rua (2006)	Fundem-se rural e urbano	Identifica as novas lógicas estabelecidas para o espaço rural

Elaboração da autora, 2019.

4 O MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Este capítulo trata da caracterização dos aspectos sociodemográficos, econômicos e ambientais de Feira de Santana, com o objetivo de identificar os elementos que compõem o espaço urbano e rural. Apresenta-se também a formação territorial, ao tomar como referência a expansão urbana, no sentido de explicar a dinâmica espacial do município.

4.1 A produção do espaço feirense

A formação territorial político-administrativa de Feira de Santana, conforme Freitas (2014), tem origem em 1696 com a formação de uma freguesia, que era vinculada a Cachoeirinha e em 1832, passa a categoria de vila. O município se estabelece em 1833, com a formação dos primeiros distritos e em 1873, a cidade recebe o nome de Feira de Santana. No ano de 1831, tem-se a mudança de nome para Feira, mas logo depois volta ao nome anterior, especificamente em 1938.

Poppino (1968) afirma que entre 1930 e 1944 a extensão territorial de Feira de Santana havia sido reduzida em mais de um quarto (1/4), terras dos distritos de Tanquinho e Humildes foram cedidas aos municípios de Serrinha e Coração de Maria. Nesse contexto houve perdas de proporções de seu território, após isso, o município somente expandiu-se.

O processo de ocupação é iniciado por volta de 1640, pois com a divisão de território das capitânicas hereditárias, a família Peixoto Viegas adquiriu a sesmaria de Tocós, as chamadas terras de Itapororoca, onde se originou o centro da ocupação do município. O centro contava com a casa forte e a igreja, lugar onde recebia fluxos de tropeiros que conduziam as boiadas e comercializavam o gado, além de contribuir com as primeiras habitações. (LIMA, 2012)

As terras da freguesia de Itapororoca permaneceram com essa família até meados do século XVIII. Posteriormente, com o falecimento dos primeiros donos, os herdeiros distribuíram e dividiram as terras em fazendas, dentre elas, a Sant'Ana dos Olhos d'Água, que foi comprada pela família Araújo/Brandão, onde foi construída a capela em homenagem a Santana. Nas proximidades dessa capela estabeleceu-se o início das ocupações que influenciou no povoamento e no surgimento das feiras livres. (LIMA, 2012)

Oliveira (2008) destaca a importância dos fatores geográficos para a formação territorial do município. A autora faz referência ao solo fértil que contribuiu para utilização de áreas de pastagens ao influenciar os fluxos migratórios que atraiu compradores e vendedores de gado, bem como criadores e vaqueiros que traziam os animais vindos de outras regiões.

Os caminhos percorridos pelos viajantes ficavam as estradas, sendo importantes para economia local, pois seriam para o ir e vir entre interior, recôncavo, e a capital, a *Estrada Real* “ligava o Porto de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira a Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Jacobina, Juazeiro; e a *Estrada das Boiadas*, que ligava Feira a Salvador” (OLIVEIRA, 2008, p. 40).

Freire (2007) também destaca a importância do gado e da vinda dos viajantes que adquiriram terra devido a esse fator. A adaptação fácil para o gado, “nos campos do litoral, onde o português Garcia d’Ávila tinha suas terras, aumentará a sua criação para perto de 200 cabeças em apenas três anos, desde que aqui chegaram em 1549, junto com Tomé de Sousa” (FREIRE, 2007, p.44).

De acordo com o autor, o engenho de açúcar junto ao comércio de gado fomentou as relações socioeconômicas, pois a carne servia para alimentação dos moradores, assim os criatórios foram se ampliando, indo em direção ao rio São Francisco, quando “o gado era engordado, comendo a erva rala que as pastagens de então, livres de cercas, lhes oferecia e, após o período das chuvas, a vegetação leguminosa encontrada nas caatingas”. (FREIRE, 2007, p.45)

Por muito tempo, esse foi o contexto socioeconômico e a produção do espaço de Feira de Santana. O autor registra que “a pecuária teve um significativo crescimento com a descoberta das minas de ouro no interior da Colônia, quando então foram abertas estradas para escoar essa produção de gado até as Minas Gerais e a região de Rio de Contas, na Bahia”. (FREIRE, 2007 p.46) Lima (2012) destaca ainda que, na sua origem, a produção do espaço em Feira de Santana esteve ligada às necessidades do ciclo do capital (produção, distribuição, circulação e consumo) ou seja, espaço é estruturado para viabilizar a comercialização do gado.

Conforme Poppino (1968), a implantação de infraestrutura começou tendo como referência o projeto vias estaduais em 1917, com a construção de sete estradas para ligar Salvador aos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Todos, exceto Alagoas e Sergipe, passavam pelo município de Feira de Santana, isso teve como consequência

transformá-la em um centro de comunicação entre o litoral e o interior e com outros espaços fora da Bahia, como é o caso das áreas ao norte de Belo Horizonte.

Em 1950, o autor identifica que somente dois caminhos foram concluídos: os interestaduais que ligavam a Bahia ao leste do Rio São Francisco, a rodovia Bahia Espírito Santo, que passava pelo distrito de Humildes, uma região rica em produção de cacau localizada no sudeste da Bahia. No mesmo ano, a estrada que articulava a capital baiana para Goiás tinha sido aberta, indo em direção a Seabra e que se tornou uma das estradas principais. As estradas secundárias foram construídas no mesmo ano, tendo Seabra como ponto de partida, seguindo Bom Jesus da Lapa e Malhada.

Diante de tais considerações que foram os principais elementos para a organização do espaço feirense, da formação da vila e da produção do espaço, tem-se o contexto socioeconômico dos primeiros séculos de formação territorial. A vila “em decorrência da sua funcionalidade enquanto espaço de troca passou a ser denominada cidade comercial de Feira de Santana” (LIMA, 2012, p. 76)

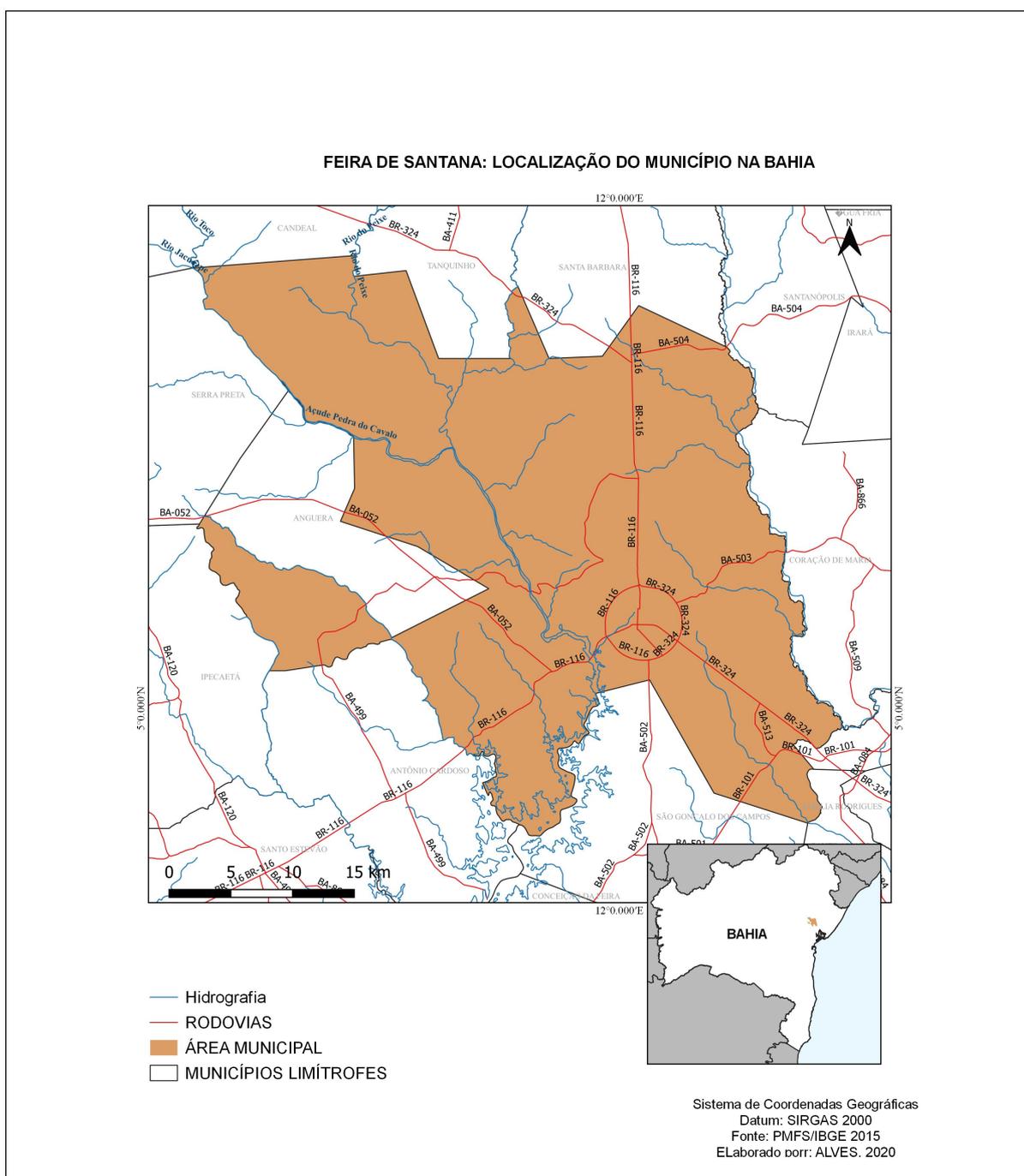
O município está situado na área de domínio de clima tropical semi-úmido, a leste do encontro dos planaltos acidentados com o Rio Jacuípe, e as planícies que se limitam com a Zona da Mata. Segundo Santos e Oliveira (2006), o município é marcado pela localização na área de transição entre o litoral úmido e o interior semiárido, denominado agreste.

De acordo com Oliveira (2008), Feira de Santana foi importante para a capital baiana, quando considerado o seu papel de centro receptor do crescimento de Salvador, e assumiu posição de destaque em relação a outros municípios, “por ser o palco na qual se divulgavam os benefícios de viver na grande cidade, onde o comércio era sua principal vitrine” (OLIVEIRA, 2008 p. 52). Além disso, outros elementos também foram propulsores da sua importância enquanto cidade, segundo a autora que destaca a posição geográfica privilegiada, localizada entre o sertão e o litoral, bem como as vontades do poder público local e o rápido processo de urbanização.

Feira de Santana localiza-se a leste do Estado da Bahia, especificamente, a 108 km de distância da capital baiana. A cidade tem como principais vias de acesso a BR-324 Sul, que se liga a Salvador, a BR-324 Norte confere o acesso à Jacobina, a BR-116 Norte segue em direção a Serrinha até o Norte do Brasil e a BR-116 Sul, em direção ao Sul do país, enquanto a BA-502 permite o acesso a São Gonçalo dos

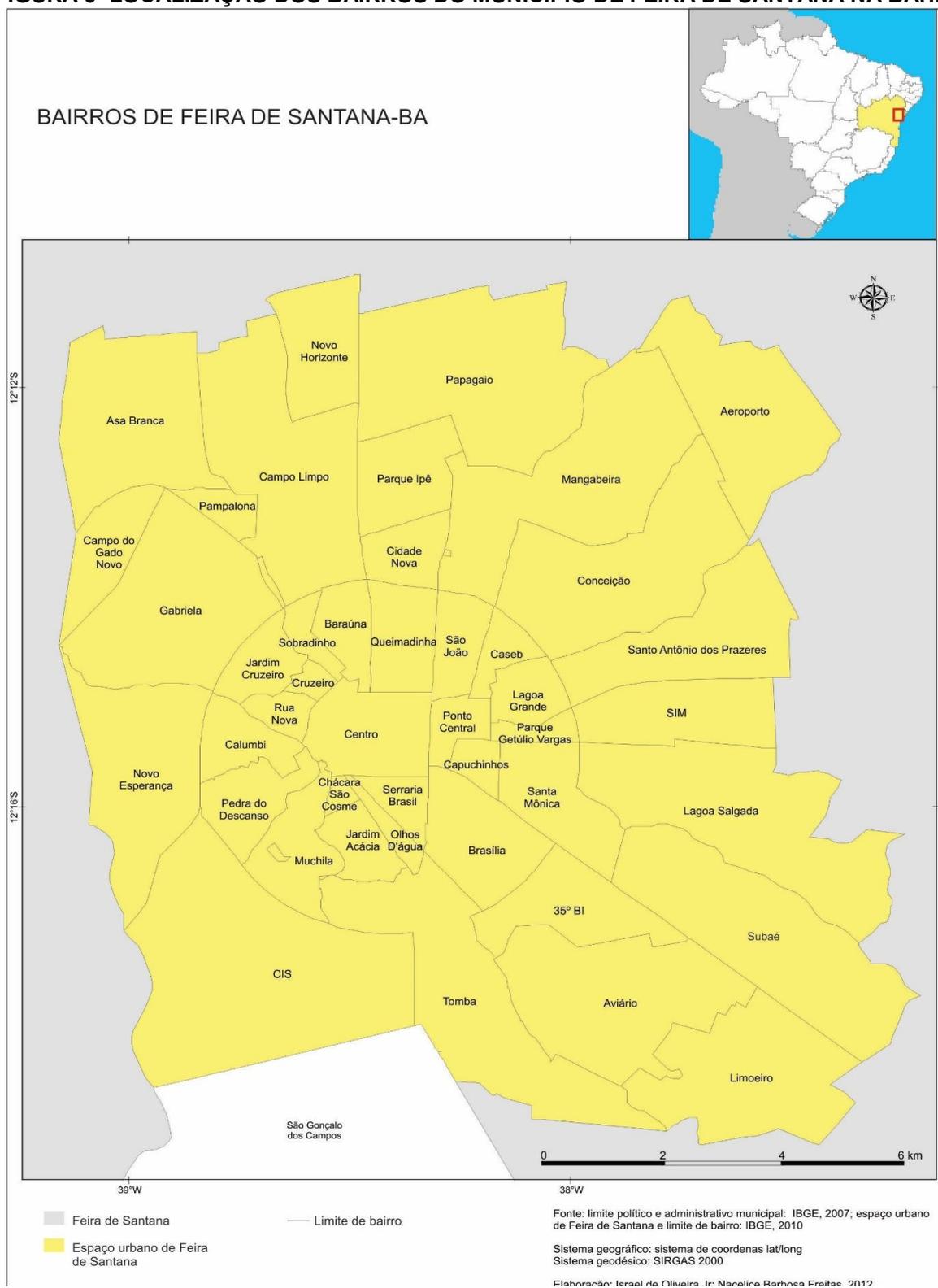
Campos e em seguida tangencia BR- 101.No entorno do espaço urbano encontra-se o Anel de Contorno Rodoviário Avenida Eduardo Fróes da Mota, criado na década de 1960 com o intuito de delimitar o espaço urbano (MAPA 2). Em 2013, a cidade contava com 44 bairros. (FIGURA 5)

MAPA 2-FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NA BAHIA



Fonte: IBGE, 2010.

FIGURA 5- LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA NA BAHIA



Fonte: Freitas, 2014.

4.2 A dimensão do espaço rural e urbano em Feira de Santana

As áreas rurais e urbanas são delimitadas conforme os critérios definidos pelo plano diretor, instituindo o perímetro urbano. Dessa forma, para discutir o campo e a cidade em Feira de Santana torna-se relevante analisar os planos diretores municipais.

De acordo com o IBGE (2013, p. 13), “o urbano é definido pela concentração populacional enquanto o rural por sua dispersão”. Sendo assim, a delimitação do perímetro urbano, implica em definir que o urbano é caracterizado pelo aglomerado populacional, e o rural por dispersão populacional.

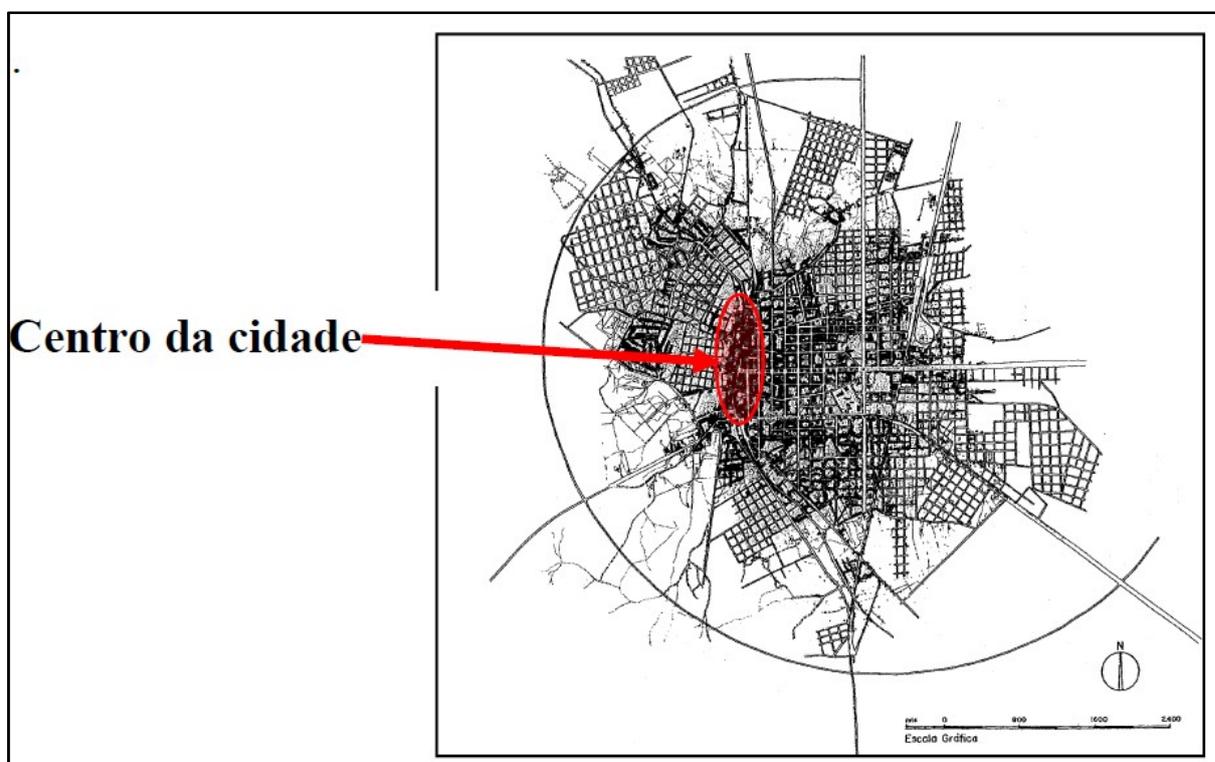
Segundo Carvalho e Braga (2001, p.98) “o Plano Diretor é o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. A configuração territorial de Feira de Santana teve os parâmetros legais para o uso do solo inicialmente definidos no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), em 1968.

Em 1969, foi estabelecida a Lei Nº 629, de 04 de julho de 1969, na qual a Câmara Municipal aprova e sanciona os termos legais para a definição das áreas de uso e ocupação do solo, como também o PDLI. No PDLI o planejamento urbano é definido através do zoneamento.

A classificação das áreas específicas, estavam ligadas a suas funções, tais como: a) zona urbana de sede e das vilas existente, de expansão urbana, e zona rural. São definidas sete zonas: a) Zona I- Central; b) Zona II- Mista; c) Zona III- Residencial; d) Zona IV- Mista; e) Zona V- Comercial; f) Zona VI- Residencial; g) Zona VII- Residencial; h) Zona VII-Industrial.

Para Santo (2011, p.7), “a malha urbana da cidade restringia-se fundamentalmente à área interna do Anel de Contorno- Avenida Eduardo Fróes da Mota- que por sua vez, ainda estava parcialmente concluída”. Através dessa caracterização os limites do rural e do urbano toma como referência o Anel de Contorno Rodoviário, dessa forma, o espaço urbano restringia-se a parte interna até seus limites e na parte externa configurava-se o rural. (FIGURA 6)

FIGURA 6- FEIRA DE SANTANA: PLANTA DA CIDADE EM 1968



Fonte: Santo (2011, p. 8).

Diante do exposto, é possível concluir que a dinâmica rural e urbana ainda não tinha uma forma consolidada. Santo (2011) ressalta que o planejamento territorial do PDLI promoveu uma malha retangular. A mesma destaca ainda que conforme a Lei resultou “do parcelamento para fins comerciais, de um cinturão verde” constituído de chácaras e glebas que envolviam o centro da cidade. (PMFS, p.101, 1968.)

Quanto ao zoneamento proposto, baseou-se no que já estava ocorrendo na cidade e procurou preservar áreas de mananciais hídricos (principalmente as lagoas), sugerindo utilizá-las como áreas de lazer. Sugeriu ainda que a ferrovia fosse deslocada para área adjacente ao Anel Viário, contornando-o, para não atravessar o centro urbano, como acontecia até então, interligando-o ao Terminal Rodoviário, próximo ao Centro Industrial. (SANTOS, 2011, p. 7)

A Lei Nº 1614 de 1992 dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento do município de Feira de Santana, ou seja, o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) tem como algumas de suas premissas: “compatibilizar as inter-relações rurais urbanas e direcionar o processo de produção do espaço urbano com o ordenamento do uso da ocupação do solo no território municipal”. (PDDU, 1992)

O capítulo III, Incisos I e II da Lei, estabelece a divisão do território em zona rural e zona urbana e para as áreas de anexação da zona urbana é alterado então os seus limites:

I - áreas de conurbação física concluída e consolidada, ou seja, áreas que anteriormente estavam integradas à zona rural, mas que se incluíram na tessitura física urbana, caracterizadas pela expansão das vias e infraestrutura urbana;

II - áreas pré-conurbadas, ou seja, que se encontrem num estágio que já identifique a conurbação física caracterizada pela alta e densa concentração de chácaras, sítios, postos de serviços para veículos e outros equipamentos urbanos e de infraestrutura em rede. (PDDU, 1992, p. 2)

O que refletiu no espaço rural e urbano foi o crescimento do perímetro urbano já que algumas áreas foram inseridas, especificamente as localizadas distantes do Anel de Contorno Rodoviário (Avenida Eduardo Fróes da Mota), pois, são pontos de fronteira rural-urbana e dessa forma, são as mais interessantes para a reprodução do capital, especialmente, o setor imobiliário, ao conferir a especulação.

Outro momento de ampliação do espaço urbano resulta da Lei Complementar Nº 18, de 08 de julho, de 2004, que delimitou o perímetro urbano com os seguintes limites: (MAPA 3)

I - Trecho/ BR-116 Norte até a estrada para São Roque,

II - Trecho/ BR-116 Sul até a BR-116 norte,

III - Trecho/ estrada para São Roque até a BR-116 Sul.

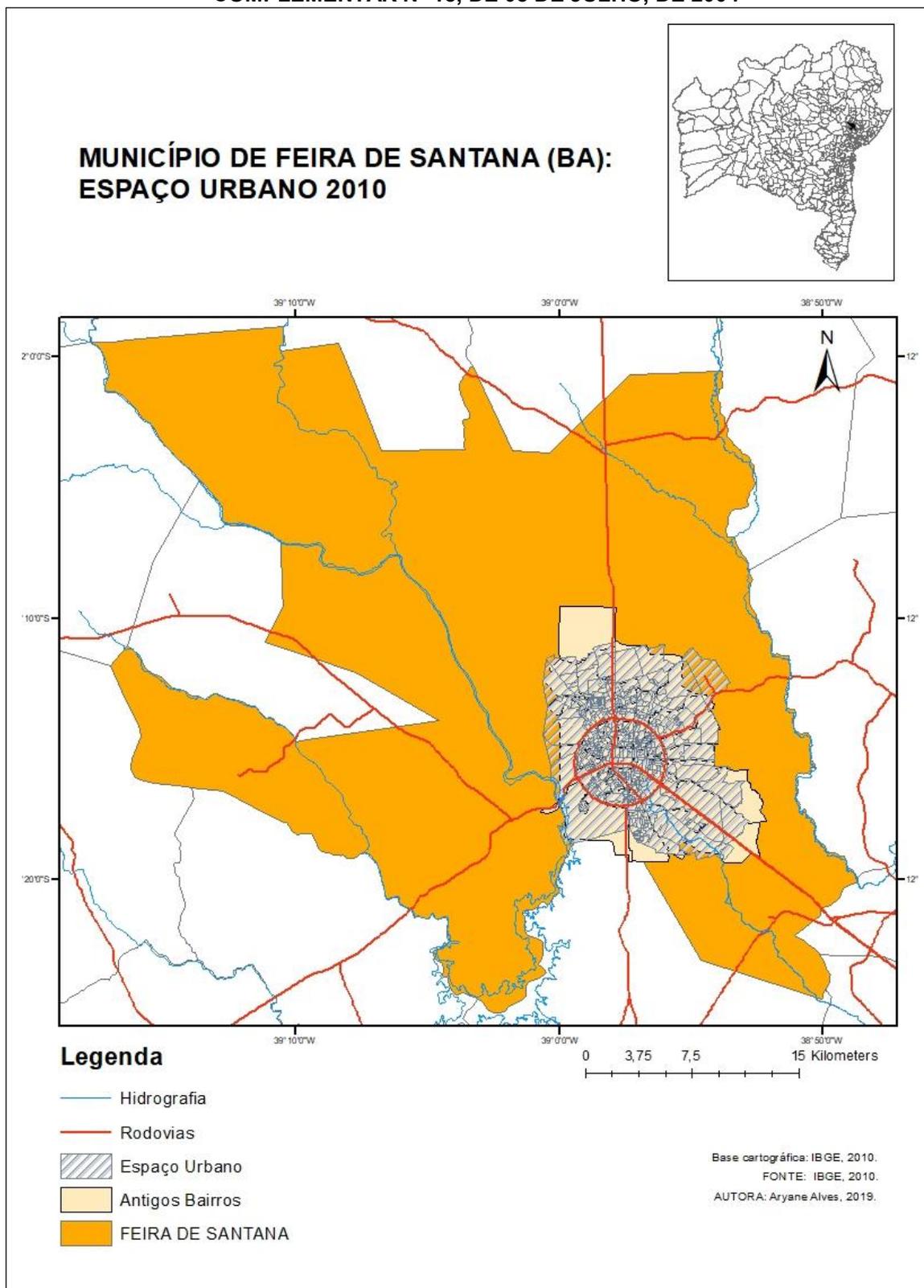
A lei complementar nº 75, de 20 de julho de 2013, estabelece um novo perímetro urbano para o município, devido à criação dos seis novos bairros para a cidade. Os limites são abrangidos para os pontos: (MAPA 4)

I- Trecho: BR-116 norte até a estrada para São Roque,

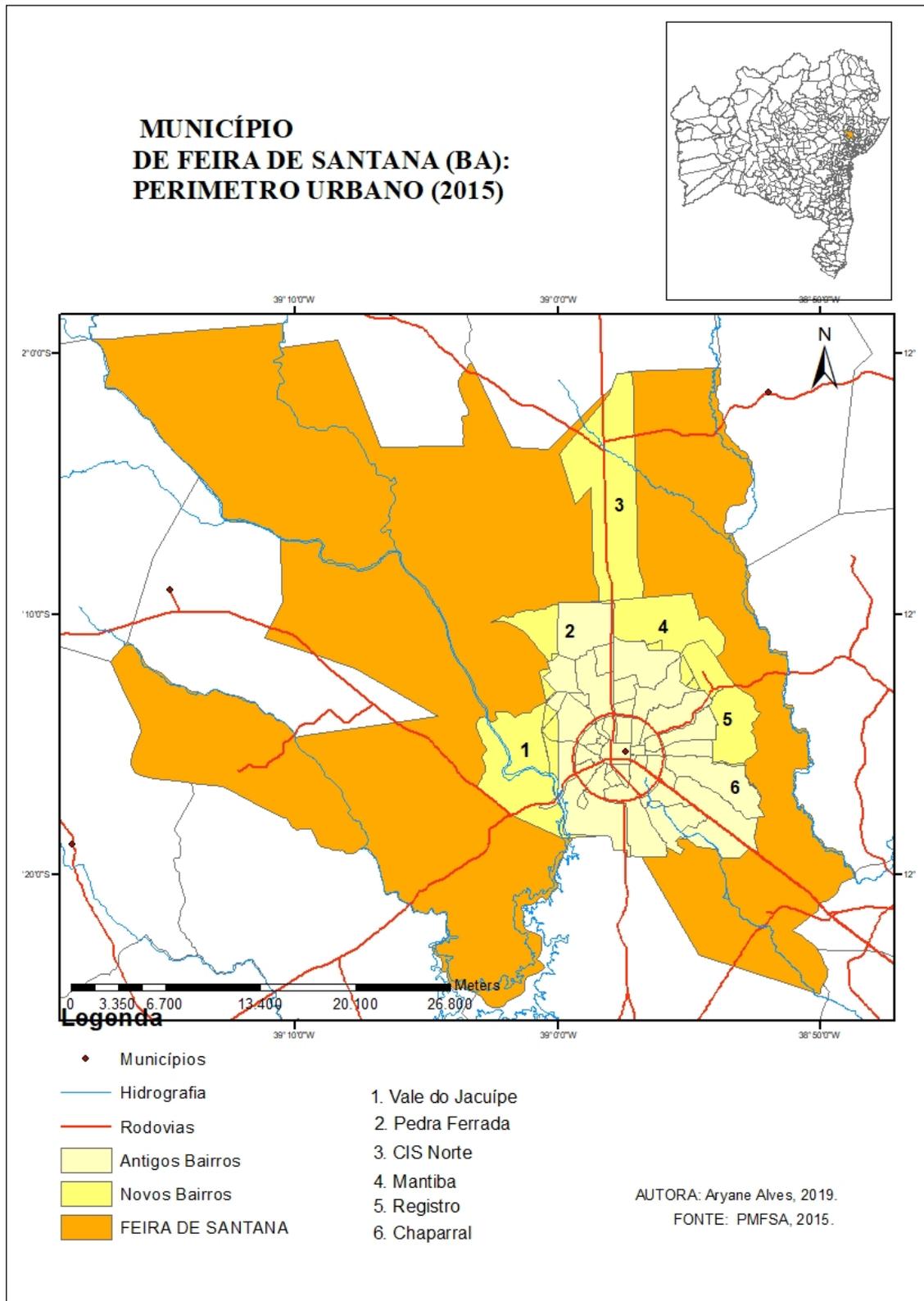
II- Trecho: estrada para São Roque até a BR-116 Sul,

III- Trecho: BR-116 sul até a BR-116 Norte.

**MAPA 3- FEIRA DE SANTANA: DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 18, DE 08 DE JULHO, DE 2004**



MAPA 4- FEIRA DE SANTANA: DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 075, DE 20 DE JUNHO, DE 2013



O perímetro urbano do município agora composto por 52 bairros, amplia-se no sentido Norte, pela implantação do Bairro CIS Norte, e Leste quando são criados os bairros Mantiba, Registro e Chaparral, enquanto na parte Oeste o Vale do Jacuípe. Na Lei é formado as divisas interdistritais no município de Feira de Santana, isso define o desenho rural e urbano e faz entender como se constituiu o processo de expansão urbana.

Os distritos atingidos com a nova delimitação são: Tiquaruçu, Matinha, Jaíba, Humildes, Governador João Durval Carneiro, Jaguará, Maria Quitéria, com os limites até os municípios de Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos, Anguera e Santanópolis. Os limites modificados compreendem ainda áreas que tangenciam a BR-116 Norte até a estrada para São Roque seguindo até a BR-116 Sul.

A dimensão rural urbana também pode ser analisada através dos dados demográficos, tendo como referência os números sobre população total, densidade demográfica, população rural, população urbana, e taxa de urbanização. De acordo com leitura dos números associado as delimitações do perímetro urbano é possível explicar a expansão territorial de Feira de Santana. Ocorreu a reunião dos dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1960 e 2010, foram organizados na tabela 1. Buscou-se assim, identificar os aspectos rural e urbano do município observando o ritmo do crescimento população total, rural e urbana, assim como a taxa de urbanização. (TABELA 1)

Tabela 1- Feira de Santana (BA): população total, rural, urbana e taxa de urbanização, densidade demográfica (1960-2010)

Décadas	População Total	Densidade demográfica	População Rural	População Urbana	Taxa de Urbanização
1960	141.757	105.94	71.873	69.844	49.30
1970	190.078	142.05	55.813	134.263	70.31
1980	291.540	217.85	57.599	233.950	80.40
1991	405.848	303,75	56.875	348.973	85.86
2000	480.949	357.98	49.219	431.730	89.77
2010	556.642	408,51	46.020	510.622	91.74

Fonte: Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE 1960-2010)

De acordo com os dados demográficos apresentados na tabela 1, pode-se observar que os números sobre população total do município cresceram a partir das

décadas apresentadas, enquanto a densidade demográfica ao longo de seis décadas também se manteve em crescimento. A população rural diminui entre 1960 e 2010 e a população urbana mantém em crescimento constante nos mesmos períodos, assim como a taxa de urbanização. (TABELA 1)

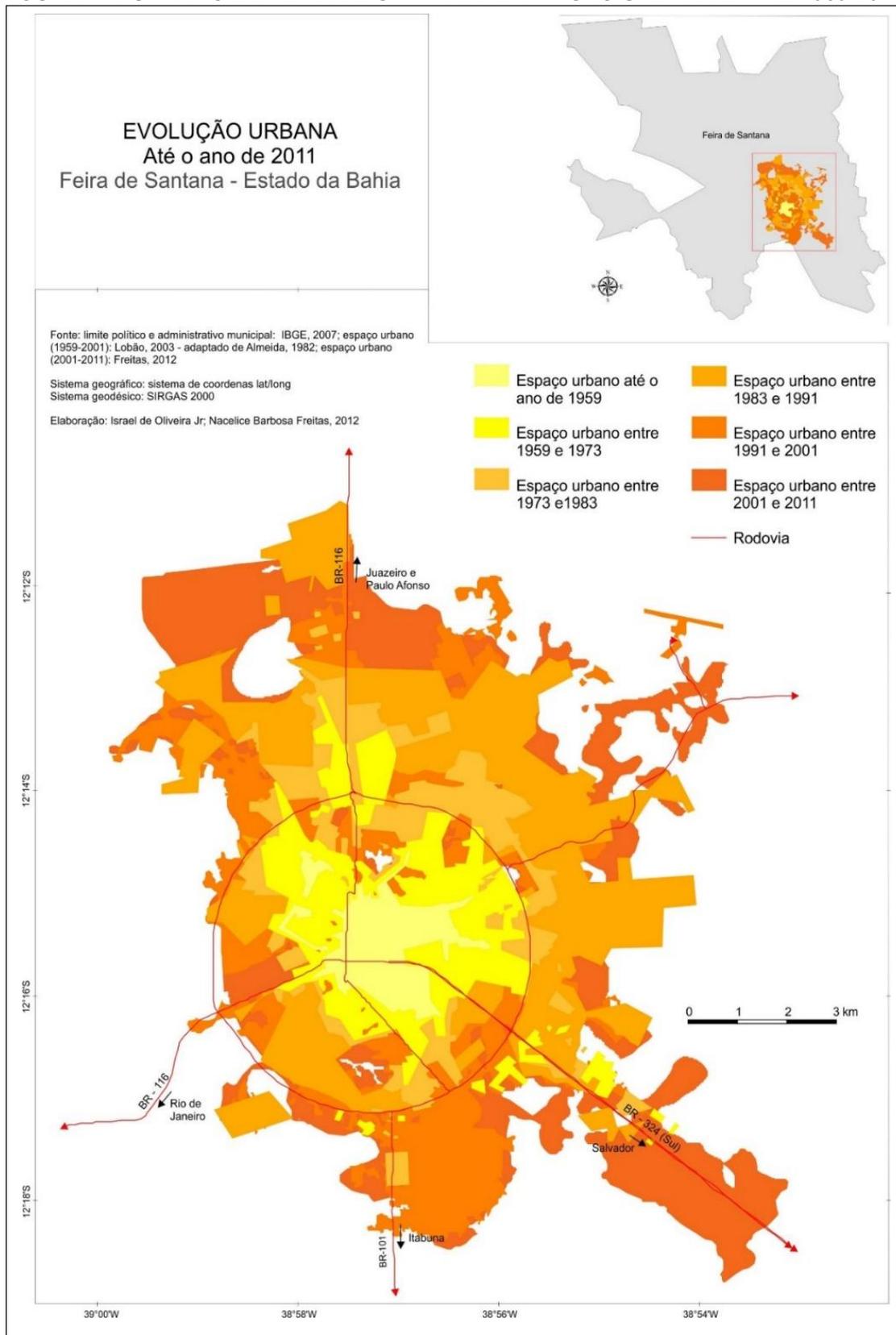
A década de 1960 marca a taxa de urbanização em cerca de 49,30%, dessa forma, mais de 50 % da população total do município morava no campo. Já na década de 1980, 80,40 % da população passa a habitar na cidade, é possível observar que menos de 20% da população reside no campo. Os números do censo demográfico do IBGE (2010) indicam uma taxa de urbanização com mais de 91.74%, confirma-se então que o urbano se amplia enquanto há redução da população rural.

A figura 7 mostra a direção da expansão urbana em Feira de Santana no período entre 1959 e 2011, indicando o adensamento populacional predominante na parte interna do Anel de Contorno Rodoviário, e na parte norte, nordeste, sul e sudeste da cidade.

A partir da expansão da mancha urbana de Feira de Santana percebe-se o crescimento do espaço urbano sobre o rural. O adensamento urbano de Feira de Santana concentrou-se inicialmente na parte interna do Anel de Contorno Rodoviário Avenida Eduardo Fróes da Mota, a exemplo das Avenida Getúlio Vargas e Senhor dos Passos, dentre outras, até o ano de 1959. De acordo com Freitas (2014) a cidade se expandia de forma rápida, principalmente no centro. A autora destaca a importância da BR 324, implantada em 1926, ligando à cidade a capital baiana, pois “contribuiu, de forma efetiva, para a ampliação da cidade porque a população se encarregou de construir habitações e casas comerciais nas proximidades da via, possibilitando a expansão em direção ao sudeste, e intensificação do tráfego”. (FREITAS, 2014, p. 262)

Entre a década de 1930 e 1940, era no centro da cidade que se concentrava a vida urbana, em decorrência da implantação de infraestrutura urbana, principalmente sentido leste do centro da cidade, um dos motivos que explica tal contexto é que durante essa época o município era predominantemente rural, devido a prioridade ao desenvolvimento das atividades agrárias. O crescimento do centro ocorreu com a ação do Prefeito Heráclito Dias Carvalho em 1938, com os primeiros loteamentos em determinadas ruas, atualmente localizado no centro, especificamente o sub-bairro Kalilândia. (FREITAS, 2014)

FIGURA 7- MUNÍCIPIO DE FEIRA DE SANTANA: EXPANSÃO URBANA ENTRE 1959-2011



Após 1973 a mancha urbana se estende até os limites do Anel de Contorno Rodoviário, entretanto, entre 1973 a 1983 ocorre a expansão na parte externa, em decorrência do surgimento dos novos conjuntos habitacionais, estruturando bairros nos espaços periféricos. “O Plano Diretor do CIS (1970) é categórico em afirmar sobre a necessidade da construção de casas populares com o intuito de abrigar a mão de obra que se encaminharia para Feira de Santana em busca de melhores condições de vida” (FREITAS, 2014, p.275-284).

Percebe-se então que a expansão do espaço urbano decorre da necessidade de novas áreas para novos usos econômicos que aquele espaço está sendo destinado. Desse modo, a especulação imobiliária atua para viabilizar os interesses do capital associado à lógica da expansão urbana. As décadas entre 1970 a 1980 foram marcadas por implantações de diversos conjuntos habitacionais que colaboraram para o crescimento do espaço urbano no município.

A cidade expande o centro, ampliando em todas as direções, porém não se distancia das fontes naturais de água, fundamental para o abastecimento da população, porque a expansão do espaço urbano se intensifica nas áreas de abundância deste líquido e disponibilidade do lençol freático, sempre em direção ao norte, sul, sudeste e leste, porque a parte oeste-sudoeste mesmo com a proximidade do Rio Jacuípe, não oferece facilidade e condições técnicas para efetuar a captação da água dificultando a ampliação urbana. (FREITAS, 2014.p. 264)

De acordo com Freitas (2014), a expansão no sentido norte do município resultou na ação do poder público e privado, em duplicação da BR-116 Norte, e a construção da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que foram decisivas para o crescimento da cidade na direção norte do centro. Para a autora, “a industrialização que possivelmente atrairia um grande contingente populacional, faz com que o poder público local se volte para ampliar o espaço da cidade mediante construções de novas unidades habitacionais destinadas aos proletários”. (FREITAS, 2014, p. 281)

Desde 1991 a mancha urbana cresce principalmente no sentido norte e leste entre 1991 a 2011, o que ocorre é a tendência ao adensamento da parte interna do anel de contorno, especificamente ao sul, e sudeste. Nota-se que a leste na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário Avenida Eduardo Fróes da Mota há pouca densidade urbana, com pequenas manchas a sudoeste.

Para Freitas (2014), o surgimento dos bairros como, por exemplo, Viveiros, Feira VII, Feira X, proporcionou a expansão urbana, sentido norte e sul, promoveu então para a população afastada do centro, a intensificação do comércio formal e informal, e certa independência aos serviços imediatos.

A partir de então, começaram a serem construídos os primeiros conjuntos habitacionais, “o Estado cumpre a sua função em ação conjunta com o capital privado, fabricando espaços padronizados, ao mesmo tempo em que, desenvolve estratégias geopolíticas para arrefecer a luta de classes”. Dessa forma, “fundam novos bairros qualificados pelo alto nível econômico de seus habitantes”. (FREITAS, 2014, p.290)

De acordo com Machado (2010, p.30), nos últimos cinquenta anos, o município ficou conhecido como “uma porta de entrada para o progresso e oportunidade para uma vida melhor”. Isso refletiu em um processo migratório que conforme o autor trouxe consequências em nível socioespacial.

Dentre os motivos expostos, tem-se a busca por melhores condições de vida, e isso resultou em ocupações (des)ordenadas, situações de moradia precária, alto nível de insalubridade, impactos ambientais, principalmente ligados à poluição dos mananciais hídricos, como também em períodos de chuvas a ocorrência de alagamentos, e inundações, etc.

A partir de 2011 ocorre a ampliação do perímetro urbano e para Araújo (2015, p.218), o que se apresenta na produção do espaço é que “mais uma vez, os condomínios fechados, são destaque por sua atuação na conversão do solo rural em solo urbano”. Para o autor, as terras localizadas na fronteira entre o rural e urbano “encontram-se de forma acessível, e atraem diversos compradores, principalmente do ramo imobiliário, forçando a urbanização pelos vetores de crescimento da cidade”. (ARAÚJO, 2015, p.218)

A implantação do Anel de Contorno Rodoviário Avenida Eduardo Fróes da Mota foi importante para a cidade, pois permitiu a expansão do espaço urbano. Percebe-se que os limites das áreas rurais e urbanas desde a origem da cidade até

a década de 1970 foram estabelecidos no entorno do Anel de Contorno Rodoviário. Após esse período, passa a ser determinado pela relação entre a sede e os distritos, ou seja, entre o campo e a cidade. 80

A dinâmica econômica das últimas décadas do município de Feira de Santana concentra-se nas práticas urbanas, pois, as atividades desenvolvidas nos setores secundário e terciário e de serviços dinamizam a economia, apesar do município se originar das atividades agropecuárias. De acordo com Freitas (2014, p.114), a criação e comercialização do gado junto à consolidação territorial “faziam parte de um mesmo projeto, movimentando um comércio crescente nas áreas sertanejas. As terras interioranas concediam possibilidade para ampliação de riqueza mediante a produção de alimentos e da pecuária”.

Freire (2007, p. 58), explica que,

Dentro da região de Feira de Santana havia diferentes zonas de solo, clima e vegetação, como a de Humildes, com características semelhantes às do Recôncavo, e as restantes, onde o clima semi-árido favorecia a cobertura do solo pela caatinga. Entretanto, havia também subáreas favoráveis à produção agrícola, como os tabuleiros, cujo solo arenoso favorecia o cultivo de tabaco e mandioca.

Na visão do autor, a diversidade ambiental favorece a diversificação da produção agrícola e também a pecuária. Confirma ainda que esses elementos são fundamentais para expansão do espaço urbano e rural. A autora destaca que “no campo era cultivado alimentos, e na cidade eram garantidos os espaços de troca com priorização a agropecuária, mantendo a lógica do ciclo do capital”. (LIMA, 2012, p. 76) Para Freire (2007, p. 59):

A produção do algodão e da cana-de-açúcar, embora não tenham deixado traços marcantes na economia local, figurando como produtos secundários, foram responsáveis pela grande utilização de mão-de-obra escrava em boa parte das terras de Feira de Santana.

Portanto, entre o final do século XIX e o início do século XX consolidou-se o contexto socioeconômico resultante da interação campo-cidade, fomentado pelas atividades agropecuárias, implantação das primeiras indústrias, consolidação do comércio: percebe-se que esses foram estimulados para concretizar a reprodução do espaço urbano, logo, da cidade.

Para Pacheco (2009, p. 82), a década de 1960 consolida o crescimento econômico da cidade quando:

Naquele momento, enquanto a cidade cresce, o comércio feirante também se avoluma cada vez mais na devida proporção. Sendo assim, vinha de parte da oposição local a cobrança de uma atitude mais incisiva no ordenamento das vias urbanas. A abertura para tráfego de veículos, por exemplo, era ponto de pauta constante em suas páginas.

Oliveira (2008) destaca que na década de 1950 a atividade comercial tornará dinâmica com a presença de empreendedores em vários setores. De acordo com a autora, estima-se que havia cerca de 698 estabelecimentos, com 2.000 (duas mil) pessoas vinculadas ao setor do comércio, representando $\frac{1}{4}$ da riqueza local. No início da década de 1960 o número de estabelecimentos duplicou e o comércio varejista passou de 1.086 pessoas ocupadas para 2.386 pessoas ocupadas nesse setor, enquanto no setor atacadista contavam com 320 trabalhadores, ou seja, 2,7 vezes maior que no ano anterior. (OLIVEIRA, 2008)

A autora destaca ainda que a compra de gado e agricultura ainda se fazia presente nestas duas décadas apresentadas, sendo consideradas as principais atividades econômicas. O que ocorreu foi o impulso do comércio iniciado nesses períodos, ou seja, a vida urbana começa a consolidar a sua forma através do crescimento econômico.

Para a mesma, a abertura de estradas na década de 1950 ampliou a malha rodoviária para a circulação de mercadorias, bem como o avanço da indústria, quando os produtos do pós-guerra começaram a chegar na cidade “plásticos, lâminas, aparelhos eletrônicos, enlatados, artigos têxteis começaram a chegar na cidade”. Diante disso, é possível concluir que tal contexto influenciou a formação do urbano. (OLIVEIRA, 2008, p. 53)

Na visão Lima (2012), a produção industrial antes de 1970 era pequena e principalmente relacionada à manufatura, já que a capital baiana era a maior produtora para a Bahia. As atividades econômicas do Estado eram predominantemente baseadas na produção de fumo, algodão e couro, logo, a sua importância surgiria após o ano de 1970, com a implantação do Centro Industrial Subaé, do qual altera-se a forma como se estabelece a relação campo-cidade no município comparado as relações estabelecidas até o ano de 1960.

Para a autora, diminui-se a importância do campo, quando a cidade vivencia o processo de modernização, conforme se intensifica a implantação de indústrias e que ocasionou o aumento populacional urbano, modificando então, as relações sociais, econômicas e políticas. Tal perspectiva pode ser identificada através da análise da economia municipal no início do século XXI.

Os números referentes aos setores das atividades econômicas identificados através da contribuição anual do Produto Interno Bruto (PIB) para o município de Feira de Santana, entre as décadas de 2000 a 2015, confirmam a importância do comércio, das atividades realizadas no setor de serviços e da indústria. (TABELA 2).

Tabela 2- Feira de Santana: Participação dos setores econômicos no PIB municipal em 2000 a 2015.

ANO	Agropecuária	Indústria	Comércio e bens de serviços
2000	27.093,00	284.580,00	1.121.456,00
2005	52.276,00	545.568,00	1.652.037,00
2010	48.941,00	1.524.068,00	3.626.796,00
2015	58.704,61	2.213.899,65	6.442.139,79

Fonte: Censo econômicos de 2000-2015 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2000-2015)

De acordo com as informações apresentadas na tabela 2, percebe-se que os setores secundário e terciário foram as que mais contribuíram com o crescimento do PIB municipal entre 2000 e 2015. Dessa forma, o atual contexto revela a dinâmica do município, indicando que as práticas urbanas se intensificaram. As atividades rurais já fizeram parte da riqueza produzida agora apresentam-se em menor contribuição.

O setor terciário é o que mais contribui, seguido do setor da indústria. As atividades agropecuárias, apesar de ocupar a terceira posição no arrecadamento do PIB municipal, obteve aumento na contribuição nos últimos anos. De acordo com

Araújo e Cunha (1983, p. 27) “a importância de Feira de Santana na hierarquia funcional urbana do Estado é demonstrada pelos 10% que detenha, isoladamente, no PIB no setor dos serviços em 1970”. Os autores ressaltam que tal contexto resultou da implantação das indústrias de transformação implantadas em 1970, modernização do comércio de bens de serviço. Além disso a pecuária passou a contar com unidade de beneficiamento, a agricultura incorporou novos cultivos, a arrecadação fiscal e aplicações governamentais, aumento na demanda de construções civis, crescimento no número de empregos urbanos.

Apesar dos números serem significativos economicamente, escondem múltiplas realidades, principalmente ao ser analisado as relações sociais produzidas no espaço. Nesse sentido, o crescimento econômico na cidade e no campo ainda trazem velhas e novas problemáticas. Portanto, o espaço rural e urbano, campo e cidade em Feira de Santana são explicados tanto a partir dos aspectos econômicos, quanto pelos fatores concernentes da expansão urbana, especialmente os aspectos normativos, porém a dinâmica espacial, impressa pela sociedade sobre o espaço é determinado sob o ponto de vista socioespacial.

4.3 Feira de Santana: expansão urbana e empreendimentos imobiliários

A expansão urbana em Feira de Santana resulta dentre outros motivos do número crescente dos empreendimentos imobiliários ligados à construção de habitação popular e loteamentos, isso gerou formação de novos bairros na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, a Avenida Eduardo Fróes da Mota.

Um dos momentos importantes da expansão urbana, foi por volta de 1968 e 1969, marcada pela construção do primeiro conjunto habitacional no início da década de 1970, intitulado de Feira I, a Cidade Nova. De acordo com (ARAÚJO, 2016), isso refletiu no processo de periferização para Feira de Santana, que permitiu a valorização do solo urbano em torno da Avenida Eduardo Fróes da Mota, se estabelece, assim, a relação entre a parte externa do anel de contorno rodoviário com o centro da cidade.

A autora explica que a Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS) e as Cooperativas Habitacionais do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) foram os fomentadores das construções, entre 1970 e 1980. Dessa forma, o solo urbano passa pelo processo de valorização nas áreas em torno da Avenida José Falcão da Silva, sentido norte da cidade. 84

A URBIS “construiu o conjunto Feira II [Cidade Nova II], em 1971, e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) implantou o Centenário, em 1972, e o Milton Gomes Falcão, em 1977” (ARAÚJO, 2016, p. 130). Em 1979 foi construído pela INOCOOP o conjunto Antônio Carlos Magalhães e em 1980 os Conjuntos Habitacionais: Morada das Árvores e João Paulo II em 1981. A URBIS implanta ainda o Feira III (conjunto JOMAFSA), também em 1979.

No ano de 1982, o INOCOOP constrói o conjunto Morada do Sol e o Condomínio Vale dos Rios. A URBIS no mesmo ano entrega conjuntos habitacionais Feira IV e Feira V, logo após, em 1983, é implantado o Feira VI, e o INOCOOP constrói o conjunto José Falcão da Silva. Nos anos seguintes, entre 1985 e 1986 é implantado o conjunto habitacional J. J. Lopes de Brito, e pela URBIS, o Feira X. (ARAÚJO, 2016).

Conforme a autora, a consequência foi o “aumento dos empreendimentos destinados à população de baixa renda e também a acentuação do processo de periferização, cujas dinâmicas se alargavam sobre essas ‘novas’ áreas” (ARAÚJO, 2016, p. 132). Afirma ainda que o processo revela o contexto da época em que “a área urbana consolidada se restringia ao perímetro interno do referido anel, portanto, toda área fora dele poderia ser considerada, naquela época, como periférica” (ARAÚJO, 2016, p. 132).

Em 1990 foi implantado o “conjunto Feira IX, planejado pela URBIS e financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF), [...] construídos pelo INOCOOP respectivamente, em 1991 e 1992, Parque Cajueiro e Parque Lagoa Grande” (SANTO, 2012 *apud* ARAÚJO, 2016, p. 134). A partir desse ano a CEF passou a executar os empreendimentos no município, com os conjuntos Homero Figueiredo e o Oyama Figueiredo, e em 1993 começaram a ser construídos no bairro Mangabeira.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em abril de 2009, por iniciativa do governo federal, em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos, tinha como objetivo principal oferecer condições para

que a população de baixa renda tivesse acesso ao financiamento de moradias. Desde o ano de 2000 já vinha sendo construído empreendimento destinado à população com baixo poder aquisitivo, especificamente entre os anos 2002 e 2006 nas áreas da Queimadinha, Conj. Paulo Souto – Aviário e na Pedra do Descanso. (ARAÚJO, 2016)

85

Após quase 20 anos, a mancha urbana de Feira de Santana cresceu e abarcou todos os conjuntos mencionados anteriormente, evidenciando que o processo de periferização seguiu a lógica observada na quase totalidade das cidades brasileiras, nas quais os interesses do capital imobiliário predominaram sobre o planejamento urbano. Ainda hoje, o que se verifica em Feira de Santana é a forte atuação desse setor na implantação dos residenciais do MCMV. (ARAÚJO, 2016, p.136)

Observa-se então que a mancha urbana se expande do através das obras do PMCMV. No âmbito socioespacial, contribuiu para a segregação da população mais pobre e ao mesmo tempo os empreendimentos imobiliários fomentam as ações do Estado e do Capital.

Os residenciais da PMCMV produzem novos usos do espaço, a questão que se coloca é quais áreas estão sendo ocupadas por estes conjuntos no contexto atual, e quais realidades socioespaciais estão sendo (re)produzidas. De acordo com Villaça (2011), a segregação é produzida pela articulação pelos aspectos políticos e econômicos: o primeiro pela legislação urbanística, e a atuação do Estado que forneceram os equipamentos públicos e infraestrutura urbana, o segundo refere-se ao mercado da terra, pela formação dos preços e pela atividade imobiliária. Esses fatores influenciam na dinâmica espacial e criam as condições para a (re)produção do espaço nos moldes capitalistas.

Quando a expansão urbana de Feira de Santana se expande para as áreas rurais surgem novas formas de (re)produção do espaço, expressas nas contradições que geram desigualdades socioespaciais e revelam a segregação. A relação estabelecida entre a sede e os distritos permite, através da relação campo-cidade, perceber que o espaço rural é diretamente atingido pelo crescimento do urbano. Esse processo traz para a população local modificações que impactam as relações

sociais ali estabelecidas, expressas no cotidiano, nas práticas laborais e também criam novas formas de uso do espaço, criando outros cotidianos. 86

Araújo (2016) registra que a expansão urbana começa com a apropriação de novos espaços, no final da década de 1990, quando são distribuídas unidades habitacionais em áreas afastadas do Anel de Contorno Rodoviário a Av. Eduardo Fróes da Mota. Tais habitações localizavam-se nos “distritos de Maria Quitéria, Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (Estrada do Feijão), Jaíba (sede e Mantiba), Humildes (sede e Limoeiro), Tiquaruçu e Jaguará. Entre 1988 e 1992, o autor ainda afirma que foram distribuídos 4.286 lotes” (ARAÚJO, 2016, p. 213).

A autora identificou que nos distritos foram ocupados o quantitativo de 263 lotes de terras, do Programa de Habitação Popular (PLANOLAR) nas décadas de 1980 e 1990, assim, “durante todo o século XX a gestão local em Feira de Santana seguiu os modelos nacionais de política no setor de habitação, muitas vezes atuando com desinteresse ou meramente, como espectadora dessa intervenção de cima para baixo”, (ARAÚJO, 2016, p.214). Dessa forma, a construção desses residenciais, bem como, o loteamento de áreas, crescendo-se amplia nas áreas próximas dos distritos.

Souza (2016) verificou como a expansão urbana impacta nos distritos, após a construção dos empreendimentos imobiliários do PMCMV, pois a busca por espaços para construção de imóveis modificou os espaços antes considerados rurais. De acordo com o autor, entre os anos de 2009 e 2010:

foram construídos 54 empreendimentos em Feira de Santana, sendo 47 condomínios urbanos e 07 condomínios rurais. Dos condomínios urbanos apenas 02 foram financiados pelo Banco do Brasil – Residencial Parque dos Coqueiros I e o Residencial Vida Nova Caraíbas –, sendo todos os outros financiados pela Caixa Econômica Federal. (SOUZA, 2016, p.166)

A Lei Complementar nº75/2013, foi o instrumento normativo usado para execução da ação do poder municipal e a partir de então fomentou a construção de residenciais e de loteamentos modificou o espaço rural de diversos distritos de Feira de Santana.

De acordo com Silva (2015), ao transformar as áreas dos distritos em bairros, esses espaços que têm por sua essência características rurais, “ainda plenamente ocupados por fazendas, pequenas propriedades e negócios tipicamente rurais” (SILVA, 2015, p. 117), e assim, são impactados nas formas de uso do solo.

A modificação de espaço rural em espaço urbano devido a Lei complementar nº 075/2013 expressa na relação campo-cidade o papel do capital, especialmente do setor imobiliário que através de um ato normativo expõe a atuação dos interesses do Estado junto a lógica do capital.

87

Marques (2011, p. 105) registra que “a produção agrícola deixa de ser a principal atividade e a riqueza deixa de ser, sobretudo a imobiliária”. Tal afirmação permite evidenciar a (re)produção do espaço, assim, “a cidade torna-se o *locus* principal da produção, passando a influenciar diretamente o sentido e o ritmo da produção no campo” (MARQUES, 2011, p. 106). Devido a isso, novas relações socioespaciais são estabelecidas e a população que ocupa os residenciais terá outro cotidiano impresso no espaço, ao criar outras formas de sociabilidade, por exemplo a urbana.

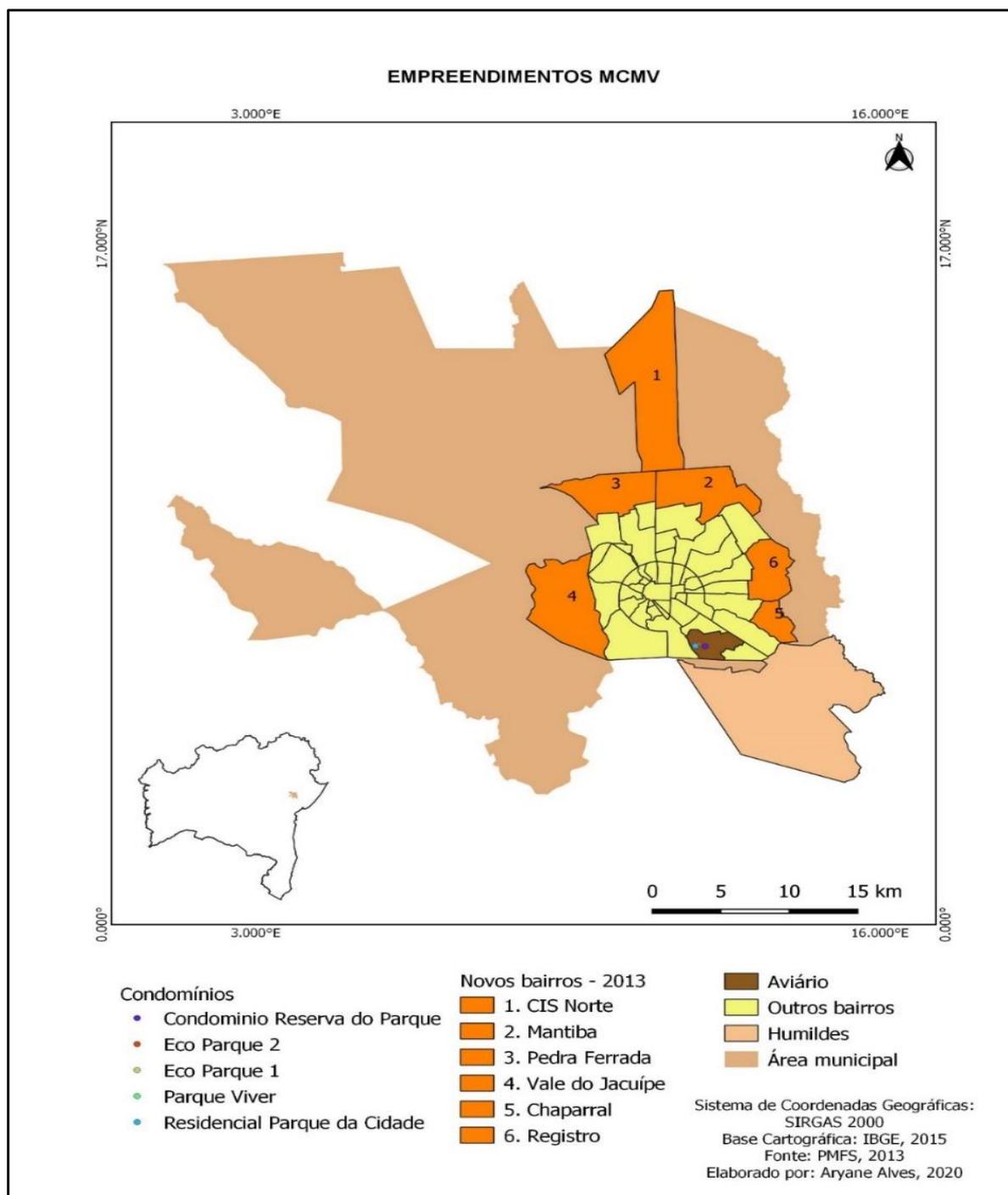
De acordo com Souza (2016), os empreendimentos do PMCMV que pertencem a faixa 1, construídos entre 2012 e 2013, estão localizados nos novos bairros delimitados pela Lei Complementar nº75/2013, sendo eles: Pedra Ferrada, Registro e Vale do Jacuípe. Dessa forma, foram implantados elementos urbanos, antes das áreas serem consideradas espaços urbanos. Os conjuntos residenciais situados próximos ao distrito de Humildes, foram entregues entre 2009 e 2014, localizados no sentido dos bairros CIS, Tomba e Aviário.

Para Helfenstein (2018), a construtora ATRIUM OMR possui “abrangência nacional, entretanto, as funções de escolha das construtoras e cadastramento das famílias que serão beneficiadas é de responsabilidade dos agentes locais, Município e a operadora financeira Caixa Econômica Federal”. Essa atuou inicialmente nos anos de 1960 a 1980 na construção de residenciais para população de baixa renda. Para a autora, “a partir da implementação do PMCMV e do crescimento do interesse por parte das construtoras na compra dos terrenos, houve valorização da terra urbana de forma desproporcional ao valor agregado presente nas localidades”. (HELFFENSTEIN, 2018, p. 32)

Os condomínios são Parque Viver, Ecoparque 1 e 2, Residencial Reserva do Parque, Residencial Parque da Cidade, está localizado em áreas afastadas do

centro, nas proximidades do distrito de Humildes, evidencia assim, a direção da expansão urbana da cidade de Feira de Santana e o reflexo dos impulsos para o processo de ocupação. Os residenciais estão em áreas pouco ocupadas, localizadas em espaços especulados para loteamentos. (MAPA 5)

Os Residenciais Parque Viver foram inaugurados em 2010, os Ecoparque 1 e 2 em 2011, o Residencial Reserva do Parque e o Residencial Parque da cidade em 2013, estão localizados na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário. Isso revela como o PMCMV serviu como instrumento para a expansão urbana e ampliação do perímetro urbano imprimindo uma nova relação campo-cidade e Feira de Santana.



Fonte: IBGE, 2010.

Souza (2016, p. 146) explicou que “as sete maiores doadoras das eleições presidenciais de 2010, suspeitas em casos de corrupção são: Construções e Comércio Camargo Correa S.A, Construtora Andrade Gutierrez S.A, JBS S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A, Construtora OAS S.A, Banco BMG e Galvão Engenharia S.A. O autor ainda destaca as obras realizadas na área do Centro de Abastecimento pela construtora Norbert Odebrecht. É possível concluir que a

relação das construtoras com a política fomentou a ampliação do setor imobiliário na cidade.

Um total de sete residenciais foram construídos em áreas rurais, especificamente: Caprichando a Morada Feira de Santana, I, II, III, IV, V, VI, VII; uma proposta do Programa de Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do PMCMV, cujo objetivo é o financiamento para a construção e reformas de casas dos programas habitacionais da CEF e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destinado a famílias de agricultores.

A Lei 11.977/2009 tem por finalidade possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais, o acesso à moradia digna no campo, seja, construir uma nova casa, reformar, ampliar, ou mesmo concluir uma existente. (CAIXA, 2019) (ANEXO C).

O artigo 11 propõe que:

Art.11: O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, desde 14 de abril de 2009. (BRASIL, 2009)

A Portaria de Nº 366, de 7 de junho de 2018, regulamenta o PNHR e define como beneficiários o agricultor familiar ou trabalhador rural e estabelece critérios no âmbito social, cultural e econômico e busca respeitar as identidades locais, com incentivo e valorização, no processo de construção e entrega das unidades: de acordo com os termos legais é respeitado o vínculo da moradia com a terra. ⁹⁰

Os residenciais “Caprichando a Morada” Feira de Santana estão localizados no espaço rural do município. As unidades foram pedidas nos anos de 2013 e 2014 pelo PNHR e os empreendimentos são de responsabilidade das construtoras ou organizações sociais, especificamente a ONG CABUCU VIVA e a CARANGONDE CIDADANIA. O quantitativo solicitado foi de 210 unidades, entre os residenciais I, VI, V, VI e VII. Em 2018, algumas dessas unidades foram paralisadas pela CEF, devido ao atraso nas obras e às condições de infraestrutura. (ANEXO D,E,F).

As obras entregues do PNHR foram noticiadas pela mídia local e veiculadas na WEB, destaca-se o Portal Bahia na Política, a Tribuna Feirense e pela própria página oficial da Prefeitura Municipal de Feira de Santana. (QUADRO 4)

QUADRO 4- NOTÍCIAS SOBRE O PMCMV DE HABITAÇÃO RURAL

Mídia	Notícia	Data de Publicação
Bahianapolítica	Famílias da zona rural de Feira de Santana serão contempladas	29.03.2014
Tribunafeirense	Divulgada lista de pré-aprovados para Residencial Campo Belo	12.03.2016
PMFS	Famílias que moravam em barracos de taipa ganham casa nova às vésperas do Natal	21.12.2019
CorreioFeirense	Famílias que moravam em barracos de taipa ganham casa nova às vésperas do Natal	21.12.2019

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

O jornalista Jair Onofre do blog Bahia na Política informa que 200 famílias foram contempladas pelo PMCMV, todas moravam nas áreas dos distritos de Humildes e Jaíba. As informações foram extraídas do encontro do prefeito da época, Jose Ronaldo de Carvalho com os representantes estaduais da União para o Desenvolvimento da Bahia (UNIDESB): Maurício Lima e Adriano França, e os representantes municipais José Nery e Helenildo Sobral, mais conhecido como Gringo. De acordo com as informações, o financiamento foi viabilizado pelo Banco do Brasil, com três mil famílias pré-cadastradas em Feira de Santana e região. (ONOFRE, 2014)

A página virtual do Tribuna Feirense expõe a notícia que estão sendo ofertadas 888 unidades residenciais destinadas a atender às necessidades de famílias de baixo poder aquisitivo do PMCMV. Segundo as informações, os nomes dos pré-candidatos foram definidos durante sorteio eletrônico, realizado no dia 4 do mês de março, para o beneficiamento foi levado em consideração a territorialidade dos inscritos e priorizou os residentes nos bairros, Baraúnas, Calumbi, Campo do Gado Novo, George Américo, Campo Limpo, Pampalona, Parque Servilha, Pedra do Descanso e Rua Nova além dos distritos de Maria Quitéria e Humildes.(PMFS, 91

A jornalista Renata Leite do jornal Correio o Feirense, publica a notícia sobre a entrega das habitações às famílias que moravam em casas de taipas e receberam unidades residenciais em áreas rurais. Afirma que,

as famílias contempladas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) começaram a ocupar as casas construídas pela Prefeitura de Feira de Santana através de projeto do Governo Federal. Elas agora fazem parte de outras centenas de famílias que trocaram suas casas de taipa e adobe por uma moradia mais digna. (JORNAL FEIRENSE, 2019, p.1)

Segundo as informações, o prefeito Colbert Martins Filho ressaltou que esse tipo de programa facilita a vida do homem do campo, que por muitas vezes é sofrida, indica ainda que, “muitos deles não têm condições de construir uma boa moradia. Nós estamos proporcionando uma vida melhor para o agricultor”. Após um ano de aquisição da casa, os beneficiados têm que pagar pouco mais de mil reais em quatro parcelas, porém o valor do imóvel ultrapassa R\$ 30 mil (trinta mil reais). (JORNAL FEIRENSE, 2019)

O PNHR implanta no distrito moradia com melhores condições de infraestrutura e também novas ocupações para aquelas áreas. Entretanto, as informações veiculadas nos órgãos de imprensa não indicam instrumentos que viabilizem e garantam a permanência dessas famílias na terra, já que vivem da agricultura e precisam instrumentos que viabilizem o processo produtivo, ou seja, que envolvam melhores condições técnicas para o manejo do solo, além de espaço para o cultivo.

Sendo assim, o programa, apesar de ser específico para habitação, se reduz apenas à infraestrutura da casa, mesmo sabendo-se que famílias precisam de apoio técnico, distribuição de terra e financiamento para desenvolver suas atividades laborais e manter a melhoria da qualidade de vida. O papel da moradia para o trabalhador rural envolve questões que o distingue do habitante da cidade quanto a relação com a sua propriedade. Para o agricultor, por exemplo, o habitar envolve relações sociais, laborais e de pertencimento, sendo assim, a assistência precisa atender a esses aspectos.

92

A expansão urbana do município, especialmente no distrito de Humildes, fomentou a ampliação do espaço urbano e nas áreas próximas às rodovias o aumento da implantação de indústrias. No que se refere a habitação, os loteamentos contribuíram para o aumento populacional assim como ampliação da oferta de bens

e serviços. Os loteamentos geraram também o aumento do número de domicílios, fazendo surgir novos logradouros.

Souza (2016) identificou ainda que que isso resultou no âmbito administrativo, em benefícios financeiros para a gestão municipal, especificamente no aumento da carga tributária, na arrecadação do IPTU e nos investimentos para o setor imobiliário: neste último, promoveu venda de áreas para a construção de casas, sejam elas por meio de implantação de conjuntos habitacionais, esse sendo um resultado da construção dos residenciais do PMCMV, como também no processo de loteamentos.

A análise espacial no contexto atual permite identificar o papel que teve o poder público municipal em definir ações que contribuíram para absorver áreas rurais do distrito, impondo a formação do espaço urbano. “O capital imobiliário acaba por impor valores de uso para aumentar a progressiva acumulação de capital em uma escala crescente” (HARVEY, 1978, apud LIMONAD, 1999, p. 77). O espaço então é moldado às necessidades, da acumulação de riqueza, quando as relações sociais são replicadas ao modo de vida urbana.

O capítulo tem por propósito caracterizar a área definida para a realização da pesquisa, assim, buscou-se explicar como a expansão urbana e a ampliação do perímetro urbano influencia na supremacia da cidade sobre o campo.

Tomou-se como referência os aspectos jurídico-administrativos, especificamente a Lei complementar nº 75, de 20 de junho de 2013. Iniciou-se abordando os aspectos sociais, econômicos, bem como a dimensão territorial, visando construir elementos para refletir sobre a relação campo-cidade. Analisou-se também as implicações legais para a população, isto é, os sujeitos envolvidos, bem como, as atividades laborais ligadas à terra, dessa forma, os trabalhadores rurais foram fundamentais para evidenciar a percepção sobre o espaço vivido e explicar as mudanças socioespaciais.

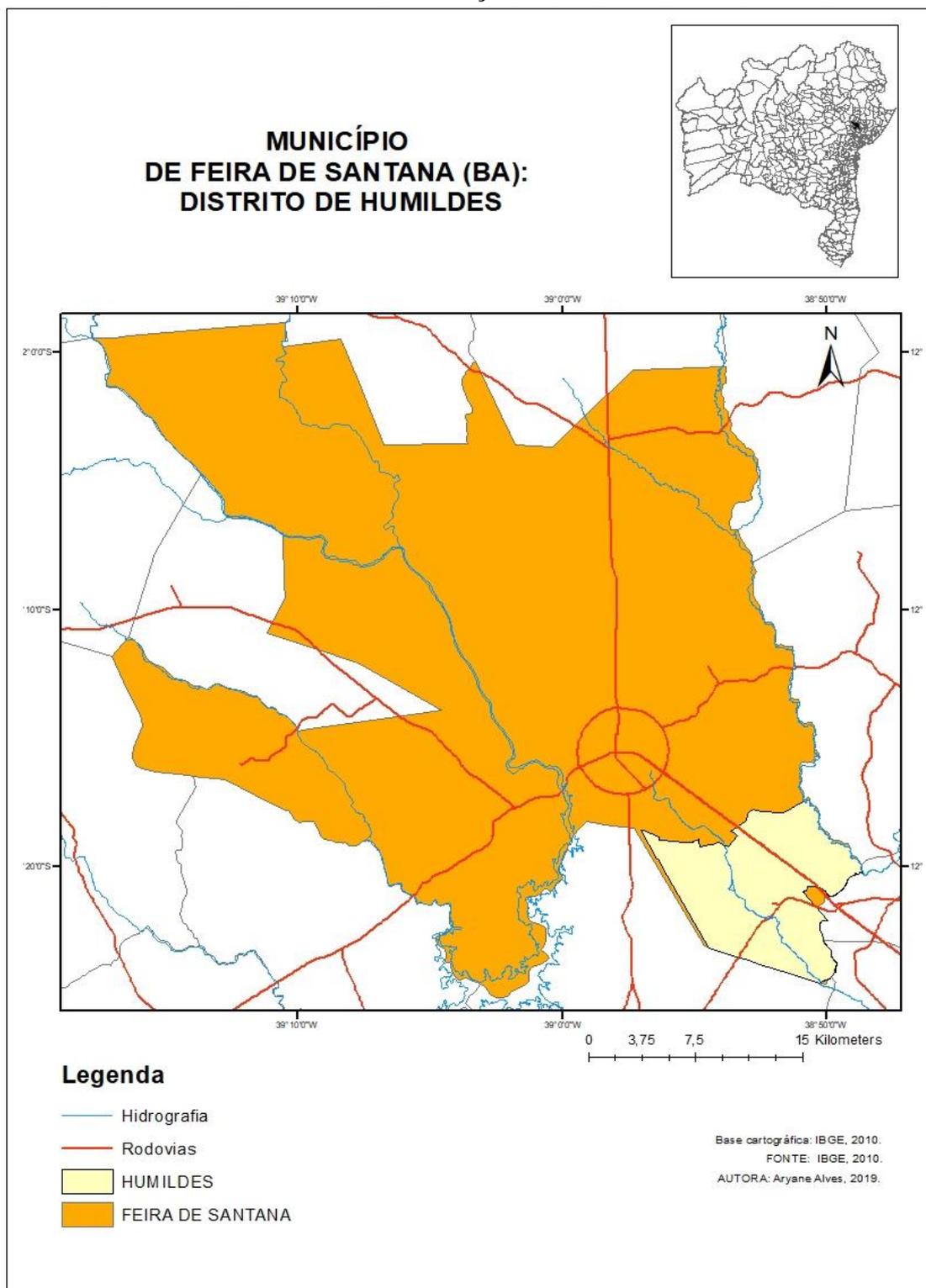
5.1 O distrito de Humildes

A formação da vila de Humildes, conforme Anjos e Santos (2016), ocorreu com a construção da Igreja Nossa Senhora dos Humildes, onde eram realizados batizados naquelas redondezas desde 1759. Há informações que a vila existia há mais de 200 anos, por volta do século XVIII e surgiu com a implantação de uma capela pelo proprietário da Gamaleira. (JORNAL RENASCENÇA, 1952) (ANEXO A)

O distrito de Humildes localiza-se na porção sudeste do município de Feira de Santana, limitando-se com São Gonçalo do Campo a oeste, Coração de Maria ao norte e a leste com Conceição do Jacuípe e Amélia Rodrigues (Mapa 6). Foi criado institucionalmente pela Lei Provincial Nº 794, de 13 DE junho de 1859, enquanto distrito, anexado ao município de Feira de Santana.

Na visão de Poppino (1968), possui mais de 27 comunidades e povoados, dentre elas: Fulô, Doutor, Onça, Caruara, Terra Dura, Pau Seco, Tanquinho, Rosário, Campestre, Borda da Mata, Santa Cruz, São José, Escoval, Almeida, Aparecida, Ferroubilha, Bom Viver, Caboronga, Vila Fluminense, Vitoria, Caetano, Alecrim, Barroquinha, Boa Esperança, Lagoa do Peixe, Pau Ferrado, Pau da Légua.

MAPA 6- FEIRA DE SANTANA: LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE HUMILDES



Fonte: IBGE, 2010.

A rede de drenagem do distrito é proveniente do Rio Pojuca, com presença de rochas cristalinas. Situa-se na área da floresta estacional e decidual, com clima tropical úmido de estação definida, seca e úmida. As áreas desmatadas resultam da retirada das árvores para realização de atividades econômicas ligadas à agricultura e pecuária (BASTOS, 1996).

O Distrito encontra-se em uma área que não é inserida no polígono das secas. De acordo com Freitas (1998), 96% do território de Feira de Santana encontra-se nesse espaço, exceto, Humildes e outras áreas próximas. Devido às condições climáticas, a produção agrícola especialmente de hortaliças é extremamente significativa. De acordo com Lima (2012), a mandioca era produzida até em períodos de estiagem e tornou -se, então, uma fonte de renda de boa parte dos camponeses.

Freire (2007) registra a importância das condições climáticas do espaço em que se localiza o distrito ao analisar a produção de cana, pois as terras eram mais caras nessa região, nos engenhos próximos à freguesia de Humildes.

A exemplo desses, temos o engenho Carrapato, de Manoel da Paixão Bacellar e Castro, com 2.296 tarefas, cujo valor unitário por tarefa era de 20\$000 réis; e o engenho Belmonte, de dona Bernardina Borges de Meirelles, com 856 tarefas de pasto e lavoura, avaliada cada uma a 17\$000 réis. (FREIRE, 2007, p.45)

Freitas (2014) registra a importância de Humildes quanto a produção canavieira, apesar de afirmar que, para Feira de Santana, foi a pecuária que se estabeleceu desde o século XVIII. O distrito possibilitou criar condições para a valorização da produção de cana e de seus derivados no município que, sem possuir riquezas minerais, nem significativo desenvolvimento da lavoura, permitiu que os engenhos localizados em Humildes se destacassem na região sob o ponto de vista econômico.

De acordo com POPPINO (1968), a economia do distrito desde sua origem esteve ligada à agricultura e pecuária, mas também ocorreram outros tipos de atividades, entre elas as olarias de alambiques, salgadeiras, fumo e de polvilho. Devido a descoberta de argila na região, no início forneciam produtos manufaturados e com o surgimento da máquina movida a óleo após a II Guerra

Mundial as olarias ganharam finalidades industriais e destacou-se pela quantidade produzida e qualidade. Dentre elas, a Cerâmica de Ponto Grande, localizada em uma área de argila branca, que era produtora de telhas especiais, e no período era considerada a 3ª maior produtora do Estado da Bahia.

Os alambiques contribuíram para economia do distrito, principalmente na década de 1960, com a produção da cana de açúcar e seus derivados como, destilados com álcool, cachaça, vinagre, etc., mas foram desativadas. Uma das fazendas mais importantes era a Fazenda Bom Viver, porém atualmente não se trabalha mais com a destilação da cana, apenas faz a distribuição. Segundo Silva (2008) a Fazenda Bom Viver em seus tempos de glória empregou muitos trabalhadores da região, mas as suas atividades entraram em falência por volta de 1950, devido à crise na produção canavieira.

A salgadeira fez parte da economia local por volta dos anos 1940, do século XX, quando a função era preparar o couro e salgar para exportação. Destacou-se a propriedade do Sr. Albino Brandão, da qual originou a Rua da Salgueira. O armazém de fumo também esteve presente nas atividades produtivas nos anos entre 1940 e 1950.

Nesse período, trabalhavam cerca de duzentos operários, que moravam em Humildes e se constituía um dos principais meios de sobrevivência para a população. A casa da farinha foi economicamente importante para o distrito no período da II Guerra Mundial, quando sua função era utilizar a farinha de trigo para produção de pães que abastecia a região (OLIVEIRA, 2008).

A agricultura é desde sua origem a principal atividade produtiva e que proporcionou o crescimento socioeconômico do distrito. A produção da mandioca, especialmente na década de 1970, teve significativa relevância para a economia local.

No final do século XX surgiram as primeiras casas de farinha elétrica e foi reduzido o trabalho rudimentar que contribuiu para o desemprego no setor. Posteriormente, por volta de 1980, ocorre o declínio da produção, dando lugar a outros tipos de atividades econômicas (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com Silva (2008), a produção de mandioca na região se tornou a fonte de renda de vários camponeses, que “construíram e reelaboraram, ao longo do tempo, todo um modo de vida e conhecimento coletivo em torno da produção de farinha” (SILVA, 2008, p. 60)

A produção de frutas ocorria em paralelo à produção de mandioca, também já foi muito importante para a economia local. Os produtos eram comercializados tanto no distrito, quanto também nas feiras livres no centro da cidade. As sacas de farinha também eram levadas com as frutas para serem vendidas, por exemplo, na Rua Marechal Deodoro. (GALVÃO, 1991)

Os registros destacam a diminuição de produtores que cultivam a terra devido à implantação de indústrias na região a partir do final do séc. XX. Apesar das indústrias, não ocorreu a absorção da mão de obra local devido ao crescimento populacional do distrito, então com a queda da produção de mandioca e com a de fruticultura, outras formas de sobreviver surgiram. (OLIVEIRA, 2008)

Segundo Oliveira (2008), as hortaliças, por exemplo, se estabelecem com uma nova atividade que vai garantir os meios de sobrevivência de parte da população do distrito; é a atividade econômica mais recente, predominando o cultivo de alface, coentro, cebolinha, salsa, entre outros.

Essa forma de produção é favorecida devido a quantidade de águas subterrâneas da região, que permite a umidade através de irrigação e aspersão. Os produtos cultivados são destinados ao consumo local, à comercialização no município de Feira de Santana e também na capital baiana. (OLIVEIRA, 2008)

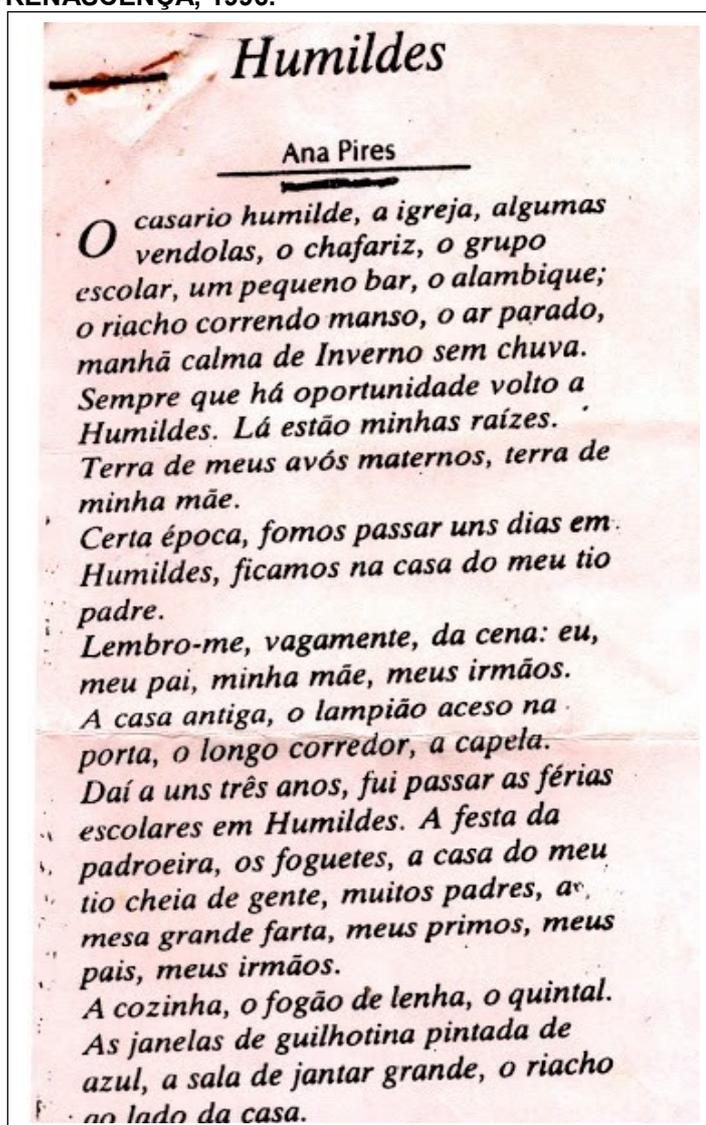
A pecuária também esteve presente nas atividades econômicas de Humildes, desde o processo de formação e ocupação, entretanto não ocupava posição expressiva, devido à grande parte das terras serem destinadas à agricultura. Identifica-se a presença de fazendeiros bem-sucedidos, que possuíam instrumentos de produção modernos para aquela época, com criatórios que utilizavam técnicas de resfriamento do leite e produção de derivados, etc.. Quanto à criação predominava os bovinos, suínos, ovinos e equinos. (OLIVEIRA, 2008)

O comércio também tem importância na produção econômica de Humildes. De acordo com Galvão (1991), desde as primeiras décadas de formação da vila já contava com loja de tecidos, armazéns, casas de pensões e feiras livres semanais ao lado do mercado da praça.

O Jornal Renascença registra informações sobre o distrito, especificamente a ocorrência dos casamentos realizados na localidade e destacou a religiosidade local; percebe-se então a importância da instituição religiosa para a dinâmica socioespacial em Humildes (FIGURA 8)

Nas proximidades da igreja existia casarões, vendas, fábricas artesanais, e bares. As festas da padroeira movimentam o fluxo populacional de Humildes e atraiam pessoas de outras localidades, como as novenas que faziam a população local aproveitar para vender os seus produtos, por exemplo, os produtos derivados da farinha, verduras, frutas, doces e bebidas.

FIGURA 8- NOTÍCIAS DAS FESTIVIDADES NA IGREJA NOSSA SENHORA DOS HUMILDES, REVISTA RENASCENÇA, 1996.



Fonte: Moreira, 2011.

A produção do espaço de Humildes, quanto aos aspectos sociais e políticos, desde a sua origem esteve ligada à religiosidade, comércio e as fazendas. No Livro de Notas do Escrivão de Juízo de Paz do Distrito da Capela de Limoeiro de Villa

Sant'Ana de Feira, os registros eram datados de 1846 e descrevia a compra, venda, doações de hipoteca que garantia os escravos juntos com as escrituras das fazendas, ou lotes de terras. Em 1888, ano da Abolição da escravatura, houve mobilização de famílias patriarcais que eram contra a ação e que fizeram abaixo-assinados contra o processo. (FOLHA DO SERTÃO, 1998)

A disputa política foi por muito tempo travada entre liberais e conservadores até meados do século XX e a família Boaventura se destacava como representante da oligarquia rural local. Em 1972, os conflitos tornaram-se intensos com relação às disputas entre famílias habitantes no distrito e o Capitão João Manuel de São Boaventura. (FOLHA DO SERTÃO, 1998)

As lutas políticas foram amenizadas com intervenção do Padre Ovídio Alves de São Boaventura, que ao assumir o cargo de prefeito interino, concedeu alforria aos escravos. De acordo com os registros, o referido padre era conhecido por estimular o fim da escravidão. (FOLHA DO SERTÃO, 1998)

A vontade de passar à categoria de município iniciou-se com o documento que solicitava a emancipação da vila em 12 de julho de 1929, elaborado pelos representantes dos agricultores, fazendeiros, comerciantes, negociantes e da população que tinham o desejo de desmembrar-se do município de Feira de Santana. Dessa forma, é possível identificar que a população do distrito e principalmente os que detinham o capital queriam a separação por motivos econômicos, pois com a emancipação, as famílias tradicionais teriam autonomia econômica. (FIGURA 9, 10)

Conforme as informações do Jornal Renascença sobre o distrito de Humildes, as primeiras a implantação de infraestrutura urbana começaram por volta de 1952 e foram realizadas pelo Prefeito Almáchio Boaventura, como por exemplo a instalação da luz elétrica e posto de saúde. Notou-se que a maioria da população, são trabalhadores operários e a maioria trabalhava nas indústrias próximas à ferrovia. As necessidades da população carente também são mencionadas. (JORNAL RENASCENÇA, 1952)

Outra obra realizada pelo mesmo foi a construção do mercado municipal, com o objetivo de criar um espaço para a comercialização de produtos dos pequenos lavradores locais, visando a melhoria da qualidade de vida da população. A partir de 1960 são apresentados novos aspectos no âmbito econômico. (FIGURA 11)

FIGURA 9- ABAIXO ASSINADO PARA EMANCIPAÇÃO, 1929.

129

TESOURO DO ESTADO BAHIA

1 Exm^o. Sr. Dr. Governador do Estado.

2 *Siga encaminhada a presença de*

3 *permanência da Assembleia Legislativa, a quem*

4 *compete manifestar-se a respeito.*

5 *Bahia, 12-VII-1929.*

6 *Officina de 1^o Impressão da Câmara, 15-1929*

7 *15-1929*

8 Os abaixo firmados residentes, proprietários, negociantes, a-

9 gricultores e fazendeiros no districto dos Humildes do Municipio

10 de Feira de Sant'Anna, desta Capital, certos da renda deste dis-

11 tricto que proporeiona o direito de sua liberdade na comuna pela

12 equidade do que se veio verificando nas ultimas legislaturas, pe-

13 lo direito de equidade, solicitamos de Va. Exa. Sr. Dr. Governador nos patrocinar nesta causa junto do Poder Legislativo, na presente sessão confiados que veremos satisfeitos os nosso desideratum.

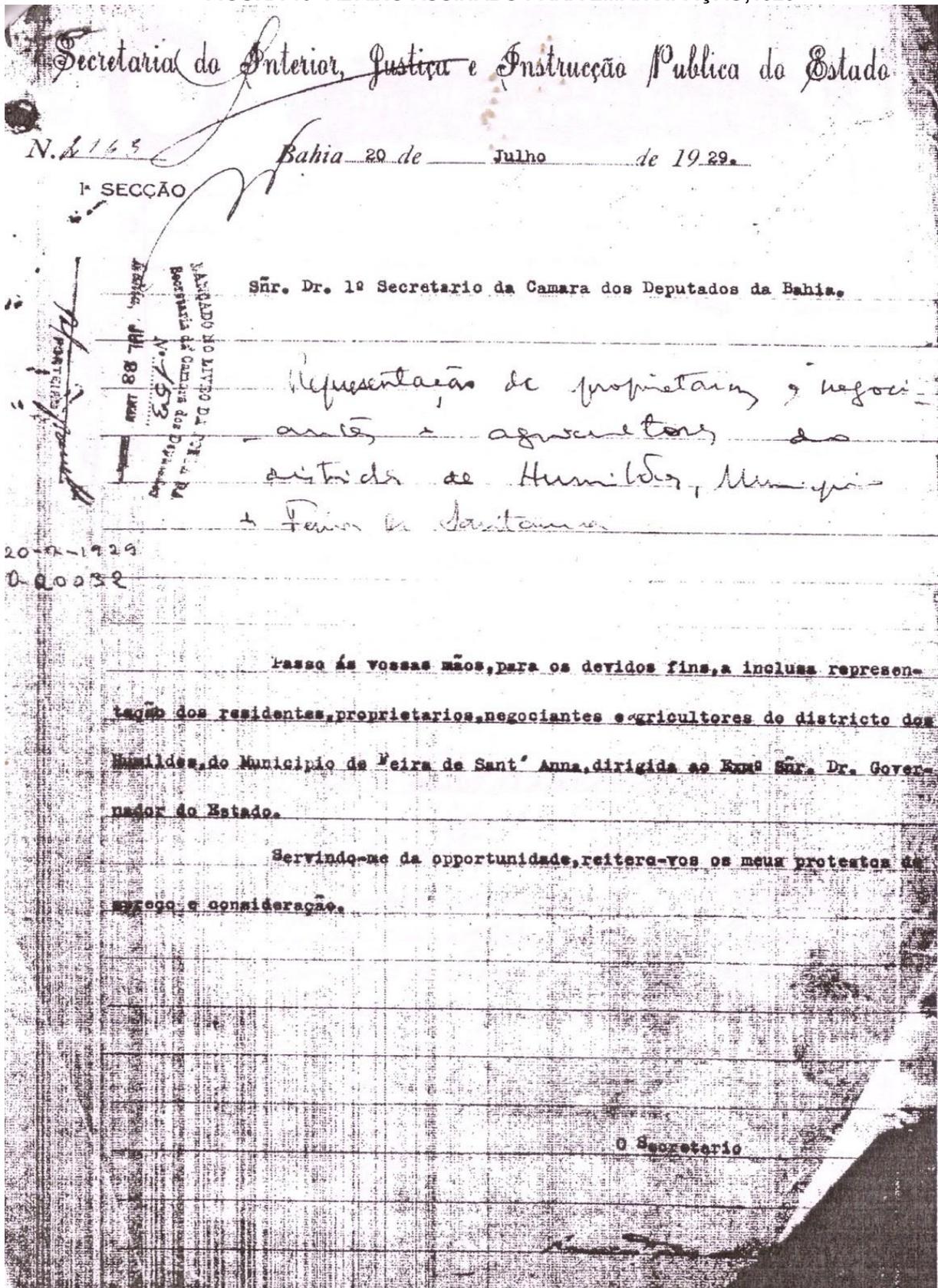
17	<i>Pedro Alves de S. Beaventura</i>	<i>Lavrador</i>
18	<i>Robalberto Rodrigues</i>	<i>Farmacista</i>
19	<i>Thorpilo Ferr. de Azev.</i>	<i>Tabaqueiro</i>
20	<i>Thomazina Alves Borges</i>	<i>V^o da Frequeira</i>
21	<i>Jan. Pereira de S.</i>	<i>Agente</i>
22	<i>Aracete Alves de Souza</i>	<i>Negociante</i>
23	<i>Abdias Victoriano de Cerqueira</i>	<i>Lavrador</i>
24	<i>Alvino Alves Dias</i>	<i>"</i>
25	<i>Carlos de Almeida Dias</i>	<i>"</i>
26	<i>Jose Paulo de Souza</i>	<i>Negociante</i>
27	<i>Fernanda Ferreira de Oliveira</i>	<i>Artista</i>
28	<i>Paulino Silva</i>	<i>Negociante</i>
29	<i>Manuel Almeida</i>	<i>Typographo</i>
30	<i>Manuel Lourenço da Silva</i>	<i>Lavrador</i>

DIRECTORIA DO PT
INSTRUMENTO

13 de Julho de 1929

Fonte: Moreira, 2011.

FIGURA 10- ABAIXO ASSINADO PARA EMANCIPAÇÃO,1929



Fonte: Moreira, 2011.

FIGURA 11- DESCRIÇÃO DO POVOADO DE HUMILDES EM 1952

Humildes

O Distrito de Humildes é um grande centro industrial e agrícola pertencente ao próximo e futuro Município de Feira de Santana, pelo qual vem sendo amplamente beneficiado como em seguida passamos a enumerar. Num curto espaço de



Exma. Sra. D. Nice Santos Silva, digníssima esposa de Sr. Francisco Rodrigues da Silva, Sub-Prefeito de Santos de Feira.

tempo, graças ao espírito elevado do Sr. Almáchio Boaventura, que desejando dar uma ampla cooperação ao Sub-Prefeito local Sr. João Moreira e dotar este Distrito de grandes melhoramentos, foi inaugurado o serviço de luz elétrica, movida por um potente motor, o que veio beneficiar extraordinariamente a população; posteriormente foi inaugurado um prédio afim de nele ser instalado um Posto Médico que muito há de servir de lenitivo àquelles que hão de carecer das



Sr. José de Assis Costa, motorista de confiança da Prefeitura de Feira de Santana



Vila de Humildes — dos distritos de Feira de Santana, foi o único privilegiado pela natureza porque é o único que possui boa água.



Sr. Antero Barbosa dos Santos, negociante, que com pouco tempo conseguiu alcançar a simpatia da população feirense.

seus serviços de vez que, a maior parte da sua população é gente sem recursos e operários; o Mercado Municipal androu grandes reparos e, por isso mesmo veio proporcionar grandes benefícios e conforto aos pequenos lavradores que abastecem a vila e outras regiões, com os produtos agrícolas vindos de grandes distâncias. Para ser levado a efeito esses melhoramentos, o Sr. Almáchio Boaventura tem contado com o apoio do esforço jovem Francisco Pinto dos Santos, representante possedista dessa localidade, na Câmara de Vereadores, o qual não se cansa em fazer requerimentos e apresentar projetos em benefício do desenvolvimento desse Distrito que foi a maior aspiração do seu inextinguível pai Coronel José Pinto que foi figura de projeção

social e política nos Municípios de Santo Amaro e Feira de Santana.

Humildes possui várias Escolas mantidas pelo Município, um prédio escolar além das escolas estaduais; várias casas comerciais; uma boa Penção; vários armazéns de beneficiar e enfiar fumo em folhas para a exportação. O Sr. Genésio Moreira é um grande benemérito do lugar porque, na qualidade de enfiador de fumo abriga mais de duzentos operários e todos são assistidos com humanidade.

Nesse Distrito há também um magestoso Templo religioso.

O Prefeito Almáchio Boaventura tem promovido todos os meios, na medida das possibilidades econômicas do Município, de dotar esse futuro Distrito de melhoramentos que venham satisfazer plenamente os anseios da sua população.



A graciosa senhora Sebastiana Martins, residente na cidade de Feira de Santana.

Bahia-Feira (Figura 11). Esse fato contribuiu para o desaparecimento dessas duas fazendas, muitas famílias continuaram a viver da agropecuária, mas muitos desistiram em decorrência da centralização das atividades produtivas nas propriedades de Bom Viver, Gonçalves e Fulô e buscaram outras formas de trabalho.

Para Silva (2008), a estrada de Bahia-Feira implicou na ruptura, mesmo que parcialmente, da tradição da produção de mandioca, já que, algumas propriedades de casas de farinha deixaram de existir, bem como a diminuição das atividades agropecuárias. Décadas depois, após a reconstrução da ferrovia, indústrias se instalaram nas proximidades, isso fez com que a população local passasse a trabalhar nas atividades ligadas ao setor industrial desvinculando-se da agropecuária e o declínio das casas de farinha foi determinante nesse processo.

A dinâmica socioespacial do distrito de Humildes indica as modificações no espaço que impactam o campo, após a década de 1960. Torna-se então relevante analisar os aspectos socioeconômicos do distrito, assim como os desdobramentos da Lei Complementar Nº 075 de 20 de junho de 2013, no que se refere à expansão urbana, mediante a ampliação do perímetro urbano.

Na tabela 3, foram sistematizados os dados sobre população total, rural, urbana e a taxa de urbanização do distrito de Humildes. Tomou-se como referência os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1960 e 2010.

TABELA 3- DISTRITO DE HUMILDES: POPULAÇÃO TOTAL, RURAL, URBANA, TAXA DE URBANIZAÇÃO (1960- 2010)

Humildes	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	5.831	8.392	12.083	7.072	7.157	6.479
Urbana	1.330	1.527	2.519	3.894	5.660	6.983
Total	7.919	9.919	14.602	10.966	12.817	13.462
Taxa de Urbanização	16,7	15,3	17,2	35,5	44,1	51,8

Fonte: Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1960-2010).

Através da leitura dos números é possível observar que a dinâmica da população rural obteve um significativo crescimento entre 1960 a 1980, e redução entre os anos de 1991 a 2010, principalmente em 2010. No que se refere a população urbana, durante o período de 1960 a 2010 houve crescimento no decorrer dos anos. Diante dessa comparação, identifica-se que no último ano o número de população rural e urbana se aproxima, entretanto, a urbana ainda é superior. Isso reflete na taxa de urbanização que, entre 1960 a 1980 era inferior a 20% e

aumentou consideravelmente a partir de 1991, mantendo-se em crescimento nas décadas seguintes, até 2010. (TABELA 3)

A implantação de indústrias fomentou a dinâmica urbana do distrito de Humildes e na visão de Anjos e Santos (2016, p. 21) é,

Por conta de interesses locais e do desenvolvimento de indústrias ao redor de Humildes desde 1970 e, conseqüentemente, o desenvolvimento da vila, em 1990, um decreto foi desenvolvido para tornar a vila Humildes um município baiano, de autoria do então deputado Coriolano Sales, que chegou a ser aprovado na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, mas nunca foi sancionado pelo Governo.

A implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), em 1970, foi fundamental para a dinamização socioespacial de Humildes, porquanto diversas indústrias do Distrito Industrial, CIS BR-324, estão sediadas em seu território, a exemplo da Nestlé Nordeste Alimentos e Bebidas. Além de outros fatores, como o crescimento populacional urbano, o empenho de grupos políticos locais, associadas aos interesses dos donos das indústrias, tais mudanças provocaram, na população, desejo de emancipação política.

A busca por emancipação política conflita com interesses da sede municipal e constitui um antigo imbróglio a ser resolvido. Tal contexto é reafirmado quando se analisa os dados demográficos para revelar a dinâmica urbana. O urbano posto para o distrito evidencia os meios utilizados pela sede para controlar esse espaço.

A mudança do espaço rural quando é absorvido pelo urbano implica em perdas socioeconômicas, logo, se constitui em uma questão territorial, política-administrativa e econômica. O instrumento para definir a dinâmica dessa porção do território é fomentar o crescimento urbano ao transformar a função da terra para solo urbano e assim servir para a produção de mais valia, logo, para o capital, especialmente para o setor imobiliário.

A dinâmica socioespacial do distrito de Humildes envolve a produção e reprodução do espaço através dos conflitos de interesses, tendo na fronteira entre o urbano e rural os desdobramentos da relação campo-cidade. As mudanças ao nível local definem os múltiplos usos do espaço, especificamente na área localizada da vila, considerado espaço urbano com loteamentos e construções de pontos

comerciais; no limite urbano-rural, surgem loteamentos para chácaras e no espaço rural, ou seja, áreas mais afastadas da vila, percebe-se a presença da agropecuária intensiva e extensiva, e implantação de indústrias.

O mercado municipal do distrito de Humildes é um dos locais onde são comercializados os produtos da agricultura familiar. Sua implantação foi utilizada como um meio para dar aos trabalhadores rurais, um espaço para desenvolver as atividades produtivas, são vendidas frutas, verduras e hortaliças, etc.

As informações sobre a implantação do mercado municipal, indica que em 1952, ocorreu a construção, antes situava-se na Praça da Matriz, próximo a igreja Nossa Senhora dos Humildes e atualmente encontra-se no centro da vila próximo a estrada do Limoeiro. (FOTO 1, 2)

FOTO 1 E 2-DISTRITO DE HUMILDES: MERCADO MUNICIPAL



Fonte: Pesquisa de campo, setembro, 2019.

Percebeu-se então, que o mercado municipal, bem como a área onde está localizado é de suma importância para a população, pois serve de local para desenvolver a sobrevivência, como já dito antes. Diante disso, o que se quer mostrar com as imagens é a importância de estabelecer políticas públicas voltadas ao apoio tecnológico e de infraestrutura para a população do campo. De acordo com os entrevistados, as condições de trabalho dos trabalhadores rurais precisam ser

melhoradas. No quadro 5 constam a síntese das respostas os entrevistados quando questionados sobre as condições de trabalho no Mercado Municipal de Humildes.

QUADRO 5- CONDIÇÕES DE TRABALHO NO MERCADO MUNICIPAL DE HUMILDES

Entrevistado	Condições físicas	Renda retirada	Produtos comercializados	Demandas
Nº1	Bom	Aprox. R\$ 300,00	Frutas	Condições de produção
Nº 3, 4	Regular	Aprox. R\$ 350,00	Frutas	Comercialização
Nº5	Bom	Aprox. R\$ 300,00	Frutas	Comercialização
Nº6	Bom	Aprox. R\$ 300,00	Frutas e Hortaliças	Condições de produção
Nº7	Regular	Aprox. R\$ 200,00	Farinha/ Massa de Beiju/Raízes	Condições de produção
Nº8	Regular	Aprox. R\$250,00	Farinha/ Massa de Beiju/Raízes	Comercialização
Nº9	Péssima	Aprox. R\$ 250,00	Farinha/ Massa de Beiju /Raízes	Comercialização
Nº10	Péssima	Aprox. R\$ 250,00	Frutas e Hortaliças	Comercialização

Fonte: Pesquisa de campo, setembro, 2019.

Os trabalhadores rurais sentem dificuldades em comercializar os produtos naquele espaço. Muitos mencionaram que preferem realizá-las fora do mercado, porque o considerava sem atrativos, pois as pessoas não notavam que ali era vendido produtos agrícolas. Outra situação que foi observada era a condição de produção, quando afirmavam que não existia apoio do poder municipal. Nesses aspectos foram mencionados a necessidade de apoio para a irrigação, bem como, construção de cisternas e sementes.

A vila do distrito de Humildes conta com uma infraestrutura urbana com praças, escolas estaduais e municipais, supermercados, igrejas evangélicas e católicas, etc. O processo de ocupação e formação do distrito era voltado principalmente a religiosidade e ainda hoje faz parte da dinâmica social da população, quando as suas festividades são identificadas como principal atividade cultural. (FIGURA 12, 13)

Dessa forma, os anos de 1950 representaram para Pacheco (2009) pelo crescimento da vida urbana, pois, para a autora a década referida foi o momento em que a cidade começou a crescer e o comércio ganhava forma, no que se refere a implementação de infraestrutura, observa que “vinha de parte da oposição local a cobrança de uma atitude mais incisiva no ordenamento das vias urbanas. A abertura

para tráfego de veículos, por exemplo, era ponto de pauta constante em suas páginas” (PACHECO, 2009, p.82)

108

FIGURA 12- IGREJA NOSSA DOS HUMILDES, ANTES DA REFORMA, 1990



Fonte: Moreira, 2011.

Assim como em Feira de Santana, Humildes passou por mudanças, expressa no avanço da urbanização e isso influenciou o crescimento do comércio local, a abertura de estradas e implantação de indústrias refletiu no crescimento urbano nos distritos. Pode-se afirmar, portanto, que no espaço delimitado para a realização do estudo é um núcleo urbano dinâmico, produto das relações socioespaciais. A importância da revitalização da Igreja Nossa Senhora dos Humildes de acordo com os entrevistados envolve a religiosidade, mas também o lazer local, pois, para os mesmos é algo cultural as missas e as festividades que ali ocorrem. Mencionaram

ainda a relevância para o processo de formação, ao citar os primeiros batismos dos moradores.

FIGURA 13- IGREJA NOSSA SENHORA DOS HUMILDES, REFORMADA, 2000

Fonte: Moreira, 2011.

Assim, a Igreja é um elemento histórico e relevante para o processo de ocupação e formação do espaço de Humildes e que também influenciaram as primeiras ocupações, ao ser mencionado pelos moradores que as primeiras casas foram construídas no entorno da mesma.

A existência de loteamentos na vila do distrito de Humildes é destinada principalmente para moradia e construção de estabelecimentos (FOTO 3, 4), já no espaço rural ocorre a presença de chácaras, indústrias e residenciais.

A proliferação de loteamentos, condomínios residenciais e indústrias, atrelados ao crescimento da mancha urbana das cidades vizinhas, ao nosso município refletem, uma verticalização tardia do centro urbano da cidade de Feira de Santana como um resultado do

crescimento econômico, populacional e imobiliário municipal. (ARAÚJO, 2015 p. 29)

O processo de loteamentos foi resultado da exploração da terra, ao transformá-la em mercadoria pela atuação do poder público local e do capital imobiliário. Implicam no surgimento da mancha urbana sobre o espaço rural. Mas ainda assim, a presença das atividades agrícolas são a essência da vida do distrito de Humildes. Junto a isto a paisagem mostra as multifuncionalidades dadas ao espaço, logo, encontra-se práticas urbanas e práticas rurais.

FOTO 3 E 4-INFRAESTRURA DO ESPAÇO URBANO



Fonte: Pesquisa de campo, setembro, 2019.

Não podemos deixar de lado algumas pequenas propriedades rurais que hoje se dedicam ao cultivo de hortaliças, a pequena produção de queijos artesanais (no caso o requeijão e o queijo coalho), a produção de frutas (principalmente a acerola) e pequenos animais (ovelhas e porcos). Como também há as pequenas propriedades rurais que se dedicam a atividades de extrativismo, como o caso das olarias, da extração de areia e pedra, e outras atividades não-agrícolas como os bares e mercearias. (ARAÚJO, 2015, p.82)

As contradições socioespaciais apresentam-se sob duas realidades: de um lado a da especulação imobiliária e das grandes indústrias, do outro, o trabalhador rural, desprovido de assistência do poder público, desenvolvendo as atividades laborais com pequena parcela que lhe sobrou de terra (FOTO 5, 6,7 E 8) O espaço urbano expõe elementos da especulação imobiliária que estende ao espaço rural através dos loteamentos. Nessa perspectiva, o campo é integrado à cidade assumindo formas de urbano. (FOTO 5 e 6)

FOTO 5 E 6- DISTRITO DE HUMILDES: ÁREAS LOTEADAS URBANA E RURAL



Fonte: Pesquisa de campo, setembro, 2019.

A presença de loteamentos é constantemente destinada à construção de chácaras, ou a venda dessas propriedades para os especuladores imobiliários. Apesar disso, o campo se faz presente em sua essência, porquanto a maior parte da área territorial do distrito é destinada à produção de atividades agropecuárias.

A expansão urbana de Feira de Santana é evidente, quando a cidade alcança áreas do distrito. Os aspectos populacionais e o desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e de serviços, são os principais elementos que contribuem para modificar o espaço, no entanto, o setor primário ainda tem importante representatividade econômica no distrito.

FOTO 7 E 8: DISTRITO DE HUMILDES: ÁREAS DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIA



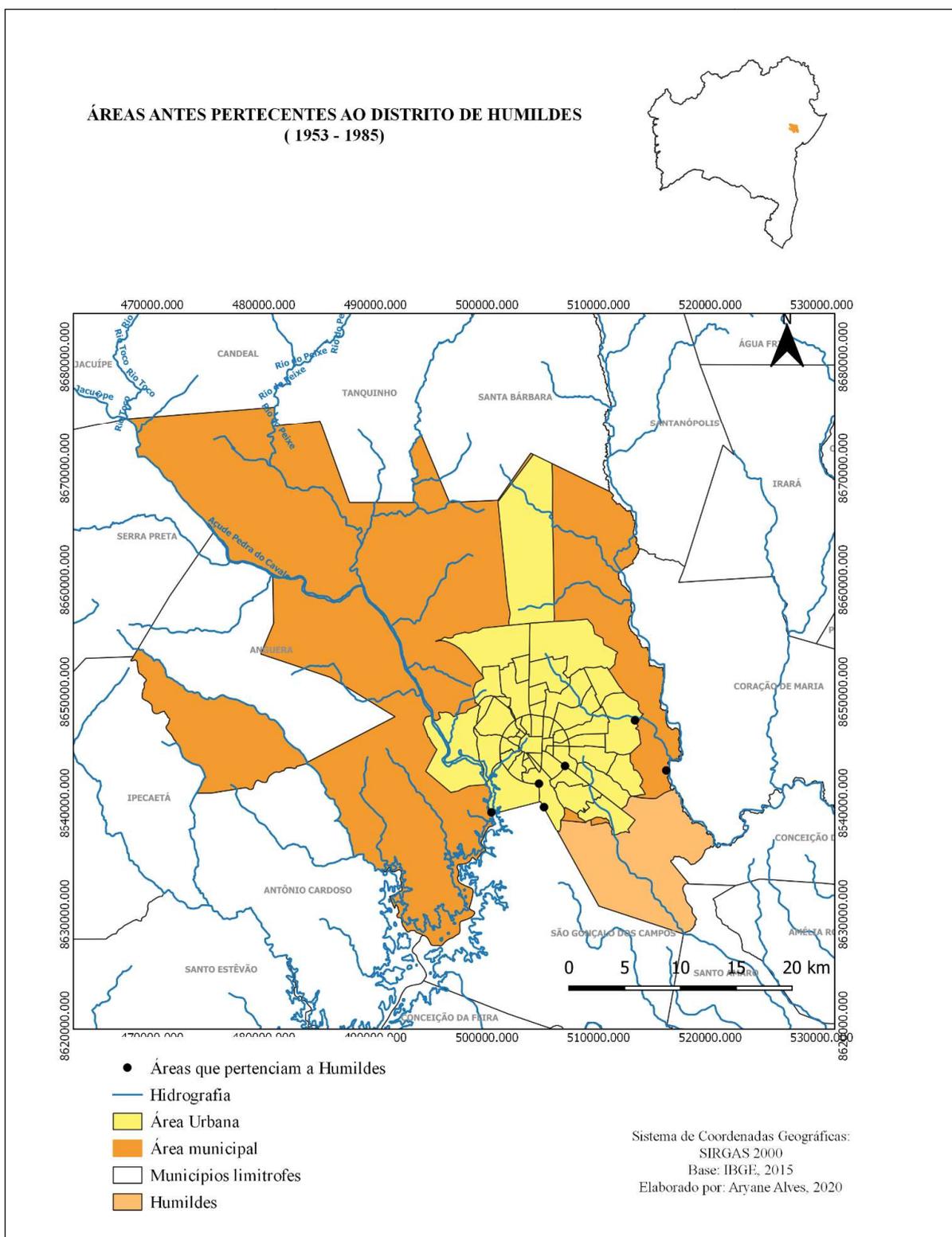
Fonte: Pesquisa de campo, setembro, 2019.

Sabe-se que é preciso valorizar os distritos, enquanto campo. Ter a clareza das implicações que a expansão urbana provoca. No que se refere às análises aqui expostas discute-se através da crítica a modificação do rural em urbano especialmente em Humildes.

Debater assim, os conflitos decorrentes da utilização de instrumentos legais para modificação dos limites entre as áreas rurais e urbanas, permite entender como se estabelece a relação campo-cidade, assim como os limites/fronteiras entre o rural e urbano. O primeiro passo foi trazer a evolução territorial de Humildes, como já dito anteriormente. (MAPA 7)

Os documentos legais mais antigos que apontam os primeiros desmembramentos do distrito datam de 1953 e 1985, eles foram mapeados para explicar tal questão. Os pontos demarcados nas duas leis foram georreferenciados no mapa apresentado abaixo. As áreas pertencentes a Humildes se estendia até os pontos demarcados (Anel de Contorno Rodoviário- Av. Eduardo Fróes da Mota), localizados a norte do distrito de Humildes, e com o passar do tempo se tornaram parte da sede.

MAPA 7- DISTRITO DE HUMILDES: EVOLUÇÃO TERRITORIAL ENTRE 1953-1985



Fonte: IBGE, 2010.

Os desmembramentos ocorridos no distrito de Humildes ocorreram inicialmente nos anos de 1953 e 1985, quando os seus povoados foram transformados em novos

distritos para a sede. O primeiro foi Jaíba, em 1953 e depois Mantiba, que se tornou povoado desse último (SOUZA, 2016).

De acordo com a Lei nº 628 de 30 de dezembro de 1953 as alterações nos limites municipais e divisas interdistritais do Quadro Territorial do Estado para o quinquênio 1954 – 1958, estabelece que “divisas interdistritais, entre os distritos de Feira de Santana e Humildes: começa no marco do Pau de Légua, daí em reta até o centro da lagoa do Registro” (BRASIL, 1953).

Em 1985, ocorre outra alteração através da Lei Nº 4.548 que fixa os limites interdistritais do Município de Feira de Santana. No artigo 1º - Ficam fixadas as seguintes divisas interdistritais do Município de Feira de Santana, a partir do seu distrito sede:

Com o Distrito de Humildes:

Começa no marco 1, na interseção da BA-052 com a BR-116, daí em linha reta ao marco do Bebedouro do Sabino no Rio Jacuípe, daí em reta ao antigo marco de Pau de Légua, seguindo em reta à rodovia BR-324, na altura do Km 7,2, no marco 2, marcada a partir da interseção desta BR com o Anel de Contorno. Prossegue-se em linha reta na direção nordeste, até encontrar a ponte sobre o Rio Pojuca, na altura em que está situada a Fazenda da Estação de Águas San Juliano. (BRASIL, 1985)

Nessa perspectiva, o distrito de Humildes começa a perder território, desde o período supracitado, podendo-se afirmar que o processo tem por influência o potencial desejo de emancipação dos habitantes. Durante a pesquisa foi possível perceber também que a formação de novos distritos pela diluição dos seus povoados, contribuiu para fragmentar a identidade local: o distrito que era o maior em extensão territorial, torna-se um dos menores na atualidade.

5.2 A Lei Complementar nº 075/2013 e o espaço rural-urbano no distrito de Humildes

A Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 5º os direitos e deveres dos indivíduos e coletivos assim como o direito à propriedade. No caput. XXVI, tem-se que,

a pequena propriedade rural, assim definida em Lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, a população rural tem a garantia no âmbito jurídico à permanência no campo. O Art. 153 indica que compete à União instituir impostos sobre a propriedade territorial rural, especificamente o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), sendo diferenciado daquele estabelecido para os espaços urbanos, ou seja, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Permite, assim, definir critérios tributários de acordo com a realidade socioeconômica e sociocultural de cada espaço.

A Lei magna do país também define os parâmetros legais referentes à questão fundiária. De acordo com o texto legal, a União pode desapropriar, por interesse social, o imóvel rural que não está cumprindo a função social, deixando estabelecido no artigo 185 que, entretanto, são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra propriedade produtiva.

No artigo 186, incisos de I a IV, esclarece que “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos”:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1998)

No artigo 187, define a garantia dos direitos da população rural e cria as condições políticas para seu desenvolvimento socioeconômico. Exprime que a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção. Isso envolveria produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, armazenamento e transportes, a assistência técnica e extensão rural, eletrificação rural e irrigação e a habitação para o trabalhador rural.

O artigo 191 esclarece os critérios sobre a propriedade rural e urbana, determinando que:

Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (BRASIL, 1988)

Por fim, o artigo 194 expõe sobre a seguridade social, como sendo um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Pode-se concluir que os direitos da população da cidade e do campo, estão alicerçados em bases legais bem definidas.

Quando ocorrem mudanças socioespaciais, como por exemplo, institucionalização de um espaço com características rurais, que passa a ser definido como urbano, haverá interferência nos direitos sociais, devido a mudança na função de uso do solo. O Estatuto da Cidade vem para ampliar as questões legais do que se refere ao direito social do indivíduo, bem como a efetivação da função social no âmbito da política urbana. No Cap. 1º estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Art. 4º estabelece que sejam utilizados, entre outros instrumentos os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento

econômico e social, o planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões e planejamento municipal.

Diante das garantias que se é observado em Lei, desde a Constituição de 1988, e reafirmadas pelo Estatuto da Cidade, percebe-se que a dinâmica rural e urbana é garantida à população os benefícios e meios para o desenvolvimento do território. No que se refere à Humildes, os apoios às comunidades rurais são inexpressivos, não contemplam uma política agrícola satisfatória.

De acordo com os trabalhadores rurais do distrito o apoio ocorre pelo programa Nacional de Alimentação da Agricultura Familiar (PRONAF) e no âmbito municipal pelo banco de sementes. Ressaltaram ainda que quando se é pequeno produtor¹ a situação fica ainda mais difícil. De acordo com a representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Feira de Santana, as políticas voltadas para o campo são pouco representativas para atender as demandas dos produtores agrícolas. No que se refere aos recursos públicos destinados à população rural, aponta que:

Os recursos são mínimos, e dessa forma não é possível haver subsídio a produção agrícola. Se reparar no orçamento do município destinado para agricultura familiar são as menores, além de ter ações estritamente definidas, não sendo destinadas para estrutura e assistência agricultura familiar. (Representante dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana)

A representante ainda enfatiza que apesar da importância da agricultura familiar na economia municipal em ser geradora de renda e produção, por parte do poder público local não é tratado como prioridade e nem são destinadas às políticas públicas municipais. Ao se perguntar sobre como as demandas da população rural chegam a Secretária Municipal de Agricultura, a representante informou que:

Não chegam às nossas necessidades a secretária, eles fazem no período de participação do orçamento, fazem uma consulta,

¹ Pequeno produtor: termo designado para identificar o agricultor familiar, que segundo Schmitz e Mota (2008, p. 444) “mesmo reconhecendo que os agricultores se autodenominam de pequenos produtores, não acreditamos que este termo seja adequado como unidade analítica, seja porque não chama a atenção para a diversidade e diferenciação interna, seja porque nem sempre a produção dos agricultores familiares é pequena”.

entretanto, elas não chegam às comunidades de forma geral, somente consultam algumas pessoas dos distritos. Quando chegam a Secretária são demandas que não atendem a todas as realidades locais, ou aquelas mais críticas. Resumindo apenas a distribuição de pequenas quantidades de sementes, e em época de estiagem ao abastecimento de água. Não havendo assim, um plano de desenvolvimento para o campo. (Representante dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana)

De acordo com a mesma, a secretaria não possui um quadro de funcionários técnicos que possibilite criar planos para desenvolvimento para o campo. Não possui técnicos agrícolas, nem engenheiros agrônomos, que seriam esses que ajudariam para criar instrumentos para atender as necessidades profissionais que auxiliaria na elaboração de um plano e acessória técnica para os agricultores, pois, “as ações são tímidas e não refletem práticas de fortalecimento do campo, para ações de geração de renda, produção de alimentos, muito menos de infraestrutura do campo” (Representante dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana). Ressalta ainda que isso precisa ser debatido, porque cabe orçamento para isto, mas como na realidade o orçamento destinado ao campo é menor, as políticas também são mínimas.

O pequeno agricultor fica sem possibilidades de fazer parte dos grandes circuitos produtivos pelo fato de não ter o apoio necessário, e com isso, tende a ser marginalizado, restando-lhe como principal alternativa de sobrevivência a venda da terra para tentar a sorte na cidade ou a venda de sua força de trabalho em outras propriedades como complemento de renda. (SANTOS, 2006, p. 58)

No âmbito da ação da esfera federal sobre o desenvolvimento do meio rural, de acordo com Medeiros, Dallalana e Zimmermann (2014, p. 129) “a política de desenvolvimento territorial, iniciada em 2003, representa uma significativa inovação para pensar o rural”.

Para a delimitação dos chamados territórios de identidade, utilizaram-se critérios que visaram a identificar municípios com baixa

densidade populacional, maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas, beneficiários do reordenamento agrário) e alguma governança pública (DELGADO; LEITE, 2011, p.129)

De acordo com os autores, tratava-se de executar políticas de apoio aos segmentos prioritários não por meio de ações municipais, mas sim de maior abrangência” (MEDEIROS, DALLALANA E ZIMMERMANN, 2014, p. 131). O apoio do Estado à população do distrito de Humildes foi identificado por Santos (2006) ao analisar o PRONAF no município. Apesar do referido programa não o objeto de estudo desta pesquisa, torna-se necessário indicá-los, porque um dos objetivos é identificar as implicações socioespaciais para a população no âmbito socioeconômico do distrito de Humildes.

Santos (2006, p.114) destaca que,

O percentual de 60% de agricultores insatisfeitos no Distrito de Humildes expressa o tipo de investimento que é feito com o crédito nessa localidade. O distrito é marcado por pequenos estabelecimentos, geralmente muito próximos uns dos outros e sofre com uma constante pressão demográfica, com várias famílias vivendo num mesmo estabelecimento rural. Nesse distrito, grande parte do crédito é investido em criação de galinhas, porcos, cultivo de hortaliças e frutas. (SANTOS, 2006, p. 114)

O valor oferecido pelo Pronaf B tem se mostrado suficiente para o cultivo de determinadas lavouras, como mandioca, feijão e milho, e criação de galinhas. Porém, não é suficiente para investimentos maiores como, por exemplo, criação de suínos, no caso do agricultor que não possui uma estrutura montada para o criatório de bois, avestruzes, entre outros. (SANTOS, 2006, p. 114)

Percebe-se que os problemas que atingem os trabalhadores rurais dificultam realizar as práticas laborais, porquanto torna-se a principal elemento, entender as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores rurais. A necessidade de políticas públicas voltadas ao campo precisam inserir os pequenos produtores, ao criar

instrumentos normativos que garantam acessibilidade a crédito, tecnologia, espaços de comercialização e direito à terra. 120

A constituição de 1988 dispõe nos artigos 182 e 183 sobre a política urbana, e os artigos 184 e 191 sobre a política rural e a reforma agrária no Brasil. A norma legal da política urbana foi modificada pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

O Art. 182 estabelece que a política de desenvolvimento urbano tenha por objetivos: ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; a obrigatoriedade do plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes. Torna-se então, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e terá a propriedade urbana como princípio da função social e aplicadas no plano diretor exige-se ao proprietário do solo urbano impostos progressivos. No artigo 183 fica decretado:

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. § 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. § 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (BRASIL, Constituição de 1988)

A Lei nº 10.257/2001 fica exposto:

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (ESTATUTO DA CIDADE, 2001)

No Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (ESTATUTO DA CIDADE, 2001)

Sobre a gestão democrática da cidade, o Estatuto da Cidade estabelece:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I - órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II - debates, audiências e consultas públicas; III - conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV - iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (ESTATUTO DA CIDADE, 2001)

Os tais artigos mencionados acima da constituição de 1988, bem como o Estatuto da Cidade, permitiram tratar os espaços rurais e urbanos a partir de suas particularidades, criando no âmbito legal as políticas públicas, leis e diretrizes diferenciadas. De acordo com Medeiros, Dallalana e Zimmermann (2014), isso quer dizer que a função social da propriedade urbana está ligada à moradia e bem-estar social, para a propriedade rural fica estabelecido o desenvolvimento da produção prevalecendo os direitos daqueles que trabalham na terra e a preservação ambiental. Conforme os mesmos, “mantém-se a tensão no interior do município: responsável pelo desenvolvimento de sua parte urbana tem poucos poderes sobre a parte rural, na medida em que a dinâmica do desenvolvimento rural é estabelecida na esfera federal”. (MEDEIROS, DALLALANA E ZIMMERMANN, 2014, p. 128)

O distrito de Humildes sofre as consequências dessas ações visíveis a nível espacial quando se percebe que muitos proprietários de terras preferem vender, ou trocá-las em vez de produzir.

Eu tinha duas chácaras que foram de herança de família, quando foram loteadas fiquei com dois lotes, uma eu vendi para imobiliária e

essa que eu moro produzo hortaliças. Preferi vender uma das áreas porque era mais rentável. Apesar de não querer vendê-la precisei por causa do dinheiro. (Morador de Humildes. Entrevistado 10)

De acordo com o morador entrevistado, a área está destinada à construção de um residencial. Assim, percebe-se que a função da terra é modificada para atender ao interesse do capital. O indivíduo vive do que produz, mas por questão de sobrevivência o único caminho é vendê-la.

A questão é priorizar a função social, mas em muitos municípios como o de Feira de Santana é inexistente, seja em espaços rurais ou urbanos. A falta de planejamento participativo dificulta ainda mais a conquista de direitos sociais, logo, as comunidades rurais vivem a exclusão social, política e econômica.

A Lei Complementar nº 075/2013 é um instrumento jurídico-administrativo que estabelece a ampliação do perímetro urbano e a criação de novos bairros no município de Feira de Santana, isso implicou em mudanças na política urbana nas localidades anexadas. Os Índices Urbanísticos que nortearam o ordenamento o uso e a ocupação do solo para os 06 (seis) novos bairros, foram os mesmos apresentados na Lei Municipal 1.615/92. (QUADRO 6)

QUADRO 6: LEI Nº75/2013: ZONAS DE PREDOMINÂNCIA – ZR'S E ZS

ZONAS	BAIRROS
ZR-3	Vale do Jacuípe
ZR-3	Pedra Ferrada
ZS	CIS Norte
ZR-3	Mantiba
ZR-4	Registro
ZR-4	Chaparral

Fonte: PMFS, Lei nº75/2013.

De acordo com a Lei municipal de ordenamento do uso e da ocupação do solo (LOUS), existe restrições de uso e ocupação do solo aplicáveis às zonas de predominância de usos e concentrações lineares de usos múltiplos. O Art. 5º estabelece que integra a presente Lei as Zonas de Predominância de Usos e Concentrações Lineares de Usos Múltiplos. (LOUS, 1992)

Art.11. Para os efeitos desta Lei a Área Urbana do Município de Feira de Santana, estabelecida pela Lei nº 1.614/92 do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal foi dividida nas seguintes subáreas: I- Zonas de Predominância de Usos - Z; II - Concentrações Lineares de Usos Múltiplos - C; III - Áreas Sujeitas a Regime Específico - ASRE. 1º - As Zonas de Predominância de Usos - Z são as delimitadas na planta nº 1 do Anexo nº 7 e dividem-se em: I - Zona de Predominância de Usos Residenciais – ZR; II - Zona de Predominância de Usos Comerciais e de Serviços - ZT; III - Zona de Predominância de Usos Industriais - ZS.

O ZR de acordo com a lei refere-se a Zona de Predominância de Usos Residenciais, todos os novos bairros estão ligados a essa finalidade, exceto, o CIS-Norte que segundo a lei foi destinado ao ZS- Zona de Predominância de Usos Industriais. As implicações para as áreas que eram rurais e mudaram para urbanas estão ligadas exatamente aos usos atribuídos a elas, ou seja, o campo deixa de ter sua funcionalidade ligada a produção das atividades primárias para sofrerem um intenso processo de venda, assim, atribui valor especulativo.

Por Zona Residencial entende-se enquanto áreas de concentrada por habitações, bem como a Zona Industrial pela concentração de indústrias. Expressão utilizada principalmente nos planos diretores para espacializar o zoneamento das áreas. Devido a análise ser feita através dos desdobramentos das leis municipais de zoneamento do município de Feira de Santana será adotada a mesma expressão no processo de mapeamento.

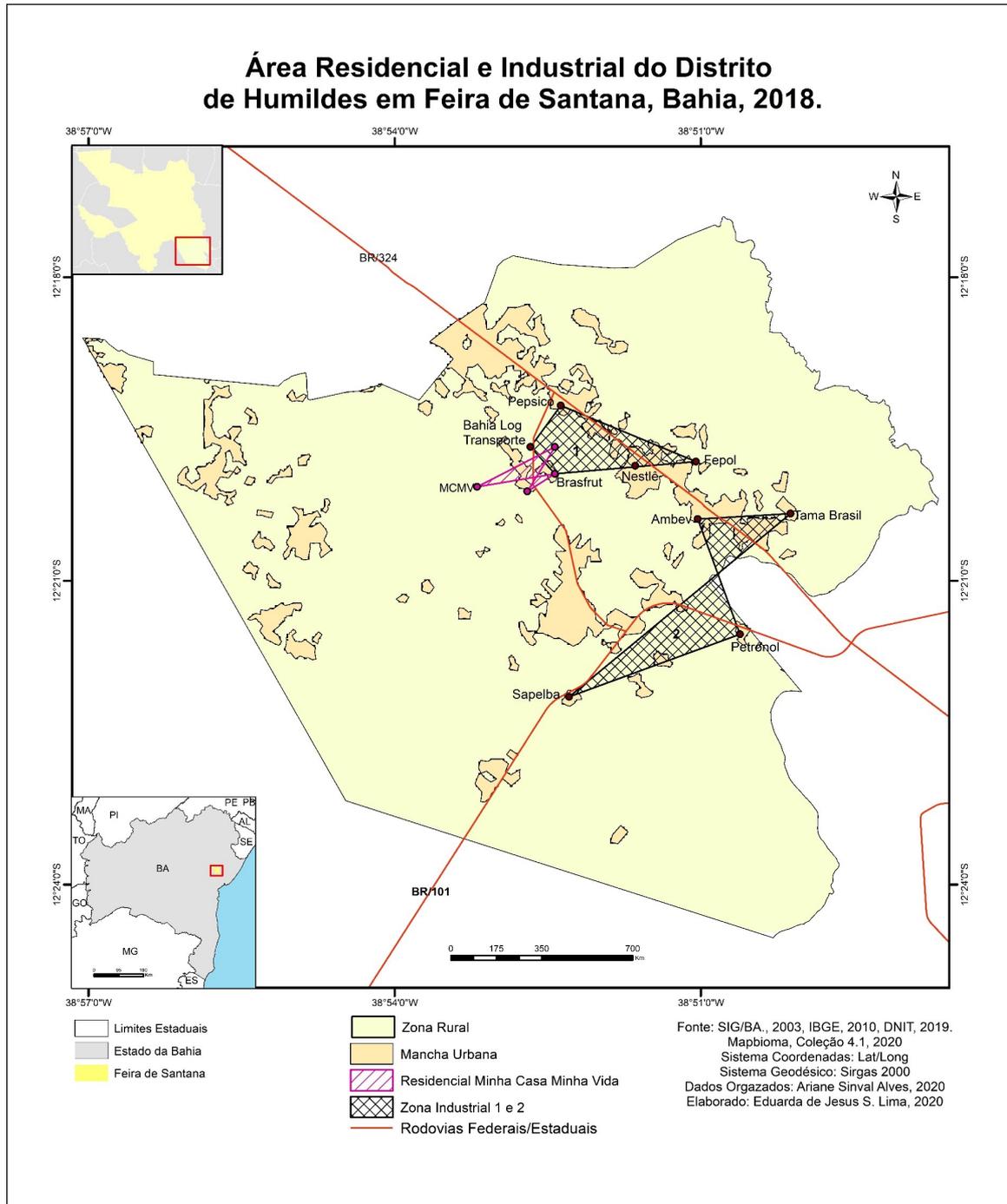
As áreas residências são os espaços com intensa presença de loteamentos, bem como construções já finalizadas. As áreas industriais seguem a mesma metodologia, indústrias já consolidadas ou em processo para esse fim. Diante disso, é possível caracterizar Humildes com potencialidade de ser um distrito industrial e residencial.

De acordo com Corrêa (1995,p. 30) partindo da espacialização e considerando o sua localização periférica, resulta da ação do Estado junto a “fatores de produção e de acordo com interesses de outros agentes sociais, como proprietários fundiários e industriais, criam economias de aglomeração para as atividades de produto industrial”.

Tanto a ZR's quanto a ZS's modificam as funções do espaço rural, antes ligadas à produção agropecuária, isso implica no crescimento das vilas, logo da mancha urbana. No que se refere ao distrito de Humildes, tal fato implicou em

existência de áreas destinadas a residências, indústrias convivendo com espaços rurais. Criou-se então, no seu interior, frações de ZR, ZS. (MAPA 8) 124

MAPA 8- DISTRITO DE HUMILDES: ÁREAS RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS EM 2020



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com as informações contidas no mapa 8, as áreas industriais localizam-se nas margens próximas das rodovias BA-513 e a BR-324. A Zona Industrial 1 compõe os espaços onde as indústrias estão próximas a área residencial

e passa por intenso processo de loteamentos. A mesma foi delimitada com o objetivo de mostrar como a implantação de indústrias impulsionam a construção de habitações, pois é uma área que está entre os limites do espaço urbano, especificamente, sentido sul do Bairro Limoeiro e próximo à Vila. As vias de acesso às fábricas, em especial a Fábrica Nestlé, a implantação de infraestrutura urbana é notória.

As áreas da Zona Industrial 2 difere da anterior devido a existência de indústrias em menor número, conclui-se então que está em processo de formação, devido a isso, a existência de moradia tem menos expressividade. Esta parte localiza-se próximo à Vila e faz limite com o município de São Gonçalo dos Campos.

A zona residencial possui indústrias nos espaços circunvizinhos, nota-se que é onde a mancha urbana mais se expande. É possível perceber que a implantação de indústrias fomenta a ação do Estado junto ao setor imobiliário em criar políticas de habitação e que isso reflete na implantação de infraestrutura urbana local.

A Lei foi noticiada em diversos órgãos da imprensa, discutindo, principalmente os impactos que traria para a população dos distritos atingidos, principalmente sobre a reação das comunidades que eram contra a mudança rural-urbana. A questão socioeconômica foi o principal ponto debatido entre moradores e representantes do poder local. (QUADRO 7)

QUADRO 7- NOTÍCIAS SOBRE A LEI Nº75/2013

Fonte	Notícia	Data
Jornal Grande Bahia	Prefeitura de Feira de Santana cria seis novos bairros e não debate com comunidades rurais	28/06/2013
Acorda Cidade	Feira de Santana ganha seis novos bairros; decisão desagradada trabalhadores rurais	27/06/2013
Jornal Folha do Estado	Feira de Santana terá seis novos bairros	20/06/2013
Blog de Feira	Prefeitura diminui a zona rural e cria mais 6 bairros em Feira de Santana	30/06/2013
A tarde	Projeto aprovado cria seis novos bairros em Feira de Santana	21/07/2013
Acorda Cidade	Moradores de Mantiba são contra urbanização da zona rural de Feira de Santana	29/06/2013
Blog do Zé	Trabalhadores Rurais não aceitam criação de seis novos bairros em Feira de Santana	19/08/2013

Fonte: Notícias da Web, 2013.

De acordo com as notícias veiculadas pelos órgãos da imprensa falada e escrita, o projeto se efetivou pela necessidade de novas áreas para expansão

urbana, e que isso está garantido legalmente pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1992, e na Lei que rege sobre a criação de novos bairros, sancionada em 2004.

O atual secretário de Meio ambiente, Arsênio Oliveira, que no período era o secretário de Gestão e Convênios, mencionou em entrevista que “desde então, o município teve uma expansão muito grande, principalmente na área de construção civil, com a vinda do Programa Minha Casa, Minha Vida” (JORNAL GRANDE BAHIA, 2013). Tal declaração reafirma as questões do objeto desta investigação, pois a legislação municipal desde muito tempo cria meios normativos para propagar a expansão urbana. O mesmo ainda revelou que,

A gente chega à conclusão de que a legalização disso é a inclusão desses bairros no perímetro urbano, com a expansão do distrito/sede sobre os distritos Governador João Durval Carneiro, Jaguará, Maria Quitéria, Tiquarucu, Matinha, Jaíba e Humildes. (JORNAL GRANDE BAHIA, 2013)

Dessa forma, percebe-se que a intenção de anexar áreas distritais no perímetro urbano da sede é um processo naturalizado para a gestão municipal. Os representantes não se importam com a implicação disso nas comunidades locais. Nas notícias veiculadas no Jornal Grande Bahia, 2013 fica nítido que o processo não foi participativo, logo, as comunidades rurais foram excluídas. É mencionado que em nenhum momento ocorreu audiência pública no período de elaboração da Lei.

As implicações socioeconômicas foram os principais aspectos apontados durante as reportagens e os encargos tributários colocados como a principal questão, tais como, mudança do ITR para o IPTU, aumento nas tarifas de energia e água, perda de direitos a programas federais de apoio ao trabalhador rural e aposentadoria rural. A população tinha conhecimento do que a Lei iria lhe custar a nível econômico, muitos ainda tentaram se manifestar. (ACORDA CIDADE, 2013) (FIGURA 14)

Outra questão que evidencia a ação do Estado junto ao setor imobiliário pode ser vista nos posicionamentos da gestão municipal. Justificar a modificação de áreas rurais para áreas urbanas pela presença de residências revela a presença da especulação imobiliária.

FIGURA 14- IMAGENS DA REPORTAGEM DO PROGRAMA ACORDA CIDADE



Fonte: Ed. Santos, Acorda Cidade, 2013.

O processo que Carlos (2007) mostra, quando são construídos conjuntos habitacionais em áreas vazias e vem o poder público e instala os equipamentos públicos. Os equipamentos urbanos para serem instalados em uma determinada área este solo é preciso estar regularizada como espaço urbano. O processo é posterior à construção dos residenciais para estabelecer a lógica do capital que primeiro produz a mais valia, então estarão com preços de baixo custo, após a implantação e a presença da infraestrutura urbana tornam-se mais caros.

Se a pessoa for até ao aeroporto, existem conjuntos habitacionais construído próximo ao local e ali ainda não era zona urbana, então como é que vamos registrar na zona rural? O que se fez foi um projeto para ordenar a nova realidade urbana da cidade. (Ex-prefeito Jose Ronaldo, Entrevista ao Acorda cidade, 2013)

De acordo com as informações, houve unanimidade na aprovação da Lei, isso revela a gravidade da situação. (FOLHA DO ESTADO, 2013) O executivo, argumentou que o projeto tem a proposta de redimensionar o espaço geográfico do município de Feira de Santana, ou pela criação de novos bairros, seja pela modificação do espaço físico do limite urbano, ou pela alteração dos limites entre os distritos.

Nós recebemos o projeto ontem (18), e temos que votar hoje (19), então não houve tempo suficiente para uma análise mais apurada. Acredito que a criação destes bairros implicará em mudanças na nossa cidade, que devem ser tratadas com mais atenção. Portanto, por não entender bem as intenções do executivo é que meu voto foi contrário. (Vereador Pablo Roberto, Entrevista à Folha Do Estado, 2013)

Feira de Santana está crescendo e precisa trazer mais para perto essas localidades consideradas como zona rural, até mesmo para que cheguem os serviços públicos e também a cobrança de IPTU. (Vereador Carlito do Peixe entrevista à Folha Do Estado, 2013)

Os argumentos do legislativo não indicam caminhos para minimizar os efeitos que a Lei trouxe para Humildes. As ações da população para mediar os efeitos da Lei ocorreram, quando estes tentaram garantir a permanência dos direitos trabalhistas na comunidade rural. A imprensa constantemente registra os fatos, como por exemplo,

José Ferreira Sales, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, estuda, junto com a Associação Comunitária de Mantiba, ajuizar ação na Justiça para garantir que os trabalhadores continuem pagando o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). (JORNAL A TARDE, 2013)

Se o morador paga o ITR, ele não será obrigado de forma alguma a pagar IPTU. Só o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como previsto por lei, tem o poder, após estudos, de autorizar a mudança de uma propriedade rural para urbana. (Ex-secretário de Convênios e Gestão Municipal, Arcênio Oliveira em entrevista ao Jornal da Tarde, 2013)

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) demonstram preocupação com o projeto municipal que pretende transformar as seis comunidades rurais em espaço urbano. No dia 12 de julho de 2013, moradores dos distritos envolvidos, reuniram com representantes do (INSS), (EBDA) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STR-Feira), para discutir a situação dos produtores rurais, diante do projeto de Lei da prefeitura, aprovado pela Câmara de Vereadores. Foram identificadas perdas para os trabalhadores rurais, especialmente com relação às aposentadorias especiais, pois mediante a Lei, o trabalhador rural perde o status de agricultor. (JORNAL DA TARDE, 2013).

De acordo com a opinião dos moradores entrevistados, as áreas que se tornaram bairros houve mudanças nos encargos tributários, atualmente os moradores pagam pelo valor correspondente a solo urbano. No que diz respeito a aposentadoria do trabalhador rural no período da aprovação da Lei aqueles que já estavam com as solicitações encaminhados tiveram seus direitos garantidos, mas após a aprovação da Lei segundo os moradores entrevistados se tornou mais complicado, informaram que precisam comprovar alguns requisitos, tais como, tempo de trabalho no campo, em especial naquela unidade, fato este desde a Lei foi implementada.

No momento atual, a Lei implicou nas perdas dos direitos dos trabalhadores rurais, e no que diz respeito aos encargos tributários, os moradores notaram que os mesmos foram implantados, por exemplo, nos valores nas contas de energia e água agora sofrem ajustes para seu caráter urbano. (QUADRO 8)

QUADRO 8- SISTEMATIZAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE OS IMPACTOS DA LEI Nº075/2013 EM HUMILDES

ENTREVISTADOS	IMPACTOS DA LEI	BENEFÍCIOS	PREJUÍZOS	SUJESTÕES
1	ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
2	ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
3	ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
4	ECONOMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
5	ECONOMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
6	ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR	PARTICIPAÇÃO

			RURAL	POPULAR
7	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
CONTINUAÇÃO DO QUADRO 8				
9	ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
10	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
11	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
12	ECONOMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
13	ECONOMICA	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
14	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
15	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
16	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
17	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
18	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
19	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
20	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
21	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
22	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
23	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
24	ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
25	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
26	SOCIAL ECONÔMICA ÁREA DISTRITAL	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
27	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
28	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
29	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
30	ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
31	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
32	SOCIAL ECONÔMICA	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
33	SOCIAL ECONÔMICA ÁREA DISTRITAL	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR

34	SOCIAL ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPUL ^{AR} 131
CONTINUAÇÃO DO QUADRO 8				
35	SOCIAL ECONÔMICA	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
36	SOCIAL ECONÔMICA ÁREA DISTRITAL	INFRAESTRUTURA URBANA	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR
37	SOCIAL ECONÔMICA ÁREA DISTRITAL	NENHUM	TRABALHADOR RURAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro, 2020.

De acordo com os moradores do distrito de Humildes entrevistados, após a implantação da Lei nº075/2013, destacou no âmbito dos impactos causados pela Lei envolve questões econômicas, sociais. Quando perguntado sobre os benefícios, a maioria não conseguiu identificar nenhum, alguns identificaram a presença de infraestrutura urbana, mas destacaram que ela se apresenta incompleta ou, em somente algumas áreas, especificamente, áreas próximas ao bairros circunvizinhos e ruas principais. Os prejuízos foram principalmente identificados para os trabalhadores rurais, quanto a perda dos direitos trabalhistas. Por fim, ao ser questionado como eles consideram que a Lei precisava ser elaborada, responderam que a população deveria ter sido consultada, e dialogar sobre como deveria ser feito a modificação do espaço rural em urbano.

O setor de Convênio de Obras, da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), que acompanhou o planejamento e elaboração da Lei Complementar nº 75/3013 e as mudanças nos termos de implantação de infraestrutura, expôs os critérios em função do uso do solo. Indicando que, a área que integra a Lei passou a ter função relacionada às construções e que dessa forma, modificou a aplicação de impostos, especificamente o IPTU.

Ao levantar questões sobre como foi analisada a implantação da referida lei, o coordenador do setor respondeu que a expansão urbana do município foi considerada o elemento principal para efetivação do processo, que foi elaborado ao tomar como referência a expansão urbana da sede em direção aos distritos. Afirmou ainda que no processo de elaboração da Lei, especialmente no que concerne aos critérios de escolha dos espaços que se tornaram urbanos foi através da delimitação de áreas que apresentavam características urbanas, como por exemplo, existência

de condomínios fechados, residenciais do PMCMV, bem como pela expansão dos próprios bairros, ou seja, aqueles que fazem limites com os distritos; por esses motivos novos bairros foram formados. Isso teve como consequência a necessidade de ampliação do perímetro urbano, pois a infraestrutura urbana é instalada em áreas que sejam definidas legalmente dessa forma.

O coordenador do setor declarou como o processo ocorreu no distrito de Humildes, afirmando que “naquela área a expansão urbana seguiu a direção do crescimento das indústrias”, criando então uma zona industrial. “O mesmo foi pensando para o CIS-Norte, onde seguiu a direção dos distritos de Tiquaruçu, Matinha e Maria Quitéria”. “A delimitação da zona industrial de humildes foi pensada a partir da BR-324, seguindo as direções de 1km a direita e à esquerda da rodovia”. Identifica-se que tal processo serviu para delimitar uma nova área industrial, bem como impulsionou nas áreas do entorno o crescimento populacional em Humildes.

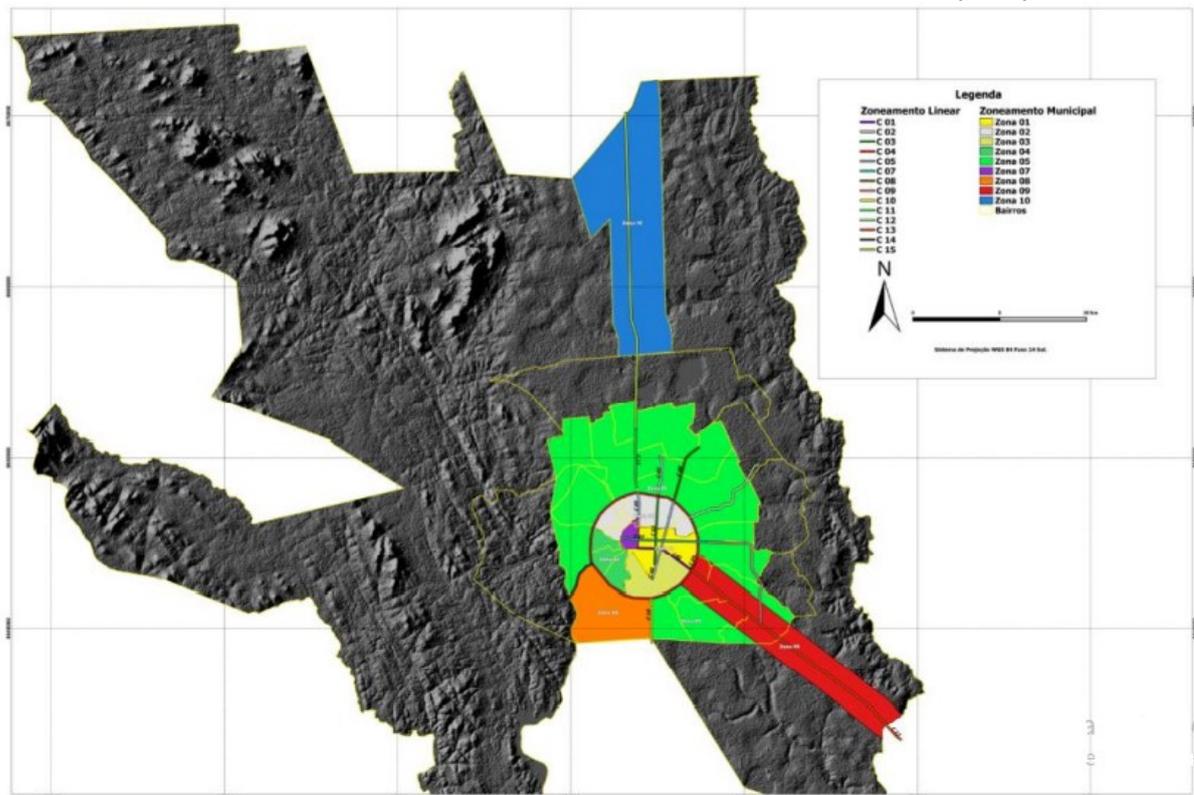
No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial (2018), as delimitações do espaço rural e urbano ganham novas dimensões, logo os limites da sede e dos distritos apresentam novas extensões territoriais. O macrozoneamento teve por finalidade ordenar o território e “possibilitar a definição de orientações estratégicas para o planejamento das políticas públicas, programas e projetos em áreas diferenciadas, objetivando o desenvolvimento sustentável do Município, que será dividido em 09 (nove) Macrozonas”. (LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018)

A consequência da expansão urbana tornou-se ainda mais intenso para o distrito de Humildes com a última delimitação realizada pela gestão municipal. De acordo com o PDDUT (2018) no que diz respeito ao ordenamento do território rural e urbano, os textos incisos I e II, expressam a necessidade de definição de uma nova divisão territorial, compatível com as atuais funções sociais da cidade, a infraestrutura e as expectativas de crescimento e a indicação da necessidade de delimitar zonas urbanas dentro do perímetro da área rural, de forma a atender às demandas da população e aos usos e funções ali estabelecidas (PDDUT, 2018, p.39) (FIGURA 15).

De acordo com Bordinhão (2006) o zoneamento com fins para uso e ocupação do solo tem por finalidade o ordenamento do uso da propriedade do solo e assim, das edificações. Dessa forma, divide a cidade em zonas com intuito de torna-las homogêneas, com cada zona para uma finalidade. Para o mesmo “ é uma forma de

resolver as disputas por espaço em meio urbano realizada por empresas, especuladores imobiliários e pela população que não tem onde morar” (BORDINHÃO, p. 1, 2006) 133

FIGURA 15- FEIRA DE SANTANA: ZONEAMENTO MUNICIPAL (2018)



Fonte: Diário Oficial, PMFS, 2018.

De acordo com o zoneamento municipal de 2018, fica estabelecida a definição de dez zonas de uso do solo, demarcam as áreas. As demais zonas são destinadas a uso industrial, de acordo com a Lei enquanto:

Art. 215 - São porções do território com localizações privilegiadas para a chegada de matérias primas e o escoamento de produtos fabricados e montados, destinadas ao uso predominantemente industrial, admitindo-se outros usos desde que compatíveis com este uso, sendo classificada como Zona 8 - CIS TOMBA, Zona 9 – CIS BR 324 e Zona 10 – CIS BR 116 NORTE, de acordo com os critérios e restrições estabelecidos pela LOUOS.

Parágrafo único - Classificam-se como Zonas Industriais, de interesse para a economia regional:

I – Zona 8 - CIS TOMBA, destinada à localização de usos industriais diversificados, de armazenamento e comércio atacadista consolidado, com localização estratégica no bairro do Tomba, nas

cercanias do anel de contorno rodoviário sul, corredor de circulação de transporte de média capacidade; 134

II - Zona 9 – CIS BR 324, destinada à localização de usos industriais diversificados consolidados, de armazenamento e comércio atacadista e logística de distribuição, aproveitando a infraestrutura rodoviária existente e a localização estratégica às margens do corredor de circulação de transporte de massa de média capacidade nas modalidades rodoviária e ferroviária, visando sua expansão;

III - Zona 10 – CIS BR 116 NORTE, destinada à localização de futuros estabelecimentos e empreendimentos de usos industriais diversificados, de armazenamento e comércio atacadista, aproveitando a infraestrutura rodoviária existente e a localização estratégica às margens de rodovia federal, corredor de circulação de transporte de massa de média capacidade. (Plano Diretor Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana (PDDUT), p.40, 2018.

Com a delimitação dessas áreas, a Zona 9 absorve áreas do distrito de Humildes, para fins industriais. Foram demarcados os pontos que circundam a BR 324, criando assim, ao longo da rodovia os meios legais para expansão urbana, assim como para a implantação de indústrias. Isso consolida a soberania da cidade sobre o campo e revela que as velhas práticas político-administrativas, ainda estão presentes na atualidade, o poder público local utiliza da legislação para efetivar os interesses capitalistas, especialmente no imobiliário e também favorecer o setor industrial.

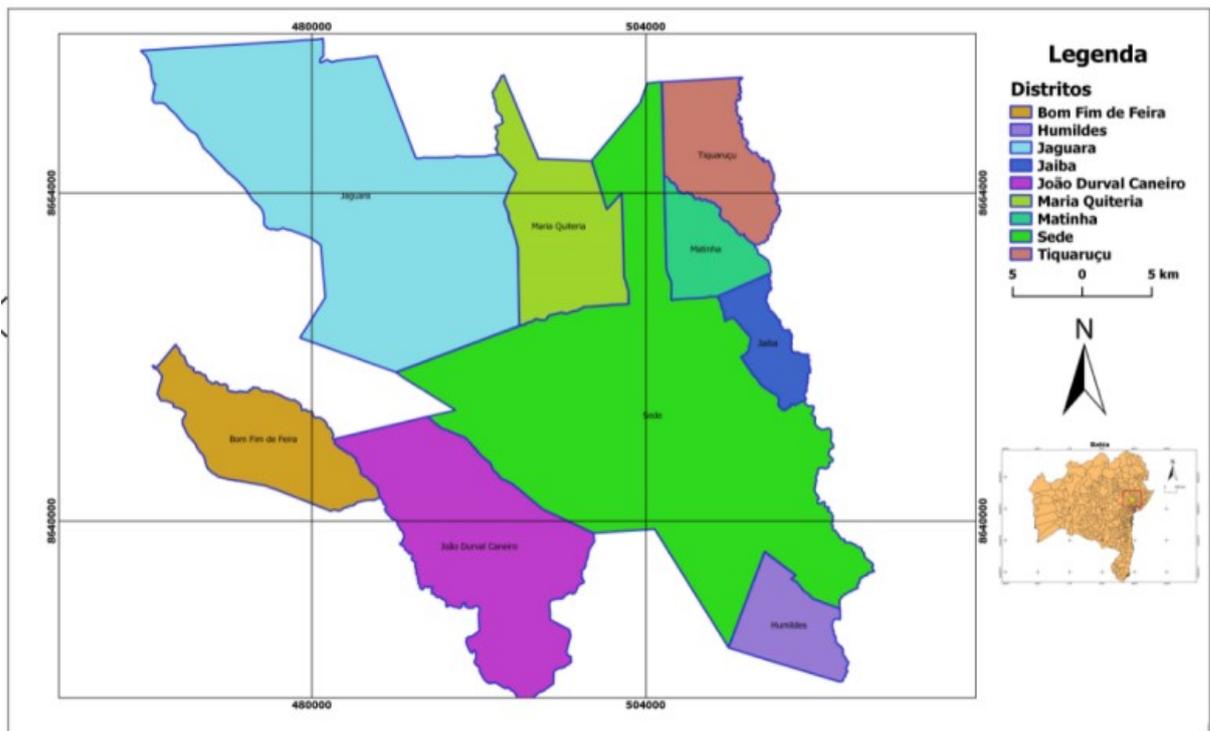
A Lei Complementar nº75/2013 intensificou o processo. Em 2018, com a legalização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Territorial (PDDUT), as novas delimitações permitiram a confirmação da soberania da cidade sobre o campo, quando as áreas urbanas se ampliam em comparação com o campo. (FIGURA 16)

No que diz respeito ao distrito de Humildes, houve a redução da área distrital para favorecer o crescimento da área urbana da sede, em função disso, cria-se meios legais para especular a terra. A nova delimitação tem por objetivo, criar espaços para expansão urbana, pois a área rural consolidada uma nova tipologia para velhas práticas, antes realizadas especialmente com a implantação da Lei nº 075/2013 e reelaboração pelo PDDUT.

Conforme Bordinhão (2006), o zoneamento municipal cria questionamentos, apesar do seu objetivo ser claro, de acordo com o mesmo fica uma inquietação.

Para quem está servindo o Plano Diretor? O mesmo destaca que “por quê este grupo de pessoas demonstram interesse sobre a elaboração desta lei? Quais as consequências que um possível desvio de interesses do Plano Diretor, causaria para a sociedade? E será que a população sabe disto?” (BORDINHÃO: 2016). 135

FIGURA 16- FEIRA DE SANTANA: DIVISÃO DISTRITAL EM 2018



Fonte: Diário Oficial, PMFS, 2018.

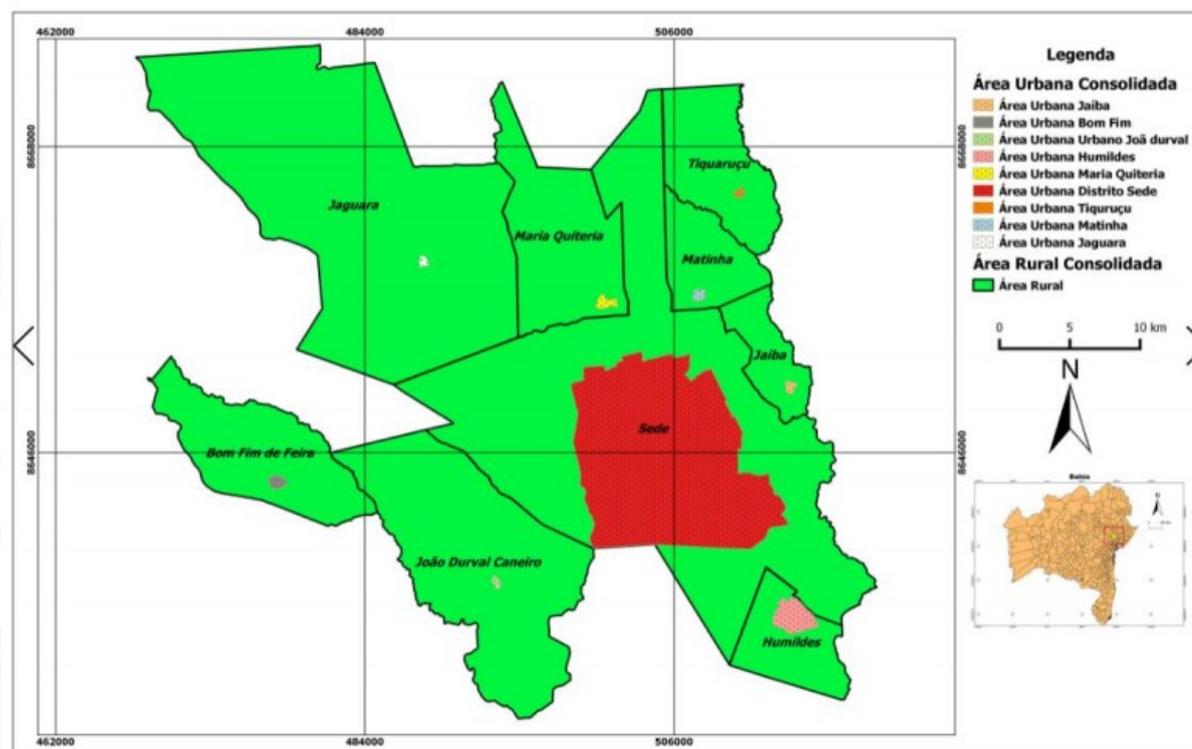
A nova divisão distrital do município de Feira de Santana, de acordo com o PDDUT de 2018, mostra a área do distrito Humildes reduzida, identificando-se a expansão urbana da sede, se comparada ao mapeamento dos períodos anteriores. As delimitações legais para o município trazem para o distrito a sua redução espaciais, devido ao surgimento dos bairros nas partes oeste de Humildes e sentido sudeste da sede municipal, áreas a norte de Humildes e sentido sudeste da sede que se tornaram também áreas para expansão urbana. Na direção nordeste do distrito de Humildes foi destinada a ampliação da zona industrial de Feira de Santana, conforme o zoneamento municipal de 2018. (FIGURA 17).

Para Bordinhão (2006), o conflito é inevitável, ao analisar a cidade de Irati-PR, conclui que,

Experiências de luta organizada em prol de cidades mais justas (...) sobre o que estamos fazendo por nossa cidade? Estamos articulados e fiscalizando as leis públicas? Embora muitas vezes as discussões políticas não nos despertem interesse, precisamos estar bem informados, fiscalizando, contrapondo, sugerindo, ou seja, atuando ativamente na construção de nossa cidade! (BORDINHÃO. p.1. 2016)

136

FIGURA 17- FEIRA DE SANTANA: ÁREA RURAL URBANA CONSOLIDADA EM 2018



Fonte: Diário Oficial, PMFS, 2018.

Diante do exposto, o distrito de Humildes passa por redução da sua extensão territorial rural e ampliação do espaço urbano, entre os limites da sede-distrito. São nessas áreas permeadas por conflitos, em que o fenômeno urbano torna-se mais intenso. Tais áreas vivem atualmente o que foi iniciado em 2013, período em que ocorreu a implantação da Lei, torna-se necessário manter a discussão em atualização.

5.3 Humildes: Conflitos, resistências e dinâmica socioespacial

Os moradores de Humildes percebem a perda territorial do distrito ao longo do tempo, ao mostrarem as áreas que pertenciam ao mesmo, ao identificar as dificuldades encontradas para efetivar o processo de emancipação. Na opinião dos moradores entrevistados, o distrito é importante para o município de Feira de Santana no que se refere aos encargos tributários relativamente altos. Lembram do papel das indústrias na atualidade e no passado, bem como a relevância das fazendas na participação da economia local, fatos que fizeram desse espaço área de interesse político e econômico para a sede.

Humildes antigamente chegava até de pois da AV. Eduardo Magalhaes na BR-324. Os bairros limoeiro e aviário fazia parte do distrito. (Entrevistado 5 morador da zona urbana, mora a 40 anos)

Antigamente terra dura, pau seco pertenciam ao distrito de Humildes. (Entrevistado 6, morador da zona rural, mora a 50 anos)

O sonho dos moradores de Humildes é se emancipar, agora que Humildes perdeu essas áreas vai prejudicar, reduziu as áreas onde mais tem emprego. Os dois vereadores não ajudam para esse processo, se tivesse mais vereadores ajudaria a o distrito crescer. (Entrevistado 7, morador do Povoado Pau Seco, Alto da Aviação a 12 anos)

Confirma-se mais uma vez, o avanço da expansão urbana em direção aos distritos e no que diz respeito à Humildes, ocorreu a influência das fazendas que participavam ativamente da economia local e posteriormente das industriais em seu território, desde a década de 1970, bem como a importância da sua posição geográfica (BR- 324, sentido Salvador).

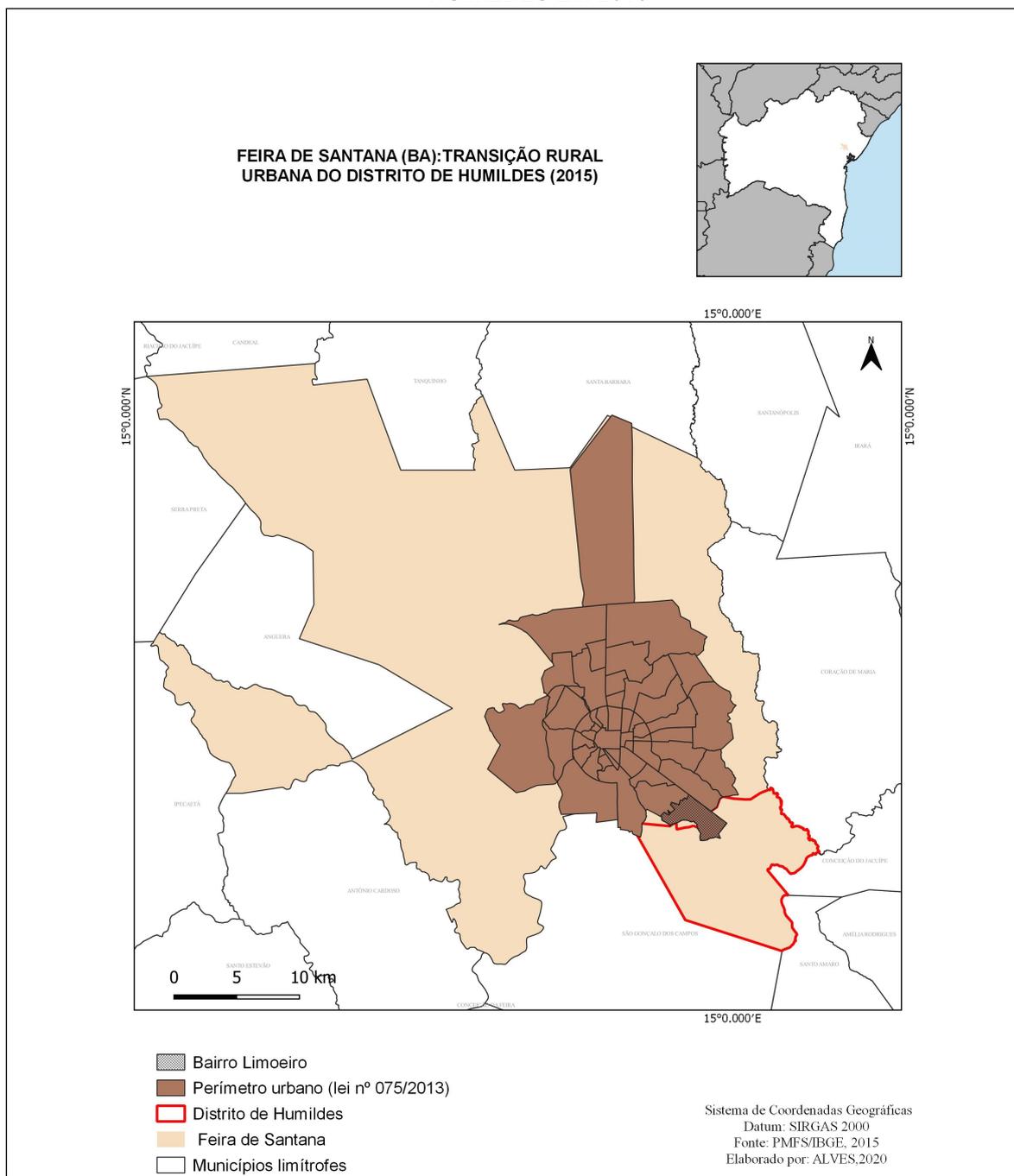
A Lei Complementar nº75/2013 fragmentou o distrito de Humildes no que se refere à dinâmica socioespacial através da transição rural-urbana. Resultou em expressar duas realidades diferenciadas para população local, uma onde o distrito é considerado rural e outra na porção onde a lei delimitou e implantou os novos bairros. (MAPA 9)

As áreas atingidas pela modificação dos espaços rurais em urbanos pela Lei Complementar nº75/2013 corresponderam aos locais próximos à BR-324, do lado direito e esquerdo, segue sentido os bairros Viveiros e Limoeiro, que antes pertenciam ao distrito de Humildes. (Mapa 9)

A BR-324 tornou-se uma área de intenso processo de implantação de indústrias e as áreas próximas serviram para esse propósito. O crescimento dos bairros sobre espaços rurais implicou em redução do campo e crescimento da cidade. As áreas de transição rural-urbana foram especificamente a parte sul do bairro Limoeiro; tais espaços foram destinados a ampliação do perímetro urbano. 138

Diante disso, percebe-se que com a Lei Complementar nº 075/2013 o processo de alteração de áreas rural-urbana ocorre gradualmente, por sua vez, a ação do Estado junto ao setor imobiliário fomentam novas relações sociais. A produção do espaço torna-se o seu produto, assim, o campo presencia a divisão da sua forma.

MAPA 9- FEIRA DE SANTANA: ÁREA DE TRANSIÇÃO RURAL-URBANA DO DISTRITO DE HUMILDES EM 2015



Fonte: IBGE, 2010.

A implantação de novos estabelecimentos em áreas de especulação imobiliária é uma forma de garantir a valorização da terra, atraindo mão-de-obra, reflete diretamente no processo de ocupação próximo a essas áreas. O shopping America Outlet está localizado nessa área, na BR-324, acesso à Avenida Noide Cerqueira, na saída do KM 525, sentido Feira de Santana-Salvador. O formato de Outlet é o primeiro da cidade. (FIGURA 18)

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o shopping contribuiu para a ampliação dos loteamentos nessa área, porque após a implantação áreas circunvizinhas tiveram aumento nas vendas de lotes, especialmente nas proximidades a BR-324. O distrito vivencia os múltiplos usos da terra, trazendo para Humildes novas práticas que provocam para a (re)produção do espaço conflitos na dinâmica socioespacial.

FIGURA 18- DISTRITO DE HUMILDES: SHOPPING AMÉRICA OUTLET



Fonte: Google, 2020.

Para chegar ao distrito, um dos caminhos é a estrada do Limoeiro. Durante a atividade de campo, através da observação empírica, foi possível confirmar e concluir sobre o fato desta via de circulação expor a diversificação do uso da terra, antes destinada apenas ao cultivo de hortaliças. (FIGURA 19)

A estrada do bairro Limoeiro é uma forma para analisar a produção do espaço de Humildes, bem como o papel da rodovia como via de acesso para a vila. Pois, possuem uma função na circulação de pessoas e mercadorias, é através dela que

ocorre a relação distrito-sede-capital, isso quer dizer que, os limites entre o Bairro Limoeiro e o distrito de Humildes possuem um fluxo populacional de pessoas que saem do distrito vão para a sede do município; retornam da sede para o distrito; e aqueles que vão para a capital baiana e retornam, vice-versa. O local apresenta em suas margens a presença da agricultura dividindo espaço com loteamentos e indústrias.

FIGURA 19- DISTRITO DE HUMILDES: ESTRADA DO LIMOEIRO



Fonte: Google, 2020.

Percebe-se que a população de Humildes busca ser inserido na realidade a ela imposta, quando se identificou que os habitantes dos povoados próximos à BR-324, realizam as atividades laborais de acordo com as funcionalidades dadas ao espaço. A produção agrícola ainda é relevante sob o ponto de vista socioeconômico, pois é a principal forma de sobrevivência. Uma das maneiras de manter essa prática laboral encontrada por muitas famílias é a venda da produção nas margens da rodovia. (FIGURA 20)

De acordo com os entrevistados, os locais de venda dos produtos agrícolas são destinados ao centro da cidade, cidades circunvizinhas, bem como, as margens da rodovia BR-324. Para os mesmos, a escolha deste último é devido à

proximidade com seus locais de produção, segundo as informações o transporte torna-se mais barato que ir ao centro ou desloca-se para outro município.

FIGURA 20- DISTRITO DE HUMILDES: POVOADO FLUMINENSE

Fonte: Google, 2020.

Sobre as consequências da transição dos limites do espaço rural e urbano, a questão divide opiniões entre os moradores, em decorrência da forma como as pessoas sobrevivem naquele lugar. O impacto espacial da Lei depende da localização, especificamente, os moradores das áreas tornaram-se bairros que já não possuem mais relação direta com a terra e sobrevivem de atividades comerciais ou industriais, não identificam como a referida Lei interfere na dinâmica do campo.

De acordo com a opinião dos moradores entrevistados, a implantação dos novos bairros, contribuiu para a melhoria da infraestrutura. Entretanto, para os habitantes que dependem das atividades agrícolas, a mudança nos limites impacta diretamente na vida do campo. (GRÁFICO 1 e 2)

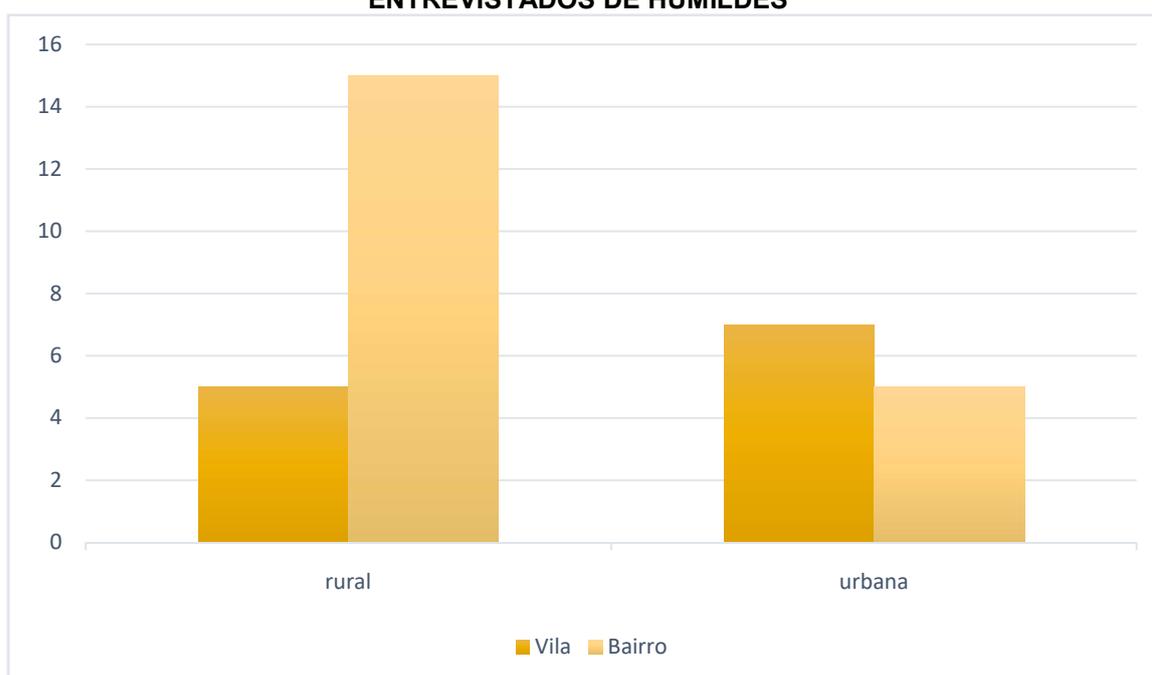
A partir da década de 1990 há uma diversidade de abordagens na geografia agrária que ganham visibilidade, pois o espaço rural não é somente agropecuário nem é um espaço social somente. Há outras relações entre esses dois grandes eixos de pesquisa em geografia agrária, como a identidade rural, ruralidade, questões ambientais, sustentabilidade entre outros temas que emergem da necessidade

de explicação das realidades cada vez mais dinâmicas. (ALVES; FERREIRA, 2011, p.14)

Dessa forma, “o rural e o urbano correspondem, portanto, a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações que vão variar conforme o universo simbólico a que se referem” (MEDEIROS, 2017, p. 182). Diante disso, percebe-se que a concepção sobre o que é rural e urbano para a sociedade está vinculada à atributos diferenciados e dependem do modo de viver dos habitantes.

De acordo com opinião dos entrevistados que moram na vila, ao questionar sobre o que eles entendem sobre o espaço rural e urbano não é claro, porém para aqueles que moram nas áreas mais afastadas, bem como aquelas que integram o perímetro urbano, considerando o espaço como predominantemente rural. Conforme os entrevistados, do total entrevistado, os moradores da Vila do distrito consideraram o espaço que residem, especificamente, 10 pessoas como espaço rural e 7 pessoas como espaço urbano. Aqueles que moram na área que se tornou urbana 15 pessoas consideram espaço rural e 5 pessoas como espaço urbano, dessa forma, foram 17 entrevistados na vila e 20 no bairro. (Gráfico 1)

GRÁFICO 1- DEFINIÇÃO DE ESPAÇO RURAL E URBANO DE ACORDO COM OS ENTREVISTADOS DE HUMILDES

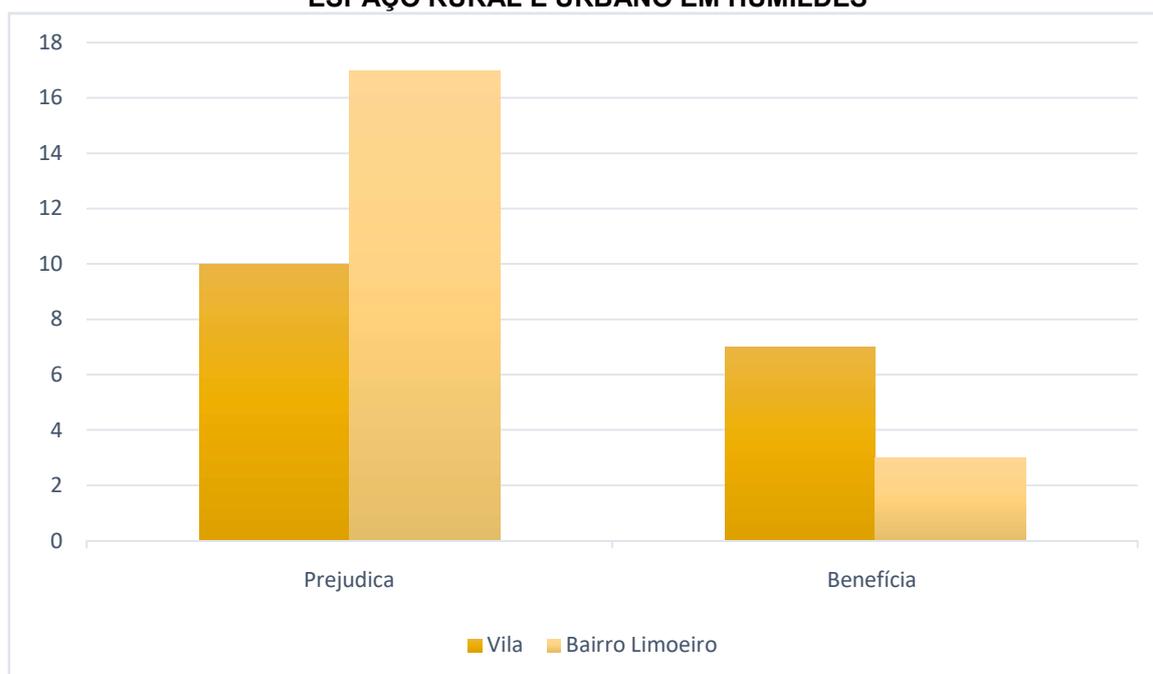


Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

A expansão urbana resulta na modificação do espaço e implica na (re)produção do espaço. Atribuir novas funcionalidades reflete a forma de controle do Estado para garantir os interesses no âmbito político administrativo, discussão já feita no item 5.2, ou seja, a transição de áreas rurais em urbanas precisa ser efetivada com a participação popular, pois envolve o cotidiano da população e as relações socioespaciais. Assim, “O rural brasileiro é, pois, imbricado de ruralidades que dão novos significados ao campo onde as relações não são apenas culturais, mas econômicas, sociais e políticas” (MEDEIROS, 2017, p. 191)

Ao serem questionados sobre as modificações dos limites do espaço rural e urbano, os entrevistados responderam sobre a temática, aqueles que moram na vila, especificamente, 10 pessoas responderam que prejudicou e 7 pessoas considerou que trouxe benefícios, em destaque, a infraestrutura urbana. No que se refere aos moradores do bairro Limoeiro 17 pessoas afirmam que foi prejudicial, já 3 pessoas consideram benéfica. Foram entrevistados, 17 pessoas da vila e 20 do bairro, totalizando 37 entrevistados. (GRÁFICO 2)

GRÁFICO 2- OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A MODIFICAÇÃO DOS LIMITES DO ESPAÇO RURAL E URBANO EM HUMILDES



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

Para os moradores entrevistados, a mudança entre os limites do rural e urbano prejudicou a população, tanto para o distrito, quanto para aqueles que agora não fazem parte dele. A perda dos direitos trabalhistas constituiu o principal argumento. No que diz respeito à aplicação da Lei Complementar nº075/2013, só implica na destinação de recursos e apoio do poder público. A mesma ressalta que:

A Lei não foi discutida com a população do campo, muito menos com seus representantes. Sendo uma ação do governo local junto a câmara de vereadores, e quando tomaram conhecimento a já tinha sido aprovada. Tentou-se fazer mobilização, mas não havia como ir de encontro, pois, já tinha sido institucionalizada. (Representante dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana)

Para a entrevistada, isso ocorre devido à falta de representatividade nos espaços de poder, a exemplo na Câmara Municipal, pois, quando as demandas chegam, os processos são votados de acordo com os interesses do executivo. Conclui ainda que: “Fomos surpreendidos com essa urbanização do meio rural, que ao meu ver foi devido a influência do setor imobiliário e no meio do caminho, o interesse foi diminuindo, causando a falta de investimento para as áreas urbanizadas”. Dessa forma:

Para esses espaços foram causados prejuízos, pois, áreas que eram rurais se tornou urbana, diminuindo o espaço rural, avançado a especulação imobiliária na construção de condomínios, fazendo com que a população fique sem ter como produzir alimentos. Outro fator é a tentativa de urbanização do meio rural, isso tira alguns direitos dos agricultores, principalmente no que diz respeito às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, mas também alguns direitos previdenciários. Algumas dessas áreas que eram insetos de impostos por se tratar de ser zona rural por se tratar tornar urbanas estar tendo que pagar IPTU. (Representante dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana,)

De acordo com as respostas da entrevistada, esses valores são altos para a população do campo pagar, pois “por menos que seja um lote na zona rural é maior do que um lote na zona urbana”, isso quer dizer que os prejuízos foram maiores que os benefícios, principalmente para quem vive da terra: a população do campo não foi consultada para elaboração da Lei.

O distrito de Humildes pode ser considerado essencialmente rural (Apêndice A) devido às práticas laborais realizadas. A população que vive da agricultura está presente na vila e nos bairros como Limoeiro e Viveiros. O que não exclui e nem impossibilita o avanço do urbano, já que esse fenômeno é um elemento do mundo contemporâneo. As áreas industriais seguem a direção da BR- 324, com destino à capital baiana, onde verifica-se melhor infraestrutura urbana.

Rua (2005, p. 49) afirma que:

Assim espaço rural e espaço urbano, cidade e campo integram-se à mesma racionalidade espacial que marca a sociedade contemporânea, organizada a partir da cidade, da indústria e, atualmente, da terciarização – bases operativas privilegiadas para a reprodução do capitalismo em sua produção histórica e para a constituição da visão burguesa de mundo.

Partindo das afirmações do autor, é possível perceber a dimensão dos elementos que compõem o espaço rural, urbano, o campo e a cidade. Na perspectiva, percebe-se que a configuração espacial do distrito vive a lógica do processo de (re)produção do urbano, confirmando então, o que foi exposto sobre a caracterização do município.

O rural em Humildes recebe influência direta da expansão urbana do município, dessa forma, o campo ganha novas formas de uso do solo, com reflexo nas relações sociais, culturais e econômicas. A partir da opinião dos entrevistados, foi possível concluir que a população do distrito, se vê conflito entre o passado e o presente, e pelos reflexos do processo de especulação imobiliária, e subjugação do campo, devido a interesses políticos e econômicos.

Humildes tornou-se um distrito com significativos impasses no que se refere aos aspectos socioespaciais. Na visão dos moradores entrevistados quando questionados sobre a relação com o campo, indicaram que,

146

A maioria da população está ligada aos costumes do campo, apesar da tecnologia da proximidade com a cidade. (Entrevistada 2, moradora antiga que saiu do distrito para morar na sede bairro Conceição I, mas que ainda permanece com a chácara na localidade).

A fonte de renda da maioria da população é das frutas e verduras que os moradores de lá compram das chácaras para vender no centro de feira, muitos vendem no ponto central. Aqueles que tem suas roças e plantam vivem da mesma fonte de renda. (Entrevistada 2)

A maioria da população mais velha é ligada ao campo, já os mais jovens alguns vem trabalhar nos estabelecimentos que tem na vila, mas como não tem emprego para todos, a maioria vai trabalhar na cidade. Meus filhos não podem me ajudar com a "lida" na roça, o trabalho não garante um futuro para eles. (Entrevistada 12)

Vivemos aqui esquecidos, não assistência do município, os vereadores que votamos não criam programas que atentam nem a realidade. Muitos da minha família foram morar na cidade. (Entrevistada 16)

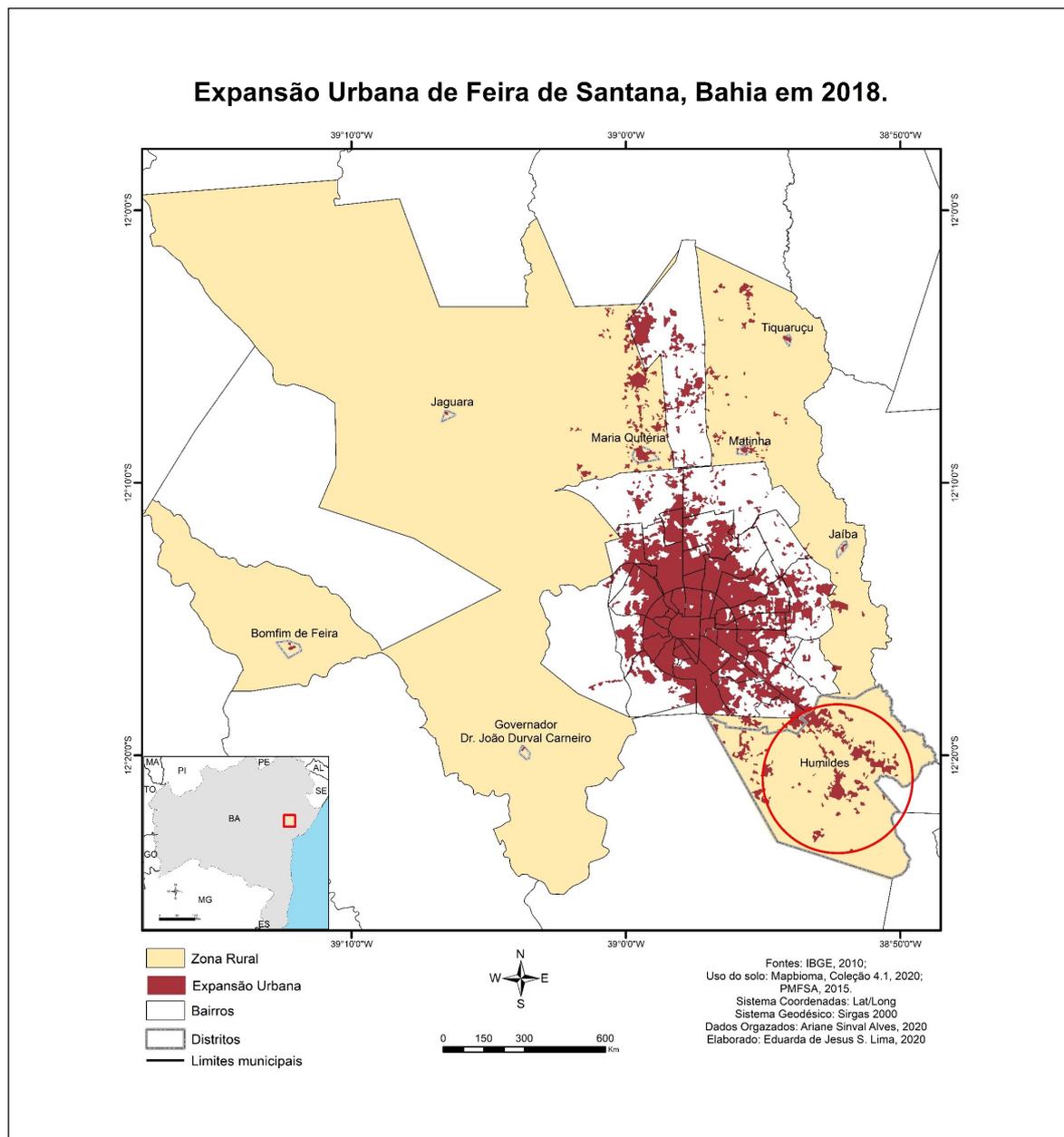
Apesar do crescimento de áreas urbanas, as maiorias ainda vivem da agricultura, criamos formas para sobreviver, plantamos em nossas propriedades, tem gente que produz junto com outros. Acredito que mudou mais a forma como trabalhamos, na minha família alguns vedem no centro de Feira, usamos também a estrada, e meus pais vendem as frutas aqui no mercado, na vila. (Entrevistada 17)

Pode-se afirmar que a dinâmica socioespacial do distrito de Humildes vive velhas e novas práticas, resultando em conflitos quando se observa as formas de apropriação do espaço. O trabalhador rural busca formas para realizar as práticas laborais e mesmo com a modificação do espaço rural em urbano, criam meios de sobreviver no novo espaço que se forma.

A compreensão da dimensão espacial em Humildes considera a mancha urbana para posteriormente explicar o uso e ocupação do solo. Tal caminho foi necessário devido a dinâmica socioespacial que é apresentada pelo mesmo verificando os múltiplos usos que envolvem a realidade.

A mancha urbana de Feira de Santana envolve os elementos supracitados anteriormente (ver subcapítulo 4.3). A expansão urbana foi possibilitada pela ampliação do perímetro urbano e mais tarde com a construção de conjuntos habitacionais implantados, sentido norte, leste e sul, isso promoveu o crescimento da mancha urbana. (MAPA 10).

MAPA 10- FEIRA DE SANTANA: MANCHA URBANA EM 2018



Fonte: IBGE, 2010.

A análise espacial realizada permite perceber que a mancha urbana no distrito se concentra em três áreas e que estas seguem a direção sede-distrito. A relação começa através das áreas dos bairros que fazem limite com Humildes, ou seja, a área circunvizinha da BR-324 e o entorno da vila. Tais demarcações identificam as formas de uso do solo, bem como as práticas rurais e urbanas, dessa forma, expondo os conflitos e resistências através da dinâmica socioespacial existente. ¹⁴⁸

O crescimento da mancha urbana do município de Feira de Santana após o ano de 2010, teve impactos principalmente nos espaços rurais com a expansão urbana indo em direção aos distritos. Até 2018 os principais distritos que tiveram áreas do campo com modificações na dinâmica socioespacial foram: Humildes a sudeste e os distritos de Maria Quitéria e em menor grau Matinha e Tiquaruçu ao norte.

O início do povoamento e ocupação do espaço a nível socioespacial é marcado pela vida no campo, atividades agropecuárias e comércio em torno da Igreja Nossa Senhora dos Humildes, como apresentado anteriormente (Ver subcapítulo 5.1). Em entrevista, com moradores antigos, ao perguntar sobre mudanças que ocorreram no distrito de Humildes, responderam que:

Lembro de meus pais e avós falando há uns 50/60 anos atrás o tamanho de Humildes era bem maior que seus limites chegavam até próximo ao bairro Brasília, até a Presidente Dutra, passava pelas áreas do limoeiro e do aviário. (Morador de Humildes, entrevistado 1)

As estradas eram de chão, tinha somente o mercado de frutas no centro, e a Igreja dos Humildes o transporte era 3 vezes ao dia e somente um caminhão, tinha as olarias de cerâmica onde a maioria da população trabalhava. (Morador de Humildes, entrevistado 1)

A escola era longe, não tinha água encanada usávamos cisternas, não tinha locais para fazer compras. Atualmente existe mais estabelecimentos comerciais que ajuda no cotidiano da população. (Ex-moradora de Humildes, com chácara na localidade, entrevistada 2)

Silva (2008) destaca o papel das rodovias para as mudanças que ocorreram no cotidiano dos moradores de Humildes para a autora, “em especial, o das famílias que viviam de atividades relacionadas à agropecuária e a produção de farinha de

mandioca na região” (SILVA, 2008, p. 115). Explica também que o fluxo de transporte foi a primeira alteração registrada, pois até então era realizado por caminhões que faziam o trajeto de destino seja dentro da vila ou para lugares próximos.

149

A inauguração da Bahia-Feira permitiu a construção da BA 01, que deu origem à rodovia BR 10. Para Silva (2008), a construção da rodovia foi essencial, pois o objetivo era ligar a capital ao interior e a abertura de estradas propiciou o acesso e ampliação das ocupações no distrito. O crescimento de Feira de Santana também foi impulsionado com aberturas de vias e a construção de estradas ligando o interior a capital.

No contexto atual, a Vila começa a se expandir e reestruturar-se através da abertura de mais vias de acesso, apesar de ainda não se apresentar adensamento populacional próximos às rodovias, porém começam a instalação de indústrias nestes locais, a ocupação continua concentrada nas proximidades da Estrada do Limoeiro. Percebe-se então, que o crescimento do distrito está ligado ao aumento do número de indústrias e o crescimento da vila. Tais processos refletem na relação campo-cidade em decorrência da expansão urbana. (Conforme Relato dos moradores antigos)

Segundo Araújo (2015, p.49),

O espaço rural com suas multifunções incorporando e adaptando as atividades urbanas geradoras de uma diversidade de formas, de um rural com características urbanas, de maior ou menor intensidade do uso dos espaços por atividades econômicas definidas como urbanas e/ou como rural.

As indústrias implantadas ao longo das rodovias influenciaram na dinâmica socioespacial de Humildes. Sobre o espaço rural, isso quer dizer que modificaram o cotidiano e criaram novos usos para o espaço. Entretanto, as novas formas de uso convivem com a essência tradicional do local, pois resulta em vivenciar as próprias contradições. Segundo Araújo (2015, p. 50), “a necessidade de expansão das atividades urbanas, promovem o avanço do urbano, porém reafirma o rural pelo consumo dos espaços naturais, do verde e da natureza”.

Para os moradores, a expansão também é sentida no cotidiano quando se pergunta quais transformações ocorreram na comunidade depois da implantação da Lei nº075/2013.

Vem se expandindo cada ano que passa, com construções públicas e privadas e se tornando cada vez mais urbana. Mas mesmo com todas as mudanças, ainda há uma boa parte que continua como antes. (Morador da Vila, entrevistado 4)

150

Segundo os moradores, começa a surgir o aumento no número de construções entorno da vila a partir de 2010. O adensamento urbano, envolve o surgimento de chácaras e o processo de loteamentos que com o passar do tempo se tornaram constantes. De acordo com Araújo (2015, p. 33), vê-se em Humildes “o consumo da paisagem e do espaço rural, como um símbolo cultural específico, criado pelo imaginário da cultura urbana”.

A busca pela tranquilidade da vida no campo continua sendo um elemento que reflete a relação campo-cidade, dessa forma, muitos moradores buscam a construção da segunda residência, bem como a preferência pelo bucólico no campo, estimulados pela existência de infraestrutura que fazem com que as pessoas, mesmo morando na cidade, optem por construir moradias no espaço rural.

O contexto atual é analisado pelas consequências da intensa expansão urbana de Feira de Santana com impactos sobre o distrito de Humildes. As áreas de concentração urbana foram ampliadas e novas áreas foram usadas pela especulação imobiliária. Segundo Araújo (2015, p. 49), distritos como Humildes:

Possuem indústrias e galpões de serviços comerciais de armazenamento ao lado de pastagens e plantações e condomínios residenciais, vizinhos de hortas e pomares; com pequenas propriedades rurais que disputam espaço nas vias de circulação com suas carroças de tração animal entre caminhões e carros particulares.

Uma das dinâmicas socioespaciais do distrito de Humildes, é a venda da terra, como já apresentado anteriormente. Essa dinâmica decorre muitas vezes, porque os

proprietários preferem vender a terra que utilizá-las para o cultivo ou criação e alguns casos, até as áreas de plantação são substituídos por loteamentos. Os empreendedores imobiliários aproveitam esse contexto, um dos exemplos é o Loteamento Bem Viver em Humildes, localizado no sentido Estrada Bom Viver, próximo a BA-513, faz limite com o distrito de Maria Quitéria, (Coordenadas Geográfica -12.3496253 e -38.8762915,15) localizado bem como o Loteamento Viva Real. (FIGURA 21)

151

FIGURA 21-MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO LOTEAMENTO BEM VIVER



Fonte: Foco Empreendedorismo, 2020.

O surgimento de loteamentos, condomínios fechados e residenciais são os instrumentos usados pelos detentores do capital e também o poder público para efetivar a expansão urbana. A consolidação do mesmo se dá com a implantação de infraestrutura urbana, apesar do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que se constitui uma forma de propagar políticas públicas para o campo, as ações do Estado revelam o estímulo para construções habitacionais que viabilizam o crescimento da cidade. O município de Feira de Santana é um exemplo clássico, para identificar tal ação, tem-se o Loteamento Bem Viver, em que as habitações não têm por objetivo atender a comunidade local, mas sim contribuir para ampliar o espaço urbano.

De acordo com as informações de Araújo (2015), a venda da terra para a construção de loteamentos é um dos processos que ocorrem no distrito de

Humildes, pois os moradores, donos de terrenos da localidade, também veem o crescimento e vantagens do mercado imobiliário, que buscam lucrar vendendo a terra. Isso quer dizer que “os proprietários têm um poder grande neste mercado, podendo manter estoques de terras e vendê-las quando entenderem ser o momento adequado para maximizar seus ganhos” (REYDON; PLATA, 1996, p. 45 e 46). Muitas vezes, os produtores rurais acreditam que isso lhes dará mais dinheiro do que cultivar a terra.

As consequências da multiplicação dos loteamentos no distrito de Humildes também são sentidas pela população e de acordo com alguns entrevistados, tem consequências sobre o que vivenciam o espaço. Logo, o espaço rural e urbano para população apresenta diferenciadas perspectivas.

152

Ao ser questionados sobre como eles definem o distrito, os entrevistados responderam que:

Distrito para mim é mais rural. O espaço urbano não desenvolve e não a vejo com possibilidades de crescimento para torna-se um dia cidade. Considero atrasada, e os vereadores que representam humildes não vejo fazer nada para ajudar no crescimento do distrito. Só vou lá quando estou na minha chácara, com familiares e parentes que tenho ali na roça. (Ex-moradora de Humildes, com chácara na localidade, entrevistado 2)

Urbano, atualmente tem muitos loteamentos que está fazendo o centro do distrito crescer. (Morador de Humildes, entrevistado 1).

Urbana, pois, mesmo que ainda exista uma boa parte considerável que se mantém rural, também temos a expansão que já vimos ter esse aspecto, e vem se ampliando. (Morador da Vila, entrevistado 3)

O Loteamento Agnelo Costa vive o início de seu processo de ocupação, porquanto a terra já apresenta valor especulativo e a venda de lotes se tornou uma das consequências. A construção de conjuntos habitacionais faz surgir equipamentos públicos, identificando-se a existência de uma unidade de ensino municipal. A perda da vegetação local também é um dos resultados da expansão urbana, pois a área é desmatada para ser destinada à construção das habitações. (MAPA 11)

De acordo com os 7 moradores entrevistados do Loteamento Agnelo Costa, o principal motivo de estar morando no loteamento é a proximidade com a estrada principal do distrito, já que os terrenos no bairro limoeiro são mais caros, assim, eles ficam perto da cidade e dos serviços comerciais que a vila possui. A maioria dos moradores tem em média 10 a 20 anos morando no loteamento, vindos principalmente dos povoados do distrito.

Os moradores mais antigos identificaram como atuação da gestão municipal a construção da Escola Municipal Geraldo Dias, apontaram que ocorreu o aumento de lotes a venda e principalmente abertura de ruas nos últimos dez anos. De acordo com eles, o loteamento precisa de infraestrutura urbana e saneamento básico, a exemplo de iluminação e rede de esgoto, argumentaram que ainda preferem morar na localidade por ser mais próximo do bairro Limoeiro, logo da cidade. 153

De acordo com Gonçalves (2002, p. 50), “as estratégias de venda dos lotes são fundamentais para o sucesso especulativo de um empreendimento. Uma delas é a venda por etapas, que é um expediente bastante utilizado” O autor quer mostrar que aguardar a valorização do espaço, implica na ampliação do lucro e isso está vinculado à necessidade da reprodução ampliada do capital através da especulação imobiliária.

MAPA 11- DISTRITO DE HUMILDES: LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO AGNELO COSTA EM 2020



Fonte: GOOGLE EART, 2019. Elaboração da autora, 2019.

Tal contribuição nos faz pensar sobre como isso reflete na transição rural-urbana, assim percebe-se que ocorre impactos na mobilidade social, pois cria-se uma forma de tornar a terra lucrativa. A chegada de imigrantes em busca de sobrevivência e com poucas condições socioeconômicas é um dessas consequências, pois esses que só podiam comprar um terreno à prestação, “esse tipo de construção de patrimônio gerou uma pressão pela formação de loteamentos, tornando extremamente vantajoso a passagem de terra rural para terra urbana”. (GONÇALVES, 2002, p. 55).

154

Para a população do distrito de Humildes, o espaço urbano amplia-se com os loteamentos, mas o crescimento socioeconômico não segue o mesmo ritmo. Apontam a falta infraestrutura urbana, de equipamentos públicos que favoreçam seu desenvolvimento, desse modo, são agravantes desse processo. Sobre esses aspectos, alguns questionamentos foram levantados para analisar os problemas que envolvem o planejamento do território. (FOTO 9)

FOTO 9- DISTRITO DE HUMILDES: ÁREAS PARA LOTEAMENTOS



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

Ao perguntar sobre quais aspectos urbanos precisam ser melhorados no distrito os entrevistados responderam:

Precisa de bancos, casas lotéricas, hospitais, unidades de segurança, o policiamento é pouco, a criminalidade está crescendo, a única unidade de caixa eletrônico foi saqueada depois disso não foram mais colocados. (Morador de Humildes, entrevistado 1)

155

Precisa de uma unidade de saúde, como um hospital. Pois, se alguém fica doente lá tem que vim para feira, pois a policlínica não atende todas os casos que acontece lá, e quando chega em feira os doentes já chegam em situação grave. Precisa também de unidades bancarias, pois, para qualquer coisa que envolve dinheiro temos que ir em Feira. Acredito que devido a essa falta de equipamentos que tem na cidade impede o crescimento do distrito. (Ex-moradora de Humildes, com chácara na localidade, entrevistado 2)

Policiamento, sinalizações em pistas e melhorar a canalização da água. (Moradora da Vila, entrevistado 3)

A dependência do distrito com relação à sede é confirmada pelas declarações da população durante as entrevistas. A necessidade de ir ao centro comercial de Feira de Santana para utilizar os serviços públicos para os moradores é um dos motivos que impossibilita o crescimento econômico de Humildes, fato recorrente descrito nas principais queixas dos moradores, verificados durante a pesquisa.

De acordo com as informações obtidas na Secretaria de Habitação por parte do setor de regulação fundiária, no distrito de Humildes, a unidade do PMCMV vem do empreendimento do Plano Municipal de Habitação Popular (PLANOLAR). Durante o período que os loteamentos iriam passar pelo processo de reconhecimento para realizar o levantamento social dos moradores.

A população rejeitou a ação da gestão municipal, impedindo que o seu setor fizesse o levantamento da área e inserisse na relação dos conjuntos residenciais do município, tais dados vão para a Secretária de Desenvolvimento Social e lá são credenciados para receber apoio social, diante disso, o conjunto habitacional não aparece na lista da relação dos residenciais com benefícios. (ANEXO B) De acordo com a mesma, isso implicou na impossibilidade de assistência e implantação de benefícios, bem como de equipamentos públicos para aquela área.

No município, as políticas habitacionais foram voltadas aos programas da PNHR, com a criação de casas nos distritos. “No distrito de Bonfim de Feira foram construídas algumas unidades na zona rural, especificamente, em Terra Nova e Fazenda Santa Bárbara, em 2019, o objetivo era a moradia digna para população carente”. Ressalta ainda que o processo ocorre juntamente com os dados familiares que são apresentados pelos programas sociais como o Bolsa Família. (ENTREVISTA REALIZADA NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA, 2019)

156

A representante do setor de uso do solo da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) declarou em entrevista que, no que diz respeito aos parâmetros legais para uso do solo, tanto rural, quanto urbano, os loteamentos precisam de alvarás. Nesse caso, se não há denúncia de uso incorreto da área, não tem como estabelecer regulamentação, mas é preciso que as áreas loteadas sejam registradas de acordo com o estabelecido no zoneamento, ou seja, é necessário definir se é área rural ou urbana.

A mesma declara que a Lei de Uso do Solo (LOUS) nº 1.615 de 1992, nos anexos 3, 4 e 5, estabelece os critérios para uso do solo. No que se refere aos loteamentos, de acordo com o artigo 10, os critérios envolvem:

- I- os que se associam às categorias e subcategorias dos empreendimentos;
- II- os de compatibilidade locacional, referentes à localização do empreendimento e/ou atividade em relação à qualificação da estrutura urbana.
- III- os que se associam às categorias e subcategorias dos empreendimentos;
- IV- os de compatibilidade locacional, referentes à localização do empreendimento e/ou atividade em relação à qualificação da estrutura urbana. (LEI DE USO DO SOLO-LOUS, 1992, p.15)

As restrições são descritas no artigo 17 incisos I a III:

- I- Zonas de Predominância de Uso e Concentrações Lineares de Usos Múltiplos,
- II- Áreas Especiais, independentemente de sua vinculação zonal.
- III- Áreas Sujeitas a Regime Específico. (LEI DE USO DO SOLO-LOUS, 1992, p.18)

Os parágrafos primeiro e segundo indicam que:

§ 1º No exame a aprovação dos projetos de empreendimentos e pedidos de licenciamento de atividades a se localizarem nas zonas de predominância de usos industriais, serão atendidas as normas estabelecidas em Legislação específica.

§ 2º As Áreas Especiais de que trata o inciso II deste artigo são as seguintes: (LEI DE USO DO SOLO-LOUS, 1992, p. 18)

Sobre o uso do solo de áreas rurais o PDDUT (2018), aponta no 3º título, referente a política de desenvolvimento urbano e territorial do município, no inciso § 7, afirma que deverá ser garantida a permanência da população e a diversificação das atividades produtivas nas áreas rurais, considerando:

c) o incentivo ao uso do solo direcionando às atividades agrofamiliares e cooperativas, através de ação política integrada e planejada e do direcionamento de políticas e programas para a reestruturação de localidades rurais em desenvolvimento e posição geográfica estratégica; (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO TERRITORIAL, 2018, p.29)

Observando o texto das leis, conclui-se que, o primeiro ponto é que a Lei nº1.615/1992 não especifica o uso do solo rural e urbano, quanto aos critérios envolvem a função estabelecida pelo zoneamento. Na legislação mais recente já indica uma especificação para o uso do solo em áreas rurais. Entretanto, de acordo com as informações levantadas é a LOUS que determina a legalização das construções até o momento. Ainda assim, o PDDUT (2018) torna-se um instrumento jurídico para a população de áreas rurais garantir seus direitos legais.

Conforme as normas de uso do solo, a importância em ter o zoneamento urbano está em definir os múltiplos usos do território. Dessa forma, a LOUS é o instrumento normativo que define os espaços e suas atribuições. No que se refere a ampliação do perímetro urbano, o uso do solo funciona de acordo com as categorias de uso: comercial, industrial e habitacional e disso decorre a disponibilidade de infraestrutura urbana. Assim, surgem as zonas de predominância que servem para definir as funções de cada área, isso impacta na dinâmica socioespacial. De acordo com a população os impactos do crescimento do espaço urbano envolvem problemáticas de ordem social, econômica e cultural.

O distrito apesar da vila ter estabelecimentos comerciais que facilita o dia a dia das pessoas, do aumento no número de escolas, da água encanada. A população vive atrasada sem ter formas de crescer, precisei sair e minha família para poder temos maiores conquistas econômicas devido à falta de emprego. (Entrevistada 2, morador da vila)

Não vejo a presença de identidades culturais no distrito, as famílias tradicionais que eram das fazendas a maioria não estão mais

presentes e as fazendas foram a maioria desfeitas e a maioria dos descendentes não moram mais lá. (Entrevistada 2, morador da vila)
Produção agrícola e das indústrias. A maioria da população trabalha e vive dos produtos agrícolas que vendem nas feiras livres ou dos empregos vinculados as indústrias que estão na BR próximas, ou das unidades do CIS, ou moram em Salvador e trabalham nas indústrias. (Entrevistada 2, morador da vila)

Não, a maioria da população local vive das aposentadorias, os novos saem por causa do trabalho apesar das fabricas, nem todos conseguem emprego. (Entrevista 1, Morador Humildes)
O crescimento do distrito é devido aos loteamentos das áreas rurais, os filhos das famílias fundadoras estão loteando as áreas. (Entrevista 3, morador da vila)

Minha família a maioria veio para a cidade em busca de emprego, ficaram no distrito alguns parentes e meus avós. Naquele período em que as fazendas não geravam mais empregos muitas pessoas vieram para feira. (Entrevista 3, Ex-Morador da vila)

Para mim o impacto do crescimento urbano é a criminalidade, antes não tinham tantos roubos. Atraiu mais moradores para o distrito, mas não surgiu empregos para todos. Acredito que a cultura do distrito se perdeu, meus avós contam da importância das festas religiosas que atraia muitas pessoas de fora, atualmente, as cerimoniais religiosas não tem mais importância como tinha antes. (Entrevistado 11, morador do Bairro Limoeiro)

Durante a pesquisa, segundo os 37 entrevistados que moram na vila (distrito de Humildes) ao serem perguntados sobre a presença das atividades ligadas ao campo responderam que é principal elemento para a sobrevivência da população, bem como a dependência do distrito com relação à sede, devido à falta de serviços, de políticas para crescimento econômico de Humildes. As consequências da expansão urbana também são verificadas pela população, segundo os entrevistados, a principal consequência é a violência urbana e criminalidade. No quadro 9, foram sistematizados a síntese das respostas dos entrevistados quando perguntado sobre as práticas urbanas e rurais realizadas no distrito de Humildes.

A perda das práticas culturais também pode ser identificada a partir do relato dos moradores, quando lembram das fazendas como o principal lugar de consolidação das relações socioculturais. Outro aspecto a ser registrado por Silva (2008) os riachos eram o principal meio de lazer para a população local. A autora afirma que os trabalhadores rurais utilizavam as nascentes localizadas nas fazendas, para tomar banhos, após o dia de trabalho. As festividades ligadas à religião eram outras formas de manifestação cultural e religiosa. Nesse sentido,

percebeu-se que a vida no campo estava relacionada às fazendas e a religiosidade, logo, refletiam como as principais características socioculturais que foram fragilizadas ao longo do tempo, devido às novas formas (re)produção do espaço.

QUADRO 9-SISTEMATIZAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS QUANDO PERGUNTADOS SOBRE AS PRÁTICAS RURAIS E URBANAS NO DISTRITO DE HUMILDES

Entrevistado	Ocupação	Local	Como ocorre (Caso seja no campo)
1	Trabalhador Rural	Propriedade de outra pessoa	Dividem a produção
2	Trabalhador Rural	Propriedade de outra pessoa	Assalariado
3	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
4	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
5	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
6	Trabalhador Rural	Propriedade de outra pessoa	Dividem a produção
7	Trabalhador Rural	Propriedade de outra pessoa	Assalariado
8	Trabalhador Rural	Propriedade de outra pessoa	Assalariado
9	Trabalhador Rural	Propriedade de outra pessoa	Assalariado
10	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
11	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
12	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
13	Aposentado como Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
14	Vendedor	Centro Comercial de Feira	-
15	Vendedora	Centro Comercial de Feira	-
16	Vendedora	Centro Comercial de Feira	-
17	Balconista	Vila de Humildes	-
18	Vendedor	Vila de Humildes	-
19	Vendedor	Centro Comercial de Feira	-
20	Vendedor	Centro Comercial de Feira	-
21	Comerciante	Vila de Humildes	-
22	Comerciante	Vila de Humildes	-
23	Aposentado como	Propriedade de outra	Dividem a

CONTINUAÇÃO DO QUADRO 9

	Trabalhador Rural	pessoa	produção
24	Aposentado como Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
25	Dona de Casa	-	-
26	Dona de Casa	-	-
27	Aposentado como Trabalhador Rural	Propriedade de outra pessoa	Assalariado
28	Vendedora	Centro comercial de Feira	-
29	Empilhador	Indústria	-
30	Empacotador	Indústria	-
31	Vendedora	Centro comercial de Feira	-
32	Serviços gerais	Centro comercial de Feira	-
33	Serviços gerais	Indústria	-
34	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
35	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
36	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar
37	Trabalhador Rural	Na sua propriedade	Produção familiar

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro, 2020.

As respostas dos entrevistados permitem identificar as práticas rurais e urbanas sob o aspecto econômico, assim como, as relações sociais que são estabelecidas no trabalho. Alguns foram mencionados nesta pesquisa, como por exemplo, a busca por trabalho fora do campo e a necessidade de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, identificou-se um significativo número de famílias que produzem na sua propriedade rural.

Outro aspecto envolve a questão da terra, pois muitos trabalhadores produzem em propriedades que não são suas, porque não tem outra forma de sobrevivência. Vale ressaltar que a regularização fundiária não foi objeto de estudo, mas merece ser registrada como um dos elementos da questão agrária em Humildes.

O uso e ocupação do solo no distrito envolve as atividades agrícolas, industriais, de comércio e serviços. Os espaços vazios, aqueles que não parecem apresentar função urbana-rural estão presentes, a maioria serve para a implantação de loteamentos e causam retiradas da vegetação local, deixando os solos expostos: os demais são destinados a área de pastagem, principalmente no espaço rural. 161

O uso e ocupação do solo de Feira de Santana nos permite analisar como a ação humana interfere nos aspectos socioambientais, modificando a cobertura vegetal. De acordo com Rosa (2007, p. 163), “o estudo do uso da terra e ocupação

do solo consiste em buscar conhecimento de toda a sua utilização por parte do homem ou, quando não utilizado pelo homem”, isso nos permite explicar os tipos de vegetações existentes e sua localização.

O objetivo é identificar as consequências das transformações para a (re)produção do espaço estabelecidas no município, com isso, explicar o que foi feito do campo, como ele se apresenta, destaca-se assim as funções dos espaços rural e urbano e de que maneira eles dinamizam o uso e ocupação do solo.

O avanço da retirada da cobertura vegetal sentido os distritos revela a expansão urbana e da sua dinâmica socioespacial em direção ao espaço rural. Isso quer dizer que o uso do solo recebe novas funções que antes estavam relacionadas ao campo e agora estão a serviço do crescimento da cidade. Os lugares de retirada da cobertura vegetal são as que mais sofreram com o intenso processo de implantação de conjuntos habitacionais e implantação de indústrias.

O distrito de Humildes teve modificações na sua cobertura vegetal também com tais propósitos. Durante os anos de 2000, 2010 e 2018 ocorreu o crescimento da área urbana isso influenciou na retirada da cobertura vegetal. A vegetação do distrito é composta por formação savânica e campestre, que “varia de campos gramíneos a florestas perenifólias”, sendo “próprias de climas que apresentam precipitações pluviométricas regulares entre 750 e 1500 mm”. (PINHEIRO, 2010,p.310 e 312)

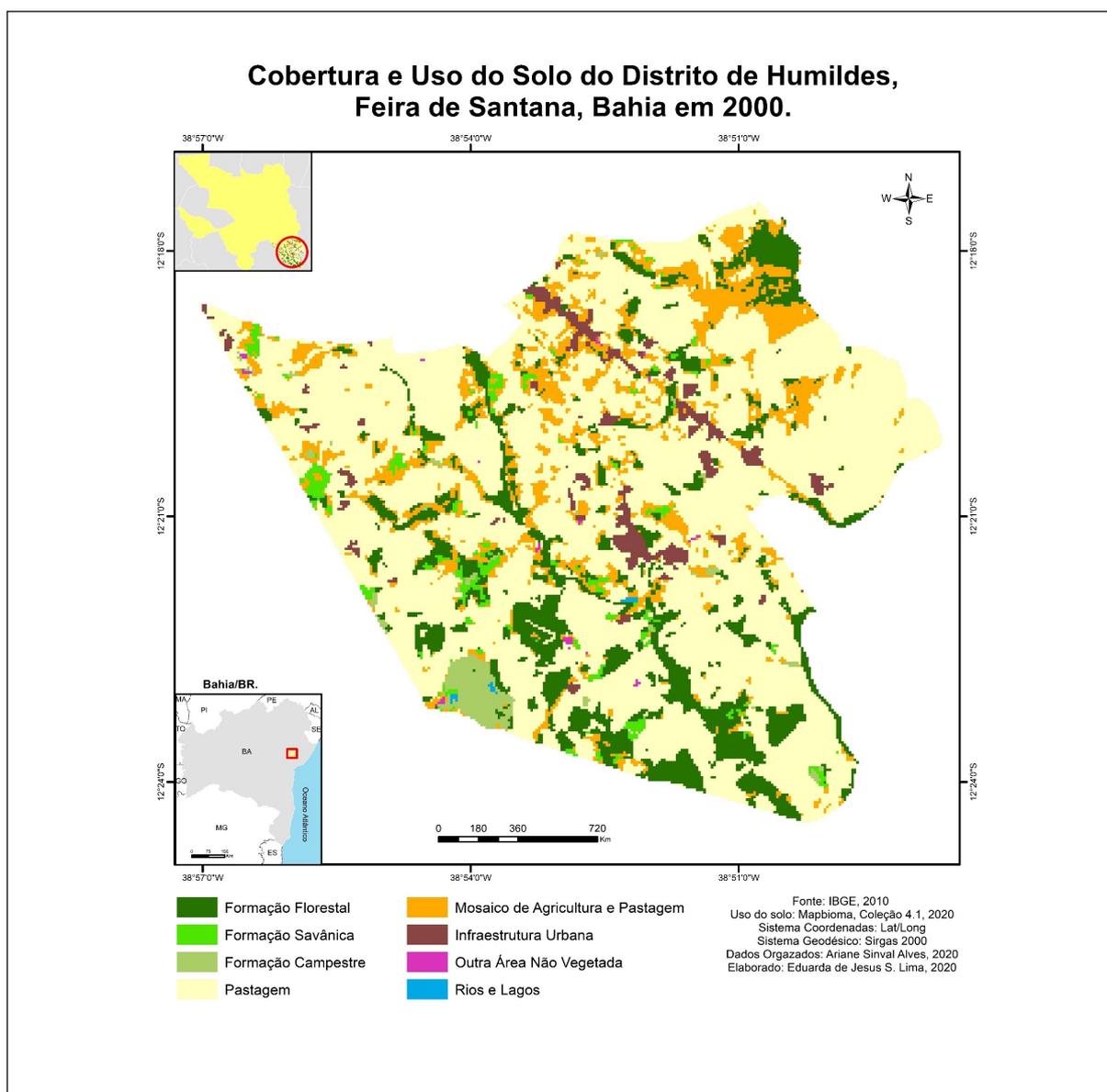
Savanas são definidas como ecossistemas compostos por estrato herbáceo, muitas vezes contínuo ou compartilhado com estratos arbustivos e arbóreos, que variam na intensidade de cobertura. (...) No Brasil, quando a precipitação torna-se irregular e inferior àquele limite, a formação vegetal que passa a ocorrer é a caatinga, também denominada savana-estépica, vegetação do semi-árido brasileiro. (PINHEIRO, 2010, p.207)

O uso do solo em terras de savanas tropicais geralmente envolve atividades ligadas à coleta da vegetação arbórea, pecuária extensiva e produção de cultivos cíclicos, como agricultura e pecuária. (FALERIO; NETO, 2008). No ano de 2000, em Humildes, a presença de infraestrutura urbana estava nas áreas circunvizinhas da

BR-324, sentido Salvador e ao redor da vila, área que constitui o espaço urbano distrital.

As florestas estavam presentes no espaço rural, bem como das atividades agropecuárias que aparecem em maior porção. O mapa 12 expõe o uso e ocupação do solo no distrito de Humildes, indicando a extensão da cobertura vegetal e o nível de desmatamento.

MAPA12- DISTRITO DE HUMILDES: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM 2000



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com o mapa, as práticas rurais se apresentaram no distrito de Humildes em 2000 pela concentração das áreas de pastagem e agricultura. A

práticas urbanas, situa-se em áreas designadas como área urbana, dessa forma, a vila concentra-se na parte central e nas margens da BR-324, tais espaços concentrou as atividades comerciais e de serviço e industriais. Percebe-se que em 2000 as práticas rurais se destacam, já as práticas urbanas se encontravam divididas em dois espaços. De acordo com os moradores entrevistados que residem nessas áreas, neste período, a maioria das terras eram voltadas para produção agropecuária, os números de propriedades agrícolas eram maiores. (MAPA 12)

Segundo os entrevistados, as práticas rurais eram voltadas principalmente para produção de hortaliças, mandioca, feijão e frutas, bem como, a criação de bodes, ovelhas, cabras e galinhas, e a presença de algumas fazendas que criavam gado. Identificou-se que, a maioria da produção agropecuária do distrito é realizada por pequenos proprietários rurais e essencialmente pela agricultura familiar. (QUADRO 10)

**QUADRO 10- SINTESE DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE AS PRÁTICAS
LABORAIS**

Entrevistado	Práticas laborais
1	Frutas
2	-
3	Frutas
4	Frutas
5	Frutas e Hortaliças
6	Farinha/ Massa de Beiju/Raízes
7	Farinha/ Massa de Beiju/Raízes
8	Farinha/ Massa de Beiju /Raízes
9	Frutas e Hortaliças
10	Frutas
11	Frutas
12	Frutas
13	-
14	Loja de peças de carro
15	Loja de vestuário
16	Loja de vestuário
17	Supermercado
18	Loja de calçados
19	Loja de vestuário
20	Loja de calçados
21	Supermercado
22	Barraca de produtos eletrônicos
23	-
24	-
25	-
26	-
27	-
28	Loja de Bijuterias
29	Fábrica de peça de automotivas
30	Fábrica de biscoito
31	Loja de vestuário

CONTINUAÇÃO DO QUADRO 10

32	Clínica
33	Fábrica de peça de automotivas
34	Hortaliças
35	Cabras, galinhas e frutas
36	Bodes e cabras
37	Frutas

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2019.

FIGURA 22- DISTRITO DE HUMILDES: CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO EM 2012

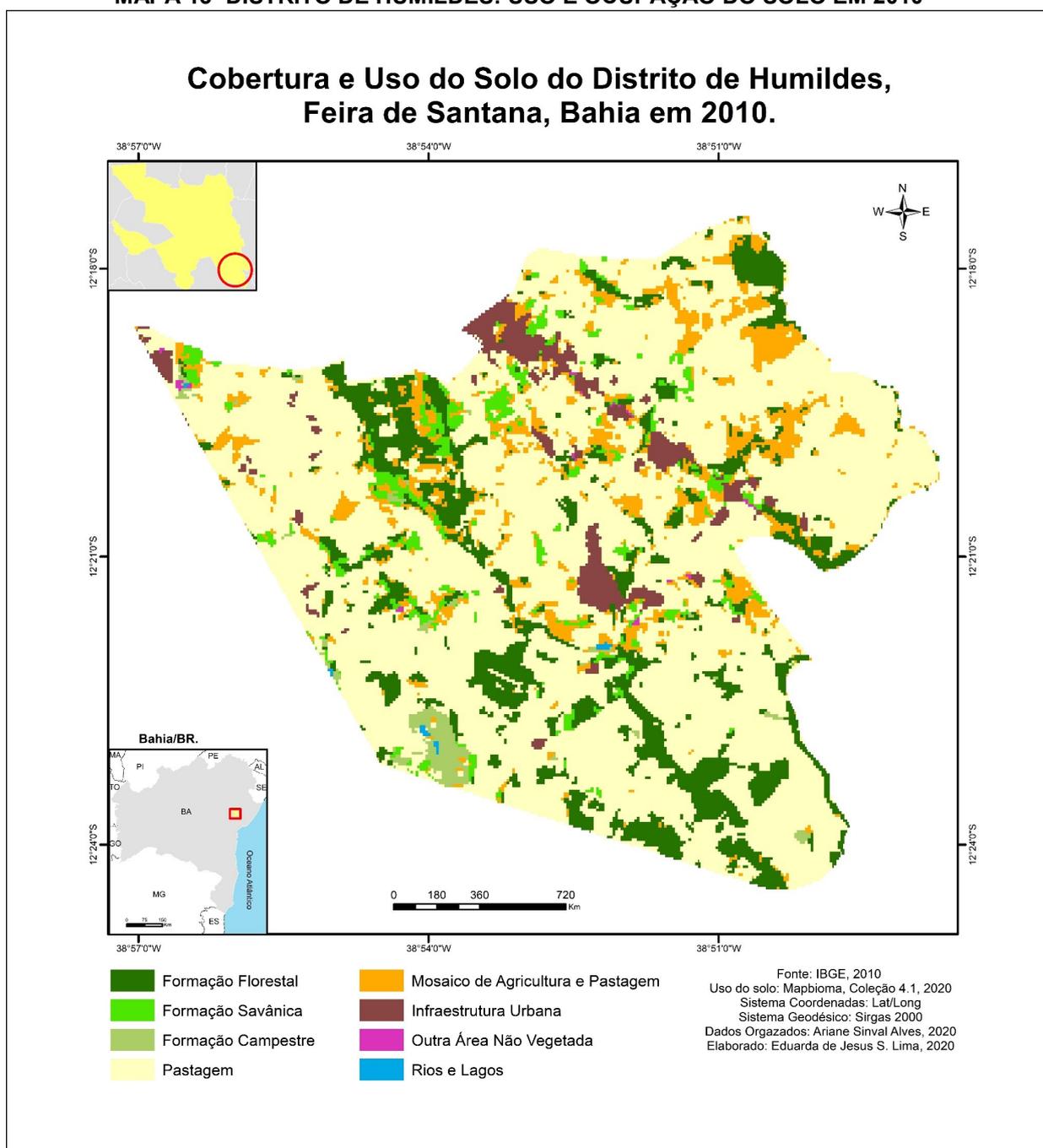


Fonte: Araújo, 2015, p. 229.

De acordo com Araújo (2015), a especulação imobiliária já ocorria em 2012, ao verificar o processo de construções de residenciais, verifica-se então que os efeitos da Lei nº 075/ 2013 já era presente antes mesmo da Lei. Isso é devido ao processo de expansão urbana do município que é disseminado pelo poder local junto ao capital imobiliário. Entretanto, intensificou-se com a Lei em referência.

A partir de 2010 as áreas com infraestrutura urbana ampliaram, especificamente na vila nas margens da BR-324, de acordo com os moradores entrevistados, a Lei nº075/2013 impactou a dinâmica espacial do distrito, pois o número de moradias cresceu, os loteamentos expandiram-se principalmente nessas duas áreas. (MAPA 13)

MAPA 13- DISTRITO DE HUMILDES: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM 2010



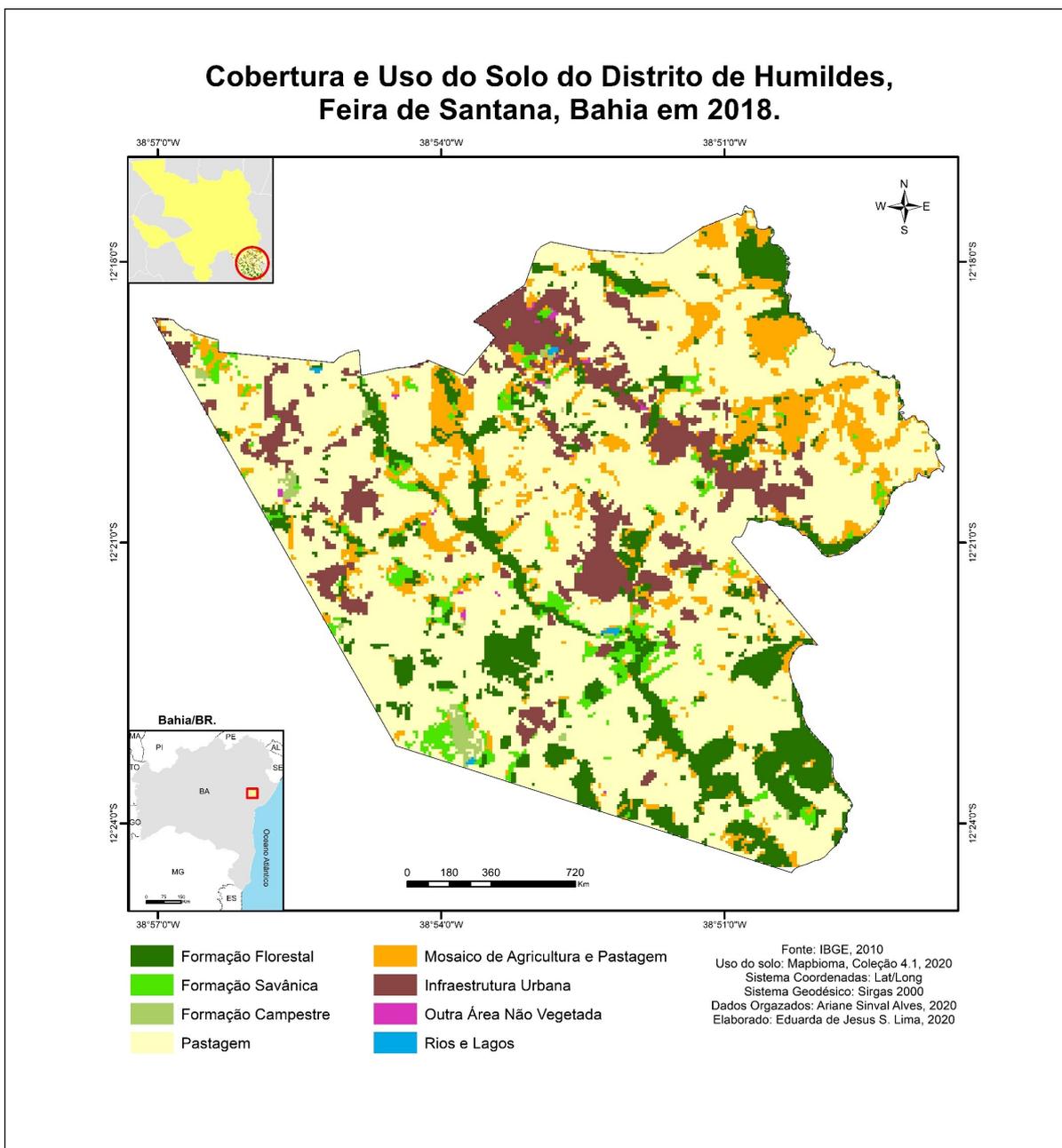
Fonte: IBGE, 2010.

A ampliação das práticas urbanas segundo os entrevistados, fez aumentar o número de estabelecimentos na vila, porque surgiram mais atividades de serviços públicos e privados, como mercados, casas lotéricas. Nas proximidades da BR-324 iniciaram a venda lotes de terras, bem como a construção de estabelecimentos, galpões e indústrias. As práticas rurais continuaram voltadas à produção de

alimentos mencionados. Alguns dos entrevistados notaram que nas áreas que antes eram rurais, modificadas pela Lei nº 075/2013 os lotes tornaram-se mais caros.

De acordo com o mapa 14, as práticas rurais e urbanas se apresentaram no distrito de Humildes em 2018 de forma mais intensa.

MAPA 14- DISTRITO DE HUMILDES: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM 2018



Fonte: IBGE, 2010.

A presença de infraestrutura urbana cresceu, logo, a área urbana se ampliou. As atividades agropecuárias continuaram com as mesmas dimensões espaciais, mas nota-se que em algumas áreas que antes eram destinadas a agricultura e pastagem, nesse ano modificaram-se e apresentaram infraestrutura urbana.

Na opinião dos entrevistados, após a ampliação do espaço urbano do município, as áreas que se tornaram bairros, houve um crescimento dos processos urbanos iniciados em 2000, por exemplo, os processos de loteamento intensificaram implicando em modificação da função do solo: áreas que eram destinadas a produção agrícola foram loteadas. Ocorreu também o crescimento da vila, o surgimento de chácaras nas áreas próximas à BR-324, bem como, o número de moradias.

As práticas sociais modificaram a (re)produção do espaço e teve como consequência o espaço rural penetrado pelo urbano. No âmbito espacial, houve o crescimento da área urbana e redução do espaço rural pela crescente implantação de infraestrutura urbana. Quanto ao nível socioeconômico, as velhas e novas práticas laborais e a relação do homem com a terra criaram conflitos e tensões entre o campo e a cidade que são identificadas pela quantificação de alguns dados trazidos pelos entrevistados. Apesar do estudo priorizar a abordagem qualitativa será necessário tal procedimento para dimensionar as problemáticas, mas sem perder o cunho social e crítico.

Assim, independentemente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida. (ALENTEJANO, 2003, p. 11)

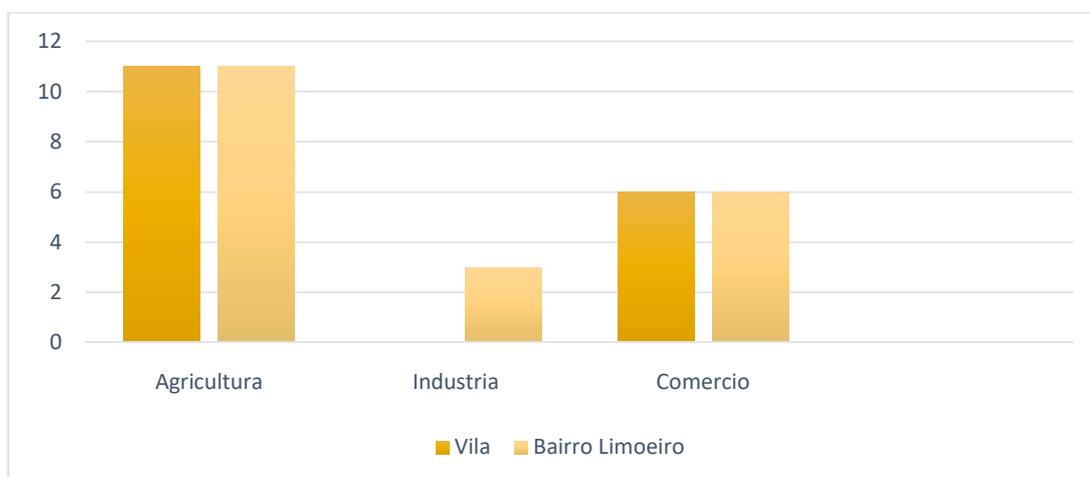
De acordo com os moradores entrevistados, a fonte de renda da população envolve principalmente as atividades agrícolas, comerciais e de serviços e industriais. Dos 37 entrevistados, 22 pessoas exercem trabalho em atividades agrícolas, dessas 11 pessoas residem na vila e 11 pessoas residem no bairro Limoeiro. As atividades comerciais no distrito também são representativas, pois 6

peças apontaram o comércio como fonte de renda e 6 pessoas residem no bairro também o apontamos entrevistados, totalizando 12 pessoas. O setor industrial foi indicado como fonte de renda por 3 pessoas que moram no Bairro Limoeiro. (GRÁFICO 3)

De acordo com Pereira e Bezerra (2011, p.23) “para que o entendimento da realidade agrária seja contemplado, é preciso perceber a dinâmica dos grupos sociais que ocupam estes espaços e as relações estabelecidas com outros grupos sociais”. O mesmo ao citar Santos reafirma que,

seu estilo e modo de vida e trabalho, sua cultura, assim como sua concepção de mundo estão em incessantes transformações, embora suas características tradicionais fundamentais, que as fazem reconhecê-las enquanto tal, permaneçam estruturando as relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas do mundo rural (SANTOS, 2008, p. 21).

GRÁFICO 3- FONTE DE RENDA DA POPULAÇÃO LOCAL



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

Quanto as atividades consideradas urbanas, totalizam 15 pessoas, para as atividades rurais somam 22 pessoas. Diante disso, a principal fonte de renda da população entrevistada são as atividades primárias. A presença das atividades secundárias faz com que esse se apresente como o segundo setor que mais emprega, e exerce poder de atração populacional. O número de pessoas que

trabalha no centro urbano de Feira de Santana, revela a influência socioeconômica da sede.

169

De acordo com os entrevistados, existe uma pequena parcela daqueles que dependem das indústrias, principalmente aqueles que residem na vila ou nos bairros circunvizinhos. São empregados nas grandes indústrias, especialmente as que estão instaladas no CIS BR-324, tais como, Nestlé, Pepisco, Sapelba, Fepol, dentre outras. (FIGURA 23)

A relação campo-cidade também se estabelece no âmbito das atividades produtivas, enquanto a questão econômica cria para a (re)produção do espaço submissão, contradição e conflitos. Aqueles que vivem na terra e não conseguem mais realizar as atividades laborais como no passado, vendem sua força de trabalho para a indústria.

Alves e Ferreira (2011, p. 11), explicam que,

O espaço rural foi altamente alterado com esse incremento de tecnologias e a aproximação das relações industriais em boa parte do campo brasileiro, mas esta mudança vem sendo realizada paulatinamente desde a década de 1960, sendo acelerada pós 1990.

FIGURA 23-DISTRITO DE HUMILDES: INDUSTRIA PEPSICO



Fonte: Google, 2020.

De acordo com os autores, “as ruralidades no urbano são vistas através de hortas urbanas ou agricultura urbana, além das questões sociológicas pelos migrantes oriundos de áreas rurais que moram na cidade e cultivam tradições e culturas camponesas na cidade” (ALVES E FERREIRA, 2011 p. 12). A relação campo-cidade se estabelece a partir dessas contradições.

De acordo com a representante dos trabalhadores rurais, as dificuldades encontradas pela população dos distritos são a falta de uma associação que seja destinada para os agricultores, uma forma deles se organizarem para trazer os problemas enfrentados. De acordo com a mesma, serviria para tratar das demandas de produção de alimentos, buscando beneficiar a circulação e comercialização, porque isso dificulta exatamente a relação do homem com a terra.

Assim, se veem desanimados para produzirem, não tendo espaços no município para garantir a comercialização, onde seja possível enaltecer a agricultura local, esses problemas que envolve produção e comercialização está fazendo com que os mais jovens não queiram participar do processo, ocorrendo a saída de jovens dos círculos produtivos, e indo buscar trabalho na cidade, ficam assim, os mais velhos encarregados de produzir. (Representante dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana).

O vínculo entre homem e a terra faz com que as comunidades rurais se insiram no modo de produção predominante, mas sem deixar sua simbologia, é assim que os trabalhadores rurais dessas áreas ainda sobrevivem da agricultura, de acordo com os entrevistados, sobrevivem principalmente da horticultura, produzem ou revendem frutas e hortaliças na vila ou na sede e aqueles que conseguem produzir em fazendas vendem para as regiões vizinhas. (FOTO 10, 11)

FOTO 10- DISTRITO DE HUMILDES: PROPRIEDADE RURAL



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

171

O centro comercial de Feira de Santana faz com que ocorra o domínio destas relações de trabalho. O trabalhador rural vê a sede como local para a comercialização dos produtos, pois os entrevistados identificaram que a renda tirada da venda dos produtos é mais rentável quando vendidos nas principais avenidas do município, desse modo, o distrito torna-se local de comercialização.

A metrópole apresenta uma centralidade em relação ao resto do território, dominando e articulando áreas imensas - um espaço dominante (político) como condição da reprodução generalizada – enquanto centro de uma morfologia hierarquizada estratificada. (CARLOS, 2003, p.81)

FOTO 11- DISTRITO DE HUMILDES: PROPRIEDADE RURAL



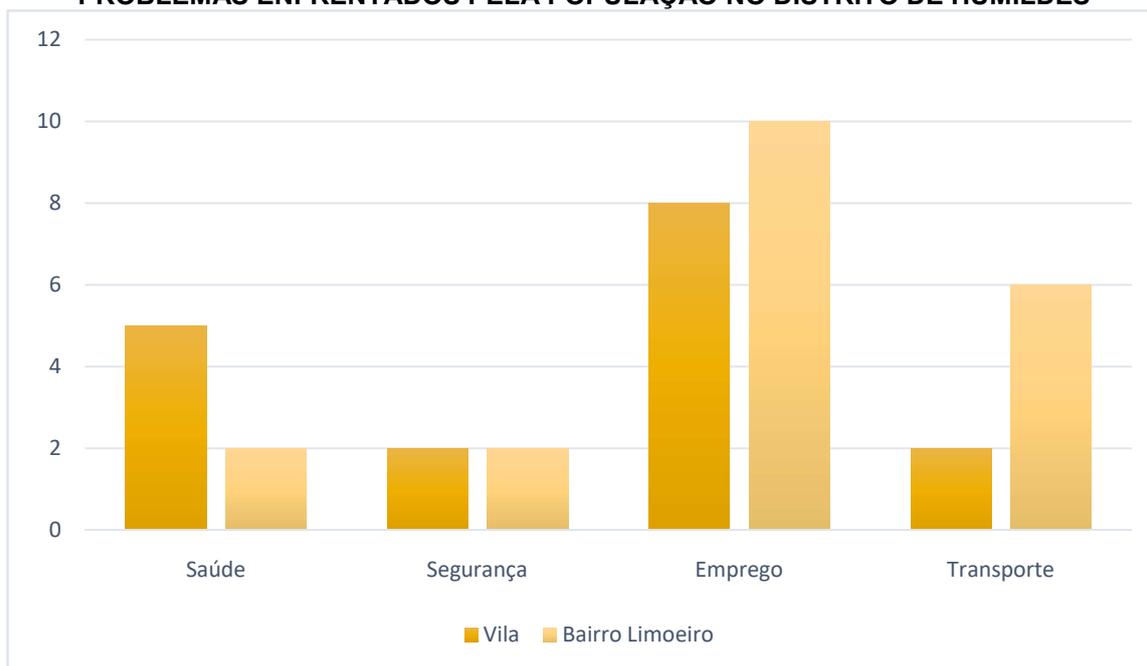
Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

O mercado de trabalho foi outra questão que os entrevistados levantaram, a falta de oportunidades para a população jovem é uma das situações que identificaram como obstáculos para a permanência deles no distrito, “muitos vão trabalhar na sede para ajudar na renda familiar” (Entrevistado 18). A busca por empregos na sede foi uma das questões levantadas, diante disso, tem-se outra forma de revelar a soberania da cidade sobre o campo. (Gráfico 4).

172

A importância dessa forma organizativa de produção também pode ser evidenciada quando analisamos os dados referentes à região Nordeste, onde, segundo Evangelista (2000), 88, 3% dos estabelecimentos se enquadram na categoria familiar. Desta forma, apesar das inúmeras deficiências, como a dificuldade de acesso aos financiamentos destinados a este setor, percentual do valor bruto da produção e renda média por estabelecimento abaixo da média nacional, além de outros indicadores negativos. (PEREIRA E BEZERRA, 2011, p. 26)

GRÁFICO 4- RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS QUANDO QUESTIONADOS SOBRE OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO NO DISTRITO DE HUMILDES



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

Segundo a opinião da população entrevistada, os principais problemas urbanos que rebatem no cotidiano são: saúde, segurança, emprego e transporte. A falta de assistência social para a comunidade foi a dificuldade registrada pelos moradores, quando identificaram que com relação à saúde registraram a falta de médicos e atendimento adequado no posto de saúde. No que refere a segurança a presença de número reduzido de policiais nas ruas foi uma das reclamações bastante repetidas. (GRÁFICO 4)

173

No âmbito de infraestrutura urbana, já que existem áreas definidas como urbanas, a principal reivindicação da população refere-se ao transporte público, pois de acordo com os moradores entrevistados o distrito só conta com um ônibus que faz a rota e demora em média, entre 01h30 (uma hora e meia) e 02h00 (duas horas) para realizar o trajeto. (Entrevistado 18)

A entrada do distrito de Humildes, sentido Estrada do Limoeiro, revela os múltiplos usos do espaço e as relações campo-cidade, vivendo assim, as contradições. De um lado temos os equipamentos urbanos, do outro uma propriedade rural. A dinâmica socioespacial do distrito revela através da leitura da paisagem as contradições e os conflitos de áreas que eram rurais e foram modificadas em urbanas e pela própria expansão urbana. (FOTO 12, 13)

FOTO 12- DISTRITO DE HUMILDES: ACESSO SENTIDO ESTRADA DO LIMOEIRO



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

174

O que se quer mostrar através das imagens é que as áreas que fazem limites entre o bairro Limoeiro e o distrito revelam a penetração do urbano sobre o rural. É assim, que o avanço do urbano ocorre com a implementação de infraestrutura urbana, com o aumento do número de moradias junto ao espaço rural. Isso reflete no modo que o espaço se reproduz, com a transformação da função da terra pela mais valia, isto é, deixa de ser lugar de produção agropecuária, para torna-se lugar de especulação imobiliária.

A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. (LEFEBVRE, 1999, p.15)

FOTO 13- DISTRITO DE HUMILDES: ESPAÇO RURAL E URBANO



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro, 2019.

A modificação do espaço rural em urbano torna-se viável, garante o avanço da expansão urbana, por meios normativos ampliando o perímetro urbano e reafirma a soberania da cidade sobre o campo. Condensa práticas urbanas, o trabalhador rural se vê imerso no distanciamento do seu cotidiano e devido à falta de políticas públicas específicas para o campo, é absorvida pelo poder da sede em expandir o urbano, mediante instrumentos legais, Leis que desconsideram o cotidiano do homem e da mulher do campo. 175

Além disso, o trabalhador e trabalhadora rural de Humildes vê-se obrigados a aceitar a mudança do espaço, que é institucionalizado com a Lei Complementar nº 075 de 20 de junho de 2013. Aceitar sem instrumentos para reclamar, simplesmente aceitar, pois não houve nenhum canal de diálogo possibilitado pelo poder público local para construção de um consenso: reunião, audiência pública, encontro com lideranças locais... nada foi feito de forma efetiva.

Segundo Araújo (2015),

O conflito entre a produção agrícola, os estabelecimentos rurais e a população rural se dá pela marcha dos empreendimentos

imobiliários, em especial os condomínios residenciais fechados localizados em efetiva zona rural municipal e a tendência a minifundiarização das unidades familiares que se tornam celeiros de oferta de mão de obra para as atividades não rurais e para as agroindústrias que também buscam o espaço rural para se instalarem. (ARÁUJO, 2015, p. 228)

É assim que se pode afirmar que. Humildes serve de laboratório para explicar como o poder público em nível local pode usar de mecanismos legais para sobrepor a cidade ao campo, abrindo espaço para a reprodução do capital através da especulação imobiliária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo, a cidade, o rural e o urbano são dimensões espaciais e categorias de análises que possibilitam perceber e explicar a produção do espaço a partir das relações estabelecidas pela sociedade, assim como as contradições inerentes do modo de produção capitalista. Pretendeu-se buscar caminhos teórico-metodológicos para a análise crítica sobre a relação campo-cidade, rural e urbana, assim como a expansão urbana do município, essas estabelecidas no âmbito socioespacial.

A abordagem crítica para os estudos urbanos e rurais permitiu estabelecer um olhar sobre o campo, definido também como lugar de produção, consumo e circulação, de vida social, econômica e cultural. Dessa forma, superou-se a visão simplista, tradicional e determinista do campo enquanto “atrasado”, criou-se condições de produzir conhecimentos que permitam construir resistências ao perceber a busca por emancipação política e a necessidade de participação social.

Campo e cidade enquanto totalidade permite analisar os processos socioespaciais e explicar os conflitos, através da produção da desigualdade. As dinâmicas sociais produzidas revelam a influência das práticas urbanas e a disseminação do urbano pela ação do Estado mediante o interesse do capital.

Conclui-se que para explicar a relação campo-cidade é necessário buscar a compreensão dos conceitos de campo e cidade, no sentido de definir sob o ponto de vista dialético, logo, como unidade contraditória. Dessa forma, foi fundamental para a definição do objeto desta pesquisa a abordagem dos autores que adotam como método o materialismo dialético, pois permite identificar a gênese dos elementos propulsores, e que estabelecem tal relação. Percebe-se então que a (re)produção do espaço não ocorre de maneira isolada e que precisam de conectivos que fomentem as relações econômicas, sociais, políticos e ideológicas.

Durante a realização do estudo, observou-se que a dimensão do rural-urbano brasileiro revela as desigualdades socioespaciais, pois são espaços delimitados no âmbito municipal, e quando analisadas a nível nacional promovem homogeneizações que não condizem com as realidades locais, logo, isso implica no crescimento da população urbana das cidades, e redução da população que vive no campo.

O novo rural-urbano nas discussões contemporâneas é fundamental para explicar a dinâmica socioespacial, pois revela as relações produzidas no contexto atual, entretanto, ainda são espaços de dominados e dominantes. Assim, pode-se afirmar que o modo de produção capitalista é por essência desigual, injusto, resultado excludente da forma como se dá a reprodução ampliada do capital, e no âmbito da (re)produção do espaço, a especulação imobiliária torna-se o instrumento para a produção da mais valia.

Os agentes imobiliários criam as condições para que a terra se torne mercadoria e junto com o Estado permitem que seja possível o lucro, logo, favorece a expansão do espaço urbano. Dessa forma, a modificação de áreas rurais para áreas urbanas precisa essencialmente desses elementos e ações para que se torne viável a reprodução do capital.

Feira de Santana durante as últimas décadas sofreu diversas ações do poder público local que tinham por objetivo a expansão urbana e a legislação municipal efetivou tal interesse. Por esse motivo, utilizar as escalas municipal e distrital enquanto recorte para análise, proporcionou explicar as contradições socioespaciais, o uso de instrumentos legais que aprofundaram as desigualdades são permanentemente usadas para sobrepor a cidade ao campo.

O estudo do município permitiu mostrar o papel dos Planos Diretores e das leis municipais no processo de planejamento, assim como as políticas voltadas para o espaço urbano. Assim, identificou as intencionalidades voltadas para a expansão urbana e o crescimento industrial, conclui-se que diz respeito ao uso da terra, implicou em construção de conjuntos habitacionais e implantação de indústrias, etc. Logo, a necessidade de expandir o solo urbano foi inevitável, alcançando e absorvendo áreas do campo.

O perímetro urbano foi o elemento principal para discutir a expansão urbana, nos períodos de 1968 até 2013 e as alterações em seus limites mostraram as direções do espaço urbano, por esse motivo, as proporções territoriais foi de suma importância, portanto, reafirma a dominação da cidade sobre o campo, quando cria delimitações que não estão de acordo com modo de vida da população.

As ações públicas que envolvem os espaços rurais na esfera municipal ficam em segundo plano. No que diz respeito ao município de Feira de Santana percebe-se a ação da gestão local em viabilizar a expansão urbana, em relação a supressão do campo, logo, aproveita-se os termos jurídico-administrativos para aplicar políticas

públicas voltadas ao urbano, pois nos instrumentos normativos a responsabilidade da gestão municipal sobre o campo depende da esfera federal.

A dimensão urbana que foi consolidada no município resultou em implicações severas para os distritos, percebeu-se que áreas foram degradadas, no âmbito social provocando a desigualdade socioespacial, criou a estratificação dos espaços e assim, foram definidas para classes sociais diferenciadas.

Analisar os aspectos legais para a delimitação do espaço rural e urbano no município evidenciou a necessidade de inserção popular no processo de planejamento territorial, dessa forma, é preciso ser pensando de acordo com a realidade local. O distrito de Humildes sofreu gradativa perda da extensão territorial, devido a aplicação de leis municipais, podendo-se afirmar que, isso resulta na redução da sua participação política, social, e da penetração do urbano, através da ampliação do perímetro urbano que fez com que as áreas fossem anexadas a sede.

A primeira questão a ser apontada refere-se às formas de uso do espaço e expõe o modo como se processa a relação entre campo e cidade, quando propriedades rurais, fazendas e pequenos lotes estão expostos para venda. A mudança dos limites entre o rural e o urbano implica em dar ao espaço uma dinâmica que envolve as velhas e novas formas: essas convivem em meio a contradições e conflitos, que permeiam a garantia de direitos sociais, culturais, políticos, econômicos, etc.

A relação campo-cidade em Feira de Santana se estabelece por meio da soberania da cidade sobre o campo, isso quer dizer que, a forma como o indivíduo utiliza a terra e se relaciona com os recursos naturais ao longo de três décadas comprovou como a atuação do Estado por meios de normas jurídica-administrativa que modificou o espaço, ou seja, quando um ato legal modifica a função do solo cria novas possibilidades de usos, logo, fomenta práticas tendenciosas.

As contradições baseiam-se no princípio de como se inter-relacionam a sede e os distritos. Humildes é um distrito que tinha possibilidades de emancipação política, já reivindicado pelos habitantes, mas devido aos interesses da sede, foi constantemente perdendo terras e conseqüentemente seus recursos naturais. A dominação da cidade sobre o campo tornou o espaço rural área para a extensão do espaço urbano, negligenciando e ocultando diversos aspectos sociais e culturais.

Assim, as construções de conjuntos habitacionais cresceram relativamente no município, implantados em áreas distritais visando o crescimento da sede e redução dos distritos. Entretanto, essa dualidade também encontra obstáculos, impasses no seu percurso, pois o espaço também traz seus traços e suas singularidades e é dessa forma que o campo continua se reproduzindo, as práticas não desaparecem, são modificadas e criam meios dentro dessa realidade imposta para conviver e coexistir.

A extensão do urbano em Feira de Santana em decorrência da mudança do perímetro urbano devido a Lei Complementar nº75/2013 vai além do que se pode definir legalmente, quando se analisa a influência da cidade. Superou-se os limites projetados em lei, pois a ideia de que o crescimento socioeconômico envolve a forma de viver da cidade faz com que altere as relações sociais do campo.

Assim, a relação campo-cidade em Feira de Santana, tendo como referência a ampliação do perímetro urbano permitiu identificar as contradições socioespaciais, pois, o distrito de Humildes apesar do intenso processo de perdas na extensão territorial para a sede, com a área transformada em bairros apresenta relações sociais predominantemente rurais.

O que se quer dizer em “essencialmente rurais”? É que se verificou por meio do contato direto com a população local, durante as visitas de campo a presença de elementos necessários e suficientes para defini-lo enquanto comunidade rural. Os entrevistados tanto da Vila, quanto da área que foi modificada em urbana (áreas do bairro Limoeiro) se consideram como tal, pelas suas atividades laborais, sociais e culturais desenvolvidas.

Outro fator que foi evidenciado, é a saída da população jovem para trabalhar na sede, buscando melhores condições de vida. As implicações jurídico-administrativa para a população local no âmbito socioeconômico do distrito de Humildes envolve exatamente essas questões, pois a maior preocupação da população envolve perda de direitos legais do âmbito do trabalho, pois vivem como trabalhadores rurais.

A função da terra em Humildes foi atingida, pois antes a agricultura e a pecuária eram as principais atividades econômicas do distrito, mas atualmente é impactada pelo adensamento populacional e implantação de indústrias. Os impactos ambientais se fazem presentes principalmente no âmbito da habitação e estão

relacionadas ao processo de loteamentos de terrenos que intensificaram a retirada de vegetação.

A mudança da relação do homem com a terra tornou-se a principal implicação nas relações sociais. A transição rural-urbana atinge a reprodução do espaço, quando modifica a função da terra no que diz respeito às relações de trabalho, já que agricultores se veem buscando outras fontes de sobrevivência que não sejam aquelas antes exercidas. A venda da terra tornou-se uma realidade local, destinada à especulação imobiliária.

A dinâmica socioespacial de Humildes revela a soberania da cidade sobre o campo ao modificar as relações ali estabelecidas, mas também nos permite reafirmar a resistência do campo enquanto essência cultural e social. Sendo assim, existem aqueles que não conseguem sobreviver das práticas laborais agrícolas, mas outros persistem.

Uma das consequências mais importantes, que reflete a relação campo-cidade, é a fragilização da identidade do homem e da mulher do campo e perda de parte da essência vivida enquanto trabalhador rural, assim como a diminuição do número de propriedades rurais. Isso afeta exatamente nas relações socioespaciais, foi por esse motivo que escolheu-se analisar uma legislação, para perceber as proporções que isso reflete na dinâmica do campo.

Diante disso, as contradições da (re)produção do espaço urbano baseiam-se em definir áreas rurais com existência de indústrias e concentração populacional para ser delimitadas como espaço urbano. No contexto social que vivesse sabe-se que os espaços rurais já são penetrados pela vida urbana, mas essa não define sua essência, a história, e a prática social. A urbanização é um instrumento do Estado e do capital para consolidar o discurso do desenvolvimento e efetivar os interesses, e os atos normativos são a forma legal para garantir essa realização.

Dessa forma, apontar as contradições socioespaciais foi relevante, pois são através dessa análise que se estabeleceu a relação campo-cidade no município. Os caminhos percorridos com esse estudo visavam essa finalidade.

A questão territorial foi apresentada buscando mostrar a importância da formação territorial do distrito de Humildes, a conclusão aqui verificada é que cidade precisa de solo urbano para se expandir, então, busca isso em áreas rurais, e assim, estender seus tentáculos aos distritos.

Entretanto, é preciso esclarecer e levar para análise crítica tal questão. O problema não é disponibilidade de solo/terra urbana e rural, como assim é definido

nos discursos produzidos para garantir a propagação do pensamento urbano de que a expansão urbana é uma forma natural para esse processo.

Conclui-se que é necessário a elaboração de projetos e políticas públicas que partam de um diagnóstico sobre a realidade, bem como consulta pública, logo, da participação popular no processo de planejamento do espaço rural. O uso do argumento da necessidade de áreas rurais para a ampliação do perímetro urbano, por si só já não garante sua efetivação.

De acordo com os entrevistados, a população local foi diretamente afetada com esse processo, foi por esse motivo que se percebeu a necessidade de ouvi-los, especialmente quando se observou, a ligação do homem com a terra. Nota-se o impacto da Lei Complementar nº 075/2013, evidenciando assim, a totalidade socioespacial em Feira de Santana e conseqüentemente em Humildes.

A percepção dos sujeitos sobre as transformações que ocorreram ao longo do tempo releva como isso modifica a maneira de habitar e viver no espaço, isto é, o modo de vida rural e urbano. Assim, tornou-se necessário criar novas formas de trabalho e ligação com a terra, aspecto muito comum no distrito de Humildes.

Expandir o espaço forjando o urbano mediante instrumentos jurídicos, revela a importância das análises espaciais, no sentido de explicar a relação campo-cidade em Feira de Santana, quando rural e urbano se interpenetram passando sobre o cotidiano dos habitantes. A Lei nº 075 de 20 de junho de 2013, fixou os limites interdistritais, ampliou o perímetro urbano e criou novos bairros, integrando-os ao distrito-sede do município.

A pesquisa permitiu concluir sobre o distanciamento do poder público local para definição do processo executivo e legislativo que decide a direção do urbano e rural sem diálogo com a população, colocando-se como superior, ou seja, acima da sociedade. Assim, conclui-se que, o interesse do poder público local, associa-se ao setor imobiliário, para efetivar a reprodução do capital, instituindo uma especificidade na relação campo-cidade, rural e urbano em Feira de Santana determinado pelos detentores capitalistas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000. In: LIMA, M. H. P. **A delimitação legal dos espaços urbanos**, IBGE, 2017.

ADILA, Alessandra. Trabalhadores Rurais não aceitam criação de seis novos bairros em Feira de Santana. **BLOG DO ZÉ**, Publicado em 19 de agosto de 2013 às 15:43:25. Disponível em: <http://www.zeneto.com.br/noticia>, acesso em 16 de dezembro de 2019.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87- 112, 2015.

. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**. n. 21, 2º sem, p.25-39, 2003.

ALVES, F. D; FERREIRA, E. R. Trajetória da geografia agrária brasileira: setenta anos de mudanças, afirmações e perspectivas. Encontro de Grupos de Pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, v. 6. **Anais...** Presidente Prudente, 2011.

ANJOS, V. da C. B. dos; SANTOS, J. Dinâmica industrial e formação da vila de Humildes, em Feira de Santana/Ba. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana, n. 55: 16-23 (jul./dez. 2016)

ARAÚJO, W. K. O. **A relação campo-cidade no município de Feira de Santana - BA**: Renda da terra, campesinato e ruralidades. (Tese de doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2015.

ARAÚJO, M. M. S. **A Produção do Espaço Urbano Periférico e a Questão Habitacional em Feira de Santana**: O Programa Minha Casa Minha Vida no Bairro da Mangabeira, entre 2009-2014. (Tese de doutorado em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador 2016.

ARAÚJO, Luis Coelho; CUNHA, Jose Onofre Gurjão Boa Vista da. Produto Interno Bruto da Região de Feira de Santana. **Revista Stientibus**, V1(2), jan-jun, 1983.

BASTOS, G. **Estudo com Sistema de Informação Geográfica para o Mapeamento Geotécnico do Município** de Feira de Santana-BA. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil) Universidade de Brasília, Brasília-DF, 1996.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52

BRASIL. Decreto Lei nº 311, 2 de março de 1938. **Dispõe sobre a divisão territorial do país**. Diário Oficial da União, Brasília, 2 mar. 1938.

BRASIL. Lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. **Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 nov. 1967.

BRASIL, Portaria de nº 366, de 7 de junho de 2018, **Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).** Diário Oficial da União, Brasília, 7 jun. 2018.

BRASIL, Lei 11.977/2009. **Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.** Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2009.

BRASIL, [Constituição (1988)]**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL, Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Diário Oficial da União, Brasília, 10 de julho de 2001.

BAHIA, Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953. **Limites Municipais e Divisas Interdistritais 1954 – 1958.** Palácio do governo do estado da Bahia, 30 de Dezembro de 1953.

BAHIA, Lei nº 4.548 de 30 de outubro de 1985. **Fixa os limites interdistritais do Município de Feira de Santana.** Palácio do governo do estado da Bahia, 30 de outubro de 1985.

BLOG OFICIAL DA PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. Famílias que moravam em barracos de taipa ganham casa nova às vésperas do Natal. **Site Oficial da Prefeitura de Feira de Santana.** Publicado em 20/12/2019, 17:36h. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/>

BLOG ESTADO DA BAHIA. Feira de Santana terá seis novos bairros. **Folha do Estado Da Bahia,** Publicado em 20/06/2013 às 08:35h. Disponível em: <https://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/14610/>, acesso em 16 de dezembro de 2019.

BLOG GRANDE BAHIA. Prefeitura de Feira de Santana cria seis novos bairros e não debate com comunidades rurais. **Jornal Grande Bahia.** Publicado em 28 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2013/06/>, acesso em 16 de dezembro de 2019.

BLOG TRIBUNA FEIRENSE . Divulgada lista de pré-aprovados para Residencial Campo Belo. **Tribuna Feirense.** Publicado em 12 de março de 2016 às 07h 30. Disponível em: <http://www.tribunafeirense.com.br/noticias/13670/>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

BORDINHÃO, Lucas et al. **BlogCartografia participativa em Irati-PR,** 2016. Disponível em: <https://cartografiaparticipativairati.wordpress.com/plano-diretor-e-lei-de-zoneamento-urbano>. Acesso em 16 de dezembro de 2020, as 22:00.

CARDOSO Daniela. Feira de Santana ganha seis novos bairros; decisão desagradada trabalhadores rurais. **Acorda Cidade**. Publicado em 27/06/2013, às 16h17. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/109308/> acesso em 16 de dezembro de 2019.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 5, nov. 2008.

. **Espaço Urbano**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

.São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização. **Revista Território**, ano VII, n. 11, 2003.

CARVALHO, P. F. de; BRAGA, R. (orgs.) **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade. In. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.

CARMO, René Becker Almeida. **A Urbanização e os Assentamentos Subnormais de Feira de Santana**. (Tese de doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo, 2009.

CERQUEIRA, Jorge de Jesus. **Valorização do espaço urbano em Feira de Santana: expansão urbana e distribuição dos investimentos públicos municipal em infraestrutura (2002-2015)**. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Territorial) Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, BA, 2017.

CRUZ. Laiane. Moradores de Mantiba são contra urbanização da zona rural de Feira de Santana. **Acorda Cidade**. Publicado em 29/06/2013 as 17h48.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011, v. 14, p.89-130.

FALERIO, F. G.; NETO, A. L. de F. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa. Cerrados; Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2008.

FRABETTI, G. L.. Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo: do modelo clássico aos novos desafios, **Revista Agrária**, São Paulo, Nº 5, pp. 139 - 169, 2006.

FEIRA DE SANTANA. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana (PDLI)**. Feira de Santana: Governo do Estado da Bahia [1968]. COPLAN S/A, v. 1 e 2, 1968. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-feira-de-santana-ba>. Acesso em 15/08/2019.

_____. **Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial (PDDUT)**, Feira De Santana: Câmara Municipal. [2018]

Disponível em: <https://www.diariooficial.feiradesantana.ba.gov.br/atos/executivo/>. Acesso em 20/08/2019.

_____. **Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano** (PDDU). Feira De Santana: Câmara Municipal. [1992] <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-feira-de-santana-ba>. Acesso em 15/08/2019.

_____. Lei Complementar nº 1.615/92, **Lei Do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUS)**. Feira de Santana: Câmara Municipal. [1992] Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2014/8/86/> Acesso em 15 /08/2019.

_____. Lei Complementar nº 004/2004, **Define o Perímetro Urbano, delimita os bairros da cidade de Feira de Santana**. Feira de Santana: Câmara Municipal. [2004] Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2004/1/> Acesso em 15 de agosto de 2019.

_____. Lei Complementar nº 75/2013, **Fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana**. Feira de Santana: Câmara Municipal. [2013] Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2013/7/75/> Acesso em 15 de agosto de 2019.

FREITAS, N. B. **Urbanização de Feira de Santana: influência da industrialização 1970 – 1996**. (Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

_____. **O descoroamento da princesa do sertão: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço**. (Tese de doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FREIRE, L. C. M. **Nem tanto ao mar nem tanto a terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2007.

FOLHA DO ESTADO (1998). **História De Humildes**. Arquivo municipal da prefeitura municipal de Feira de Santana (PMFS), 2000. Acesso em 10 novembro de 2019.

GALVÃO, Renato Mons. – Historiador de Feira de Santana. **História De Humildes** (1991) Arquivo municipal da prefeitura municipal de Feira de Santana (PMFS), 2000. Acesso em 10 novembro de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

GONÇALVES, J. C. **A Especulação Imobiliária na Formação de Loteamentos Urbanos**: um estudo de caso. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Dezembro, 2002.

HARVEY, D. La Geografía de la acumulación capitalista: una reconstrucción de la teoría marxista, 1978. IN: ESTER, L. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização Universidade Federal Fluminense, **Revista GEOgraphia** – Ano 1 – No 1 – 1999.

HELFENSTEIN, Lara Amorim. **Valorização do Espaço Urbano em Feira De Santana**: Estudo Sobre Política Habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida. (Dissertação de mestrado em Planejamento Territorial) Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, BA, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Censo Agropecuário de Feira de Santana**, 2010. Disponível:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/pesquisa/24/0?ano=2017-preliminar>. Acesso em 11 de novembro 2018.

_____. **Censo Demográfico de Feira de Santana**, 2000-2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana>. Acesso em 11 de novembro 2018.

_____. **Manuel técnico de uso da terra**. 3ª ed, Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81615.pdf>

JORNAL A TARDE (1996). **História De Humildes**. Arquivo municipal de prefeitura municipal de Feira de Santana (PMFS). Acesso em 10 novembro de 2019.

KRAEMER, Luciane. **Territorialidade e proteção social**: um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do suas no meio rural. (Tese de doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001a.

. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DPeA, 2001b.

. **O pensamento marxista e a cidade**. S.l: Ulisses, 1972.

LEITE, Renata. Famílias que moravam em barracos de taipa ganham casa nova às vésperas do Natal. **Correio Feirense**, Publicado em Publicada em 21/12/2019 às 08:49:46.

LIMA, E. D. M. **A Feira Livre na Mediação Campo-Cidade**. (Dissertação de Mestrado em Geografia).- Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE), 2012.

LIMA, M. H. P. A delimitação legal dos espaços urbanos. In: **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MACHADO, G. L. **Estudo dos impactos sociais e ambientais de processos de requalificação urbana**: o caso da Lagoa Grande no município de Feira de Santana-Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) Departamento de Tecnologia- Universidades Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, BA,2010.

MAP BIOMAS, **Uso e Cobertura do Solo**. Disponível: <https://plataforma.mapbiomas.org/map#transitions>, acesso em 02 de Janeiro de 2020.

MARQUES, M. I. M. O novo significado da questão agrária. In: ENANPEGE, 9., 2011. Goiânia. **Anais...** Goiânia: Anpege, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. Trad. Luis Glaudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEDEIROS, L. S. de; DALLALANA, M. T. Q.; ZIMMERMANN, S. A. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. **Revista Contemporânea**: Dossiê O mundo rural no século XXI, v.4, n.1, 2014.

MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos, Ed: UFRGS. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MONRDADO, M. L. A Relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão – Paraná – Brasil. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 65-86, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidades**: Olhares, práticas do cotidiano (1950-1960). (Tese de doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife PE, 2008.

ONOFRE, Jair. Famílias da zona rural de Feira de Santana serão contempladas. **Bahia na Política**. Enviado em 29.03.2014 09:54h. Disponível em:<http://www.bahianapolitica.com.br/noticias/23218/>

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e Costume de Feirantes de Alimentos**: Pequenos Comerciantes e Regulamentações do Mercado em Feira de

Santana (1960/1990). (Dissertação de Mestrado em História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2009.

188

PEREIRA, José Jarbas de Carvalho; BEZERRA, Josué Alencar. Uma leitura sobre a agricultura familiar e práticas rurais nas comunidades de Gameleira e Poço da Pedra, em Riacho de Santana-RN. **Revista GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 1, n. 2, p. 19-34, jul./dez., 2011.

PINHEIRO, M. H. O. Formações savânicas mundiais: uma breve descrição fitogeográfica. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 306-313, jul./dec. 2010.

POPPINO, R. L. **Feira de Santana**. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Ed. Itapuã, Salvador, BA, 1968.

RÊGO Janio. Prefeitura diminui a zona rural e cria mais 6 bairros em Feira de Santana. **BLOG DE FEIRA**. Publicado em 30 DE JUNHO DE 2013 .Disponível em: <https://blogdafeira.com.br/home/2013/06/30/>, acesso em 16 de dezembro de 2019.

REYDON, B.(coord.) e PLATA, L. **A intervenção no mercado de terras: possibilidades e limitações**. In: B. Reydon e P. Ramos, coord. Mercado e Políticas de terras. Campinas, SP. UNICAMP/IE/FAO, 1996.

REVISTA RENASCENÇA (1952). **História De Humildes**. Arquivo Municipal da prefeitura municipal de Feira de Santana (PMFS). Acesso em 10 novembro de 2019.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Revista Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**. Nº4, Araxá, MG. 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Revista CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon.(org) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.187-204.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

_____. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica, **Revista ANPEGE**, V. 2, n. 02, 2005.

ROSA, R. **Introdução ao sensoriamento remoto**. Uberlândia: Ed. UFU, 2007. 248 p.

SANTOS, H. S. B. dos; OLIVEIRA, J. L. **Abordagem Climática Local: O caso de Feira de Santana**. VII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geografia (SBCG). Rondonópolis. **Anais**. Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Rondonópolis/MT, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988. 88p.

189

SANTOS, José Antonio Lôbo dos. Implicações do PRONAF na produção do espaço rural do município de Feira de Santana–BA (1999/2006) (Dissertação de Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2006.

SCHMITZ, Heribert, MOTA, Dalva Maria da. Agricultura Familiar: categoria teórica e/ou ação política. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 5/6, p. 435-446, maio/jun. 2008 .

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000.

SILVA, O. A. da. “Urbanização por decreto”? O poder da norma na ação do Estado e a criação de novos bairros na cidade de Feira de Santana. In: DIAS, P. C.; BRANDÃO, P. R. B. (org). **Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo**. Salvador: SEI, 2015.

SILVA, Andréa Santos Teixeira da. **Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-feira: experiências camponesas de conflito e a sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948-1960)**. (Dissertação de Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, 2008.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínio, org. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

SANTO, S. M . **A Expansão Urbana, o Estado e as Águas em Feira de Santana – Bahia (1940 – 2010)**. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, BA, 2012.

. Planejamento Urbano de Feira de Santana (BS): comparação entre os planos diretores de 1968 e 2000. **Revista Geográfica de América Central**. Número especial EGAL, 2011- Costa Rica, 2011.

SOUZA, D. A. de S. **Conflitos de Fronteira: Produção do Espaço em Feira de Santana – do Rural ao Urbano na Mantiba**. (Dissertação de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2016.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

SURVEYMONKEY, **Ferramenta para cálculo de tamanho de amostragem**. Disponível em <https://pt.surveymonkey.com/>. Acessado em 17 de Julho de 2018.

TALASKA, A.; SILVEIRA, R. L. L. da; ETGES, V. E. . Cidade e Campo: Para Além dos Critérios E Atributos, as Relações e Contradições entre o Urbano e o Rural. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona , Vol. XIX, nº 1090, 15 de septiembre de 2014.

TITO, Luis. Projeto aprovado cria seis novos bairros em Feira de Santana. **Jornal A Tarde UOL**. Publicado em 21/07/2013 às 22:30. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/>, acesso em 16 de dezembro de 2019.

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade**: na História e na Literatura. 1ª reimpressão. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade, **Estud. av. DOSSIÊ SÃO PAULO**. Vol.25 no.71 São Paulo Jan./Apr. 2011.

APÊNDICES

Apêndice A:

Os dados coletados aqui foram elaborados através da atividade de campo para criar um perfil dos entrevistados, conforme os objetivos do objeto do estudo.

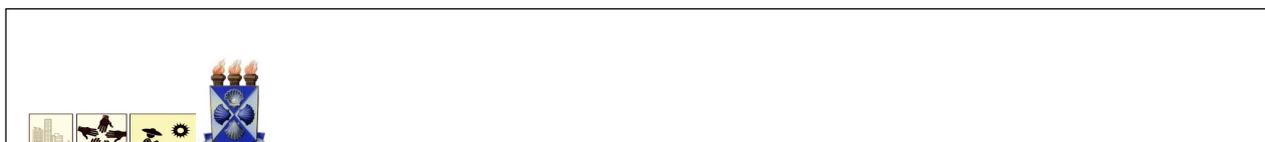
PERFIL DOS ENTREVISTADOS: MORADORES DO DISTRITO DE HUMILDES

Entrevistado	Idade	Ocupação	Sexo	Local de Residência (Área) Tempo residência em Humildes
1	62	Trabalhador Rural	Masculino	-Distrito de Humildes; (Limite com o bairro limoeiro) -62 anos.
2	40	Dona de Casa	Feminino	-Feira de Santana; -Até os 17 anos residia em Humildes. -Chácara localizada no povoado Fulô.
3	50 anos	Trabalhador Rural	Feminino	-Distrito de Humildes; (Vila) -50 anos.
4	50 anos	Trabalhador Rural	Masculino	-Distrito de Humildes; (Vila) - 50 anos.
5	60 anos	Trabalhador Rural	Masculino	-Bairro Limoeiro -40 anos.
6	67 anos	Trabalhador Rural	Masculino	-Distrito de Humildes; (zona rural) -50 anos.
7	60 anos	Trabalhador Rural	Masculino	-Distrito de Humildes; (Povoado Pau Seco) -60 anos.
8	30 anos	Trabalhador Rural	Masculino	-Distrito de Humildes (Vila) -30 anos.
9	55 anos	Trabalhador Rural	Feminino	-Distrito de Humildes; (Vila) 55 anos
10	45 anos	Trabalhador Rural	Masculino	-Distrito de Humildes; (Vila) -45 anos
CONTINUAÇÃO DO APÊNDICE A				- Bairro I 193 -35 anos
12	44 anos	Trabalhador Rural	Feminino	-Distrito de

				Humildes; (Vila); 44 anos.
13	67 anos	Aposentado como Trabalhador Rural	Feminino	-Distrito de Humildes; (Vila); 67 anos.
14	32 anos	Vendedor	Masculino	-Bairro Limoeiro; 32 anos
15	34 anos	Vendedora	Feminino	-Bairro Limoeiro; 34 anos.
16	20 anos	Vendedora	Feminino	-Distrito de Humildes; (Vila); 20 anos
17	28 anos	Balconista	Feminino	-Distrito de Humildes; (Vila); 28 anos
18	33 anos	Vendedor	Masculino	-Distrito de Humildes; (Vila); 33 anos
19	25 anos	Vendedor	Masculino	-Distrito de Humildes; (Vila); 25 anos
20	23 anos	Vendedor	Masculino	-Distrito de Humildes; (Vila); 23 anos
21	39 anos	Comerciante	Feminino	-Distrito de Humildes; (Vila); 39 anos
22		Comerciante		Bairro Limoeiro
23	66 anos	Aposentado como Trabalhador Rural	Feminino	-Bairro Limoeiro; 66 anos
24	68 anos	Aposentado como Trabalhador Rural	Masculino	-Bairro Limoeiro; 68 anos
25	33 anos	Dona de Casa	Feminino	-Bairro Limoeiro; 33 anos.
26	39 anos	Dona de Casa	Feminino	-Bairro Limoeiro; 39 anos.
27	70 anos	Aposentado	Masculino	- Bairro Limoeiro; 70 anos.
28	30 anos	Vendedora	Feminino	- Bairro Limoeiro; 30 anos.
29	27 anos	Empilhador	Masculino	- Bairro Limoeiro; 27 anos.
30	30 anos	Empacotador	Masculino	- Bairro Limoeiro; 30 anos
31	32 anos	Vendedora	Feminino	- Bairro Limoeiro; 32 anos
32	30 anos	Serviços gerais	Feminino	- Bairro Limoeiro; 30 anos
33	27 anos	Serviços gerais	Feminino	- Bairro Limoeiro; 27 anos
34	33 anos	Trabalhador Rural	Feminino	- Bairro Limoeiro;

				33 anos.
35	43 anos	Trabalhador Rural	Feminino	- Bairro Limoeiro; 43 anos
36	37 anos	Trabalhador Rural	Masculino	-Bairro Limoeiro; 37 anos.
37	44 anos	Trabalhador Rural	Masculino	-Distrito de Humildes; (Vila) 44 anos.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2019.

Apêndice B:

ENTREVISTA 1- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

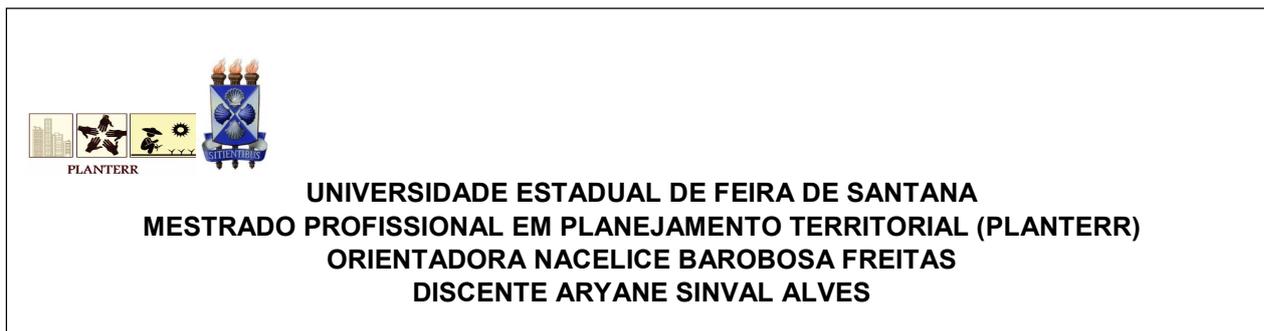
Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado Profissional em Planeamento Territorial (PLANTERR), realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), realizada pela mestranda Aryane Sinval Alves, os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (Dissertação de Mestrado), intitulada: **CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO EM FEIRA DE SANTANA: A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013 NO DISTRITO DE HUMILDES.**

A entrevista terá as respostas por responsabilidade do entrevistado, tendo como representação a ação da gestão municipal. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

Secretária de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana.

QUESTÕES

1. Quais foram os critérios estabelecidos para delimitação da Lei Complementar nº 75, de 20 de junho de 2013? E como ocorreu a transição das áreas rurais para áreas urbanas?
3. De que maneira a população local foi inserida na decisão da transição antes e depois da implantação da Lei nº 075/2013? E quais mudanças em nível de infraestrutura e assistência social que ocorreram para a localidade?
4. Como foram definidas as resoluções para os possíveis impactos nas atividades já desenvolvidas no campo, bem como a assistência socioeconômica para a população do campo?

Apêndice C:

ENTREVISTA 2- REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES RURAIS DE FEIRA DE SANTANA

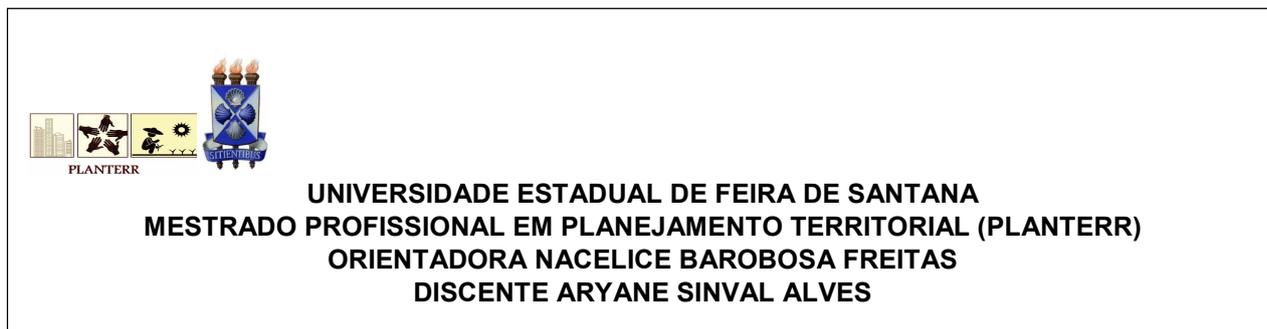
Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial (PLAN TERR), realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), realizada pela mestranda Aryane Sinval Alves, os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (Dissertação de Mestrado), intitulada: **CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO EM FEIRA DE SANTANA: A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013 NO DISTRITO DE HUMILDES.**

A entrevista terá as respostas por responsabilidade do entrevistado, tendo como representação a ação da gestão municipal sob o olhar dos trabalhadores rurais. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

Representante dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana

QUESTÕES

1. Quais são os recursos públicos destinados a população rural?
2. Como a aplicação da lei nº075/2013 que definiu a ampliação do perímetro urbano, e a criação de 06 (seis) novos bairros, delimita as áreas rurais, e como isso implica na destinação de recursos e apoio do poder público?
3. Qual a participação da produção agrícola no crescimento económico local?
4. Qual a participação da população rural na tomada de decisões no âmbito social e político? E como as demandas da população rural chegam a Secretária Municipal de Agricultura?

Apêndice D:**ENTREVISTA 3- MORADORES DO DISTRITO DE HUMILDES**

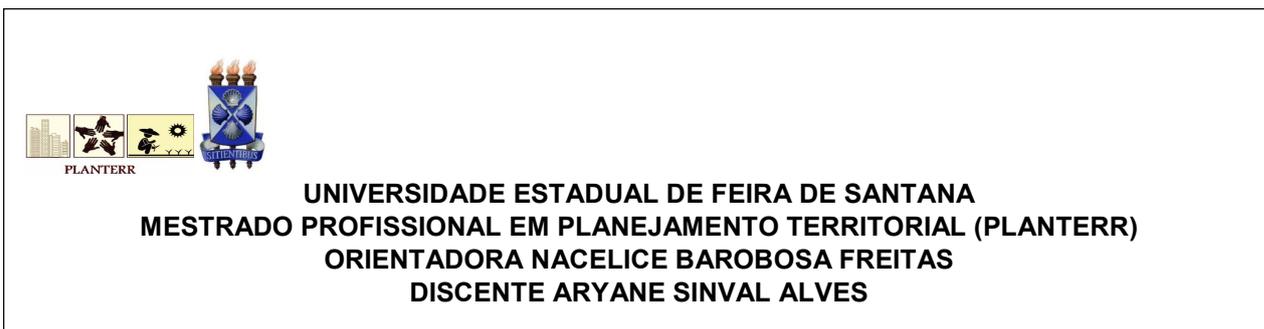
Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado Profissional em Planeamento Territorial (PLAN TERR), realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), realizada pela mestranda Aryane Sinval Alves, os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (Dissertação de Mestrado), intitulada: **CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO EM FEIRA DE SANTANA:A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013 NO DISTRITO DE HUMILDES.**

A entrevista terá as respostas por responsabilidade do entrevistado, tendo como representação a ação da gestão municipal. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

Moradores do distrito de Humildes**QUESTÕES**

1. Como a gestão municipal inseriu a comunidade no processo de transição para a área rural-urbana?
2. A comunidade considera a transição “boa” para o local? Por quê?
3. Quais transformações ocorreram na comunidade depois da mudança?
4. Para vocês, este local é rural ou urbano? Por quê?
5. Quais as atividades econômicas realizadas pela maioria da comunidade?
6. Qual tamanho da propriedade de vocês?
7. Se for agricultura, o que vocês produzem?
8. Se for agricultura, como vocês comercializam estes produtos?

9. Quais as mudanças que você observa que ocorreram no Distrito de Humildes?
Descreva desde quando você era criança.
10. Você considera ele mais com características de urbano ou rural? E Porquê.
11. Quais aspectos precisam ser melhorados no distrito?
12. Quais aspectos você considera que definem melhor os aspectos culturais e sociais do distrito?
13. Para você a população do distrito de humildes vive mais de quais fonte de renda?
14. Você considera o distrito com elementos que permitem o crescimento socioeconômico da população?

Apêndice E:**ENTREVISTA 4-SECRETARIA DE HABITAÇÃO**

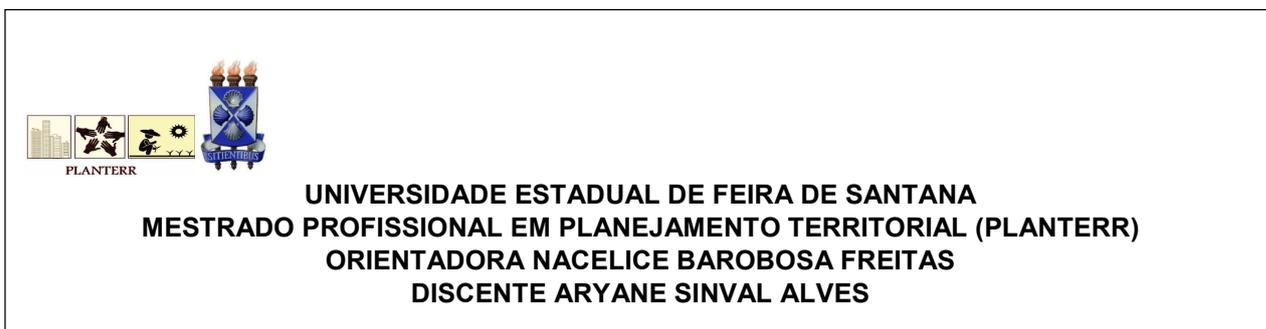
Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial (PLANTERR), realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), realizada pela mestranda Aryane SINVAL Alves, os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (Dissertação de Mestrado), intitulada: **CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO EM FEIRA DE SANTANA: A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013 NO DISTRITO DE HUMILDES.**

A entrevista terá as respostas por responsabilidade do entrevistado, tendo como representação a ação da gestão municipal. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

Secretaria de habitação/ Secretaria de Desenvolvimento Social.

QUESTÕES

1. Quais são as políticas públicas habitacionais voltadas para a população das áreas rurais?
2. Quais delas aparecem no distrito de Humildes? Onde e quando?
3. Como ocorre o processo?

Apêndice F:

ENTREVISTA 5- POPULAÇÃO DO LOTEAMENTO AGNELO COSTA, DISTRITO DE HUMILDES

Esta entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado Profissional em Planeamento Territorial (PLANTERR), realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), realizada pela mestranda Aryane Sinval Alves, os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (Dissertação de Mestrado), intitulada: **CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO EM FEIRA DE SANTANA: A LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2013 NO DISTRITO DE HUMILDES.**

A entrevista terá as respostas por responsabilidade do entrevistado, tendo como representação a ação da gestão municipal. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

População do Loteamento Agnelo Costa, Distrito de Humildes.

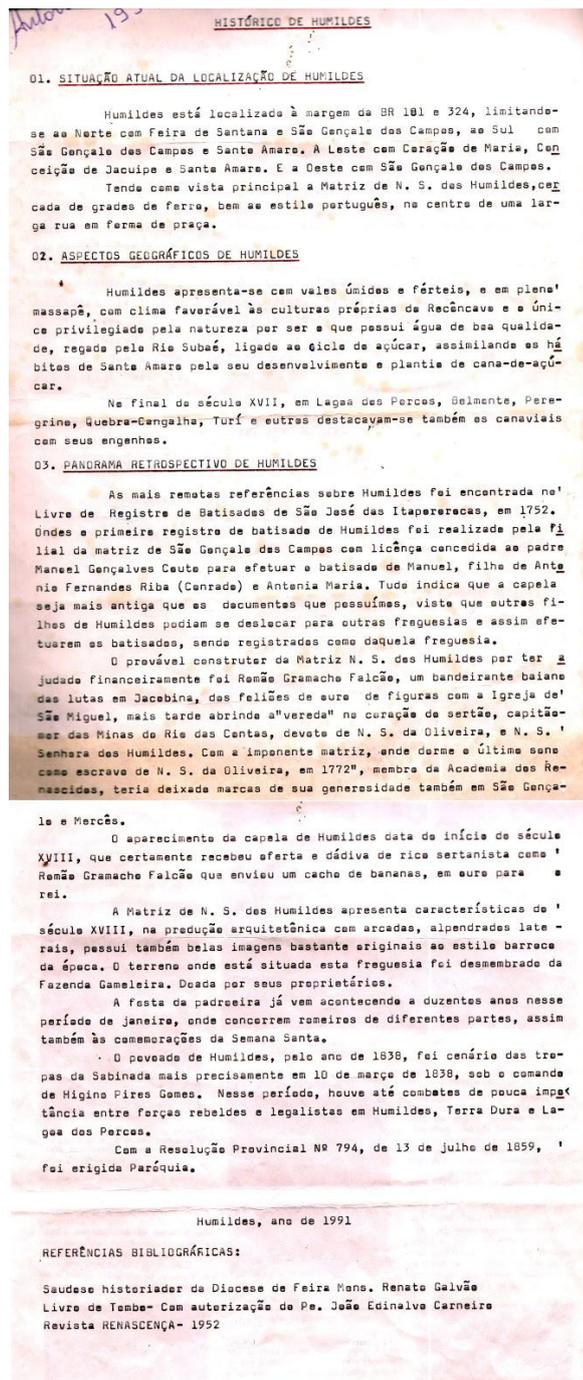
QUESTÕES

1. Qual o motivo de morar no loteamento?
2. Quando foi morar no loteamento?
3. Como adquiriu a casa?
4. Quando adquiriu como era o loteamento?
5. Quais as mudanças que ocorreram desde quando mudou?
6. O que precisa ser melhorado no loteamento?
7. Quais os pontos positivos e negativos de morar no loteamento?

ANEXOS

Os dados apresentados nessa seção referem-se as informações coletadas sobre os aspectos sociais do distrito de Humildes, buscando assim, apresentados aspectos históricos para o processo de formação de ocupação. (ANEXO A)

ANEXO A- HISTÓRIA RELADA DE HUMILDES, 1991.



Fonte: <http://distritodehumildes-fsa.blogspot.com>

Os dados apresentados a seguir são as informações coletadas no âmbito jurídico-administrativo realizadas pelo poder público, em nível federal, estadual e municipal, serviram para traçar os caminhos percorridos pela legislação para fomentar a expansão imobiliária e o processo de expansão urbana (ANEXO, B,C,D,E, F)

**ANEXO B- TABELA DE RESIDENCIAIS DE ACORDO COM A AREA DE ABRANGÊNCIA DO
CRAS-FEIRA DE SANTANA, 2020.**

Bairros	Residencial	Nº de Unidades	Tipologia
Alto do Papagaio	Alto do Papagaio	320	Prédio
Mangabeira	Solar Laranjeiras	329	Prédio
	Laranjeiras II Etapa	220	Prédio
	Figueiras	420	Prédio
	Videiras	440	Prédio
	Viver Iguatemi I	320	Prédio
	Viver Iguatemi II	320	Prédio
	Viver Iguatemi III	360	Prédio
	Santa Bárbara	380	Village
	Santo Antônio	224	Village
	São Francisco	240	Village
	Mangabeiras	300	Village
Caraíbas	Vida Nova Caraíba	728	Casa sobreposta
Campo do Gado Novo	Campo Belo I	1520	Casa sobreposta
Gabriela	Solar da Princesa 3	456	Casa sobreposta
	Solar da Princesa 4	464	Casa sobreposta
Asa Branca	Asa Branca 1	248	Casa sobreposta
	Asa Branca 2	248	Casa sobreposta
	Asa Branca 3	248	Casa sobreposta
	Asa Branca 4	248	Casa sobreposta
	Asa Branca 5	504	Casa sobreposta
	Vida Nova Asa Branca	996	Casa sobreposta
	Parque dos Coqueiros I e II	540	Prédio
Tomba	Bela Vista I	360	Prédio
	Parque da Cidade	732	Prédio
	Parque da Cidade- Transição	79	Casa isolada
	Ponto Verde	400	Prédio
	Reserva do Parque	632	Casa sobreposta
	Vida Nova Feira VII	240	Prédio
	Ecoparque	237	Village
	Ecoparque 2	224	Casa sobreposta
Rosário	Viver Alto do Rosário	1520	Prédio
	Alto do Rosário Transição	92	Casa isolada
Conceição	Jardim das Oliveiras	520	Prédio
	Conceição Ville	440	Prédio
	Nova Conceição	440	Prédio
	Solar da Princesa Aeroporto	1000	Prédio
CONTINUAÇÃO DO ANEXO B			204
			Prédio
	Verde Água	240	Casa sobreposta
Santo Antônio dos Prazeres	Vida Nova Aviário II	520	Prédio
Aviário	Vida Nova Aviário 4	300	Casa Sobreposta
	Vida Nova Aviário I Mód I	550	Prédio
	Vida Nova Aviário I Mód II	220	Prédio
	Aquarius	214	Village

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social de Feira de Santana, SEDESO, 2020.



Programa Minha Casa, Minha Vida - Faixa 1 - Feira de Santana/BA

Modalidade	Data de Assinatura	Nome do Empreendimento	Construtora/Entidades	Número de Unidades Contratadas	Valor Total (R\$)
Entidades	03/09/10	RESIDENCIAL MANGABEIRAS	UMP BA	300	2.324.533
Entidades	18/07/14	CAMPO BELO - HABITAR DO SERTÃO	HABITAR DO SERT	248	14.880.000
FAR	27/07/09	RESIDENCIAL RIO SÃO FRANCISCO	CEPRENG	240	9.609.033
FAR	12/08/09	RESIDENCIAL SANTA BARBARA	FM CONSTRUTORA	380	15.175.282
FAR	09/09/09	RESIDENCIAL CONCEICAO VILLE	R CARVALHO	440	18.034.687
FAR	09/09/09	RESIDENCIAL NOVA CONCEICAO	R CARVALHO	440	18.034.686
FAR	15/09/09	RESIDENCIAL VIDA NOVA AVIARIO 1 - MODULO 1	L MARQUEZZO	500	20.957.416
FAR	15/09/09	RESIDENCIAL VIDA NOVA FEIRA VE	L MARQUEZZO	240	9.832.882
FAR	15/09/09	VIDA NOVA AVIARIO 1 MODULO 2	L MARQUEZZO	220	8.983.260
FAR	30/11/09	RESIDENCIAL SANTO ANTONIO	CEPRENG	224	9.103.225
FAR	11/12/09	RESIDENCIAL FIGUEIRAS	R CARVALHO	420	17.220.000
FAR	11/12/09	RESIDENCIAL VIDEIRAS	R CARVALHO	440	18.039.996
FAR	23/12/10	RESIDENCIAL LARDEM DAS OLIVEIRAS	ATRIUM CONSTRUC	520	21.320.000
FAR	23/12/10	RESIDENCIAL VIDA NOVA AEROPORTO I	L MARQUEZZO	500	20.500.000
FAR	23/12/10	VIDA NOVA AVIARIO III	L MARQUEZZO	520	21.320.000
FAR	24/12/10	RESIDENCIAL ALTO DO PAPAGAIO	CSO ENGENHARIA	320	13.118.995
FAR	24/12/10	VIDA NOVA AEROPORTO II	FCK CONSTRUCOES	500	20.474.128
FAR	27/12/10	IGUATEMI 2 ETAPA	ATRIUM CONSTRUC	320	13.120.000
FAR	27/12/10	RESIDENCIAL ACQUARRUS	CEPRENG	224	8.746.000
FAR	27/12/10	RESIDENCIAL LARANJEIRAS - II ETAPA	ATRIUM CONSTRUC	220	9.020.000
FAR	27/12/10	RESIDENCIAL VIVER IGUATEMI - I ETAPA	ATRIUM CONSTRUC	320	13.120.000
FAR	27/12/10	RESIDENCIAL VIVER IGUATEMI 3 ETAPA	ATRIUM CONSTRUC	360	14.760.000
FAR	08/12/11	RESIDENCIAL ECOPARQUE	CEPRENG	224	12.790.000
FAR	19/01/12	RESIDENCIAL ASA BRANCA - SETOR 1	SERTENSE SERVIC	248	14.136.000
FAR	19/01/12	RESIDENCIAL ASA BRANCA 2	SERTENSE SERVIC	248	14.136.000
FAR	19/01/12	RESIDENCIAL ASA BRANCA 4	SERTENSE SERVIC	248	14.136.000
FAR	23/01/12	CONDOMINIO SOLAR DA PRINCESA 3	ATRIUM CONSTRUC	456	25.992.000
FAR	23/01/12	CONDOMINIO SOLAR DA PRINCESA 6	ATRIUM CONSTRUC	456	26.448.000
FAR	26/01/12	RESIDENCIAL ASA BRANCA 3	SERTENSE SERVIC	248	14.136.000
FAR	07/02/12	VIDA NOVA AVIARIO 2	L MARQUEZZO	340	19.380.000
FAR	29/06/12	RESIDENCIAL VIVER PARQUE DA CIDADE - TRANSICAO	R CARVALHO	79	4.186.842
FAR	09/07/12	RESIDENCIAL ALTO DO ROSARIO - ETAPA TRANSICAO	R CARVALHO	92	4.876.000
FAR	09/07/12	RESIDENCIAL SOLAR LARANJEIRAS	R CARVALHO	320	17.280.000
FAR	27/07/12	RESIDENCIAL VERDE AGUA	CEPRENG	240	13.680.000
FAR	31/10/12	RES PARQUE DOS COQUEIROS I	C S O ENGENHARIA LTDA	540	29.689.934
FAR	28/11/12	RESIDENCIAL ECOPARQUE 2	CEPRENG	224	14.336.000
FAR	19/01/13	RESIDENCIAL ASA BRANCA 5	SERTENSE SERVIC	504	32.163.874
FAR	06/02/13	RESIDENCIAL PARQUE DA CIDADE	R CARVALHO	732	45.719.320
FAR	28/02/13	RESIDENCIAL VIDA NOVA ASA BRANCA	L MARQUEZZO	996	63.701.837
FAR	28/02/13	RESIDENCIAL VIDA NOVA AVIARIO 4	L MARQUEZZO	300	19.131.059
FAR	28/02/13	RESIDENCIAL VIVER ALTO DO ROSARIO	R CARVALHO	1.520	97.280.000
FAR	28/03/13	RESIDENCIAL VIDA NOVA CARIBA	L MARQUEZZO	728	46.541.885
FAR	28/06/13	RESIDENCIAL BELA VISTA I	R CARVALHO	360	23.040.000
FAR	28/06/13	RESIDENCIAL CAMPO BELO I	R CARVALHO	888	56.832.000
FAR	28/06/13	RESIDENCIAL RESERVA DO PARQUE	CEPRENG	632	40.448.000
FAR	28/06/13	RESIDENCIAL SOLAR DA PRINCESA AEROPORTO	ATRIUM CONSTRUC	1.000	64.000.000
FAR	09/09/14	RESIDENCIAL PONTO VERDE	CEPRENG	400	25.600.000
Rural	09/11/13	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA I	ONG CABUCU VIVA	35	442.500
Rural	12/11/13	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA II	CARANGORRE CIDADANA	48	1.416.000
Rural	19/11/13	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA III	ONG CABUCU VIVA	34	413.000
Rural	17/12/13	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA IV	ONG CABUCU VIVA	42	1.239.000
Rural	31/03/14	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA V	ONG CABUCU VIVA	46	1.357.000
Rural	31/03/14	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VI	ONG CABUCU VIVA	29	855.500
Rural	31/03/14	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VII	ONG CABUCU VIVA	35	477.000
Total				26.140	1.962.943.894

Fonte: SOUZA, 2016.

ANEXO VI - Continuação - PMCMV - Faixa I - PNHR/OGU - Obras Paralisadas Agente Financeiro CAIXA

EMPRESAMENTO	UF	VR_INVESTIMENTO
ASSENTADOS INCRA - IPORA CONST COMUNIDADE NOVA JERUSALEM	AM	1.480.500,00
ASSENTADOS INCRA - IPORA CONST COMUNIDADE NOVA JERUSALEM II	AM	1.480.500,00
ASSENTADOS INCRA - IPORA CONST COMUNIDADE SAO LAZARO	AM	1.575.000,00
ASSENTADOS INCRA - IPORA CONST COMUNIDADESAD S AGUA VERDE	AM	1.512.000,00
ASSENTADOS INCRA - IPORA CONST COMUNIDADE SANTA VITORIA	AM	1.575.000,00
QUILOMBOLA G1 - CONSTRUCAO - COMUNIDADE IGARAPE DO LAGO	AP	1.575.000,00
ASSENTAMENTO G1 CONSTRUCAO CALCOENE COOPAGRI	AP	1.663.893,00
ASSENTAMENTO G1 CONSTRUCAO CALCOENE COOPAGRO	AP	1.732.500,00
MORADIA SAO LUCAS G2	BA	1.300.000,00
ALDEIA INDIGENA CARAMURU CATARINA PARAGUACU	BA	1.300.000,00
PNHR - ABARE G2	BA	1.180.000,00
AGROVILA VITORIA EM CRISTO V	BA	1.003.000,00
AGROVILA VITORIA EM CRISTO VI	BA	1.003.000,00
CONSTRUINDO SONHOS	BA	1.416.000,00
PNHR - CARANGONDE - CANDEAL G2	BA	855.500,00
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA I	BA	442.500,00
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA IV	BA	1.352.000,00
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA V	BA	855.500,00
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VI	BA	472.000,00
CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VII	BA	1.299.000,00
AGROVILA MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA I	BA	1.307.500,00
AGROVILA MARCOS PAULO SOUZA DA SILVA II	BA	295.000,00
AGRICULTORES G2: CONSTRUCAO - JUAZEIRO/BA	BA	395.499,51
CONSTRUCAO 31 UR, SANTO AMARO, RURAL, PLEVERIZADAS, PNHR G2	BA	934.500,00
PNHR - CARANGONDE - SAO MIGUEL DAS MATAS G2	BA	1.062.000,00
AGRICULTURA G2: CONSTRUCAO - RESIDENCIAL VILA BRASIL	BA	1.299.000,00
INDIGENA - TUMBALALA ABARE I	BA	1.371.480,00
INDIGENA - TUMBALALA - ABARE I	BA	1.371.480,00
AGUA DOCE I	BA	1.150.500,00
AGUA DOCE II	BA	1.091.500,00
AGUA DOCE III	BA	442.500,00
COMUNIDADE G1, CONSTRUCAO, TUMBALALA I CURACA 1	BA	1.386.500,00
COMUNIDADE G1, CONSTRUCAO, TUMBALALA I CURACA 2	BA	1.239.000,00
QUILOMBOLA G2: CONSTRUCAO	BA	1.454.990,00
QUILOMBOLA G2: CONSTRUCAO	BA	1.558.500,00
QUILOMBOLA NOVO HORIZONTE	BA	1.558.500,00
AGROVILA TEREZINHA DA SILVA FERREIRA I	BA	1.121.000,00
AGROVILA TEREZINHA DA SILVA FERREIRA II	BA	295.000,00
AGROVILA ANGELA CRISTINA FIGUEIREDO BRITO	BA	1.239.000,00
AGROVILA PROFESSOR JOAO PINHEIRO DA SILVA	BA	1.209.500,00
AGROVILA NORBERTO JOSE DA FRANCA	BA	1.268.500,00
ANGICO NOVO/TAMBORIL	BA	436.380,00
SAO JOSE II	BA	592.230,00
POVDADO DO GATO I	BA	654.570,00
POVDADO DE JUAÍ	BA	498.720,00
SAO JOSE I	BA	779.250,00
POVDADO JUAÍ III	BA	563.090,00
ASSENTADOS G1: CONSTRUCAO - MARCONILDO SOUZA - PA CACHA	BA	2.242.000,00
PNHR NOVA IRIA	BA	1.402.650,00
INDIGENA G1: CONSTRUCAO GLEBA B ETAPA 2	BA	914.500,00

ANEXO E- PEDIDOS DO PMCMV PARA FEIRA DE SANTANA - CAIXA

BA	Feira de Santana	27/07/2012	FAR	CEPRENG	RESIDENCIAL VERDE AGUA
BA	Feira de Santana	31/10/2012	FAR	C S O ENGENHARIA LTDA	RES PARQUE DOS COQUEIROS I
BA	Feira de Santana	28/11/2012	FAR	CEPRENG	RESIDENCIAL ECOPARQUE 2
BA	Feira de Santana	29/01/2013	FAR	SERTENGE SERVIC	RESIDENCIAL ASA BRANCA 5
BA	Feira de Santana	06/02/2013	FAR	R CARVALHO	RESIDENCIAL PARQUE DA CIDADE
BA	Feira de Santana	28/02/2013	FAR	L MARQUEZZO	RESIDENCIAL VIDA NOVA ASA BRANCA
BA	Feira de Santana	28/02/2013	FAR	L MARQUEZZO	RESIDENCIAL VIDA NOVA AVIARIO 4
BA	Feira de Santana	28/02/2013	FAR	R CARVALHO	RESIDENCIAL VIVER ALTO DO ROSARIO
BA	Feira de Santana	28/03/2013	FAR	L MARQUEZZO CONSTRUCOES E EMPRE	RESIDENCIAL VIDA NOVA CARAIBA
BA	Feira de Santana	28/06/2013	FAR	ATRIUM CONSTRUC	RESIDENCIAL SOLAR DA PRINCESA AEROPORTO
BA	Feira de Santana	28/06/2013	FAR	CEPRENG	RESIDENCIAL RESERVA DO PARQUE
BA	Feira de Santana	28/06/2013	FAR	R CARVALHO	RESIDENCIAL BELA VISTA I
BA	Feira de Santana	28/06/2013	FAR	R CARVALHO	RESIDENCIAL CAMPO BELO 1
BA	Feira de Santana	05/11/2013	Rural	ONG CABUCU VIVA	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA I
BA	Feira de Santana	12/11/2013	Rural	CARANGONDE CIDADANIA	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA II
BA	Feira de Santana	19/11/2013	Rural	ONG CABUCU VIVA	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA III
BA	Feira de Santana	17/12/2013	Rural	ONG CABUCU VIVA	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VII
BA	Feira de Santana	31/03/2014	Rural	ONG CABUCU VIVA	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA IV
BA	Feira de Santana	31/03/2014	Rural	ONG CABUCU VIVA	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA V
BA	Feira de Santana	31/03/2014	Rural	ONG CABUCU VIVA	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VI
BA	Feira de Santana	18/07/2014	Entidades	HABITAR DO SERT	CAMPO BELO - HABITAR DO SERTAO
BA	Feira de Santana	09/09/2014	FAR	CEPRENG	RESIDENCIAL PONTO VERDE

Fonte: CAIXA:2019.

ANEXO F- EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS PMCMV PARA FEIRA DE SANTANA, 2014

INDIGENA GI - CONSTRUCAO - ALDEIA EUCLIDES DA CUNHA										
39768016	CUNHA	BA	EUCLIDES DA CUNHA	50	1.475.000,00	15/03/2013	IDESA	16448367000102		Imóvel Rural
43871163	RESIDENCIAL ARARINHA AZUL	BA	EUCLIDES DA CUNHA	152	9.120.000,00	26/12/2014	CONSTRUQUALI EN	4157035000190		FAR Alienação
35219360	RESIDENCIAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS	BA	EUCLIDES DA CUNHA	300	17.836.023,00	28/12/2012	CONSTRUQUALI EN	4157035000190		FAR Alienação
29528898	RESIDENCIAL NOSSA SENHORA DE LOURDES	BA	EUCLIDES DA CUNHA	200	7.509.487,35	31/03/2010	CONSTRUQUALI EN	4157035000190		FAR Alienação
41638998	RESIDENCIAL SAO BARTOLOMEU - ETAPA I	BA	EUCLIDES DA CUNHA	70	4.200.000,00	18/12/2013	GAMA	9655981000180		FAR Alienação
42527739	RESIDENCIAL SAO BARTOLOMEU - ETAPA II	BA	EUCLIDES DA CUNHA	35	2.100.000,00	18/12/2013	GAMA	9655981000180		FAR Alienação
42527843	RESIDENCIAL SAO BARTOLOMEU - ETAPA III	BA	EUCLIDES DA CUNHA	204	12.240.000,00	18/12/2013	GAMA	9655981000180		FAR Alienação
29475524	RESIDENCIAL PARQUE DA RENOVACAO - SETOR 1	BA	EUNÁPOLIS	500	20.417.511,30	05/10/2009	SERTEENGE SERVIC	13959986000173		FAR Alienação
29475638	RESIDENCIAL PARQUE DA RENOVACAO - SETOR 2	BA	EUNÁPOLIS	500	20.427.418,65	05/10/2009	SERTEENGE SERVIC	13959986000173		FAR Alienação
29475742	RESIDENCIAL PARQUE DA RENOVACAO SETOR 3	BA	EUNÁPOLIS	500	20.441.765,29	05/10/2009	SERTEENGE SERVIC	13959986000173		FAR Alienação
42204226	PNHR	BA	FÁTIMA	50	1.558.500,00	27/01/2014	FAZ SACO DO MEL	11006602000172		Imóvel Rural
41986308	PNHR - ASSOC LAGE DA BOA VISTA - FATIMA	BA	FÁTIMA	50	1.475.000,00	27/01/2014	ASS BOA VISTA	12033555000119		Imóvel Rural
41986527	PNHR - ASSOC LUZ DO AMANHÃ - FATIMA	BA	FÁTIMA	50	1.475.000,00	23/01/2014	LUZ DO AMANHÃ	3332279000107		Imóvel Rural
41986412	PNHR - ASSOC PALUS PRETOS - FATIMA	BA	FÁTIMA	50	1.475.000,00	23/01/2014	ASS C P PRETOS	1535177000155		Imóvel Rural
42481735	CAMPO BELO - HABITAR DO SERTAO	BA	FEIRA DE SANTANA	248	14.880.000,00	18/07/2014	HABITAR DO SERT	2296934000148		FDS
40937036	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA I	BA	FEIRA DE SANTANA	15	442.500,00	05/11/2013	ONG CABUCU VIVA	14524323000199		Imóvel Rural
40937255	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA II	BA	FEIRA DE SANTANA	48	1.416.000,00	12/11/2013	ONG CABUCU VIVA	14524323000199		Imóvel Rural
40937473	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA III	BA	FEIRA DE SANTANA	14	413.000,00	19/11/2013	ONG CABUCU VIVA	14524323000199		Imóvel Rural
40937692	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA IV	BA	FEIRA DE SANTANA	46	1.357.000,00	03/12/2013	ONG CABUCU VIVA	14524323000199		Imóvel Rural
40970682	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA V	BA	FEIRA DE SANTANA	29	855.500,00	11/12/2013	ONG CABUCU VIVA	14524323000199		Imóvel Rural
40970796	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VI	BA	FEIRA DE SANTANA	16	472.000,00	29/11/2013	ONG CABUCU VIVA	14524323000199		Imóvel Rural
40982854	CAPRICHANDO A MORADA - FEIRA DE SANTANA VII	BA	FEIRA DE SANTANA	42	1.239.000,00	17/12/2013	ONG CABUCU VIVA	14524323000199		Imóvel Rural
29625293	CONDOMINIO SOLAR DA PRINCESA 3	BA	FEIRA DE SANTANA	456	25.992.000,00	23/01/2012	ATRIUM CONSTRUC	6316878000117		FAR Alienação
29624599	CONDOMINIO SOLAR DA PRINCESA 4	BA	FEIRA DE SANTANA	464	26.448.000,00	23/01/2012	ATRIUM CONSTRUC	6316878000117		FAR Alienação
29410001	IGUATEMI 2 ETAPA	BA	FEIRA DE SANTANA	320	13.315.175,91	27/12/2010	ATRIUM CONSTRUC	6316878000117		FAR Alienação
34696815	RESIDENCIAL ACQUARIUS	BA	FEIRA DE SANTANA	214	8.836.272,24	27/12/2010	CEPRENG	73661472000169		FAR Alienação

Fonte: CAIXA:2019.